

RODRIGO ALONSO VÁSQUEZ

**CONFIANÇA INSTITUCIONAL E CORRUPÇÃO POLÍTICA NO
BRASIL PÓS 1985**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientadora: Profa. Dra. Rachel Meneguello

CAMPINAS
2010

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA

BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

Bibliotecária: Cecília Maria Jorge Nicolau CRB nº 3387

Vásquez, Rodrigo Alonso

**V444c Confiança institucional e corrupção no Brasil pós 1985 /
Rodrigo Alonso Vásquez. - - Campinas, SP : [s. n.], 2010.**

Orientador: Rachel Meneguello.

**Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Democracia – Brasil. 2. Corrupção na política – Brasil.
3. Brasil – Política e governo, 1985- I. Meneguello, Rachel.
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. III. Título.**

**Título em inglês: Institutional confidence and political corruption in Brazil
after 1985**

**Palavras chaves em inglês (keywords): Democracy – Brazil
Political corruption – Brazil
Brazil – Politics and government, 1985-**

Área de Concentração: Ciência Política

Titulação: Mestre em Ciência Política

**Banca examinadora: Rachel Meneguello, Bruno Wilhelm Speck, José Álvaro
Moisés**

Data da defesa: 28-06-2010

Programa de Pós-Graduação: Ciência Política

RODRIGO ALONSO VÁSQUEZ

CONFIANÇA INSTITUCIONAL E CORRUPÇÃO POLÍTICA NO
BRASIL PÓS 1985

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de Ciência Política do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas sob a orientação da Profa.
Dra. Rachel Meneguello.

Este exemplar corresponde à
redação final da dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
28/06/2010

BANCA

Profa. Dra. Rachel Meneguello (Orientadora)

Prof. Dr. Bruno Wilhelm Speck

Prof. Dr. José Álvaro Moisés

Profa. Dra. Teresa Sacchet

Prof. Dr. Valeriano Mendes Ferreira Costa

JUNHO / 2010

201020726

*Para os meus pais e sobrinho, Luis
Felipe.*

Agradecimentos

Agradeço, em primeiro lugar, aos meus pais, Luis e Isabel, e aos meus irmãos, Luis e Alberto, cujos incentivos e apoios foram muito importantes para a finalização deste trabalho. Sou muito grato, ainda, aos meus amigos da Gangue Rocamble e do mestrado que tornaram a rotina do trabalho muito mais fácil e agradável, em específico ao André Ziegmann, Celly Cook Inatomi, Eduardo Canina, Éjos Souza Martins, Fernanda Almeida, Julio Gouvêa, Luiz Domingos, Marcia Baratto, Michel Farah e Robert Bonifácio.

Agradeço também a minha orientadora Rachel Meneguello, por quem tenho muito respeito e admiração pessoal e intelectual. Minha dívida com ela é inestimável, esses anos de convívio resultaram em muito aprendizado acadêmico e amadurecimento pessoal. Agradeço-lhe muito por sua orientação, paciência, confiança e apoio.

Sou grato aos professores José Álvaro Moisés e Bruno Wilhelm Speck, pelas críticas, observações e sugestões feitas na banca de qualificação que contribuíram para a elaboração final deste trabalho. Agradeço, em específico, ao professor Moisés pelo aprendizado, atenção e pelas conversas dentro das reuniões do nosso grupo de pesquisa, como a todos os seus membros.

Também sou grato ao Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP), precisamente, à Lais Cardoso de Oliveira, à Rosilene Gelape e ao Clécio Ferreira, pela atenção, disponibilização dos bancos de dados das pesquisas aqui utilizadas e pela ajuda nas primeiras análises estatísticas.

Por fim, agradeço a Fapesp pela bolsa de dois anos concedida, sem a qual teria sido impossível me dedicar exclusivamente a presente pesquisa.

Resumo

Os cidadãos brasileiros majoritariamente apóiam a democracia como forma ideal de governo e apresentam baixos níveis de confiança institucional, sobretudo, ao Congresso Nacional e aos partidos políticos. Esse cenário, conforme os resultados da pesquisa mostram, não é indício de uma crise da democracia, mas sim da emergência de *cidadãos críticos*, que têm preferência pela democracia e estão insatisfeitos com o desempenho do regime e suas instituições. As análises feitas sugerem que a baixa confiança institucional está associada às experiências diretas e indiretas dos cidadãos com elas e às suas preferências políticas. Avaliações negativas com relação ao desempenho das instituições e impressões de que elas não agem de acordo com as suas normas legais, influem negativamente na confiança institucional e no apoio ao regime. Neste sentido, os constantes escândalos de corrupção envolvendo membros da elite-política administrativa nacional, que ocupam importantes cargos nas instituições de representação, reforçam as avaliações negativas dos cidadãos sobre estas e conseqüentemente, à baixa confiança institucional. Os dados aqui trabalhados são provenientes, principalmente, do survey “*A Desconfiança dos cidadãos nas instituições democráticas*”, elaborado pelo Projeto Temático de mesmo nome, financiado pela Fapesp (processo 04/07953-8).

Palavras-chave: confiança institucional, apoio à democracia, corrupção política, democracia brasileira.

Abstract

The great majority of the Brazilian citizens do support democracy as the ideal form of government, but they do present low levels of institutional confidence – especially in the National Congress and in political parties. This background, confirmed by results of surveys, does not indicate a crisis in democracy. It points out the emerging number of critical citizens, who prefer democracy, but are not satisfied with the performance of the political system and its institutions. The analyses done tend to indicate that the low institutional confidence is associated to direct and indirect experiences of the citizens when dealing with such institutions and their political preferences. Negative evaluations regarding the performance of such institutions and the impressions that they do not act in agreement with legal norms, do have a negative influence in institutional confidence and in offering support to a democratic regime. In this sense, the constant scandals of corruption involving members of the national administrative political elite, who hold important offices in the representative institutions, reinforce the negative evaluations of the citizens and as a consequence, there is a low institutional confidence. All information used in this research mainly comes from a survey “A Desconfiança dos Cidadãos nas Instituições Democráticas” (Mistrust of Citizens in Democratic Institutions) elaborated by Research Thematic Project and financed by Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp; process 04/07953-8).

Keywords: institutional confidence, support democracy, political corruption, Brazilian democracy.

Sumário

Introdução.....	17
Capítulo 1 – Contribuições teóricas da qualidade da democracia à confiança institucional e ao apoio difuso	23
1.1 - Democracia minimalista e qualidade da democracia	27
1.2 – Instituições democráticas e confiança institucional	44
1.2.1 – A confiança interpessoal	50
1.2.2 – A confiança institucional.....	54
1.2.3 - Confiança e corrupção política	58
1.3 - Modelos explicativos da confiança institucional	65
1.4 - Conclusão do capítulo.....	72
Capítulo 2 – Confiança institucional e percepção da corrupção política no Brasil: dados gerais sobre o fenômeno.....	73
2.1 – A baixa confiança institucional no Brasil.....	83
2.2 – A percepção da corrupção no Brasil	92
2.3 - Conclusão do capítulo.....	104
Capítulo 3 – Resultados da pesquisa: análise dos dados sobre a confiança institucional, apoio difuso e percepção da corrupção.....	105
3.1 – Análise do comportamento democrático dos cidadãos brasileiros.....	107
3.2 – Análise das dimensões da qualidade da democracia	117
3.3 – Relação entre confiança institucional e variáveis socioeconômicas	123
3.4 - Relação entre confiança institucional e confiança interpessoal	126
3.5 – Relação entre percepção da corrupção e variáveis socioeconômicas.....	127
3.6 – Análise de regressão logística da confiança institucional: dados com respeito ao Congresso Nacional e aos partidos políticos.....	129
3.7 – Análise de regressão logística do apoio à democracia	143
Considerações Finais.....	153

Bibliografia	157
Anexo 1 - Cruzamentos e medidas de associação entre as variáveis analisadas (Pesquisa: A Desconfiança dos cidadãos nas instituições democráticas 2006).....	163
Anexo 2 – Questões utilizadas da pesquisa A Desconfiança dos cidadãos nas instituições democráticas 2006	183

Sumário de gráficos

Capítulo 2

Gráfico 2.1: preferência pela democracia Brasil 1989-2006	87
Gráfico 2.2: apoio difuso ao regime democrático Brasil 2006	87
Gráfico 2.3: satisfação com a democracia Brasil 2002-2006	88
Gráfico 2.4: confiança institucional Brasil 2006	89
Gráfico 2.4.1: confiança institucional Brasil 2006	90
Gráfico 2.5: confiança interpessoal Brasil 2006	90
Gráfico 2.6: percepção da corrupção Brasil 2006	93
Gráfico 2.7: percepção da corrupção Brasil 2002-2006	94
Gráfico 2.8: avaliação da situação da corrupção no Brasil 1993-2006	95
Gráfico 2.9: percepção da ocorrência de corrupção entre os políticos Brasil-2002	97
Gráfico 2.10: comportamento esperado dos políticos e governantes frente a situações de corrupção política Brasil 2006	97
Gráfico 2.11: comportamento esperado dos cidadãos brasileiros frente a situações de corrupção política Brasil 2006	99
Gráfico 2.12: comportamento esperado do entrevistado frente a situações de corrupção política Brasil 2006	100

Gráfico 2.13: comportamento esperado do entrevistado frente a situações de corrupção política Brasil 2006 101

Gráfico 2.14: avaliação das situações de corrupção política Brasil 2006 102

Gráfico 2.15: percepção da gravidade do problema da corrupção Brasil 2006 102

Capítulo 3

Gráfico 3.1.1: sem Congresso Nacional pode haver democracia Brasil 2006 109

Gráfico 3.1.2: sem partidos políticos pode haver democracia Brasil 2006 110

Gráfico 3.1.3: preferência pela democracia Brasil 2002-2006 111

Gráfico 3.1.4: a democracia no Brasil 2006 111

Gráfico 3.1.5: satisfação com os Deputados Federais e Senadores Brasil 1993-2006 112

Gráfico 3.1.6: avaliação do Congresso Nacional Brasil 1997-2006 113

Gráfico 3.1.7: avaliação dos partidos políticos Brasil 2002-2006 114

Gráfico 3.1.8: avaliação da Justiça Brasil 1989-2006 115

Gráfico 3.1.9: solução dos problemas do país Brasil 2006 116

Gráfico 3.2.1: igualdade perante a lei Brasil 2006 118

Gráfico 3.2.2: percepção do acesso igual à Justiça Brasil 2006 119

Gráfico 3.2.3: fez uso da Justiça Brasil 2006 119

Gráfico 3.2.4: sentimento de proteção das leis Brasil 2006 120

Gráfico 3.2.5: percepção da efetividade dos direitos Brasil 2006 120

Gráfico 3.2.6: as eleições são honestas Brasil 2006 121

Gráfico 3.2.7: o voto tem influência política Brasil 2006 122

Sumário de tabelas

Capítulo 3

Tabela 3.1.1: compreensão da democracia	108
Tabela 3.3.1: confiança no Congresso Nacional x variáveis socioeconômicas	124
Tabela 3.3.2: confiança no Congresso Nacional x variáveis socioeconômicas e demográficas	124
Tabela 3.3.3: confiança nos partidos políticos x variáveis socioeconômicas	125
Tabela 3.3.4: confiança nos partidos políticos x variáveis socioeconômicas e demográfica	125
Tabela 3.4.1: confiança institucional x confiança interpessoal	127
Tabela 3.5.1: percepção da corrupção x variáveis socioeconômicas	128
Tabela 3.5.2: percepção da corrupção x variáveis socioeconômicas e demográfica	128
Tabela 3.6.1: variáveis utilizadas nos modelos de regressão logística – confiança no Congresso Nacional e partidos políticos	129
Tabela 3.6.2: modelo de regressão logística – confiança no Congresso Nacional	134
Tabela 3.6.3: modelo de regressão logística – confiança nos partidos políticos	139
Tabela 3.7.1: variáveis utilizadas no modelo de regressão logística – apoio à democracia	144
Tabela 3.7.2: modelo de regressão logística – apoio à democracia	149

Introdução

Os constantes escândalos de corrupção envolvendo importantes políticos e partidos políticos têm sido um traço marcante no atual período democrático brasileiro pós-1985. Embora escândalos políticos sejam comuns em regimes democráticos, mesmo nas democracias consolidadas, a sua ocorrência no atual período é significativa. Este cenário repercute na forma com que os cidadãos se relacionam, pensam e agem com relação ao regime democrático assim como na própria percepção que fazem da corrupção no país. Neste sentido, o presente trabalho busca compreender de quais maneiras a percepção da corrupção política impacta no comportamento dos cidadãos brasileiros, especificamente, com relação à baixa confiança institucional no Congresso Nacional e nos partidos políticos, e, ao apoio à democracia como forma ideal de governo. A escolha dessas duas instituições para análise se deve basicamente a três motivos: (1) elas são importantes instituições de representação política e de fiscalização das ações dos governos e governantes; (2) elas são precisamente as instituições com os valores mais baixos de confiança entre os cidadãos brasileiros; e, (3) seus membros são alvo de constantes denúncias de corrupção.

Distintos estudos sobre a democracia brasileira apontam que de maneira geral, ela está consolidada no que diz respeito às normas e aos procedimentos (NICOLAU, 1996; MENEGUELLO, 1998 e 2007; KINZO, 2001 e 2004; MOISÉS, 2005; ANASTASIA, CASTRO e NUNES, 2007; MELO, 2007). Nestes 25 anos de experiência democrática importantes dimensões do regime foram estabelecidas, como a Constituição democrática de 1988; o sufrágio universal e o voto direto e secreto; eleições livres, transparentes e periódicas para todos os cargos políticos; plena liberdade de imprensa e acesso à pluralidade de informações políticas; ampliação e garantias normativas aos direitos civis, políticos e sociais; e, a consolidação de instituições políticas de representação, de controle e de tomada de decisões - que permitiram o acesso dos cidadãos às instâncias de decisão e recolocaram os partidos políticos como atores centrais (NICOLAU, 1996; MENEGUELLO, 1999; KINZO, 2001 e 2004; MOISÉS, 2005; ANASTASIA, CASTRO e NUNES, 2007; MELO, 2007). Os ciclos eleitorais, diferentemente dos demais períodos democráticos anteriores, se sucedem com regularidade, com ampla participação popular e sem restrições à participação de qualquer partido político; os partidos políticos, em sua

maioria já não são mais intermitentes e estão presentes, independentemente de seu espectro ideológico, no Congresso Nacional; as instituições democráticas funcionam com relativa harmonia, com continuidade ao longo do tempo e dentro de suas obrigações legais; e, os principais atores políticos agem tendo como referência o conjunto de normas e procedimentos democráticos ao invés das tradicionais formas interventoras, paternalistas e autoritárias que marcaram a história política nacional (SOUZA, 1990; JUNIOR, 1993; NICOLAU, 1996; MOISÉS, 1995; MENEGUELLO, 1998 e 2007; KINZO, 2001 e 2004, MELO, 2007). Tais avanços permitiram a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para presidente da república em 2002, um ex-torneiro mecânico, candidato pelo principal partido político de esquerda - Partido dos Trabalhadores - e de oposição aos tradicionais partidos que governavam o país desde o início da Nova República (1985) – sem dúvida, um forte indício de mudança de poder por via pacífica e democrática.

Porém, no que tange aos aspectos da representatividade e da *accountability*, os avanços foram mais limitados. De maneira geral, a relação dos cidadãos com a política representativa continuou distante, o país apresenta baixos níveis de identificação partidária e os eleitores têm dificuldades em lembrar o nome e o partido dos políticos nos quais votaram nas últimas eleições. Por sua vez, o sistema político todavia sofre com a ausência de mecanismos de controle mais satisfatórios e eficientes, capazes de assegurar a *accountability* dos governos e governantes (NICOLAU, 1996; SPECK, 1998; KINZO, 2004; MELO, 2007).

Nos planos econômicos e sociais, o país nestes 25 anos também apresentou significativos avanços, embora em ritmo menor do que o desejado por grande parte dos brasileiros. Tem havido contínuas melhorias nas condições econômicas, sobretudo, a partir do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) em diante. Conseguiu-se desde então estabelecer o controle da inflação, a reorganização e estabilização da economia; o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e da renda *per capita*; melhoras nos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e de Gini, principalmente durante o governo Lula, devido em grande medida aos programas de distribuição de renda, do crescimento econômico, do aumento do salário mínimo e do emprego formal (ANASTASIA, CASTRO e NUNES, 2007). No entanto, apesar dos avanços a sociedade

brasileira continua muito desigual e a construção de uma sociedade mais democrática, no sentido de uma maior equidade nos planos econômico e social continua sendo uma árdua tarefa (LAMOUNIER, 1999; KINZO, 2004; MOISÉS, 2005).

Frente a este cenário, é possível afirmar que a atual democracia brasileira apresenta normas e procedimentos de interação política claramente democráticos, e que ela desfruta de significativa estabilidade. Em nenhum momento, mesmo quando o país atravessou graves crises econômicas e políticas, houve quaisquer tentativas por parte dos atores políticos de solucioná-las se sobrepondo aos limites da ordem constitucional, o que sugere uma maior aceitação e consolidação das regras do jogo democrático e do próprio regime (KINZO, 2001 e 2004; MOISÉS, 2005; ANASTASIA, CASTRO e NUNES, 2007; MELO, 2007; MENEGUELLO, 2007; MOISÉS e CARNEIRO, 2008). *Surveys* de cultura política realizados em 1989, 1990, 1993 e 2006 – e utilizados na presente pesquisa -, reforçam essa idéia e mostram a ampla preferência dos cidadãos brasileiros pela democracia – inclusive aos procedimentos e princípios do regime -, como também o seu crescimento no tempo.

Entretanto, apesar dos aspectos positivos mencionados acima, o regime brasileiro apresenta déficits democráticos na efetividade de dimensões básicas da democracia, como o primado da lei, o respeito aos direitos dos cidadãos - sobretudo daqueles mais humildes -, a *accountability* e a *responsividade* por parte dos governos e governantes, que comprometem a qualidade do próprio regime (SPECK, 1998; MOISÉS, 2005; CARVALHO, 2006; ANASTASIA, CASTRO e NUNES, 2007; MELO, 2007). São muito comuns no país denúncias e escândalos de corrupção envolvendo parcelas da elite político-administrativa do país e, ainda que se possa afirmar que a quantidade destas não necessariamente condigam com casos concretos e possam ser influenciado por diversos fatores – como grau de liberdade dos meios de comunicação, linha editorial dos mesmos e sensibilidade da sociedade com relação ao tema da corrupção –, seu número elevado e sua grande exposição têm conseqüências para a relação entre os cidadãos e o regime democrático (DELLA PORTA, 2000; PHARR, 2000; SELIGSON, 2001 e 2002; WARREN, 2004; ZÉPHYR, 2008). No caso brasileiro, muitas das crises políticas que marcaram o período tiveram sua origem nas denúncias de escândalos de corrupção política. A principal delas resultou no processo de *impeachment* do então presidente da República

Fernando Collor de Mello¹; outras denúncias, com conseqüências menos graves, levaram a uma série de políticos importantes na esfera nacional a renunciarem seus respectivos cargos a fim de evitarem processos legais e a suspensão de seus direitos políticos (SPECK, 1998; ANASTASIA e SANTANA, 2007).

Precisamente, este cenário nos leva a refletir que, de diferentes maneiras, essas constantes denúncias de corrupção são captadas pelos cidadãos ao longo de suas experiências com o regime, e, influem nas suas percepções sobre o fenômeno. A percepção de que as instituições agem de formas distintas ao seu comportamento esperado – seja pelas atividades de corrupção de seus membros, ou pelo seu desempenho ineficiente frente as demandas e expectativas dos cidadãos – tem impacto tanto nas preferências políticas dos cidadãos, como na forma como estes avaliam e pensam o sistema político. É justamente compreender de que maneiras a percepção da corrupção política, pelos cidadãos, impacta na sua baixa confiança no Congresso Nacional e nos partidos políticos, e no seu apoio à democracia quanto forma ideal de governo, o objetivo desta pesquisa de mestrado.

Os dados de maneira geral mostram a situação paradoxal que a democracia brasileira se encontra, por um lado, os cidadãos brasileiros estão insatisfeitos com o desempenho do regime democrático e suas instituições, tem a percepção de que a corrupção aumentou e apresentam baixos níveis de confiança institucional, por outro lado, apóiam a democracia como forma ideal de governo. Como observado em estudos anteriores, aproximadamente apenas 1/3 dos cidadãos brasileiros demonstram algum grau de confiança nas instituições democráticas – essa desconfiança atravessa todos os segmentos de renda, escolaridade e distribuição ecológica (MOISÉS, 1995 e 2005; KINZO, 2001; POWER e JAMISON, 2005; MENEGUELLO, 2006 e 2007); e ademais, cerca de 3/4 da população avalia negativamente o desempenho das instituições representativas. Contudo, essa combinação entre baixa confiança institucional, insatisfação com a democracia e a preferência pelo regime democrático, não é peculiar ao Brasil e tampouco, é sinal de crise do sistema político. De forma similar, esse quadro pode ser visto na maioria dos países

¹ Por determinação do Senado Federal, Fernando Collor foi impedido de continuar no cargo de presidente da república e teve seus direitos cassados por oito anos. A grave crise política que levou ao impeachment foi iniciada com denúncias de corrupção, que envolviam o próprio presidente da república, membros de sua família e seu tesoureiro de campanha.

latino-americanos e, em escala muito menor, nas democracias consolidadas (MOISÉS, 1995 e 2005; PUTNAM, 1996; INGLEHART, 1999 e 2000; NEWTON, 1999; NORRIS, 1999; NEWTON e NORRIS, 2000; DELLA PORTA, 2000; LAGOS, 2000; MISHLER e ROSE, 2001; SELIGSON, 2001 e 2002; LOPES, 2004; DOGAN, 2005; POWER e JAMISON, 2005).

Deste modo, definido o objetivo dessa pesquisa, o trabalho está centrado na análise dos dados provenientes das pesquisas de opinião *Democratização e Cultura Política*², do *Eseb 2002*³, e, principalmente, do survey “*A Desconfiança dos cidadãos nas instituições democráticas*”⁴. O texto está dividido em quatro partes e foi organizado da seguinte maneira: (1) no primeiro capítulo são apresentadas as definições dos conceitos de *qualidade da democracia*, de *confiança institucional* e de *apoio difuso*, e tem como objetivo mostrar como a baixa confiança institucional dos cidadãos e o apoio à democracia estão associados à percepção de déficits democráticos – ocasionados em parte pelo mau funcionamento das instituições, como a corrupção - e a fatores culturais; (2) o segundo capítulo examina as virtudes e problemas da democracia brasileira, sobretudo com relação à corrupção política, e mostra alguns dados a respeito da baixa confiança institucional, do apoio à democracia e da percepção da corrupção política no país; (3) o terceiro capítulo consiste no teste das hipóteses deste trabalho e através de distintos procedimentos estatísticos e de análise dos dados, busco identificar as variáveis associadas aos fenômenos da baixa confiança institucional e do apoio difuso; e, (4) finalmente na quarta parte, das considerações finais, apresento os achados da pesquisa, que de maneira geral confirmam a hipótese central do

² A pesquisa *Democratização e Cultura Política* é formada por quatro surveys, realizados em setembro e dezembro de 1989, março de 1990 e março de 1993 através do convênio envolvendo o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) e o Instituto Datafolha. Foram entrevistados respectivamente 2.083, 2859, 2480 e 2499 eleitores.

³ O Eseb (Estudo Eleitoral Brasileiro) é um survey nacional, desenvolvido pelo DATAUFF (Núcleo de Pesquisas Sociais Aplicadas, Informações e Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense) e CESOP (Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade Estadual de Campinas), aplicado no período pós-eleitoral de 2002 frente a 2530 eleitores.

⁴ O survey ‘*A Desconfiança dos Cidadãos nas Instituições Democráticas*’ foi desenvolvido pelo Projeto Temático com o mesmo nome (processo FAPESP 04/07953-8) e foi aplicado em âmbito nacional em Junho de 2006, frente a 2004 eleitores.

trabalho, de que a percepção da corrupção impacta na confiança institucional e consequentemente, no apoio à democracia quanto forma ideal de governo.

Capítulo 1 – Contribuições teóricas da qualidade da democracia à confiança institucional e ao apoio difuso

O objetivo principal deste capítulo teórico é apresentar os conceitos de *qualidade da democracia*, *confiança institucional* e *apoio difuso*, buscando expor suas definições e relevâncias para pensar o regime democrático moderno e as atitudes e comportamentos políticos dos cidadãos com relação a este. O pressuposto teórico é que o mau funcionamento das instituições democráticas, no sentido de não efetivarem as dimensões e promessas do regime, e o comportamento impróprio de seus membros, distinto às normas legais que o regulamentam - como as práticas de corrupção política -, contribuem para o desenvolvimento da baixa confiança institucional e diminuem o apoio à democracia quanto forma ideal de governo. Com esse intuito, o capítulo está dividido em quatro tópicos: nos dois primeiros, defino e exponho os pontos centrais dos conceitos; no terceiro, exponho os modelos explicativos da confiança institucional de acordo com as teorias da Cultura Política e do Neo-institucionalismo; e em seguida, no último tópico, exponho de maneira mais concisa a relação e importância dos conceitos para a presente pesquisa.

Nas últimas quatro décadas, com o advento da terceira “onda de democratização”⁵ houve um aumento significativo no número de regimes democráticos em escala mundial. De acordo com dados da Freedom House⁶ em 1973, dos 151 países do mundo analisados pela instituição, 44 deles (29%) foram classificados como completamente democráticos, e

⁵ Segundo Huntington (1994), ocorreram na história três grandes movimentos de mudanças de regimes políticos em direção à democracia, denominados pelo autor como “ondas de democratização”. A primeira onda abarca o período de 1828 a 1926; a segunda de 1943 a 1962; e, a terceira de 1974 até o presente – iniciada em Portugal com a Revolução dos Cravos, expandida para a América Latina no final dos anos 70 e 80, e para a Europa Oriental, Ásia e África nos anos 90. Cada onda corresponde a um período de tempo no qual o número de países democráticos em escala global cresceu e os intervalos entre cada uma delas, momentos de reversão das democracias e crescimento dos regimes autoritários.

⁶ A Freedom House é uma Organização Não Governamental independente, sem fins lucrativos, cujos objetivos são promover e mensurar os direitos políticos e as liberdades individuais nos países. Entre as suas atividades está a promoção de surveys de pesquisa – desde 1972 - e a classificação dos países em três tipos: livres (democráticos), parcialmente livres (parcialmente democráticos) e não livres (não democráticos). O critério de classificação é baseado na efetividade dos Estados-Nações em garantir os direitos políticos e as liberdades civis aos seus respectivos cidadãos. Para maiores informações os dados podem ser consultados no próprio site da Freedom House através do link: <http://www.freedomhouse.org/uploads/fiw09/CompHistData/CountryStatus&RatingsOverview1973-2009.pdf>.

42 (28%) como parcialmente democráticos. Em 2008, a mesma Freedom House analisou 193 países e os números saltaram respectivamente para 89 (46%) e 62 (32%), sendo que 119 nações (62%) foram classificadas como democracias eleitorais⁷, isto é, países que possuem minimamente eleições livres, competitivas, regulares e abertas à participação dos cidadãos. São esses dados que permitem afirmar que, atualmente, a democracia prevaleceu sobre os demais sistemas políticos, há no momento mais países democráticos no mundo do que em qualquer momento histórico anterior (DALTON, 1999; NEWTON, 1999; NORRIS, 1999; DOGAN, 2005).

Embora as novas democracias surgidas neste período compartilhem certas características, também apresentam importantes diferenças entre si e em relação às democracias consolidadas. Essas diferenças se estabelecem não apenas pelos processos de transição, de institucionalização e de funcionamento do novo regime, mas também no que diz respeito ao comportamento e às atitudes dos cidadãos com relação ao sistema político. A diversidade com que as novas democracias se desenvolveram mostrou que há distintos caminhos rumo à sua institucionalização, não havendo um modelo único e linear a ser seguido, e ainda, uma vez terminada a transição do regime autoritário para o regime democrático, o processo de democratização não está concluído (O'DONNELL e SCHMITTER, 1988; WEFFORT, 1992; MOISÉS, 1995). A democratização é um processo que requer o estabelecimento gradual de instituições, normas e procedimentos de interação política qualitativamente distintos dos regimes autoritários e que sejam capazes, por um lado, de institucionalizar o conflito inerente das disputas de poder, de promover a participação e a contestação dos cidadãos na vida pública (BOBBIO, 1986; WEFFORT, 1992; MOISÉS, 1995; DAHL, 1997). Por outro lado, deve ser capaz de assegurar importantes dimensões democráticas como: o primado da lei; os direitos dos cidadãos – civis, políticos e sociais; a promoção da igualdade entre os cidadãos; a existência de mecanismos efetivos de controle e fiscalização da ação dos governos e governantes – a *accountability* horizontal, vertical e social; e, a *responsividade* por parte dos governos e

⁷ Até agosto de 2009, no site da Freedom House somente há dados disponíveis sobre o número de democracias eleitorais a partir do ano 1989. Para esse ano o número de democracias eleitorais foi de 69 (41%) entre os 167 países pesquisados.

governantes às preferências e demandas dos cidadãos (DIAMOND e MORLINO, 2004; O'DONNELL, 2004a e 2004b; MOISÉS, 2005).

Deste ponto de vista, muitas das novas democracias ainda que apresentem eleições livres e com significativa participação de seus cidadãos – um procedimento central ao regime democrático – enfrentam em diferentes graus, dificuldades em efetivar todas as demais dimensões citadas acima e convivem com “déficits democráticos”⁸ (O'DONNELL, 1998; 2004a e 2004b; DIAMOND e MORLINO, 2004). Muitos governos nos primeiros anos de experiência democrática – como foi o caso do Brasil - tiveram dificuldades na promoção de reformas políticas, econômicas e institucionais necessárias, na elaboração e adoção de políticas públicas e econômicas capazes de resolver os graves problemas sociais (MOISÉS, 1995; LAGOS, 2000; LOPES, 2004), e também, acabaram por privilegiar o desenvolvimento da dimensão procedimental da democracia, como por exemplo, das eleições para cargos do governo, em detrimento das demais dimensões (MENEGUELLO, 1999 e 2007; KINZO, 2001 e 2004; DIAMOND e MORLINO, 2004).

Este desenvolvimento desigual das dimensões democráticas e o seu mau funcionamento - tanto no sentido de desvio de sua função normativa, quanto na ineficiência de suas ações em solucionar e atender as preferências e demandas dos cidadãos - são de distintas maneiras experimentadas pelos cidadãos e têm efeito sobre o conjunto de valores, atitudes e comportamentos políticos, como por exemplo os baixos níveis de confiança institucional (MOISÉS, 1995 e 2005; MOISÉS e CARNEIRO, 2008; O'DONNELL, 1998; 2004a; LAGOS, 2000; MISHLER e ROSE, 2001; LOPES, 2004).

No entanto, longe de ser um fenômeno isolado, peculiar às novas democracias emergidas na terceira “onda de democratização”, o declínio da confiança institucional também afeta regimes democráticos mais consolidados, como EUA e Inglaterra, porém em níveis menos intensos (DALTON, 1999; MILLER e LISTHAUG, 1999; NEWTON, 1999; NORRIS, 1999; DELLA PORTA, 2000; NEWTON e NORRIS, 2000; DOGAN, 2005;

⁸ São alguns exemplos: os abusos de poder por parte de autoridades; as atividades de corrupção política; o acesso restrito à Justiça por parte da população, sobretudo daquela mais humilde; controle da mídia e restrições às demais formas de participação e manifestação política dos cidadãos, limitados apenas ao voto (MOISÉS, 1995; DELLA PORTA, 2000; LAGOS, 2000; MISHLER e ROSE, 2001; LOPES, 2004; O'DONNELL, 2004a e 2004b; CARVALHO, 2006).

POWER e JAMISON, 2005). Pesquisas empíricas recentes realizadas nos países democráticos – recentes e já consolidadas - pelo World Values Survey⁹, Eurobarômetro¹⁰ e Latinobarômetro¹¹ têm mostrado, por um lado, que de maneira geral os níveis de confiança institucional expressados por seus cidadãos têm diminuído, principalmente, com relação às instituições de representação política, como partidos políticos e parlamentos, e por outro lado, que a democracia goza de maior preferência entre o público e cada vez mais é o regime adotado entre as nações do globo (DALTON, 1999; MILLER e LISTHAUG, 1999; NEWTON, 1999; NORRIS, 1999; DELLA PORTA, 2000; NEWTON e NORRIS, 2000; DOGAN, 2005; POWER e JAMISON, 2005).

Este contexto de ampla diversidade no qual as novas democracias se desenvolvem e o aparente paradoxo, que tanto as novas quanto as democracias consolidadas trazem, trouxe importantes questionamentos sobre quais são as condições necessárias para a emergência e manutenção da democracia ao longo do tempo; porque as democracias apresentam significativas diferenças qualitativas entre si; porque os comportamentos e as atitudes políticas dos cidadãos com relação ao regime e aos governos diferem entre nações; e, a quais fatores políticos, sociais, econômicos e culturais estes comportamentos e atitudes estão associados.

Como dito na introdução, o objetivo central desta pesquisa reside neste último ponto, isto é, quais são os impactos da percepção da corrupção para as atitudes e

⁹ O World Values Survey é formado por uma rede mundial de cientistas sociais vinculados às principais universidades do mundo, preocupados em estudar as mudanças dos valores e o seu impacto na vida social, política e cultural das pessoas. Para tanto, trabalham com surveys de pesquisa e os aplicam em diferentes países, ao todo foram pesquisadas 97 nações através de cinco ondas – 1981, 1990-91, 1995-96, 1999-2001 e 2005-07 -, nas quais aproximadamente 90% da população mundial foi abrangida.

¹⁰ O Eurobarômetro é um survey realizado anualmente desde 1973 pela Comissão Européia – instituição que representa a União Européia -, cuja preocupação é acompanhar e analisar a opinião pública dos cidadãos dos atuais 27 países membros da União Européia. Em média são feitas 1000 entrevistas em cada país membro.

¹¹ O Latinobarômetro é o nome do survey e da ONG responsável pela sua realização, cujo objetivo é acompanhar e analisar a opinião pública dos cidadãos latino-americanos. As pesquisas foram iniciadas em 1995 e desde então, anualmente são aplicadas 19 mil entrevistas em 18 países da América Latina: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

comportamentos democráticos, especificamente, para os níveis de confiança institucional dos cidadãos brasileiros ao Congresso Nacional e partidos políticos, e, ao apoio à democracia como forma ideal de governo. Por esta razão, inicio o trabalho teórico expondo a abordagem da *qualidade da democracia*, que compreende a democracia não apenas do seu ponto de vista instrumental, mas como um sistema que combina normas, procedimentos e instituições democráticas, representadas por um sistema legal, que dependem da efetiva ação do Estado. Dentro desta perspectiva teórica, a percepção por parte dos cidadãos da corrupção política em importantes instituições de representação política – ainda que não sejam necessariamente casos concretos – é encarada como um sinal de déficit democrático, que afeta negativamente a qualidade do regime e traz conseqüências à experiência democrática dos cidadãos e às suas preferências, avaliações e comportamentos políticos.

1.1 - Democracia minimalista e qualidade da democracia

Antes de expor propriamente o conceito da *qualidade da democracia* de Diamond e Morlino (2004) e O'Donnell (2004), considero necessário discorrer, brevemente, sobre as concepções de democracia “minimalista” ou “procedimentalista” de Schumpeter (1984) e de Dahl (1997) a fim de situar e contrapor as diferenças entre elas dentro da abordagem “realista” da teoria democrática moderna¹². Os autores selecionados para análise embora não sejam os únicos expoentes da teoria democrática, são importantes referências e suas respectivas obras, aqui apresentadas em ordem cronológica, se situam em momentos históricos distintos, mais precisamente após cada uma das três “ondas de democratização”:

¹² De acordo com O'Donnell (1999), as abordagens “realistas” da democracia trabalham com aspectos democráticos - como eleições livres e garantias aos direitos políticos e civis -, cuja ausência ou presença podem ser verificadas empiricamente em contrapartida às abordagens “prescritivas”, que adotam definições do que a democracia deveria ser na opinião dos seus respectivos autores.

Schumpeter após a primeira onda; Dahl após a segunda; e, Diamond, Morlino e O'Donnell durante a terceira.

Schumpeter (1984 [1940]) na obra *Capitalismo, Socialismo e Democracia* faz uma crítica aos teóricos da democracia clássica e elabora um modelo “realista” de funcionamento da democracia. Neste modelo o autor destaca as eleições livres e o sufrágio universal como as características específicas do regime democrático, que podem facilmente ser verificadas empiricamente, contrapondo-se desta forma, ao que ele considerava serem as bases excessivamente especulativas das teorias democráticas clássicas. De acordo com Schumpeter, a democracia é um *método* político, um arranjo institucional para a tomada de decisões políticas, legislativas e administrativas. A finalidade principal do *método democrático* é garantir aos eleitores a oportunidade de escolha de governos e o controle sobre estes, são especificamente estes dois pontos que distinguem a democracia de qualquer outra forma de regime político¹³. O êxito do método democrático depende de cinco condições: (1) lideranças qualitativamente capacitadas; (2) estabelecimento de limites para o alcance das decisões de políticas públicas, de forma que elas não abranjam temas de outras naturezas; (3) a existência de uma burocracia bem treinada que goze de boa posição, tradição e seja dotada de um forte senso de dever; (4) as lideranças políticas devem exercer o *autocontrole democrático* e o respeito mútuo, isto é, todos os atores políticos da nação devem estar dispostos a aceitar todas as medidas políticas, legislativas e administrativas tomadas pelos órgãos legalmente reconhecidos como legítimos; e, (5) a existência de ampla tolerância às diferentes opiniões dentro da sociedade.

O ponto central da teoria democrática do autor está no processo eleitoral, nas eleições livres e periódicas que conferem aos eleitores, cidadãos aptos a participarem, o poder de escolherem sem constrangimento ou coerção seu governo entre as elites que competem por seus votos aquela considerada mais qualificada. É precisamente esta dependência por votos em eleições que assegura o controle dos cidadãos sobre as elites políticas. Teoricamente, políticos com desempenhos insatisfatórios seriam “punidos” pelos

¹³ Para Schumpeter (1984) há apenas duas formas de sistemas políticos: a democracia, na qual os governos e as elites (líderes) que o administram são escolhidos e controlados pelos eleitores através do voto em eleições livres; e, o totalitarismo, onde não há controle e escolha dos governos e das elites por parte dos eleitores.

eleitores que deixariam de votar neles em pleitos futuros¹⁴. Contudo, a fim que as eleições cumpram com seu papel, Schumpeter salienta, ainda que sem muitos detalhes, a necessidade da efetividade dos direitos políticos e civis, para que deste modo, os cidadãos possam escolher as elites que os governarão. Basicamente, para o autor estes direitos se resumem às liberdades individuais de imprensa, expressão, organização e de participação dos processos eleitorais como eleitor ou como candidato.

A compreensão de Schumpeter (1984) da democracia como simplesmente um método político, pautado no sufrágio universal e nas eleições livres para a escolha de governos, fez com que esta abordagem ficasse conhecida como “minimalista”. O esforço de análise centrado apenas no viés instrumental da democracia, isto é, na livre competição entre as elites disponíveis, organizadas em partidos políticos, e no processo de sua escolha pelos eleitores via o voto em eleições¹⁵, deixou de lado outras importantes dimensões que também caracterizam o regime democrático moderno como: o primado da lei; o respeito aos direitos de cidadania e a idéia de igualdade que remetem; a existência de mecanismos de controle para além das eleições que assegurem à prestação de contas por parte dos governos e governantes; a *responsividade* dos últimos para com as preferências e interesses dos cidadãos; e, o funcionamento coerente das instituições estatais conforme os seus respectivos princípios democráticos de orientação e justificação. Frente aos limites desta abordagem, autores como Dahl (1997), Dimond e Morlino (2004) e O’Donnell (2004a e 2004b), com suas respectivas diferenças, elaboraram definições que não se esgotavam unicamente na institucionalização do processo eleitoral e resgataram em seus estudos, em diferentes graus, as dimensões acima mencionadas. Dahl elaborou o conceito de *poliarquia*, enquanto os últimos mais recentemente, elaboraram o conceito de *qualidade da democracia*. São precisamente estes dois conceitos que passo a apresentar a seguir.

¹⁴ Este mecanismo de controle dos cidadãos sobre aqueles que exercem o poder político através do voto em eleições livres, é conhecido como *accountability vertical* e será melhor discutido adiante, na discussão do conceito de *qualidade da democracia*.

¹⁵ De acordo com a crítica de Pateman (1992), a teoria democrática de Schumpeter apresenta uma concepção elitista da relação entre governantes e governados, na qual os cidadãos se resumem a eleitores sem demandas, sem qualquer outra função política até os momentos de eleições e cujas formas de participação política são reduzidas unicamente ao voto.

Dahl (1997 [1971]) em seu estudo comparativo nos anos 70 sobre o desenvolvimento e durabilidade dos regimes democráticos já existentes e os que surgiram após a segunda “onda de democratização”, ampliou e completou a definição de democracia com o conceito de *poliarquia*. De acordo com este autor, ainda que as eleições livres permitam aos cidadãos escolherem o governo e assegurem o controle do mesmo – aspectos reconhecidos como fundamentais aos regimes democráticos –, elas não necessariamente garantem a democracia e tampouco unicamente a definem. Nesta nova perspectiva a democracia é compreendida para além de seu aspecto instrumental e exige garantias institucionais específicas que efetivem os procedimentos democráticos – entre eles as eleições livres –, as normas do regime e os direitos civis e políticos dos cidadãos.

Na inexistência empírica de regimes totalmente democratizados, seja no passado ou no presente, Dahl (1997) prefere chamar os regimes democráticos existentes de poliarquias. Por poliarquia o autor compreende um regime democrático representativo amplamente aberto a contestação pública e a participação política dos cidadãos e grupos sociais, cujo governo e instituições são orientados por um conjunto de procedimentos e normas, compartilhados e aceitos como legítimos pela maioria dos atores políticos da sociedade, legalmente estabelecidos pela Constituição. A poliarquia é um regime caracterizado por garantir a contestação e a participação política aos seus cidadãos, pois assegura a estes três importantes condições: (1) de formular suas preferências; (2) de manifestar publicamente frente aos demais cidadãos e ao governo quaisquer preferências, de forma individual ou coletiva; e (3) de receber por parte do governo iguais condições de tratamento, independentemente do conteúdo ou origem de tais preferências. Para tanto, estas três condições requerem a existência de instituições democráticas que assegurem os direitos civis e políticos dos cidadãos e, o cumprimento das normas e dos procedimentos do regime estabelecidos pela Constituição; o que Dahl (1997) denominou de *garantias institucionais*, precisamente são: (1) liberdade de associação; (2) liberdade de expressão; (3) direito de voto; (4) elegibilidade para cargos públicos; (5) direito dos líderes políticos a competir por apoio e votos; (6) acesso a diversas fontes de informação; (7) eleições livres e honestas; e, (8) instituições que tornem as políticas do governo dependentes dos votos e demais formas de expressão das preferências e interesses dos cidadãos.

A síntese dessas garantias e condições é resumida por Dahl (1997) em duas dimensões teóricas inter-relacionadas que constituem a poliarquia: a *oposição pública* e *participação política*¹⁶. A primeira delas se refere à abertura legal que os regimes políticos oferecem aos seus cidadãos para debaterem e a contestarem publicamente o governo, governantes e as ações destes. A segunda, diz respeito ao número de cidadãos considerados legalmente aptos a participar da vida política do regime, através principalmente das eleições livres nas quais podem participar como eleitores ou como candidatos – neste último caso, via à organização de partidos políticos que expressem suas preferências e interesses. Ambas as dimensões são a base da poliarquia e estão associadas no sentido que uma não pode se desenvolver plenamente sem a outra, de maneira geral, restrições à participação política dos cidadãos afetam as formas de oposição dos mesmos e vice-versa. Todavia, a oposição pública e a participação política são influenciadas e legalmente estabelecidas pela Constituição de um país, que regula, legitima e orienta tanto os procedimentos do regime, quanto as ações dos atores políticos e os direitos políticos e civis dos cidadãos. Em outras palavras, a Constituição estabelece e define o marco legal de quais parcelas dos cidadãos estão aptas para contestarem e participarem da vida política e de que maneiras podem fazê-lo. Contudo, ainda que as dimensões da poliarquia e sua efetividade sejam mais facilmente encontradas em países ocidentais economicamente desenvolvidos, Dahl (1997) ressalta que o sucesso econômico não é determinante, pré-requisito ou garantia para a manutenção e a existência das mesmas e conseqüentemente, do regime democrático.

Desta forma, Dahl (1997) conclui que as democracias que conseguem efetivamente oferecer aos seus cidadãos plenas condições de oposição pública e participação política, apresentam governos responsivos - com alta capacidade de responder e atender as preferências de seus cidadãos e grupos sociais, sem estabelecer diferenças políticas entre eles - e com elevados graus de tolerância à pluralidade de preferências individuais e

¹⁶ De acordo com Dahl (1997), a variação nestas duas dimensões é o que justamente irá diferenciar os regimes políticos em quatro tipos: (1) *poliarquias*, regimes amplamente abertos à contestação, à participação, à competição política e por governos muito representativos e “responsivos” com relação às preferências e interesses dos cidadãos; (2) *oligarquias competitivas*, regimes abertos com moderações à contestação, à participação, à competição e por governos pouco representativos e “responsivos”; (3) *hegemonias inclusivas*, regimes com baixas oportunidades à contestação pública e à participação, sem a existência de competição política e por governos pouco representativos e “responsivos”; e, (4) *hegemonias fechadas*, regimes onde não há espaço para a contestação pública, à participação política, à competição e por governos nada representativos e “responsivos” com relação às preferências dos cidadãos.

coletivas. Isto permite às sociedades modernas - complexas, pluralistas e desiguais – processarem as diferentes preferências dos cidadãos e grupos sociais de forma pacífica, assegurando desta maneira, a manutenção do regime democrático, a liberdade e a autonomia dos cidadãos frente ao Estado.

Como se pode notar, a abordagem de Dahl sobre a democracia é mais complexa que a anteriormente elaborada por Schumpeter - reduzida exclusivamente ao processo eleitoral de escolha das elites que formarão o governo -, pois envolve a compreensão da efetividade dos direitos civis e políticos para além da esfera instrumental do voto; os últimos agora são vistos como fundamentais para a participação política e contestação pública dos cidadãos, que, no entanto, requerem necessariamente a existência de uma legislação e de instituições estatais que os assegurem. Entretanto, a abordagem de Dahl (1997)¹⁷ não engloba importantes dimensões da democracia e tampouco trata da questão da “*boa governança*”, aspectos levantados no âmbito da ciência política com o advento da terceira “onda de democratização” e da grande diversidade de países que se tornaram democráticos neste período. Muitas das novas democracias surgidas neste intervalo embora sejam consideradas poliarquias, - apresentem eleições razoavelmente livres e satisfaçam de certa forma as condições e as garantias institucionais estipuladas por Dahl -, convivem em diferentes graus com o mau funcionamento de suas instituições democráticas, no sentido destas se desviarem do exercício de suas funções normativas e de serem ineficientes em suas atribuições. Além disso, seus governos apresentam dificuldades em assegurar efetivamente em todo território determinadas dimensões democráticas como: o primado da lei; o respeito aos direitos dos cidadãos; e, a existência de mecanismos de controle das ações dos governos e governantes (MOISÉS, 1995, 2005 e 2008b; O’DONNELL, 1998, 1999 e 2004a; LAGOS, 2000; LOPES, 2004).

Frente a este cenário, O’Donnell (2004a), Diamond e Morlino (2004) ao analisar as novas democracias surgidas com o advento da terceira “onda de democratização” pensam o

¹⁷ Apesar das diversas críticas à Dahl (1997) da elaboração de um modelo teórico baseado nos regimes democráticos anglo-saxões, principalmente da democracia norte-americana, e da ausência de uma abordagem mais crítica com relação ao acesso desigual dos recursos políticos e econômicos que os diferentes grupos têm na sociedade – como podem ser vistas nas críticas de Domhof (1978) e Pateman (1992) -, o conceito de poliarquia e a compreensão do que seja esse regime são, todavia, uma importante referência na ciência política e na teoria democrática.

regime democrático não mais apenas do ponto de vista de suas condições e garantias de existência, ou do seu aspecto instrumental, mas também, no plano do Estado, da análise da qualidade das dimensões democráticas¹⁸. É precisamente esta análise da qualidade da democracia que servirá de orientação para o presente trabalho, no sentido de ajudar a pensar como os déficits do regime brasileiro e a percepção da corrupção política, experimentados pelos cidadãos, afetam as atitudes e o comportamento democrático dos mesmos, principalmente, com relação ao fenômeno da confiança institucional e ao apoio difuso. A corrupção é aqui vista como um fator que além de impactar negativamente à qualidade democrática, traz conseqüências para a experiência dos cidadãos com o regime e suas instituições.

De acordo com Diamond e Morlino (2004), o conceito de *qualidade da democracia* é definido a partir de duas perguntas: o que se entende por democracia e por qualidade? Por democracia os autores compreendem um regime que estabelece minimamente: (1) o sufrágio adulto universal; (2) eleições periódicas, justas, competitivas e livres; (3) a existência na sociedade de mais de um partido relevante; (4) a existência de fontes alternativas de informação e de fácil acesso. Estes quatro pontos básicos afirmam os autores, são fundamentais para o desenvolvimento de uma democracia ideal - isto é, um regime com (1) liberdades civis e políticas, no qual os cidadãos possam se organizar e articular em torno de seus interesses e preferências políticas; (2) com soberania popular, ou seja, controle por parte dos cidadãos sobre as políticas públicas e os dirigentes políticos que as executam; e, (3) com igualdade política de direitos e poderes entre todos os cidadãos -, assim como, para alcançar patamares mais elevados de *boa governança*. Isto significa um governo que seja transparente, responsável, preste contas de suas ações e aja de acordo com as normas legais instituídas. Neste sentido, a existência de instituições democráticas orientadas e comprometidas com o viés normativo que as fundamenta e justifica, é essencial.

¹⁸ Segundo O'Donnell (1999), praticamente todas as definições de democracia são uma condensação da trajetória histórica e da situação atual dos regimes democráticos mais antigos. Entretanto, as trajetórias e a situação das novas democracias diferem muito do que aconteceu nas velhas democracias, por esta razão, foi necessária a elaboração de uma nova teoria que levasse em conta estas diferenças.

Por sua vez, o conceito de qualidade desenvolvido pelos autores – “emprestado” da concepção de qualidade utilizada nas áreas de marketing e pesquisas industriais -, refere-se à qualidade do produto, ou serviço produzido, conforme os procedimentos, conteúdos e resultados. Dessa forma, no caso do estudo dos regimes democráticos, o termo qualidade se refere à *qualidade de resultados*, ou seja, a capacidade prática da democracia em satisfazer as expectativas que os cidadãos têm com relação ao regime; à *qualidade de conteúdo*, a capacidade da democracia em garantir aos cidadãos e grupos sociais amplas liberdades e igualdade política, a fim destes alcançarem suas demandas e interesses; e, *qualidade de procedimento*, a capacidade do regime democrático em assegurar aos cidadãos formas de avaliação do desempenho de seus representantes, governos e instituições, através de procedimentos legítimos como as eleições.

Tendo isto em mente, Diamond e Morlino (2004) desenvolveram o conceito multidimensional de *qualidade da democracia*, constituído por oito dimensões inter-relacionadas que podem ser empiricamente estudadas e nas quais, os países democráticos se estruturam e apresentam variações qualitativas. As oito dimensões que compõem a *qualidade da democracia* são: (1) o primado da lei; (2) a participação política; (3) a competição política; (4) a *accountability* vertical; (5) a *accountability* horizontal; (6) o respeito às liberdades civis e aos direitos políticos; (7) a implementação progressiva de uma maior igualdade legal e política, como consequência da dimensão anterior; e (8) a *responsividade* dos governos e governantes. Todas estas oito dimensões são importantes indicadores de qualidade democrática e são classificadas em três tipos: procedimentais (dimensões de um a cinco), que dizem respeito às leis e aos procedimentos práticos do regime; substantivas (dimensões seis e sete), que correspondem ao grau de igualdade política e social dentro da sociedade; e, responsiva (dimensão número oito), que serve como elo entre as duas classificações anteriores e remete às avaliações e julgamentos que os cidadãos fazem, a partir de suas demandas e preferências, sobre as políticas públicas e o funcionamento prático do regime, inclusive leis, instituições e gastos.

A primeira dimensão procedimental é o *primado da lei* (*Rule of Law*), um princípio central a qualquer democracia¹⁹ e base para as demais sete dimensões de qualidade democrática mencionadas acima. Diamond e Morlino (2004) e O'Donnell (1999, 2004a e 2004b) entendem por primado da lei a equidade de todos os cidadãos perante a lei e a aplicação da última de forma justa e igual a todos, através, sobretudo, das instituições do Poder Judiciário, de fácil e justo acesso, e independentes e autônomas ao Poder Executivo e Legislativo. Dessa forma ressaltam os autores, só há sentido falar no primado da lei em regimes democráticos, pois diferentemente dos demais sistemas políticos, este é o princípio básico no qual todas as normas e procedimentos do regime necessariamente são estruturados e orientados. Ao contrário dos regimes autoritários, cujas autoridades e instituições específicas gozam de privilégios legais e muitas vezes estão acima das leis, o regime democrático, com o efetivo exercício do primado da lei, nenhuma instituição, grupo ou indivíduo - independentemente de sua classe socioeconômica, profissão, religião, gênero e etnia - estão acima das leis, incluído todo o aparato estatal e o conjunto de seus agentes – até as mais altas autoridades - são regulados e sujeitos ao primado da lei.

Esta igualdade legal entre todos os cidadãos é instituída a partir de leis – claras, de conhecimento público, universais e não-retroativas - promulgadas e implementadas de acordo com os princípios e procedimentos democráticos estabelecidos pela Constituição, e, assegurada pela ação de um sistema legal, o sistema jurídico, composto por uma vasta e complexa rede de instituições estatais, independentes, hierarquizadas e difundidas em todo o território do Estado a fim de que não haja lugares onde a lei não alcance. Desta forma, o sistema legal democrático é responsável por sancionar e respaldar as liberdades e os direitos dos cidadãos – civis, políticos e sociais - fundamentais à democracia, ou seja, tal sistema torna os indivíduos de um território específico em sujeitos jurídicos com direitos e deveres. Portanto, é através deste arranjo que combina de um lado, uma legislação

¹⁹ Para Bobbio (1986) a democracia é por excelência o regime das leis e, a partir do momento em que perde o princípio do primado da lei, degenera-se rapidamente. Na democracia as leis têm o importante papel de assegurar por um lado, a defesa dos direitos dos cidadãos frente às arbitrariedades das autoridades, garantindo desta forma o seu controle e a publicidade de seus atos, e por outro lado, os procedimentos do regime, como as eleições que garantem a disputa pelo poder político de maneira pacífica e institucionalizada. Em outras palavras, nas leis está a fonte de todos os direitos, normas e procedimentos que orientam o regime democrático e suas instituições. Contudo, ainda que a democracia esteja subordinada às leis, ela é apta para elaborá-las e exercê-las.

apropriada, e por outro, instituições do Estado devidamente reguladas, que se estabelece um sistema legal democrático responsável e orientado pelo exercício do primado da lei. Precisamente, a dificuldade do Estado em promover a efetividade deste sistema e, conseqüentemente o primado da lei, é um dos principais problemas que as democracias enfrentam, sobretudo, as novas como as latino-americanas (O'DONNELL, 1999 e 2004a; DIAMOND e MORLINO, 2004).

A segunda dimensão procedimental, a da participação política, está fortemente associada à idéia de igualdade política, ou seja, todos os cidadãos num regime democrático possuem os mesmos direitos e deveres, constitucionalmente estabelecidos, incluindo os direitos políticos de participação na vida pública. De acordo com Diamond e Morlino (2004), nenhum regime pode ser considerado democrático sem que assegure a todos os seus cidadãos adultos o direito de participação política. Compreende-se por participação política a capacidade legalmente atribuída aos cidadãos de influenciarem o processo de tomadas de decisões, que requer necessariamente, a existência de um sistema legal que assegure aos cidadãos liberdades e direitos específicos de organização, de associação, de reunião, de opinião, de imprensa, de manifestação e de oposição. A forma mais conhecida e importante de participação política nas democracias é o voto, outras também relevantes são: ser votado em eleições livres, filiação à partidos políticos e sindicatos, e, a organização de setores da sociedade civil²⁰. Evidentemente, ressaltam os autores, a participação política dos cidadãos varia entre os países democráticos uma vez que estes possuem diferentes legislações, que regulam a extensão do sufrágio e demais formas de participação política, e instituições estatais que a defendam e garantam.

Instituída a participação dos cidadãos nos assuntos públicos é importante definir como será dada a competição no processo eleitoral democrático. Segundo Diamond e Morlino (2004), a competição política – a terceira dimensão procedimental – é estabelecida

²⁰ Os autores destacam três pontos importantes para a maior participação dos cidadãos e conseqüentemente, para a boa qualidade do regime democrático: (1) é desejável que os cidadãos participem da vida pública não somente através do voto em eleições, mas também, associando-se à partidos políticos e outros tipos de organização civil; (2) os cidadãos devem ter acesso a uma boa educação básica – sejam minimamente alfabetizados - que os habilite a compreenderem termos e as principais funções e procedimentos das instituições políticas centrais do regime; e (3) a existência de uma cultura política que valorize a tolerância, equidade, dignidade e a participação dos cidadãos nos temas públicos.

conforme a legislação eleitoral do país, cuja atribuição é especificar de quais maneiras os partidos podem concorrer e disputar as eleições, e deve ser assegurada através das instituições estatais, responsáveis pelo controle e fiscalização. A justa competição política requer: a existência de um sistema político institucionalizado; um processo eleitoral regular, livre, justo, com a participação de mais de um partido político; e, condições de disputa mais ou menos equitativas entre os partidos – incluso ao acesso à mídia e fundos de campanha. Todavia, os autores lembram que sistemas eleitorais baseados em eleições proporcionais e majoritárias apresentam elementos de competição diferentes, porém, não há evidências empíricas concretas para afirmar qual seja mais ou menos competitivo. O que concretamente influencia na competição são as regras de disputa e a existência de uma justiça eleitoral independente – instituição ligada ao Poder Judiciário -, que fiscalize e promova a justa competição dos partidos nas eleições. Logo, como as demais dimensões democráticas, a competição política varia entre os distintos países democráticos, pois alguns destes possuem graus de acesso aos processos eleitorais mais ou menos abertos aos atores e forças políticas.

A quarta e quinta dimensões procedimentais dizem respeito aos mecanismos de controle verticais e horizontais, isto é, a *accountability*²¹. Conforme O'Donnell (2004a e 2004b), o sistema legal democrático desempenha dois importantes papéis na democracia: (1) defender e assegurar as liberdades e os direitos dos cidadãos inerentes ao regime democrático; e, (2) assegurar formas de *accountability*, para que não haja nenhum poder incontrolável que possa por em risco os direitos e as liberdades dos cidadãos. É precisamente este segundo ponto que trato a seguir.

Nos regimes democráticos todas as ações dos governos e governantes estão sujeitas ao controle, à fiscalização, e quando necessário, à punição e sanções, seja por parte de instituições legalmente definidas e incumbidas para essa tarefa, seja também, pelos próprios cidadãos. A sujeição dos governos e governantes a uma multiplicidade de controles tem como objetivos assegurar o manejo responsável dos assuntos públicos e o controle do poder político, assim, há três tipos de *accountability*: (1) *vertical* (quarta dimensão

²¹ O termo em inglês *accountability* não possui tradução correspondente em português, o mais próximo é “prestação de contas”, por isto, uso no presente trabalho, o termo no original.

procedimental), é exercida pelos cidadãos através das eleições livres²², que funciona como um veredicto popular, no qual estes – providos de informações adequadas e plurais - podem escolher mudar de governantes e punir aqueles com mau desempenho, ou reeleger aqueles que atenderam as suas preferências e interesses; (2) *societal*, é compreendida também como outra forma de accountability vertical e é exercida por grupos sociais e meios de comunicação que buscam mobilizar o sistema legal, demandando reivindicações ao Estado e governos no sentido de prevenir, corrigir e cobrar punições a atos ilegais de funcionários públicos e ocupantes de cargos políticos; e, (3) *horizontal*²³ (quinta dimensão procedimental), pautado no princípio democrático da divisão dos poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – e dos controles e equilíbrios entre eles, é realizado via principalmente as instituições do Estado²⁴, devidamente legalizadas, autônomas e

²² De acordo com O'Donnell (1999), as eleições para governos e governantes somente existem na democracia e são o único meio de acesso às principais posições do governo – com exceção dos Tribunais Superiores e Forças Armadas. As eleições devem cumprir seis requisitos específicos: (1) serem competitivas; (2) livres; (3) igualitárias; (4) decisivas; (5) incluídas; e, (6) institucionalizadas. Pelo primeiro requisito o autor compreende que os partidos em disputa eleitoral devem ser no mínimo dois e terem oportunidades razoáveis de mostrar suas opiniões aos eleitores; e, os cidadãos têm que ter no mínimo seis opções de escolha: votar no partido A; votar no partido B; não votar; votar em branco; anular o voto; ou adotar algum processo aleatório para escolher uma das opções anteriores. Por “livres” se entende uma escolha “verdadeira”, ou seja, os eleitores não são de maneira nenhuma coagidos quando estão decidindo seu voto, ou no momento em que votam. Por “igualitárias”, compreende que cada voto deve possuir o mesmo peso que os demais e ser computado como tal, independentemente dos atributos políticos, econômicos, culturais de cada eleitor. Por “decisivas”, compreende que os vencedores das eleições devem tomar posse dos cargos para os quais foram eleitos; e, os funcionários eleitos devem tomar as decisões inerentes de seus cargos tendo como base a autoridade estabelecida pela Constituição e permanecer em seus cargos até a conclusão de seus mandatos legalmente estabelecidos. Pelo quinto requisito, entende-se que os cidadãos adultos de um país, com raras exceções, têm o direito outorgado de votar e ser votado; e, finalmente, por “institucionalizadas”, compreende-se que as eleições devem ser periódicas, ou seja, que se prolonguem em um futuro indeterminado (O'DONNELL, 1999: 588).

²³ A idéia de accountability horizontal está intimamente associada à idéia de governo representativo, que pressupõe que os representados autorizam seus representantes, via as eleições, a usufruírem o poder político de forma responsável e responsiva conforme as preferências dos primeiros. Devido à existência de uma distância entre representantes políticos e cidadãos – dado que os últimos não exercem diretamente o poder, senão através de políticos profissionais –, a democracia representativa possui uma série de mecanismos institucionais que buscam assegurar que esta separação não resulte em governos irresponsáveis ou totalmente independentes às demandas dos cidadãos. Neste sentido, as instituições incumbidas à tarefa de prestação de contas cumprem um papel central na democracia representativa de assegurar que os governos respondam por suas ações e aos interesses dos representados (MANIN, PRZEWORSKI e STOKES 1999; MIGUEL, 2005; PERUZZOTTI, 2008).

²⁴ Conforme O'Donnell (1998), a ausência de instituições estatais devidamente capacitadas para exercerem a accountability horizontal, ou tornadas ineficientes por executivos fortes e legislativos aquiescentes, é um dos problemas que, sobretudo, afligem muitas das novas democracias. Dentro deste cenário o autor coloca em diferentes graus quase todos os países latino-americanos, com exceções da Costa Rica e o Uruguai.

capacitadas, com o intuito de prevenir, corrigir e punir ações ilegais dos agentes ou agências do Estado – como a corrupção política. As principais instituições que exercem a accountability horizontal são: os partidos políticos, sobretudo, os de oposição ao governo; comissões parlamentares de inquérito (CPIs); o Ministério Público; Tribunais; Agências de Auditorias; o Banco Central; e, outras independentes do Estado²⁵, como ONGs e órgãos internacionais (DIAMOND e MORLINO, 2004; O’DONNELL, 2004a e 2004b).

Devido ao importante papel que a accountability cumpre no regime democrático moderno, Diamond e Morlino (2004) e O’Donnell (2004a) a ressaltam como um relevante indicador de qualidade, e por esta razão, o seu funcionamento insatisfatório e em desacordo com os pressupostos normativos que justificam a sua criação e função - o controle sobre o poder que governos e governantes legalmente exercem –, comuns em novas e velhas democracias – sendo mais comum nas primeiras - são indícios de problemas na sua qualidade. No entanto, para cumprirem sua função, ambos os tipos de accountability dependem das demais dimensões - procedimentais vistas anteriormente, e das substantivas e responsivas, que serão vistas adiante -, ou seja, os governos e governantes somente podem “prestar contas” se os cidadãos dispõem dos mecanismos efetivos para tanto, como instituições e eleições consolidadas, uma sociedade civil organizada, meios de comunicação independentes, e um efetivo sistema legal democrático com capacidade de fiscalização e sanção²⁶. Exemplificando, somente sobre o primado da lei os mecanismos de controle verticais, horizontais e sociais funcionam efetivamente sem a obstrução ou intimidação por parte dos governos e governantes; e, somente através da participação e competição política – dimensões intimamente associadas às eleições – pode haver a accountability vertical. Todavia, segundo O’Donnell (1998) a fragilidade da accountability significa que os componentes liberais, de respeito aos direitos e liberdades dos cidadãos, e republicanos, de

²⁵ Como resposta aos diversos abusos cometidos pelos governos autoritários, em muitas das novas democracias surgiram organizações por fora do Estado que promoviam a defesa dos direitos e liberdades dos cidadãos; o controle das ações estatais; a supervisão das eleições e esforços de educação da população, no sentido de que está conhecesse e exercesse seus direitos (O’DONNELL, 1998).

²⁶ Nas palavras de Schmitter (2004), a accountability deve ser institucionalizada para ser realmente efetiva, isto é, ela deve ser pré-estabelecida via a Constituição e assegurada por instituições estatais legalmente elaboradas para tal tarefa.

cumprimento dos deveres públicos, sujeição à lei e devotado serviço ao interesse público, das democracias são frágeis.

Como dito anteriormente, as cinco dimensões procedimentais, já vistas, estão tanto associadas entre si, quanto às dimensões substantivas e responsivas – respectivamente a sexta, sétima e oitava dimensões da qualidade da democracia. Estes dois últimos tipos de dimensões, como a procedimental, desempenham também um importante papel para a qualidade do regime democrático e por isto, passo a apresentá-las conforme a leitura de Diamond e Morlino (2004) e Beetham (2004).

De acordo com estes autores, a sexta dimensão da qualidade democrática – ou a primeira substantiva - consiste no respeito aos direitos civis e políticos dos cidadãos dentro de uma sociedade²⁷; direitos sem a qual a democracia e as suas dimensões não podem funcionar adequadamente. Pelo primeiro tipo de direitos os autores compreendem as liberdades individuais necessárias à democracia: de pensamento e expressão; de religião; de segurança; de acesso as múltiplas fontes de informação; de reunião e associação – incluindo à sindicatos e partidos políticos -; de organização, de propriedade e contrato; de ir e vir; e, de acesso à Justiça e à um processo jurídico justo. Por direitos políticos entendem: a liberdade dos cidadãos em eleger representantes políticos via sufrágio universal em intervalos regulares, por voto secreto e com escolha efetiva entre candidatos e partidos; em candidatar-se e concorrer a cargos políticos em eleições livres; e, votar diretamente em referendos e plebiscitos. Os direitos políticos além de permitirem aos cidadãos aptos a participar politicamente do processo de tomada de decisões, como eleitor ou candidato, fortalecem a competição e conseqüentemente, a *accountability* vertical. No entanto, ainda que amparados constitucionalmente os direitos civis e políticos não são garantidos por si só, por isto, é fundamental no regime democrático a existência de instituições do Estado que os defendam e busquem assegurá-los de forma equitativa a todos os cidadãos - novamente, como nas demais dimensões da qualidade da democracia, a ação do sistema legal é fundamental e variará entre os países democráticos.

²⁷ Autores como Marshall (1967), Bobbio (1986) e O'Donnell (1999) já ressaltaram a conexão existente entre os direitos civis e políticos - consideram os últimos como extensão jurídica e histórica dos primeiros - e a sua importância para a cidadania política e conseqüentemente, para o regime democrático.

Como consequência direta do efetivo respeito aos direitos políticos e civis, está à promoção da igualdade política e formal entre os cidadãos – é esta precisamente a sétima dimensão da qualidade democrática, ou a segunda substantiva. A equidade nestes planos é um dos pressupostos centrais da democracia e implica que todos os cidadãos são iguais e portadores dos mesmos direitos, estabelecidos e salvo-guardados por uma Constituição e instituições do Estado. Porém, ainda que a democracia deva promover e assegurar a todos os cidadãos os mesmos direitos e proteções legais, esta é uma dimensão que nenhum país democrático conseguiu perfeitamente, e conforme a efetividade do sistema legal do país, os graus de igualdade legal e política, variaram - por esta razão, a sua progressiva implementação, todavia é uma tarefa difícil. O princípio democrático da igualdade política e legal entre os cidadãos serve também, como ponto de partida para a promoção de uma igualdade no plano econômico e social reivindicado por importantes atores políticos - movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos – ao longo do século XIX e XX²⁸. Neste sentido, Diamond e Morlino (2004) e Beetham (2004) ressaltam que embora a democracia não exija uma igualdade econômica, ela é desejável, pois uma sociedade demasiadamente desigual neste aspecto poderá trazer consequências negativas para a equidade política e legal, comprometendo as condições de participação e competição política dos cidadãos, e também, de acesso igual por parte dos mesmos à Justiça e formas de tratamento.

Por fim, a oitava e última dimensão da qualidade da democracia elaborada por Diamond e Morlino (2004) e Powell Jr. (2004), é a responsiva. A responsividade se refere à sensibilidade dos governos e governantes em atenderem – responderem - os interesses e preferências dos cidadãos; em outras palavras, a disposição dos governos e representantes em elaborarem e implementarem políticas públicas de acordo com as vontades daqueles que representam. O processo de responsividade democrático é composto por quatro estágios interligados: (1) preferências políticas dos cidadãos; (2) comportamento eleitoral dos cidadãos; (3) escolha dos representantes políticos; e, (4) implementação de políticas públicas e seus resultados. As preferências políticas dos cidadãos orientam o comportamento político dos mesmos nas eleições – ou seja, o voto -, que influencia no

²⁸ Historicamente a luta por uma maior igualdade no plano legal e político trouxe demandas para a equidade econômica e social, que resultou no século XX, na conquista dos direitos sociais – como acesso à saúde, educação, renda mínima e outros (MARSHALL, 1967).

resultado eleitoral e na escolha dos representantes políticos, estes últimos por sua vez, ao ocuparem os cargos para o qual foram eleitos tem a possibilidade de elaborar e implementar as políticas públicas requeridas pelos seus eleitores. Frente a estas respostas, os cidadãos conforme suas respectivas demandas e preferências avaliam e julgam a performance dos governos e governantes, as políticas públicas implementadas e também, o funcionamento geral do próprio regime democrático – como leis, instituições e procedimentos. Feita esta avaliação, os cidadãos podem punir ou recompensar o governo e governantes nas eleições, que têm por sua vez, interesses em atender as vontades e preferências dos primeiros a fim de se (re)elegerem. Neste sentido, a responsividade se aproxima da *accountability vertical*²⁹ e, assim como as outras dimensões que compõem a *qualidade da democracia*, depende para ser realmente assegurada da efetividade dos direitos civis e políticos dos cidadãos, dos tipos de *accountability*, do primado da lei e, sobretudo de leis e instituições estatais que assegurem estas dimensões democráticas.

Porém, como mostram os autores, é impossível para o governo e governantes serem totalmente responsivos, pois não há formas destes atenderem todas as distintas preferências dos cidadãos e grupos heterogêneos que compõem os regimes democráticos modernos. Mesmo um governo responsivo poderá apresentar um significativo número de cidadãos insatisfeitos com seu desempenho e suas políticas públicas. Além desta dificuldade, os governos e governantes também encontram limites na sua capacidade responsiva para com os cidadãos nos seguintes pontos: (1) os governantes podem buscar maximizar sua autonomia perante os eleitores agindo de forma demagoga ou manipuladora com relação aos cidadãos; (2) escassez de recursos públicos para a elaboração e implementação de políticas, que limitam as ações do governo em atender as preferências e demandas dos cidadãos; e, (3) soberania popular limitada decorrente da dependência econômica de alguns países ao capital estrangeiro, agravadas, com o processo de globalização econômica que tornou alguns governos “subordinados” das decisões de outrem.

²⁹ De acordo Manin, Przeworski e Stokes (1999), a distinção entre responsividade e *accountability vertical* é pequena, já que a disposição dos governos e governantes em atender as preferências dos cidadãos (responsividade) depende que consigam se eleger, ou seja, dependem do voto dos eleitores, que podem punir ou recompensá-los nas eleições livres (*accountability vertical*).

Assim, conforme a leitura dos autores citados, todas estas oito dimensões da qualidade da democracia aqui apresentadas trabalham com diferentes princípios básicos ao regime democrático e estão inter-relacionadas, se reforçam e se sobrepõem, de maneira que, muitas vezes dificilmente se consegue saber onde exatamente termina uma e começa a outra. Por esta razão, é muito comum que países democráticos com deficiências em alguma das dimensões apresentem também problemas em outras³⁰. Diamond e Morlino (2004) e O'Donnell (2004a) afirmam que as diferenças qualitativas entre os países nestas oito dimensões, são resultantes das escolhas que os próprios fazem e fizeram ao longo de suas respectivas histórias políticas. Isto significa dizer que os países democráticos, novos e velhos, ao longo de seu desenvolvimento favoreceram e atribuíram maior “peso” a certas dimensões da qualidade democrática, em detrimento das outras. No caso das novas democracias advindas da terceira “onda de democratização”³¹, muitos dos governos num primeiro momento privilegiaram a consolidação de um processo eleitoral³² antes de completar a instauração de instituições do regime democrático incumbidas de assegurar importantes dimensões democráticas como: o primado da lei; a participação dos cidadãos nos assuntos públicos; a livre e justa competição política; as formas de accountability; os direitos dos cidadãos e à igualdade que remetem; e, a responsividade dos governos e

³⁰ São indicativos de deficiências na qualidade democrática países que sofrem com a participação política de seus membros limitada; eleições desonestas e objeto de fraudes; meios de comunicação parciais e controlados; tratamento desigual, ineficiente e discriminatório por parte das instituições do Estado; formas explícitas de violência física e de desrespeito aos direitos dos cidadãos; existência de milícias e grupos paramilitares; perseguições às lideranças políticas; más condições da população carcerária; constantes abusos de poder por parte de autoridades, governos e governantes; freqüentes atividades de corrupção; acesso restrito à Justiça e mau funcionamento da mesma; leis mal elaboradas e aplicadas; dependência e subserviência das instituições estatais a um ou mais Poderes (O'DONNELL, 1998, 2004a e 2004b; BEETHAM, 2004).

³¹ O enfoque nestas se dá na presente pesquisa por uma opção de recorte do objeto de estudo, centrado no regime democrático brasileiro, e não porque as democracias consolidadas estejam livres de problemas.

³² O'Donnell (1998) ressalta que a cidadania política pode ser implantada em meio a uma cidadania civil fraca ou extremamente injusta, no entanto, esta situação leva ao mau funcionamento do regime democrático e traz conseqüências para a experiência democrática dos cidadãos e para suas relações com o Estado e instituições.

governantes para com os cidadãos - ainda que possuíssem uma legislação prevista para tanto³³ (O'DONNELL, 1998, 1999, 2004a e 2004b; DIAMOND e MORLINO, 2004).

Neste sentido, considero que os déficits da democracia brasileira comprometem a sua qualidade e influenciam a experiência, a avaliação e a percepção dos cidadãos com relação às instituições democráticas. Deste modo, as atitudes manifestadas pelos cidadãos, como a insatisfação política e desconfiança institucional - sobretudo com as instituições políticas centrais, como os partidos políticos e o parlamento – precisam ser examinadas (NORRIS, 1999; NORRIS e DALTON, 2000; LOPES, 2004; MOISÉS, 2005 e 2008; POWER e JAMISON, 2005). É especificamente sobre a relevância desta última consequência que o próximo tópico irá discorrer.

1.2 – Instituições democráticas e confiança institucional

Como foi visto na seção anterior a ausência de instituições básicas do Estado, ou o seu mau funcionamento, compromete a efetividade das dimensões da democracia e marcam a experiência democrática dos cidadãos. Por este motivo, na presente seção apresento estudos que mostram que o mau funcionamento das instituições democráticas - no sentido de agirem de forma ineficiente e contrária às suas normas de conduta, como é o caso da corrupção – contribuem, ao lado de outros fatores, para o desenvolvimento da baixa confiança institucional. Porém, antes deste ponto discorro a respeito do papel das instituições para a democracia e porque a confiança nelas é importante.

Como qualquer outro regime político, o regime democrático moderno possui um conjunto específico de normas e procedimentos³⁴, nos quais o sistema político se estrutura e

³³ Algumas destas democracias ficaram conhecidas como democracias eleitorais, pois ainda que apresentem eleições, a participação dos cidadãos é limitada, há déficits de representação, sistemas partidários não consolidados e pouco respeito às demais dimensões da qualidade democrática (O'DONNELL, 1998 e 1999).

funciona, tendo em vista duas preocupações centrais: “quem governa”, o número de pessoas que tem acesso ao poder político e ao processo de tomada de decisões; e, “como governa”, as formas com as quais o poder político e o processo de tomada de decisões serão exercidos por aqueles que o detém. Ainda que muito importantes à democracia, as normas e procedimentos não se efetivam por si só, e por esta razão, para que o regime democrático funcione adequadamente é fundamental a existência de instituições democráticas³⁵ e a participação dos cidadãos nos assuntos públicos e processos de tomada de decisões políticas³⁶ (TOCQUEVILLE, 1979; MILL, 1981; BOBBIO, 1986; DAHL, 1997; OFFE, 1999; WARREN, 1999; DIAMOND e MORLINO, 2004; O’DONNELL, 2004a e 2004b; MOISÉIS, 2005 e 2008).

Como visto no tópico anterior, as instituições democráticas são essenciais à democracia e ao seu sistema legal, pois são responsáveis pela efetividade das leis, dimensões e procedimentos do regime. De maneira semelhante, Bobbio (1986) afirma que as instituições democráticas são importantes mecanismos intermediários entre os cidadãos e o regime, principalmente, os partidos políticos, parlamentos e Tribunais de Justiça. As principais atribuições das instituições democráticas são: (1) garantir a distribuição e o compartilhamento do poder político, o seu controle e fiscalização; (2) garantir a institucionalização da disputa de poder entre os atores políticos de forma pacífica, sem conflitos violentos e inconciliáveis; (3) assegurar os direitos dos cidadãos incluso o acesso

³⁴ Alguns destes procedimentos e normas democráticas vistos anteriormente são: eleições livres, competitivas, honestas, igualitárias, decisivas, includentes e periódicas que respeitem o princípio majoritário; sufrágio universal e secreto; Constituição democrática que promova e defenda os direitos civis e políticos dos cidadãos; efetividade do primado da lei; existência de instituições democráticas aptas a formularem, implementarem políticas públicas e assegurarem o acesso dos cidadãos à Justiça; independência e divisão do poder político entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; a *responsividade* e a *accountability* por parte dos governos, governantes, funcionários e instituições públicas (BOBBIO, 1986; O’DONNELL, 1999 e 2004a e 2004b).

³⁵ Por instituições democráticas entendo as instituições de representação como o Congresso Nacional e os Partidos Políticos; os órgãos de execução de políticas públicas como a presidência da República, Governadores Estaduais e Prefeitos; e, órgãos do Poder Judiciário como os Tribunais municipais, estaduais e federais.

³⁶ Alguns cientistas políticos consideram a existência de uma cultura política que valorize os princípios democráticos de tolerância, equidade, associação cívica e participação dos cidadãos nos temas públicos tão importantes quanto os fatores descritos anteriormente (TOCQUEVILLE, 1979; ALMOND e VERBA, 1963; INGLEHART, 1993; PUTNAM, 1996; MOISÉS, 1995, 2005; MOISÉS e CARNEIRO, 2008).

à Justiça; e, (4) assegurar a transformação e implementação das preferências, interesses e demandas dos cidadãos em políticas públicas. Em outras palavras, via a efetiva ação das instituições democráticas se garante por um lado, a distribuição e o compartilhamento do poder político com vista à tomada de decisões coletivas, e por outro lado, a participação dos cidadãos neste processo e nos assuntos públicos (TOCQUEVILLE, 1979; BOBBIO, 1986; DAHL, 1997; MOISÉS, 2005).

Ademais, as instituições democráticas também desempenham importante papel como mecanismos de referências e orientação de comportamentos democráticos e de transmissão de valores específicos - como de justiça, de tolerância, de respeito e aquiescência às leis, de equidade e imparcialidade, que favorecem de maneira geral, a cooperação, coordenação e solidariedade social, e ao desenvolvimento da confiança (OFFE, 1999; SZTOMPKA, 1999; WARREN, 1999; MOISÉS, 2005). De acordo com Warren (1999), a própria característica deliberativa das instituições democráticas contribui para o desenvolvimento da confiança, pois são espaços públicos regidos por regras que promovem e incentivam o diálogo, o debate de idéias e a troca de informações, cujos efeitos para os cidadãos e a comunidade política são: (1) a promoção da tolerância; (2) a busca por resoluções de conflitos em torno de consensos e interesses comuns; (3) a maior transparência³⁷ e legitimidade das decisões coletivas tomadas pelos atores políticos - o que reduz o peso da coerção e do suborno nos processos decisórios; (4) o estabelecimento de vínculos de identidades, compromissos e interesses comuns entre os cidadãos; e, (5) a existência de espaços para a contestação pública.

As instituições democráticas são importantes mecanismos de segurança frente às incertezas e imprevisibilidades que cercam as relações sociais, políticas e econômicas modernas e frente às ações dos “outros”. Pois, as instituições democráticas são orientadas por um conjunto de normas e procedimentos de funcionamento legalmente pré-

³⁷ A democracia é conhecida como o governo do poder visível, do poder público, cujas ações e as circunstâncias nas quais estas são tomadas são de conhecimento público em contrapartida, aos demais regimes políticos, cujas decisões são privadas, particular a alguns poucos, secretas e invisíveis à maioria dos cidadãos. Precisamente, essa publicidade dos atos políticos na democracia torna mais difícil a ocorrência de condutas imorais e antiéticas por parte dos governos e seus agentes (BOBBIO, 1986).

estabelecidos e de conhecimento público³⁸, que além de serem pautados na impessoalidade e no reconhecimento dos cidadãos como iguais e portadores dos mesmos direitos, controlam e fiscalizam as ações dos “outros” e as suas próprias, aplicando sanções e punições a comportamentos considerados ilegais. Em outras palavras, as instituições democráticas possibilitam que a ação dos indivíduos e demais atores políticos sejam previsíveis, a partir de regras que organizam o seu desempenho e permitem que a sua ação seja fiscalizada e controlada socialmente através de normas de imparcialidade e de correção de desvios (OFFE, 1999; SZTOMPKA, 1999; WARREN, 1999; MOISÉS e CARNEIRO, 2008). Isto provê aos cidadãos previsibilidade, segurança a potenciais riscos e facilita o processo de tomada de decisões individuais (OFFE, 1999; SZTOMPKA, 1999; WARREN, 1999).

Todavia, de acordo com Sztompka (1999) há seis práticas democráticas que não podem ser alcançadas sem a confiança: (1) a prática da comunicação, a democracia requer comunicação entre os cidadãos, isto é, que os indivíduos possam trocar opiniões, formular escolhas políticas e se articularem em torno de ações políticas; (2) a prática da tolerância, a democracia requer o reconhecimento e a aceitação do pluralismo de opiniões, de estilos e modos de vida, preferências; (3) obediência e aceitação por parte da maioria dos atores políticos, as normas e procedimentos democráticos – às “regras do jogo” – orientados pelo consenso mínimo e interesses comuns; (4) as disputas políticas sejam feitas de forma civilizada na base do diálogo e no debate de idéias, ou seja, que não haja entre os atores políticos em disputa troca de ataques pessoais e intimidações; (5) a prática da participação dos cidadãos em instituições democráticas, associações e organizações da sociedade civil, em torno, de objetivos políticos; em outras palavras, a participação dos cidadãos – eleitoral, de autogoverno e associativa – requer certa confiança por parte destes no regime político, nas leis e no resultado de seus esforços e ações; e (6) diretamente associada a prática anterior, a efetiva participação dos cidadãos requer que estes se informem e adquiram conhecimento a cerca dos assuntos políticos, para tanto, eles devem possuir confiança nas

³⁸ Teoricamente, isto significa que tanto o funcionamento quanto a conduta das instituições e de seus agentes, além de serem previamente estabelecidos e orientados por leis, são conhecidos pelo conjunto dos cidadãos - ainda que na prática muitos cidadãos não tenham esse conhecimento (OFFE, 1999).

fontes de informação e também, um grau mínimo de escolaridade para que possam compreender os procedimentos e normas democráticas e para se informarem.

Portanto, tão importantes quanto as normas e os procedimentos, as instituições democráticas são elementos essenciais à democracia, ao seu bom funcionamento e à sua qualidade, e como já foi explicitado no tópico anterior, elas são responsáveis por assegurar as normas, os procedimentos do regime e as dimensões da *qualidade da democracia* (DIAMOND e MORLINO, 2004; O'DONNELL, 2004a e 2004b). Porém, para que as instituições democráticas cumpram com sua função social e política para a qual foram incumbidas legalmente de realizar, é desejável que os cidadãos tenham confiança nelas, nas normas e nos procedimentos do regime, de forma que as reconheçam como legítimas e importantes para a vida política e social. Para que deste modo os cidadãos se sintam motivados para participar politicamente dos assuntos públicos e dos processos de escolha de governos e governantes – fortalecendo as formas de *accountability vertical* -; para que cooperem na elaboração e coordenação de políticas públicas – favorecendo o sucesso das mesmas e a *responsividade* por parte dos governos e governantes -; usufruam dos seus direitos e dos serviços públicos – incluso o acesso à Justiça -; e para a sua própria aquiescência às leis (DALTON, 1999; NEWTON, 1999; NORRIS, 1999; OFFE, 1999; DELLAPORTA, 2000; NEWTON e NORRIS, 2000). Assim, o sentimento de baixa confiança nas instituições democráticas, sobretudo, aquelas de representação política³⁹, como os Parlamentos e Partidos Políticos, expressados em recentes pesquisas de opinião

³⁹ Devido à impossibilidade da democracia direta funcionar nas sociedades modernas, – pois estas são altamente complexas e requerem conhecimento técnico a cerca de questões políticas e econômicas, apresentam dimensões territoriais extensas e elevado número de habitantes, os quais seus afazeres privados, cada vez maiores, demandam muitas horas diárias consequentemente reduzindo o tempo livre para a participação política –, já que é inviável imaginar que todos os cidadãos possam se reunir e debater a cerca de todos os assuntos públicos, a democracia representativa e suas instituições de representação política foram a solução encontrada. O princípio básico da democracia representativa continua sendo o governo do povo e embora ele não esteja presente diretamente no processo de decisões, ele, como titular da soberania delega capacidade decisória a um grupo de representantes eleitos pelo voto popular. (BOBBIO, 1986; MANIN, 2006). No entanto, a relação entre representantes e representados enfrenta problemas como: (1) separação entre governantes e governados, no sentido de que são os primeiros, menos numerosos, que propriamente tomam as decisões em nome de uma coletividade muito maior; (2) a formação de uma elite política distanciada da massa da população, como conseqüência da especialização que as questões políticas, econômicas e sociais requerem, e pelo próprio número limitado de representantes eleitos; e (3) a ruptura do vínculo entre a vontade dos representados e a vontade dos representantes. Contudo, a fórmula que o arranjo democrático encontrou para amenizar tais problemas foi a *accountability vertical* (BOBBIO, 1986; MIGUEL, 2005).

pública, torna-se um ponto relevante a ser discutido e será no decorrer deste capítulo, conforme a literatura do tema, apresentado. No caso, as instituições de representação política além de garantirem a distribuição e o compartilhamento do poder político, buscam também assegurar o controle do mesmo através da *accountability horizontal* e a *responsividade* (BOBBIO, 1986; MOISÉS, 1995 e 2005; NORRIS, 1999; O'DONNELL, 1999 e 2004a; OFFE, 1999; DIAMOND e MORLINO, 2004).

A relevância da confiança para o regime democrático está na premissa de que ela é uma condição importante à democracia, sendo que distintos autores e abordagens da Ciência Política trataram desta questão, gerando uma grande controvérsia teórica acerca dos conceitos de confiança social e confiança institucional (INGLEHART, 1993; PUTNAM, 1996; NEWTON, 1999; NORRIS, 1999; NEWTON e NORRIS, 2000; MISHLER e ROSE, 2001; DOGAN, 2005). Inicialmente o conceito de confiança institucional – ou política - foi associado como consequência da confiança social – ou interpessoal -, mais recentemente, estudos feitos em diferentes países democráticos têm mostrado cada vez mais que ambos os tipos de confiança não estão necessariamente associados e dão conta de objetos distintos (NEWTON, 1999; NEWTON e NORRIS, 2000; MISHLER e ROSE, 2001; DOGAN, 2005). Com o intuito de mostrar esse debate teórico, os próximos dois sub-tópicos tratam respectivamente da confiança interpessoal e institucional a fim de mostrar suas diferenças; e, no seguinte sub-tópico, trato dos estudos que abordam o impacto da corrupção para a confiança.

1.2.1 – A confiança interpessoal

O conceito de confiança interpessoal ou social, como o nome já diz, é a relação de confiança⁴⁰ entre indivíduos, sejam eles conhecidos e próximos do convívio diário, como parentes, amigos e colegas de trabalho, sejam eles totalmente estranhos, sem proximidades e sem conhecimento direto, como autoridades e lideranças políticas – casos estes apenas mais comuns de ausência de conhecimento pessoal direto, pois evidentemente, dentro da sociedade há indivíduos que tenham proximidade com estes (PUTNAM, 1996; INGLEHART, 1999; NEWTON, 1999; SZTOMPKA, 1999; WARREN, 1999).

Diferentes autores como Inglehart (1999), Newton (1999), Sztompka (1999) e Warren (1999), apresentam a confiança interpessoal como um fenômeno relacional e cognitivo que depende da crença, dos valores e do conhecimento pessoal dos indivíduos. A relação de confiança é estabelecida entre o indivíduo que confia, o “confiante”, e o objeto de sua confiança, o “confiado”, que pode ser outros indivíduos (confiança interpessoal) ou instituições democráticas (confiança institucional). Inerentemente à relação de confiança, o “confiante” se coloca numa posição de vulnerabilidade e de risco, na qual não possui controle absoluto, garantias e tampouco, informações completas a respeito dos motivos e comportamentos do “confiado”, que pode vir a quebrar sua confiança e acarretar em danos, porém tem a expectativa, acredita que o comportamento do “outro” não lhe será prejudicial. Assim, o ato de confiar envolve por parte do “confiante” um julgamento individual, não necessariamente racional⁴¹, a respeito dos motivos e comportamentos futuros do seu objeto

⁴⁰ A palavra confiança designa: segurança; crédito; fé, em algo ou alguém (MICHAELIS, 1996).

⁴¹ De acordo com a Teoria da Escolha Racional, os indivíduos buscam maximizar suas preferências e interesses através de cálculos racionais, estratégicos de custo/ benefício, que para tanto requerem informações e conhecimento completo a cerca dos potenciais riscos, danos e ganhos envolvidos na ação. No caso da confiança, ela só faz sentido entre indivíduos – confiança interpessoal -, pois na interação entre indivíduos e instituições – confiança institucional – os primeiros não têm como possuírem plenas informações e conhecimento sobre as ações das segundas e sobre as circunstâncias nas quais elas são decididas, assim, a desconfiança nelas é inevitável. A confiança interpessoal é exclusivamente uma avaliação cognitiva que o indivíduo faz a respeito de seus interesses e dos interesses dos “outros” indivíduos envolvidos na interação, sempre levando em conta o conhecimento e as informações que tem sobre os últimos. Desta forma, a relação de confiança para ocorrer, teria que trazer benefícios a ambas as partes e serem maiores que os riscos e danos de sua quebra; assim, para tal abordagem o risco do abuso da confiança entre os indivíduos somente não se concretizará em poucas situações específicas, nas quais o “confiante” tem previamente totais informações

de confiança, no qual o primeiro leva em conta as suas próprias crenças, valores, avaliações subjetivas, percepções, conhecimento e experiências pessoais – diretas ou não – com relação ao “confiado”. Desta forma, quanto mais conhecimento e controle sobre o comportamento do “outro” e a presença de valores de reciprocidade, altruísmo e solidariedade social entre os indivíduos menores são os riscos e as incertezas do “confiante”, e, portanto, maiores são as chances de haver confiança, cooperação e coordenação social.

Neste sentido, Warren (1999) afirma que a confiança interpessoal é mais comum em relações sociais do cotidiano, pois nestas há maiores condições de previsibilidade de comportamento alheio, já que os indivíduos são mais próximos, há maior interação entre eles e há convergência de interesses e identidades. No entanto, quando há pouca convergência e muitos conflitos de interesses e de identidades entre as partes, a relação social se torna uma relação política, como são as situações de disputas eleitorais e as relações entre representantes políticos (governos, governantes e instituições democráticas) e representados (cidadãos). Ao contrário das relações sociais, mais seguras e previsíveis, as relações políticas são marcadas quase sempre pelo distanciamento e conhecimento limitado sobre o comportamento do “outro”, por isso são mais inseguras, imprevisíveis e conseqüentemente, não são o ambiente mais propício ao desenvolvimento da confiança; entretanto, isso não quer dizer que a confiança esteja ausente. Por este motivo, o autor ressalta ser importante haver leis e instituições democráticas que por um lado, diminuam os riscos e a imprevisibilidade do comportamento dos “outros” – inclusive punindo os comportamentos considerados ilegais -, e por outro lado, favoreçam a resolução dos conflitos através do diálogo, da deliberação, da tolerância e da confiança, de modo que os indivíduos se sintam seguros a participar dos assuntos políticos, dos procedimentos democráticos e respeitem as decisões coletivas tomadas. Em outras palavras, o agir de acordo com o primado da lei, dá aos indivíduos condições de saberem e preverem com maior grau de segurança as ações dos “outros”, o que diminui os riscos da relação de confiança e aumenta a certeza de que esta não será abusada, e caso isso aconteça, haverá meios legais de aplicar punições à aquele que quebrou a confiança, e potencialmente

sobre as motivações de ação do “confiado” e a certeza, de que este levará em conta seus interesses - essa situação é chamada de “encapsulamento de interesses” (HARDIN, 1999).

ressarcir, aquele que sofreu danos pela quebra da mesma (OFFE, 1999; SZTOMPKA, 1999; WARREN, 1999).

Desta forma, a confiança interpessoal é importante para o funcionamento das sociedades modernas, no sentido de promover a sua coesão social. Pois, devido ao elevado grau de complexidade das relações sociais, políticas e econômicas modernas os indivíduos se tornaram mais vulneráveis e interdependentes a situações nas quais possuem pouco conhecimento e controle, que, no entanto impactam em suas vidas - como são as circunstâncias que cercam os processos de tomadas de decisões coletivas e as ações técnicas dos governos. Neste contexto social, a confiança funcionaria como mecanismo “simplificador” dos processos de tomadas de decisões individuais, sejam elas sociais ou políticas, provendo certa segurança e previsibilidade aos indivíduos em suas escolhas e frente aos riscos e incertezas das ações dos “outros” (NEWTON, 1999; OFFE, 1999; SZTOMPKA, 1999; WARREN, 1999; MOISÉS, 2005; MOISÉS e CARNEIRO, 2008).

Já num contexto mais político, a confiança interpessoal é também importante para a democracia, pois o ato de confiar em estranhos implicaria disposição potencial para a ação, cooperação, coordenação e organização social em torno de objetivos coletivos comuns (ALMOND e VERBA, 1963; PUTNAM, 1996; NEWTON, 1999). De acordo com Putnam (1996), a confiança interpessoal - desenvolvida através dos processos de socialização, principalmente, via as associações voluntárias – é fundamental para: a existência de uma sociedade civil ativa; para o fortalecimento do apoio político ao regime – inclusive para o apoio à comunidade política, à confiança nas instituições e nos líderes políticos –; e, para a consolidação e manutenção do regime democrático. Segundo o autor, a confiança institucional é compreendida como produto direto do desenvolvimento da confiança interpessoal, e, altos níveis desta última indicarão necessariamente, elevados índices de confiança institucional.

De forma semelhante, Sztompka (1999) afirma que a difusão da confiança interpessoal⁴² de forma generalizada na sociedade traz benefícios específicos como: (1) o

⁴² De acordo com Sztompka (1999), o conceito de confiança por si só não é intrinsecamente bom ou mau, por isto é importante defini-lo segundo um parâmetro de funcionalidade social – no caso, a autora adota como referência os valores e os princípios democráticos -, pois nem todas as formas de associação são benéficas -

fortalecimento e encorajamento da sociabilidade, da participação em associações e do grau de intimidade entre os indivíduos⁴³; (2) o aumento da comunicação e da troca de informações entre os indivíduos; (3) o fortalecimento da tolerância, da aceitação e do reconhecimento do “outro” como igual e detentor dos mesmos direitos, independentemente das diferenças sociais, econômicas, políticas e culturais; (4) o fortalecimento do sentimento de pertencimento à comunidade, de identidade, solidariedade e cooperação; e, (5) a diminuição dos custos das transações e aumento das chances de cooperação e coordenação social. Em contrapartida, a desconfiança generalizada resulta em: (1) erosão do capital social, pois os indivíduos se isolam socialmente e não buscam mais se associar o que diminui o contato interpessoal; (2) fechamento dos canais de comunicação; (3) promoção de atitudes defensivas, hostis e preconceituosas com relação aos “outros”; (4) promoção da alienação e isolamento dos indivíduos, que pode levar a estes buscarem formas ilícitas de associações em busca de seus interesses - como a Máfia; e (5) formação de uma cultura de desconfiança que se expande a todas as formas de relações interpessoais, prejudicando o processo de cooperação, de coordenação social e de aquiescência às leis.

Feita sinteticamente a apresentação do conceito de confiança interpessoal – sua definição e sua importância para a coesão social e a democracia - discorro a seguir sobre o conceito de confiança institucional.

no sentido de contribuírem para o parâmetro adotado -, como são os casos da Máfia e dos grupos religiosos fundamentalistas – pouco preocupados com os assuntos públicos, ou mesmo com valores democráticos.

⁴³ O que autores modernos como Almond e Verba (1963) chamaram de *engajamento cívico* (“civic engagement”), ou o que Putnam (1996) chamou de capital social (SZTOMPKA, 1999).

1.2.2 – A confiança institucional

Como visto anteriormente, a confiança institucional foi inicialmente compreendida como um fenômeno diretamente associado e dependente da confiança interpessoal, sendo que o desenvolvimento desta última através do processo de socialização dos indivíduos em associações e organizações voluntárias, necessariamente, contribuiria para o surgimento da primeira. No entanto, esta relação tem sido questionada e distintos autores têm colocado dúvidas quanto à aplicabilidade do conceito de confiança interpessoal para explicar fenômenos políticos, como a confiança em instituições democráticas ou a estabilidade e consolidação da democracia (NEWTON, 1999; NEWTON e NORRIS, 2000; NORRIS, 1999; OFFE, 1999; MISHLER e ROSE, 2001; DOGAN, 2005).

Autores como Dalton (1999)⁴⁴, Newton (1999), Norris (1999) e Mishler e Rose (2001)⁴⁵ em estudos sobre as velhas e novas democracias têm mostrado, por um lado, que na maioria das vezes a confiança interpessoal tem uma fraca associação com a confiança institucional e com a capacidade associativa dos cidadãos e, por outro lado, que ambos os tipos de confiança estão relacionados a distintos fatores, o que sugere que são compreendidos pelos cidadãos de formas diferentes e tratam de dimensões díspares. De maneira geral, nestes estudos a confiança interpessoal se mostrou melhor associada a fatores socioeconômicos, como idade, renda, escolaridade, satisfação com a vida e pertencimento à maiorias sociais; e mais fracamente, com a capacidade associativa dos indivíduos em associações voluntárias. Em contrapartida, a confiança institucional se revelou distribuída aleatoriamente entre os diferentes grupos sociais e fortemente relacionada com fatores políticos, como o perfil ideológico dos indivíduos – esquerda ou direita -; a identificação dos mesmos com os partidos que compõem o governo – divisão

⁴⁴ De acordo com Dalton (1999), em seu estudo sobre as sociedades pós-industriais, conclui que os dois tipos de confiança não andam sempre na mesma direção, e muito menos a confiança interpessoal parece determinar a confiança institucional ou mesmo a capacidade associativa dos cidadãos. De fato, o estudo apontou que a confiança institucional se mostrou mais influente na confiança interpessoal, do que o seu inverso.

⁴⁵ Segundo estes autores, no estudo feito nos países ex-comunistas da Europa Oriental, novamente os resultados da pesquisa melhor sustentaram as hipóteses neo-institucionalistas, ao invés das culturalistas, isto é, a confiança institucional se mostrou por um lado, substancialmente associada às experiências políticas dos cidadãos com as instituições e ao desempenho político e econômico destas, e por outro lado, associações muito fracas com a confiança interpessoal.

dos cidadãos entre “vencedores” e “perdedores” conforme o resultado eleitoral dos partidos -; e, as avaliações individuais quanto ao desempenho dos governos. Todavia, flutuações ao longo dos anos nos níveis de confiança interpessoal não necessariamente se refletiram na confiança institucional e vice-versa, o que deixa claro que ambos os tipos de confiança não caminham na mesma direção e, portanto, são fenômenos independentes (DALTON, 1999; NEWTON, 1999; NORRIS, 1999).

A confiança institucional, de acordo com Newton (1999) e Norris (1999), é definida basicamente como a confiança que os cidadãos depositam nas instituições democráticas - Parlamentos, Partidos Políticos, Governos e Tribunais de Justiça. A confiança institucional é compreendida como um fenômeno relacional e racional, fruto das avaliações, informações, conhecimentos, percepções e principalmente, das experiências concretas dos indivíduos com as instituições. A idéia de acordo com Offe (1999), é que os indivíduos possuem informações e conhecimentos – mesmo que incompletos - acerca da justificativa ético-normativa das instituições, isto é, as regras constitutivas que além de especificarem quais são suas funções, suas justificativas e seus procedimentos, lhe dão sentido e explicitam como devem agir no exercício de suas tarefas⁴⁶. O conhecimento geral destas regras suscita nos cidadãos expectativas sociais e políticas com relação às instituições e ao regime e, todavia, servem como parâmetro de referência para a avaliação dos mesmos acerca do funcionamento, do desempenho e da conduta das instituições e de seus agentes nas tarefas de solucionar os problemas que afligem a sociedade e de realizar as promessas da democracia (MILLER e LISTHAUG, 1999; NORRIS, 1999; OFFE, 1999; WARREN, 1999; MISHLER e ROSE, 2001; MOISÉS, 2005; MOISÉS e CARNEIRO, 2008). Ademais, como ressalta Warren (1999), o conhecimento da justificativa normativa das instituições além de servir de orientação para as avaliações dos cidadãos sobre estas, serve também, como base de referência para as atitudes dos mesmos.

Desta forma, Norris (1999) Newton (1999) e Offe (1999) afirmam que o ato de confiar nas instituições envolveria a avaliação dos cidadãos quanto ao desempenho das

⁴⁶ O comportamento das instituições democráticas é definido e regulamentado por leis, de conhecimento público, que supostamente deveriam atender princípios democráticos como: o primado da lei; a proibidade administrativa no uso dos recursos públicos; o respeito e a proteção dos direitos dos cidadãos; oferecer iguais, justas, universais e imparciais condições de tratamento (BOBBIO, 1986; O'DONNELL, 1998 e 2004a).

mesmas na realização de suas funções, e, à maneira como as instituições procedem com relação as suas próprias regras constitutivas, ou seja, se as ações e os procedimentos das instituições democráticas são coerentes com a sua justificativa ético-normativa. Como atentam os autores, a avaliação das instituições vai além dos critérios exclusivamente econômicos, materiais e abrange critérios que avaliam também a sua conduta ética – conforme o primado da lei -, as respostas dadas às expectativas dos cidadãos⁴⁷ e incluso, o tratamento universal, justo, imparcial e respeitoso que oferecem (MILLER e LISTHAUG, 1999). Tendo isto em mente, os cidadãos através de suas experiências diretas e indiretas com as instituições as avaliam e, aquelas cujo desempenho e conduta são coerentes com as expectativas criadas e com a idéia que os primeiros fazem acerca da sua justificativa normativa tenderiam a gerar confiança. Em contrapartida, aquelas que fossem incoerentes, com desempenho insatisfatório, que apresentassem condutas ilegais, injustas e privilegiassem específicas categorias sociais, gerariam suspeição e baixos níveis de confiança institucional, ou seja, a desconfiança (MILLER e LISTHAUG, 1999; NEWTON, 1999; NORRIS, 1999). Em outras palavras, as expectativas dos cidadãos quanto ao funcionamento e à conduta das instituições - no sentido destas, por um lado, atenderem suas preferências, demandas e resolverem os problemas que afligem a sociedade e, por outro lado, agirem honestamente, imparcialmente, com probidade e justiça⁴⁸ – além de influenciarem na maneira como avaliam as mesmas, são importantes também para o desenvolvimento da confiança. Por este motivo, não é surpresa que a confiança nas instituições diminua quando os cidadãos considerem que as mesmas têm agido e procedido de forma contrária às normas e aos princípios democráticos, como por exemplo, quando

⁴⁷ As expectativas dos cidadãos com relação às instituições e ao regime democrático são um fator crítico, pois tanto elas quanto o último podem ter hoje uma *performance* melhor do que tiveram no passado, sem que no entanto, atendam as expectativas iniciais dos cidadãos (MILLER e LISTHAUG, 1999).

⁴⁸ De acordo com Sztompka (1999) e Warren (1999), as leis no regime democrático além de legitimarem e definirem as funções e comportamentos das instituições permitem que os cidadãos tenham certa previsibilidade quanto a ação das mesmas, o que facilita a cooperação social, a participação política nos assuntos públicos e diminui a complexidade dos processos de escolhas individuais frente as relações sociais e políticas modernas. Todavia, as instituições funcionariam como mecanismos inibidores da quebra de confiança, garantiriam a punição daqueles que a quebrarem e eventualmente, reparariam os danos causados da quebra de confiança (SZTOMPKA, 1999; WARREN, 1999; JUNIOR e EISENBERG, 2006).

sofrem com problemas de corrupção política⁴⁹ (DELLA PORTA, 2000; PHARR, 2000; SELIGSON, 2002).

Frente a estas conseqüências, diversos autores como Dalton (1999), Newton (1999), Offe (1999); Newton e Norris (2000) e Mishler e Rose (2001) ressaltam a importância da confiança institucional para a participação e interação dos cidadãos com o próprio regime democrático e para com os assuntos públicos, contribuindo desta forma, para que as promessas e os princípios básicos do regime sejam realizados – como a *accountability* e a *responsividade* por parte dos governos e governantes -, e conseqüentemente, também contribuindo para o bom funcionamento da democracia. Deste modo, a confiança institucional é considerada uma categoria central à compreensão da estabilidade, ao apoio político e ao funcionamento dos regimes democráticos (NORRIS, 1999; OFFE, 1999; WARREN, 1999; DIAMOND e MORLINO, 2004; MOISÉS, 2005). De acordo com Easton (1965), a confiança institucional está diretamente relacionada à experiência política dos cidadãos e ao *apoio político*, sendo uma de suas dimensões. O apoio político é composto por duas dimensões, a específica e a difusa: a primeira, de natureza mais prática, consiste na satisfação dos cidadãos com o desempenho das instituições, dos governos e governantes; a segunda, de natureza mais teórica e independente da avaliação do desempenho, é centrada na adesão dos cidadãos à democracia – suas normas, procedimentos, princípios – quanto forma ideal de governo. Mais recentemente, Norris (1999) retomou esta argumentação ampliando-a, conferindo ao conceito de apoio político mais três novas dimensões; assim, sua tipologia apresenta cinco aspectos: (1) apoio à comunidade política; (2) o apoio aos princípios do regime democrático; (3) apoio ao desempenho específico do regime; (4) o apoio ou confiança às instituições democráticas; e, (5) o apoio aos governos e atores políticos específicos. O primeiro tipo de apoio se refere ao modo pelo qual os cidadãos se vinculam ao Estado-Nação, ou seja, o apoio à unidade territorial e política da nação e ao orgulho de pertencer à determinada comunidade; o segundo refere-se à adesão dos cidadãos ao regime democrático como um ideal –

⁴⁹ No caso dos países latino-americanos, Zéphyr (2008) concluiu em sua pesquisa que a experiência direta dos cidadãos com a corrupção impacta negativamente na confiança às instituições, ao apoio à democracia - como forma ideal de governo e quanto à satisfação com a mesma -, e ao Governo, principalmente, o de âmbito local.

basicamente o que Easton (1965) chamou de apoio difuso; o terceiro alude ao desempenho prático do regime democrático no dia-a-dia – o que Easton (1965) denominou de apoio específico; o quarto, diz respeito ao funcionamento das instituições democráticas, no sentido destas responderem as expectativas que os cidadãos fazem destas; e por fim, o quinto tipo de apoio se refere à classe política, isto é, a forma como os cidadãos avaliam o desempenho prático das lideranças políticas (NORRIS, 1999; MOISÉS, 2005; POWER e JAMISON, 2005; MOISÉS e CARNEIRO, 2008).

Feita a exposição do conceito de confiança institucional passo para o seguinte subtópico, no qual apresento estudos que mostram o impacto da percepção da corrupção na confiança, e assim servem de referencia para o presente trabalho.

1.2.3 - Confiança e corrupção política

Antes de começar a discussão propriamente dita a respeito dos fenômenos da confiança e da corrupção política, faço algumas observações sobre as dificuldades de estudar a corrupção.

O estudo da corrupção, de suas causas e conseqüências só se tornou efetivamente objeto de estudo da Ciência Política nas últimas três décadas. Recentemente, devido a uma série de escândalos de corrupção que surgiram tanto nas democracias consolidadas⁵⁰ quanto nas novas democracias, o tema ganhou espaço nas agendas políticas dos governos e instituições internacionais. Discute-se como diminuir a incidência do problema, as suas

⁵⁰ Alguns escândalos internacionais mais famosos são: nos EUA, o caso mais emblemático foi Watergate; na Alemanha Ocidental, os casos de financiamento fraudulento à partidos políticos; na Itália, os casos de ligação entre máfia, juízes e políticos; na Inglaterra, os escândalos envolvendo representantes do parlamento inglês; e no Japão, as denúncias envolvendo importantes membros do Banco Central (DELLA PORTA e MÉNY, 1997; SPECK, 1998).

conseqüências, seus custos sociais, econômicos e políticos, e, quais são os fatores relacionados à sua ocorrência. Entretanto, ainda que o debate tenha aumentado, seu estudo empírico e qualitativo não aumentou na mesma proporção e continua sendo uma tarefa difícil (SPECK, 1998 e 2000).

O estudo da corrupção é difícil, pois a sua mensuração e seus efeitos não são claros nem evidentes. De acordo com Speck (2000) e Abramo (2005), várias tentativas foram feitas no intuito de quantificar o fenômeno, com destaque para três: (1) o número de denúncias divulgadas pela mídia; (2) o número de prisões e punições contabilizadas pelos órgãos judiciários; e (3) os dados obtidos através das pesquisas de opinião pública acerca do tema. Evidentemente, todas estas tentativas apresentam problemas; no entanto, o uso destas três formas, sobretudo, da terceira, revelou-se como bom indicador de corrupção. Os problemas em relação à primeira tentativa se devem principalmente ao fato de que as denúncias estão mais presentes nos jornais escritos e televisivos que dependem da linha editorial, do grau de liberdade da imprensa do país e da sensibilidade da sociedade ao tema. Já o segundo indicador apresenta como problemas o fato que os seus dados se baseiam unicamente nos registros oficiais que são fornecidos pelas instituições de investigação e de punição, como a Polícia, o Ministério Público e os Tribunais de Justiça (SPECK, 2000; ABRAMO, 2005). No entanto, a corrupção é uma atividade ilegal que necessariamente requer investigação, e muitas vezes, o número de investigações não condiz com o número real de denúncias. Apenas se toma conhecimento destas quando alguém as faz – o que nem sempre ocorre -, assim, o que ocorre é que muitas vezes o número de registros dos casos não é real, ou porque não se investigaram ou porque não houve denúncias, independentemente da corrupção existir concretamente. As críticas ao terceiro indicador são poucas e se dirigem principalmente à dificuldade em definir e trabalhar com os dados obtidos, e à metodologia utilizada na própria pesquisa (SPECK, 1998 e 2000; SELIGSON 2001 e 2002; ABRAMO, 2005).

Contudo, ao longo dos anos, os esforços em desenvolver técnicas de pesquisas eficientes para o estudo e a mensuração do fenômeno, como os surveys que conseguem trabalhar com dados individuais, têm apresentado resultados significativos. As pesquisas de opinião pública sobre o tema da corrupção têm trabalhando com as percepções e as

experiências individuais dos cidadãos em diversos países, principalmente os democráticos. Elas demonstraram ser mais eficientes e seguras que os demais indicadores e por isso, - seu uso tem crescido nos últimos anos (DELLA PORTA, 2000; SELIGSON, 2001 e 2002; ZÉPHYR, 2008) – o presente trabalho as utiliza.

Outros indicadores trabalhados na tentativa de mensuração do fenômeno da corrupção são os índices CPI (Corruption Perceptions Index) e CCI (Corruption Control Indicator) desenvolvidos respectivamente pela ONG Transparência Internacional e pelo Banco Mundial. De maneira geral, apesar das diferenças metodológicas, ambos os indicadores são levantamentos das opiniões de específicos setores profissionais de diferentes países, geralmente são entrevistados empresários, jornalistas e analistas a respeito do grau de corrupção no setor público de um país determinado. A partir destes levantamentos são montados os índices e as classificações dos países analisados. O intuito de ambos os índices é desenvolver um indicador capaz de mensurar a corrupção em diferentes países de forma comparativa e longitudinal (SPECK, 2000; SELIGSON, 2002; POWER e GONZÁLEZ, 2003; ABRAMO, 2005; AVRITZER, 2008). Entretanto, críticas a estes indicadores não faltam e são dirigidas à valorização que eles dão à subjetividade da percepção – e não às experiências propriamente ditas -, ao curto alcance das amostras, limitadas à percepção de alguns setores profissionais da sociedade, por deixarem de lado o papel do setor privado no estabelecimento de atividades corruptas e por não diferenciar os países entre aqueles com instituições democráticas e liberdade de imprensa daqueles sem estas (SELIGSON, 2002; ABRAMO, 2005; AVRITZER, 2008; ZEPHYR, 2008).

A dificuldade do estudo não está apenas no campo técnico da pesquisa, mas também no teórico, principalmente com o problema da definição do conceito de corrupção. Em grande medida, o número de estudos empíricos sobre o tema é reduzido e recente, mesmo a definição do conceito não é consensual, embora a maioria dos estudiosos aceite a corrupção como o uso de bens públicos para fins privados – que é a definição aqui adotada (SPECK, 2000; SELIGSON, 2001 e 2002; WARREN, 2004). Os primeiros estudos políticos realizados demonstraram que há diferenças entre a norma escrita da lei e a sua inserção e compreensão na realidade social, nem sempre a norma é reconhecida pelos cidadãos e desta forma, não é obedecida; outras vezes, o significado do conceito pode vir a variar conforme

a época e a cultura do país sendo amenizado ou agravado (SPECK, 2000; POWER e GONZÁLES, 2003; WARREN, 2004). Em alguns outros casos, de acordo com Della Porta (1999 e 2000) a corrupção pode permanecer invisível ao público, ou mesmo quando visível, pode acontecer de ser tolerada por ser concebida como não prejudicial à sociedade, ou ainda, que seja necessária ou inevitável a fim de se obter os fins desejados, sobretudo, na esfera política. A corrupção pode ser vista também como um problema secundário frente a outros que afligem a sociedade, e isto favoreceria a eleição de políticos conhecidos pelo “rouba, mas faz” (SPECK, 2000).

Inicialmente, o estudo da corrupção se limitou ao enfoque unicamente econômico do fenômeno. A preocupação consistia em analisar os custos que a corrupção trazia para a economia do país como um todo, procurava-se compreender como tal fenômeno poderia influenciar no número de investimentos e de negócios, no crescimento econômico, no aumento dos custos e na piora de qualidade dos serviços. Atualmente, a corrupção deixou de ser uma preocupação exclusiva dos economistas e passou a ser também, objeto de estudo da Ciência Política (SELIGSON, 2001; POWER e GONZÁLES, 2003; AVRITZER, 2008; ZEPHYR, 2008).

Os principais estudos políticos sobre a corrupção podem ser divididos em duas vertentes teóricas distintas. A primeira ficou conhecida como funcionalista⁵¹, segundo a qual a corrupção cumpria uma função política específica na sociedade. Por sua vez, a segunda, com um enfoque mais realista, compreendia o fenômeno de uma forma mais crítica - não funcional - e estudava seus efeitos políticos. A diferença fundamental destas duas concepções está na compreensão que fazem da corrupção. Para a primeira, tal fenômeno tem um papel positivo e se restringe aos países subdesenvolvidos, principalmente os com regimes autoritários. Os aspectos positivos ressaltados são que a corrupção, em regimes autoritários ou recentemente democráticos, traz benefícios concretos a grupos marginalizados da sociedade, uma vez que favorece a sua integração e garante a estes o acesso a recursos públicos até então distantes ou escassos; todavia, ela seria responsável por estabelecer vínculos entre corruptor e corrupto, ou entre as elites e os demais cidadãos frente às ações do Estado autoritário. Já para a segunda, a corrupção não tem nenhum

⁵¹ Cujo autor eminente foi Samuel Huntington.

aspecto positivo, e ao contrário, é um problema universal a todos os países, independentemente do tipo de regime político e do desenvolvimento econômico destes. Além dos problemas econômicos acima apontados, esta vertente aponta que a corrupção traz mazelas à democracia ao enfraquecer: o primado da lei, o apoio ao regime, a legitimidade, a satisfação, a confiança institucional e interpessoal dos cidadãos com relação ao sistema político como um todo (SPECK, 2000; SELIGSON, 2001 e 2002; POWER e GONZÁLES, 2003; ABRAMO, 2005).

De acordo com Della Porta (2000), em seu estudo sobre o fenômeno na Itália, o aumento da percepção da corrupção foi acompanhado pelo aumento da desconfiança institucional, sobretudo nas instituições representativas. Por sua vez, a insatisfação com o regime variou conforme a corrupção política era percebida, ou seja, quando escândalos eram divulgados. A corrupção seria a causa e consequência da baixa *performance* e legitimidade⁵² do governo, reduzindo desta forma, a confiança dos cidadãos nas instituições⁵³, no governo e na capacidade deste em atender e a solucionar as demandas e os problemas do país. A incapacidade em atender e solucionar estas demandas poderia levar aos cidadãos buscarem outros meios, não convencionais e democráticos, de realizar seus interesses. Além disto, a corrupção também teria um efeito negativo na capacidade associativa e participativa dos cidadãos, pois minaria a confiança destes nos meios democráticos de tomada de decisões coletivas e entre os próprios indivíduos (SZTOMPKA, 1999; WARREN, 1999). Neste cenário, a corrupção política favoreceria a desconfiança nas instituições políticas pelos cidadãos, e esta por sua vez, alimentaria a corrupção. A desconfiança dos cidadãos levaria a uma baixa expectativa em relação à eficiência e

⁵² Segundo alguns autores, a legitimidade de um sistema democrático esta relacionada com a capacidade dos governos democráticos se mostrarem aptos a responderem as principais necessidades e expectativas dos seus cidadãos (NORRIS, 1999; MOISÉS, 2005; POWER e JAMISON, 2005).

⁵³ No regime democrático moderno as instituições são orientadas segundo um viés ético e normativo de funcionamento. As instituições deveriam demonstrar, de maneira transparente, o universalismo, a imparcialidade, a justeza e a probidade de suas ações, assegurando que os interesses dos diferentes atores sejam levados em conta. A desconfiança às instituições pode significar uma atitude crítica dos cidadãos perante a ineficiência, a corrupção, a fraude ou a qualquer outra forma de comportamento contrário ao ideal para a qual estas foram elaboradas (DALTON, 1999; NORRIS, 1999; DELLA PORTA e VANNUCCI, 1999; SPECK, 2000; SELIGSON, 2002; WARREN, 2004; MOISÉS, 2005). Assim, o fenômeno da desconfiança política com relação às instituições é um fenômeno relacional e multidimensional entre cidadãos e instituições, é portanto, uma forma de comportamento, de percepção dos primeiros, fruto de suas experiências e orientações subjetivas com o sistema político.

imparcialidade das ações do governo e dos políticos, o que favoreceria a ocorrência de corrupção. Em outras palavras, a percepção da corrupção reduz a confiança institucional dos cidadãos, uma vez que esta compromete o desempenho das instituições e as desviam de suas funções normativas. Todavia, a percepção da corrupção política não afetaria a confiança institucional dos cidadãos da mesma maneira, nem todas as instituições sofreram com avaliações negativas; no caso, a confiança nas instituições representativas se mostrou mais baixa do que nas instituições privadas, que não tiveram sua confiança reduzida. Outra conclusão da autora foi que a confiança institucional não se mostrou associada à confiança interpessoal (DELLA PORTA, 2000).

Para Seligson (2001 e 2002) estes efeitos políticos negativos não são tão evidentes e somente através de estudos empíricos baseados em surveys, que consigam trabalhar o aspecto individual dos cidadãos com o fenômeno da corrupção, pode-se comprová-los. A percepção da corrupção, da forma como é trabalhada pelos índices acima mencionados, não trazem dados suficientemente rigorosos para que se possam fazer as afirmações que têm sido feitas. Assim, os estudos realizados pelo autor na Colômbia (2001) Nicarágua, Bolívia, Guatemala e El Salvador (2002), basearam-se em surveys que trabalhavam com a percepção e a experiência da corrupção ao nível individual. Nestes estudos, o autor comprovou a hipótese de que a experiência da corrupção realmente interfere na legitimidade do regime político e na confiança interpessoal. Altos índices de corrupção estão relacionados com baixos índices de legitimidade do sistema político e de confiança interpessoal. Também chegou ao resultado de que, de maneira geral, há uma diferença entre a percepção da corrupção e a experiência concreta com a mesma. Os cidadãos, ao responderem sobre o comportamento corrupto ‘dos outros’, mostraram porcentagens mais elevadas do que em relação à resposta sobre ‘si mesmo’.

O estudo de Power e Gonzalez (2003), a partir dos dados do Índice de Percepção de Corrupção (Corruption Perception Index) da Transparência Internacional, demonstrou que altos índices de corrupção estão associados a baixos graus de desenvolvimento econômico, baixa qualidade do regime democrático, e variáveis culturais como, religião e confiança interpessoal. Partindo do pressuposto que a confiança interpessoal promove cooperação e a adesão aos valores democráticos - de respeito às leis e igualdade perante as mesmas – os

autores chegam à conclusão que quanto maior a confiança interpessoal, maior é o compromisso com normas universalistas e menores são as taxas de corrupção política. Embora, a religião também tenha mostrado associação, esta foi fraca. Assim, os autores concluem que a confiança interpessoal influi na propensão de um país para a corrupção.

Segundo Warren (2004), a corrupção causa inúmeros problemas à democracia, pois ela rompe com os pressupostos fundamentais do regime democrático, como a igualdade política e a participação, exatamente por restringi-las e torná-las excludentes. A corrupção precisamente reduz a influência da população no processo de tomada de decisões, seja por fraudes nos processos decisórios, como nas eleições, seja pela desconfiança e suspeita que ela gera entre os próprios cidadãos – reduzindo a capacidade associativa dos mesmos - e com relação ao governo e as instituições democráticas. A corrupção reduz também a força da publicidade e da transparência das ações dos governantes e do governo, uma vez que reduz os órgãos públicos em instrumentos de ganho privado. Ela também gera ineficiência nos serviços públicos, pois modifica o sentido dos mesmos a um meio de obter ganhos, os direitos se tornam favores e privilégios daqueles cidadãos que podem pagar o ‘custo’.

Em outras palavras, a ineficiência ou a indiferença por parte das instituições com relação às demandas sociais, e as percepções de corrupção, de fraudes ou de desrespeito aos direitos por parte dos cidadãos – ou seja, a percepção de que as instituições não agem conforme a sua justificativa ético-normativa - produzem sentimentos de suspeição, de desconfiança, descrédito e desesperança às instituições e as demais estruturas que organizam e regulam a vida social (NORRIS, 1999; NORRIS e NEWTON, 2000; DELLA PORTA, 2000; MISHLER e ROSE, 2001; MOISÉS, 2005). Neste sentido, a corrupção alimenta formas de agir muito distintas frente ao conjunto de normas e procedimentos democráticos, minando a ‘cultura democrática’ e aumentando a desconfiança institucional (DELLA PORTA, 1999 e 2000; SELIGSON, 2002; WARREN, 2004).

Frente a esses dados que tornam evidentes as conseqüências negativas da corrupção para o regime democrático, o estudo do impacto da corrupção – seja a sua percepção ou sua experiência direta - no caso da democracia brasileira se torna muito relevante, já que é um fenômeno constante.

1.3 - Modelos explicativos da confiança institucional

Por fim, neste tópico apresento aspectos das duas principais abordagens, dentro da ciência política, que trabalham com o conceito da confiança institucional e buscam explicá-lo: a teoria da Cultura Política e a teoria do Neo-institucionalismo. Embora as duas teorias apresentem pressupostos teóricos diferentes, estes não são totalmente excludentes e orientam as análises deste trabalho.

O pressuposto da Cultura Política é que a confiança nas instituições por parte dos cidadãos advém dos processos de socialização, exógenos às relações políticas, de âmbito principalmente cultural, específicos a cada sociedade. A idéia é que os processos de socialização influenciam a presença ou ausência de orientações democráticas nos cidadãos. Desta perspectiva, as idéias fundadoras das sociedades marcam a cultura política de um país, que por sua vez, impactam nos valores políticos – como o orgulho nacional, respeito à lei, participação e interesse por política, tolerância, confiança interpessoal e institucional –, nas atitudes, nos comportamentos e crenças dos cidadãos, incluso na relação dos últimos com respeito aos governos, autoridades e instituições democráticas (ALMOND e VERBA, 1963; INGLEHART, 1993; PUTNAM, 1996). Neste sentido, o conjunto de valores políticos, específicos de uma cultura política, é transmitido aos cidadãos via os processos de socialização, principalmente por aqueles ocorridos nas primeiras fases da vida. Nestes processos, os cidadãos adquirem e desenvolvem seus valores e crenças que orientam as suas atitudes e comportamentos políticos, como o caso da confiança institucional. A socialização se dá, sobretudo, através dos grupos sociais mais próximos do cidadão, como a família, amigos, escola, grupos religiosos e também, pelas associações voluntárias. De acordo com a abordagem culturalista, estas últimas são muito importantes, pois “educariam” os cidadãos segundo valores fundamentais à existência de uma cultura cívica propícia à democracia⁵⁴, já que nestas associações valores como de participação, tolerância

⁵⁴ Conforme Putnam (1996), a existência de uma cultura cívica propícia a democracia é capaz de não só assegurar o desenvolvimento e a estabilidade do regime democrático, como também de melhorar o desempenho das instituições democráticas.

e respeito são apreciados. Esta experiência tornaria os cidadãos mais próximos, mais aptos a cooperarem, a se associarem, a participarem dos assuntos públicos e proveria um ambiente social favorável e indispensável ao desenvolvimento da confiança interpessoal - entre os membros das associações, demais indivíduos e mesmo às autoridades – e institucional – em relação às instituições democráticas. Assim, a confiança interpessoal desenvolvida inicialmente em âmbitos locais, seria estendida à confiança institucional e alcançaria níveis nacionais (PUTNAM, 1996; RENNÓ, 1998; NEWTON, 1999; MOÍSES, 2005).

De acordo com Putnam (1996) em seu estudo sobre a Itália, a confiança interpessoal está diretamente associada ao contexto sócio-cultural do país, ou seja, à existência por um lado, de normas e redes facilitadoras de coordenação social, e por outro, a existência de valores compartilhados entre a população, que predisporiam os indivíduos a voluntariamente se organizarem e associarem em torno de interesses e preferências comuns. Esta específica experiência de socialização via associações e organizações voluntárias, estimularia o desenvolvimento da confiança interpessoal e proveria aos indivíduos o *capital social*⁵⁵ necessário para a existência de uma sociedade civil ativa, que por sua vez, favoreceria o engajamento cívico, o funcionamento e à consolidação do regime democrático, e também, ao surgimento da confiança institucional – isto significa que esta última além de estar associada é consequência da confiança interpessoal. Necessariamente para o autor, o declínio da confiança institucional – como pesquisas de opinião pública em diferentes democracias do mundo mostraram – é visto como uma consequência direta da queda da confiança interpessoal, ocasionada por mudanças políticas, econômicas e culturais nos padrões de interação social. Todavia, o autor entende a confiança interpessoal como um bem público que variaria conforme o seu uso e intensidade, ou seja, o aumento desta,

⁵⁵ O capital social é compreendido como um conjunto de práticas, normas e redes de relações sociais que de maneira geral, favorecem a capacidade dos indivíduos para confiarem uns nos outros, de participarem da vida social e política e de se organizarem e associarem - atividades consideradas fundamentais tanto para a coesão social, quanto para a democracia. A interação social dos indivíduos em associações e organizações civis reforçaria práticas e relações de confiança interpessoal, de participação e cooperação social e política. Assim, a relação entre confiança interpessoal e capital social seria uma via de duas mãos, isto é, da mesma maneira que a primeira favorece as condições de desenvolvimento da segunda, esta reforça o ambiente necessário para o surgimento da primeira, em outras palavras, quanto maior a capacidade dos cidadãos confiarem uns nos outros e participarem num maior e variado número de associações, maior será o volume de capital social (PUTNAM, 1996).

resultante de sua progressiva e crescente utilização, estimularia a formação de círculos virtuosos responsáveis inclusive pelo progresso social e econômico.

Porém, ainda dentro do campo da teoria culturalista, Inglehart (1993, 1999 e 2000) apresenta uma visão distinta à de Putnam (1996). Para o primeiro, as variações nos níveis de confiança institucional estão associadas a mudanças culturais amplas, precisamente nos valores intergeracionais. As mudanças sociais e econômicas sucedidas nos últimos 60 anos, devido aos processos de modernização e pós-modernização, ocorridos principalmente nas velhas democracias, estariam provocando alterações profundas no campo da cultura – inclusive na política –, sobretudo entre as gerações, levando a mudança de *valores materiais* – relacionados à sobrevivência –, para *valores pós-materiais* – que enfatizam a qualidade de vida e a auto-expressão como objetivos individuais e sociais. Assim, os cidadãos que cresceram em sociedades que passaram por crescimento econômico significativo, em particular depois da Segunda Guerra Mundial, como as democracias da Europa Ocidental, passaram por processos de socialização distintos e desenvolveram *valores pós-materiais*, que os tornaram mais “críticos” ao avaliarem seus respectivos líderes políticos e instituições democráticas do que as gerações do passado. Neste sentido, o fenômeno crescente da baixa confiança institucional visto nas últimas décadas, não seria indicativo de uma crise da democracia, mas sim um indicativo que os cidadãos avaliam o regime mais criticamente e buscam modos não tradicionais de participação política (INGLEHART, 1993, 1999 e 2000).

Em síntese, para a abordagem culturalista a confiança institucional é compreendida como um fenômeno relacional que depende do contexto sócio-cultural, das experiências de socialização dos cidadãos e do grau de confiança interpessoal dos mesmos, sendo a primeira apenas uma consequência desta última. Por sua vez, este contexto sócio-cultural pode mudar ao longo do tempo, como decorrência de transformações geracionais ou por processos de modernização econômica e social, que afetariam as orientações políticas transmitidas nos processos de socialização (PUTNAM, 1996; RENNÓ, 1998; NEWTON, 1999; MISHLER e ROSE, 2001; MOISÉS, 2005).

Para a teoria do Neo-Institucionalismo, por sua vez, a confiança institucional é compreendida como um produto endógeno do contexto político, decorrente principalmente

da *performance* das instituições. Assim, mais que a simples aceitação, a complacência ou a obediência cega as instituições democráticas, transmitidas por uma cultura política presente nos processos de socialização, a confiança institucional envolveria a compreensão que os cidadãos fazem do desempenho prático das instituições, avaliando a forma como estas desempenham suas respectivas funções. Em outras palavras, a confiança institucional é um fenômeno relacional, produto da experiência direta ou indireta dos cidadãos com as instituições – independente dos valores políticos –, que envolve por um lado, o conhecimento – ainda que limitado – dos deveres e papéis que estas últimas devem cumprir – estabelecidos previamente por leis e de conhecimento público –, e por outro lado, a avaliação racional sobre o desempenho das mesmas, segundo as expectativas dos cidadãos. É importante lembrar, que a avaliação do desempenho das instituições vai além dos critérios exclusivamente econômicos, materiais e abrange critérios que avaliam também a sua conduta ética, ao tratamento universal, justo, imparcial e respeitoso (NEWTON, 1999; NORRIS, 1999; OFFE, 1999; NORRIS e NEWTON, 2000; MOISÉS, 2005; MOISÉS e CARNEIRO, 2008). Assim, de maneira geral, as instituições com um bom desempenho gerariam confiança e, ao contrário, aquelas com mau desempenho gerariam desconfiança institucional, logo, a cultura política de um país teria pouco a ver com este fenômeno (NORRIS, 1999; OFFE, 1999; NORRIS e NEWTON, 2000; MOISÉS, 2005; MOISÉS e CARNEIRO, 2008).

De acordo com esta perspectiva, a baixa confiança institucional ainda que possa ser visto como um sinal sadio de distanciamento dos cidadãos frente à uma esfera da vida social sobre a qual tem pouco ou nenhum controle⁵⁶, o seu excesso - no sentido de descrédito, suspeição - pode significar que, tendo em conta as orientações normativas, expectativas e experiências, os cidadãos percebem as instituições como algo estranho e

⁵⁶ Distintos autores já mencionaram que a democracia moderna é uma síntese de três tradições políticas: a democrática, a republicana e a liberal. Desta última, a democracia moderna herdou a premissa de que aqueles quem têm poder não podem ser confiáveis, e por esta razão, é necessário haver mecanismos que garantam o controle, a limitação e a distribuição de poder político. Para tanto, a forma encontrada foi um sistema político que combinasse normas, procedimentos e instituições que habilitassem os cidadãos a contestarem as relações de poder que desconfiam, e, assegurassem a sua proteção frente às arbitrariedades do poder; o que significou a institucionalização da desconfiança (O'DONNELL 1998; SZTOMPKA, 1999; WARREN, 1999; MOISÉS e CARNEIRO, 2008). No entanto, isto não quer dizer que a democracia não requeira confiança por parte dos seus cidadãos, pois sem ela a estabilidade e viabilidade do regime ficariam comprometidas, sobretudo, as atividades de participação política e coordenação social (OFFE, 1999; SZTOMPKA, 1999; WARREN, 1999).

oposto ao seu propósito original (NORRIS, 1999; OFFE, 1999; MOISÉS, 2005). Deste modo, a indiferença ou o baixo desempenho institucional diante dos problemas sociais e das demandas dos cidadãos, a percepção da corrupção, fraudes, abusos de poder e desrespeito aos direitos de cidadania geram suspeição, descrédito e desconfiança, comprometendo assim, a própria aceitação e submissão dos cidadãos às leis e as estruturas que regulam a vida social e política (DALTON, 1999; NEWTON, 1999; NORRIS, 1999; OFFE, 1999; DELLA PORTA, 2000; MOISÉS, 2005). No entanto, Dalton (1999), Newton (1999) e Norris (1999) atentam que tanto nas democracias mais antigas quanto nas mais novas, onde houve um declínio da confiança institucional nas últimas décadas, principalmente às instituições de representação política, houve juntamente um aumento do apoio à democracia como forma ideal de governo e às suas dimensões e princípios. Por este motivo, a baixa confiança institucional longe de ser um indicativo de crise da democracia⁵⁷, é interpretada como indício de “*cidadãos críticos*” ou “*democratas insatisfeitos*”, isto é, cidadãos que aderem fortemente aos valores democráticos, mas que consideram que as atuais estruturas da democracia representativa devem ser aperfeiçoadas através de reformas, a fim de aumentar a participação dos mesmos nos processos de tomada de decisões. De acordo com os autores, os “*cidadãos críticos*” distinguem a democracia como tipo ideal de governo, de sua *performance* prática, e assim, avaliam o desempenho de seus representantes, das instituições democráticas e próprio regime de maneiras diferentes. Ainda que por um lado desconfiem de seus governos, políticos, instituições e estejam insatisfeitos com o sistema político, por outro lado, eles mantêm uma significativa preferência pela democracia e seus princípios.

Todavia, a confiança institucional é vista como um fenômeno independente da confiança interpessoal, não sendo uma consequência desta; por sua vez, a última tem pouco impacto no desempenho das instituições. Por esta razão, a confiança institucional não está totalmente associada aos processos de socialização e aos valores políticos transmitidos por estes (DALTON, 1999; NEWTON, 1999; NORRIS, 1999; OFFE, 1999; HALL e TAYLOR,

⁵⁷ Em linhas gerais, o diagnóstico que os autores fazem é de que há um declínio na confiança institucional, sobretudo às instituições democráticas, porém isto é insuficiente por si só, para afirmar que há uma crise da democracia. As explicações mais plausíveis para este declínio estão relacionados às mudanças nos valores culturais, ao desenho institucional, à *performance* do governo e à confiança interpessoal (NORRIS, 1999).

2003). Entretanto, isto não significa dizer que a abordagem neo-institucionalista negue totalmente o papel dos processos de socialização, pois à medida que as instituições políticas persistem no tempo e apresentam um seguido bom desempenho, a socialização e a *performance* institucional podem reforçar os efeitos da confiança nas instituições. Entretanto, diferentemente da Teoria da Cultura Política, a experiência adulta dos cidadãos com instituições que tenham bom desempenho no exercício de suas funções, terá peso maior para o fenômeno da confiança institucional do que as experiências ocorridas nas primeiras fases de vida (NORRIS, 1999; NORRIS e NEWTON, 2000; MISHLER e ROSE, 2001).

Com base nas distintas abordagens mencionadas, exponho agora as diferenças internas existentes nos níveis macro e micro de cada uma delas.

A teoria da Cultura Política no nível macro enfatiza os padrões culturais de cada país, tomando cada cultura como um padrão homogêneo e igual para todos os cidadãos de uma mesma sociedade (ALMOND e VERBA, 1963; ECKESTEIN, 1988; LANE, 1992; RENNÓ, 1998). Assim, a confiança institucional seria também homogênea a um conjunto de populações nacionais, não havendo diferenças internas. Ao nível micro, a teoria da cultura política desenvolveu modelos e conceitos mais complexos de análise – como os conceitos de *racionalidade cultural*⁵⁸ e de *subculturas*⁵⁹ - abandonando os padrões culturais e focando-se na heterogeneidade cultural, no indivíduo e no processo também individual de socialização. A idéia é que cada nação e cada sociedade devem ser compreendidas como um conjunto de indivíduos com inúmeras diferenças sejam elas de experiência, de socialização, de bases socioeconômicas, e, de percepções do contexto político (ECKESTEIN, 1988; LANE, 1992; INGLEHART, 1993; RENNÓ, 1998). Deste modo, a confiança institucional apresentaria diferentes graus dentro de uma mesma sociedade, já que a cultura, as experiências e os processos de socialização também se distribuem de

⁵⁸ O pressuposto deste conceito é que os indivíduos são guiados por certos valores e crenças, e, uma vez que tenham a possibilidade de escolha, escolheram racionalmente e culturalmente uma delas (ECKSTEIN, 1988; LANE; 1992).

⁵⁹ O conceito de subculturas trabalha com a idéia que dentro de uma mesma sociedade há diferentes tipos de cultura (ECKSTEIN, 1988; LANE; 1992).

formas distintas entre a população (LANE, 1992; RENNÓ, 1998; MISHLER e ROSE, 2001).

Por sua vez, o enfoque macro da teoria institucionalista enfatiza a *performance* do Governo, no sentido deste promover o crescimento econômico, a *boa governança* e oferecer serviços eficientes - inclusive ações de punição à casos de corrupção e de abusos de poder. O bom desempenho do Governo nestas áreas resultaria em altos níveis de confiança institucional que seriam igualmente distribuídos entre toda a população. Assim, como na teoria macro da Cultura Política existiriam padrões homogêneos e nenhuma diferença interna, somente entre os países (MISHLER e ROSE, 2001). Em contrapartida, o enfoque micro desta teoria se concentra nas avaliações individuais a respeito do desempenho das instituições. Assim, a confiança nas mesmas seria produto da avaliação individual que os cidadãos fazem através de suas próprias experiências. Para tanto, os cidadãos tomariam como referência para suas avaliações a justificativa ético-normativa, legalmente estabelecida, das instituições. Desta forma, a confiança institucional se distribuiria aleatoriamente entre os diferentes tipos de experiências individuais dos cidadãos com as instituições democráticas (NORRIS, 1999; NORRIS e NEWTON, 2000; MISHLER e ROSE, 2001; MOISÉS, 2005; MOISÉS e CARNEIRO, 2008).

Apesar das diferenças mencionadas entre as teorias da Cultura Política e do Neo-institucionalismo com respeito ao conceito de confiança institucional, ambas contribuem para o desenvolvimento do presente trabalho.

A confiança institucional é entendida como a confiança que os cidadãos depositam nas instituições como produto das experiências que estabelecem com elas. Se, por um lado, os valores e as preferências dos cidadãos, com relação às instituições e ao regime democrático, influem no conjunto de suas atitudes e no seu sentimento de baixa confiança, por outro lado, os problemas de desempenho das instituições, tanto no sentido de não resolverem os graves problemas da sociedade, quanto no sentido de, desviarem-se de suas funções estabelecidas conforme a sua justificativa ético-normativa, também marcam a experiência democrática dos cidadãos e a confiança institucional. Portanto, o ponto de vista adotado é que a combinação entre as orientações, os valores políticos e as avaliações práticas do desempenho das instituições, define as atitudes e os comportamentos dos

cidadãos com relação ao regime. É precisamente essa dinâmica que define o desenvolvimento da confiança institucional.

1.4 - Conclusão do capítulo

Como foi visto ao longo do capítulo, as instituições democráticas são fundamentais para efetividade das dimensões da democracia e conseqüentemente, para assegurar a boa qualidade do regime. Conforme os autores vistos, déficits nas dimensões democráticas são indicativos de problemas no funcionamento das instituições e das leis que regem o sistema político, que são, de diferentes maneiras, experimentados pelos cidadãos na sua relação com o regime e instituições (DIAMOND e MORLINO, 2004; O'DONNELL, 2004a e 2004b). No caso da presente pesquisa, a percepção da corrupção política envolvendo membros das instituições de representação política - ainda que não necessariamente correspondam a casos concretos - é vista pelos cidadãos como um claro sinal - entre outros - de deficiência do funcionamento das instituições, que demonstram ser insuficientemente capazes de assegurar o efetivo cumprimento do primado da lei, das formas de *accountability* e da *responsividade* (O'DONNELL, 1998 e 1999). A percepção de que as instituições não agem de forma coerente com a justificativa ético-normativa que as regulam, é um dos fatores, como os de ordem cultural, que ajudam a compreender o fenômeno da baixa confiança institucional e do apoio à democracia (NEWTON, 1999; NORRIS, 1999; OFFE, 1999; SELIGSON, 2002; MOISÉS, 2005). Por estes motivos, o conceito de qualidade da democracia é importante para se pensar o regime democrático brasileiro, que convive com constantes escândalos de corrupção política e apresenta baixos níveis de confiança institucional.

Feita a discussão teórica dos conceitos chaves deste capítulo, passo ao seguinte capítulo, no qual apresento o caso brasileiro da baixa confiança institucional e as percepções que os cidadãos têm sobre a corrupção no país.

Capítulo 2 – Confiança institucional e percepção da corrupção política no Brasil: dados gerais sobre o fenômeno

Os objetivos deste capítulo são contextualizar brevemente o desenvolvimento das instituições de representação brasileiras, apontando para seus avanços e problemas nestes 25 anos de experiência democrática, e, expor dados sobre o fenômeno da baixa confiança institucional e da percepção da corrupção no país. Para isso, apresento pesquisas de opinião pública realizadas nesses anos.

A fim de compreender determinados aspectos da atual experiência democrática brasileira, especificamente a baixa confiança institucional dos cidadãos com relação às instituições de representação, como o Congresso Nacional e os partidos políticos, considero necessário analisar brevemente alguns pontos do processo de transição e de democratização, cujos desenvolvimentos influenciaram a construção do sistema político democrático atual e o conjunto de suas instituições de representação. Isto significa fazer referências ao início do período de transição política e a dinâmica política ainda sobre o governo militar-autoritário (1964-1985).

Diferentemente de outras experiências autoritárias latino-americanas, o regime militar-autoritário brasileiro foi marcado por duas características peculiares: (1) no âmbito político, pela continuidade de instituições e eleições, ainda que muito modificadas do propósito democrático original e limitadas por uma série de mecanismos legais do regime autoritário, como os Atos Institucionais⁶⁰; e (2), pelo longo período de transição conduzido, principalmente, pelo próprio governo militar. A primeira característica diz respeito à continuidade de instituições, como os partidos políticos e parlamentos, e de procedimentos, como as eleições. Evidentemente, a permanência desses no regime militar-autoritário só foi possível através de muitas modificações em seus propósitos originais e a colocação de uma série de restrições à organização e participação política, aos direitos civis e políticos, e à contestação pública. O Congresso Nacional continuou em funcionamento mesmo com a sua força política extremamente reduzida via os processos de cassação de seus membros e do

⁶⁰ Os Atos Institucionais foram mecanismos legais que visavam legitimar as ações políticas dos militares, dando a estes diversos poderes extra-constitucionais.

controle e das intervenções por parte do Poder Executivo; os partidos políticos embora limitados a dois durante os anos de 1966 a 1979 – ARENA (Aliança Renovadora Nacional), a favor do regime militar, e MDB (Movimento Democrático Brasileiro), uma oposição moderada - continuaram a ter funções políticas e representativas⁶¹; as eleições passaram a ser controladas e restritas a poucos cargos políticos e constantemente eram modificadas – as eleições diretas para presidente da república foram suspensas, o mesmo ocorreu para os governos estaduais até 1982; e por fim, a alternância de presidentes da república foi mantida entre os grupos militares rivais que disputavam o poder (CRUZ e ESTEVAM, 1983; MENEGUELLO, 1998 e 1999; ARTURI, 2001; KINZO, 2001 e 2004). Em grande medida, este arranjo foi responsável pelas sucessivas crises políticas do período entre os grupos militares mais repressores e mais liberais, e, entre estes grupos e a oposição democrática (KINZO, 2001).

Por sua vez, o longo processo de transição democrático teve seu início em 1974, levando onze anos para que os civis retornassem à presidência da República, com José Sarney em 1985, e mais outros quatro anos para que os mesmos pudessem eleger diretamente o presidente da República, em 1989, com a eleição de Fernando Collor de Mello. De acordo com Kinzo (2001), estes 15 anos de transição podem ser divididos em três fases distintas, nas quais ocorreram importantes mudanças no sentido de liberalização da esfera política e da gradual retirada dos militares na condução do processo de transição. A primeira fase de 1974 a 1982, conduzida sob o controle total dos militares foi marcada por significativas transformações na arena partidária e eleitoral com destaque para: as vitórias eleitorais da oposição nas eleições legislativas de 1974 e 1978 e nas eleições municipais de 1976; a revogação do Ato Institucional nº 5⁶² em 1978; a aprovação pelo

⁶¹ De acordo com Meneguello (1998: 89): “(...) el mantenimiento de la arena partidaria y electoral funcionó inicialmente como un mecanismo de exclusión práctica de las fuerzas de oposición más complejo que la restricción legal, y se apoyó em la legitimación de las fuerzas progobierno sobre la base del êxito de la política económica del período inicial de la década de 1970. En un segundo momento, la arena representativa se constituyó en un canal de flexibilización del regime autoritário, marcado por la presiones electorales de oposición expresadas en las elecciones legislativas nacionales de 1974 y 1978, definiendo, en seguida, un reacomodo de fuerzas políticas que conduciría a la transición democrática.”

⁶² Redigido pelo Presidente Artur da Costa Silva em 13 de dezembro de 1968, o Ato Institucional nº5 deu ao regime militar poderes absolutos. Alguns de seus pontos foram: o fechamento do Congresso Nacional por quase um ano; concedeu ao presidente da república o direito de legislar via decretos-leis e de decretar estado-de-sítio conforme achasse necessário; suspensão dos direitos políticos e proibição de atividades e

Congresso da anistia, permitindo a reintegração à vida pública de políticos e militantes de esquerda exilados; e a Reforma Partidária de 1979, que extinguiu o sistema bipartidário vigente dando espaço para um pluralismo partidário moderado com a formação de seis novas legendas – PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro, ex-MDB), PDS (Partido Democrático Social, ex-ARENA e atual Partido Progressista), PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), PDT (Partido Democrático Trabalhista), PT (Partido dos Trabalhadores) e PP (Partido Popular, fundiu-se em 1981 ao PMDB). Se o cenário político de vitórias eleitorais da oposição não foi favorável ao governo militar, tampouco foi o cenário econômico do período, marcado pela crise internacional do petróleo em 1974, pelo fim do “milagre econômico” brasileiro e por queda do apoio popular aos militares – que ainda sofriam com os conflitos políticos internos das Forças Armadas (CRUZ e ESTEVAM, 1983; MENEGUELLO, 1998 e 2007; ARTURI, 2001; KINZO, 2001).

A segunda fase de 1982 a 1985, ainda sob domínio militar na condução do processo de transição, teve a presença de novos e importantes atores políticos⁶³ civis em cena. As eleições diretas para os Governos Estaduais e para o Legislativo Federal, em 1982 com a presença dos novos partidos, serviram para confirmar o fortalecimento da oposição ao regime. As vitórias eleitorais trouxeram à oposição a maioria das cadeiras na Câmara dos Deputados e quase a metade dos governos estaduais; este novo cenário político trouxe sem dúvida, uma situação única de coexistência de sistemas de poder com bases de apoio distintas (CRUZ e ESTEVAM, 1983; MENEGUELLO, 1998 e 2007; ARTURI, 2001; KINZO, 2001). Frente a esta nova situação, o PMDB – em termos de desempenho eleitoral o principal partido de oposição ao regime militar – elaborou uma emenda institucional que restabelecia o voto direto para as eleições presidenciais de 1985, apesar do amplo apoio

manifestações políticas; suspensão do *habeas corpus*; ampliação da censura; autorização a intervenções nos Estados e municípios em nome do interesse e da soberania nacional.

⁶³ Considero por atores políticos tanto as elites políticas, aqueles situados dentro das estruturas políticas em sentido estrito, como os partidos, quanto os “não-elites”, aqueles atores fora destas estruturas políticas, como os movimentos sociais e outras formas de organização da sociedade civil, no entanto, capazes de influenciar os acontecimentos políticos pela sua ação ou apatia.

popular que recebeu e resultou na campanha das “Diretas Já”⁶⁴, tal emenda foi derrotada no Congresso Nacional evidenciando a força dos militares no controle do futuro processo sucessório presidencial. Assim, conforme a regra eleitoral estabelecida anteriormente pelos militares, a sucessão presidencial seria realizada indiretamente através de um Colégio Eleitoral formado por congressistas que votariam e escolheriam o futuro presidente do país. Desta forma, restou aos partidos de oposição – com exceção do PT, que fora totalmente contrário a esta forma de procedimento e inclusive não participou do processo eleitoral - se reorganizarem para a sucessão presidencial indireta a ser votada pelos congressistas em 15 de Janeiro de 1985. A forma encontrada foi a formação da Aliança Democrática ainda no ano de 1984, representada por setores da oposição moderada, a grande maioria dos políticos do PMDB, e de situação, políticos do partido do governo descontentes⁶⁵ com a nomeação de Paulo Maluf como candidato do PDS para o Colégio Eleitoral. Desta aliança política resultou a chapa vencedora do Colégio Eleitoral, encabeçada por Tancredo Neves, do PMDB e de seu vice José Sarney, da Frente Liberal. A proposta de realizar uma transição moderada e em nome da conciliação das forças políticas agradou a setores do governo militar e de oposição mais moderados. Contudo, esta “transição negociada” possibilitou aos dissidentes do regime militar desempenhar papéis importantes no novo regime, a aliança política entre PMDB e Frente Liberal se mostrou eficiente não somente por derrotar o candidato do governo nas eleições presidenciais indiretas, mas também, por estabelecer as tendências políticas da fase seguinte marcadas pela continuação de políticos do antigo regime ocupando cargos centrais no novo regime, e, por servir de base de apoio no Congresso Nacional e Estados da federação ao longo de todo o governo Sarney (MENEGUELLO, 1998; ARTURI, 2001; KINZO, 2001). Todavia, no cenário econômico, toda esta fase foi atravessada por uma grave recessão e hiper-inflação que se repetiria com altos e baixos até o ano de 1994 (ARTURI, 2001; KINZO, 2001).

⁶⁴ A campanha das “Diretas já” foi a maior mobilização popular da história brasileira. Ao longo dos meses de novembro de 1983 a abril de 1984 a campanha contou com a participação de milhões de pessoas nos comícios em todo o país.

⁶⁵ A oposição intrapartidária do PDS ao nome de Paulo Maluf levou aos descontentes formarem a Frente Liberal, que em Janeiro de 1985, se tornaria o PFL (Partido da Frente Liberal).

Finalmente, a terceira fase de transição de 1985 a 1989, foi marcada por um cenário de crises políticas e econômicas que serviram para deslegitimar o antigo regime e a legitimar o novo. A terceira fase se iniciou com a posse de José Sarney⁶⁶, o primeiro presidente civil da República após 21 anos de governo militar, e se encerrou com a eleição direta de Fernando Collor de Mello para a presidência da República. O período marcou a intensificação do processo de democratização através da construção das primeiras bases institucionais de legitimação do novo regime, e, pelo fim do domínio militar nos assuntos políticos, embora, estes ainda mantivessem certo poder político no governo Sarney. A Reforma Eleitoral e Partidária de 1985 e a promulgação da Constituição de 1988 intensificaram de vez o processo de democratização⁶⁷, e, estabeleceram via transformações político-institucionais novas normas, procedimentos e instituições qualitativamente distintos aos do regime anterior (MOISÉS, 1995; KINZO, 2001 e 2004). A promulgação da Carta de 1988 instituiu o estado democrático de direito⁶⁸; a separação de poderes⁶⁹; o sufrágio universal e as eleições periódicas e diretas para todos os cargos políticos⁷⁰ – que

⁶⁶ Em 15 de Março de 1985 tomou posse como presidente da República José Sarney, vice de Tancredo Neves na chapa de oposição ao governo militar e eleita indiretamente através do Colégio Eleitoral em 15 de Janeiro de 1985. Sarney assumiu a presidência após o afastamento, por motivos de saúde, de Tancredo - este último veria a falecer em 21 de Abril do mesmo ano sem nunca ter assumido a presidência da República - e governou o país até 15 de março de 1990.

⁶⁷ É importante ressaltar que liberalização e democratização são dois processos distintos, embora estejam relacionados. A primeira basicamente consiste em pequenas reformas e ampliações do espaço de ação política dos atores políticos ainda sob a égide de um regime autoritário, portanto, ela faz parte do processo de democratização, é o primeiro passo, mas está longe de garantir a segunda. A democratização só pode realizar-se quando a primeira estiver concretizada e, todavia, requer o estabelecimento e definição dos procedimentos e das regras capazes de assegurar eleições livres e periódicas, a livre participação política e contestação pública, por parte dos cidadãos. Em outras palavras, quando se estabelecem as “regras do jogo” democrático – “quem governa” e “como governa” (BOBBIO, 1986; MOISÉS 1995; DAHL, 1997).

⁶⁸ O Artigo nº1 da Constituição estabelece: “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos: 1- a soberania; 2- a cidadania; 3- a dignidade da pessoa humana; 4- os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; 5- o pluralismo político. Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.”.

⁶⁹ O Artigo nº2 da Constituição estabelece: “São poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.”.

⁷⁰ O Artigo nº14 da Constituição estabelece: “A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei: 1- plebiscito; 2- referendo; 3- iniciativa popular. Parágrafo 1º o alistamento eleitoral e o voto são: 1- obrigatório para maiores de 18 anos; 2- facultativos para: a) os analfabetos; b) os maiores de 60 anos; c) os maiores de 16 anos e menores de 18 anos.”.

permitiram o acesso dos cidadãos às instancias de decisão; a liberdade plena de imprensa, participação, contestação, associação política⁷¹ e de organização partidária⁷² – que permitiu recolocar os partidos políticos como atores centrais do desenvolvimento dos processos políticos de construção democrática; o direito de proposição de projetos de lei pelos cidadãos; e, a universalização e ampliação dos direitos civis, políticos e sociais⁷³. Todavia, a Constituição de 1988 manteve o país como uma República Federativa, composta por 26 Estados mais o Distrito Federal, e, o sistema presidencialista, com um Congresso bicameral⁷⁴ (MOISÉS, 1995; MENEGUELLO, 1998 e 1999; ARTURI, 2001; KINZO, 2001 e 2004).

A eleição direta para a presidência da República, em 1989, foi outro grande marco do processo de democratização e trouxe grande expectativa popular, no sentido de que o novo regime solucionaria o cenário de crise política e econômica no qual o país freqüentemente vivia (MENEGUELLO, 1998 e 2007; ARTURI, 2001; KINZO, 2001; MOISÉS, 2005). As novas normas e procedimentos democráticos, somadas com o grau de complexidade e heterogeneidade do país, deram as condições para o desenvolvimento de muitos partidos políticos, e em pouco tempo, o sistema partidário brasileiro chegou a possuir mais de 40 legendas com registro provisório ou definitivo. Entretanto, este cenário de multipartidarismo fragmentado apresentou um número pequeno de partidos efetivos, apenas cinco obtiveram representação maior que 5% no Congresso Nacional de 1989 –

⁷¹ De acordo com o Artigo 5º da Constituição: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade: (...) inciso XVII – é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada de caráter paramilitar.”.

⁷² De acordo com o Artigo 17º da Constituição: “É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos: 1-caráter nacional; 2- proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes; 3- prestação de contas à Justiça Eleitoral; 4- funcionamento parlamentar de acordo com a lei.”.

⁷³ Conforme o Artigo 6º da Constituição: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção, à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma da Constituição.”.

⁷⁴ Os Artigos 44º, 45º e 46º da Constituição respectivamente estabelecem: “O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.”; “A Câmara dos Deputados compõem-se de representantes do povo, eleitos pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.”; “O Senado Federal compõem-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.”.

PDS, PFL, PMDB, PSDB e PDT. Ademais, a presença no Congresso dos cinco partidos organizados inicialmente com a Reforma Partidária de 1979 – PMDB, PDS, PTB, PDT, e PT –, demonstrou o fortalecimento do sistema partidário e o fim da intermitência dos partidos políticos nacionais, fenômeno comum aos períodos democráticos anteriores (NICOLAU, 1996; MENEGUELLO, 1999; MELO, 2007).

Contudo, as principais forças políticas no governo Sarney continuavam sendo da aliança PMDB-PFL, que além de garantir a base de apoio ao presidente, orientava conforme a distribuição partidária-parlamentar das próprias legendas a dinâmica de ocupação de cargos públicos, como os ministérios. Esta lógica de divisão dos cargos entre os partidos políticos da base aliada ao Executivo segundo o seu número de cadeiras no Congresso Nacional será uma prática que continuará por todo o período da Nova República, somente variando conforme as legendas que apóiam o governo do momento (NICOLAU, 1996; MENEGUELLO, 1999; LIMONGI, 2006; MELO, 2007). Segundo Limongi (2006), este tipo de arranjo político é característico dos regimes presidencialistas e requer a interação entre o sistema de governo e o sistema partidário a fim de formar uma coalizão governamental necessária à governabilidade, orientada por sua vez, de acordo com o peso dos partidos no Congresso. Este arranjo ficou conhecido como *presidencialismo de coalizão*⁷⁵, no qual a participação dos partidos na organização do governo federal é essencial para a governabilidade (MENEGUELLO, 1998; LIMONGI, 2006). Porém, apesar da força da aliança PMDB-PFL os demais partidos com cadeiras no Congresso Nacional também tiveram um importante papel político no período, principalmente, nos trabalhos da Assembléia Constituinte (1987-88) que determinariam a Constituição de 1988. Os trabalhos da nova Constituição mostraram de um lado, a coesão e diferenciação programática entre os partidos, e por outro lado, o embate entre os mais variados grupos, sobretudo, entre as forças políticas do antigo regime, tentando assegurar seu espaço, e as do novo regime (NICOLAU, 1996; MENEGUELLO, 1998 e 1999; ARTURI, 2001; KINZO, 2001 e 2004).

Por fim, o processo de transição iniciado e conduzido na maior parte do tempo pelos militares, foi marcado por crises econômicas e por uma transição política controlada,

⁷⁵ O conceito *presidencialismo de coalizão* foi desenvolvido por Abranches (1988) na tentativa de compreender o funcionamento do presidencialismo brasileiro.

gradativa e focada, principalmente, no resgate das eleições diretas para a presidência da República. Os elaborados processos de negociação entre o governo militar, seus dissidentes e a oposição moderada, possibilitaram uma mudança de regime, sem, no entanto, uma grande ruptura com a antiga ordem e sem grandes transformações sociais – mesmo com uma ampla participação dos movimentos sociais e públicos de massa os pressionando, como foi o movimento das “Diretas-Já”. Assim, os pactos resultantes do processo de transição resultaram também em certa continuidade da elite política civil do antigo regime, no novo; muitos políticos de oposição e mesmo de situação ao governo militar garantiram sua sobrevivência política ao participarem de importantes e estratégicos cargos políticos no novo regime. Outro indicativo desta “transição negociada” foi também o fato de que as Forças Armadas durante o governo Sarney garantiram a anistia, e a não punição aos seus membros, mesmo entre aqueles acusados de cometerem crimes no exercício da repressão. Deste modo, a acomodação dos atores políticos mais influentes do momento e o entrelaçamento de práticas e estruturas antigas com as novas, resultantes dos processos de negociação, influenciaram no rearranjo de todo o sistema político brasileiro, inclusive das instituições democráticas (O’DONNELL e REIS, 1989; MOISÉS, 1995; ARTURI, 2001; KINZO, 2001).

Passado este período de transição, a democracia brasileira vive até os dias de hoje um constante processo de democratização. É consenso entre os cientistas políticos de que o atual regime experimenta um processo de crescente institucionalização e consolidação; mesmo quando abalado por crises políticas e econômicas o sistema político se mostrou estável. No período da Nova República foram realizadas cinco eleições nacionais que contaram com ampla participação popular⁷⁶, nas quais as regras foram respeitadas; os candidatos eleitos tomaram posse e foram substituídos por outros no fim de seus mandatos; e, principalmente, os direitos políticos básicos – base de qualquer democracia – têm sido, de maneira geral, respeitados (MOISÉS, 1995; NICOLAU, 1996; MENEGUELLO, 1998; ARTURI, 2001; KINZO, 2001 e 2004; ANASTASIA, CASTRO e NUNES, 2007; MELO,

⁷⁶ Nas eleições de 1989, 1994, 1998, 2002 e 2006 em média 82,6% do eleitorado compareceu para votar. Precisamente, em 2006 o eleitorado chegou a 126 milhões de cidadãos, dividido desigualmente entre as regiões do país da seguinte forma: Sudeste (43,6%); Nordeste (27,2%); Sul (15,1%); Centro-Oeste (7,06%); e, Norte (7%) (ANASTASIA, CASTRO e NUNES, 2007).

2007). Entretanto, ainda que a transição e o processo de democratização tenham trazido mudanças qualitativas ao sistema partidário e eleitoral, eles não foram suficientemente capazes de melhorar dois aspectos democráticos importantes: a relação dos cidadãos com a política representativa e a questão da *accountability* – sobretudo a horizontal. Em parte, o enfoque prioritário dado ao resgate das eleições diretas para a presidência da república e às garantias procedimentais e normativas ao exercício do voto, deixou para um segundo plano a construção efetiva de mecanismos de fiscalização e controle das ações dos governos e governantes, e, a consolidação de bases institucionais sólidas entre cidadãos e partidos políticos – como os baixos níveis de associação e identificação partidária mostram - limitada quase que exclusivamente às eleições (O’DONNELL e REIS, 1989; MOISÉS, 1995; NICOLAU, 1996; ARTURI, 2001; KINZO, 2001 e 2004; ANASTASIA, CASTRO e NUNES, 2007; MELO, 2007).

Com relação à *accountability*, principalmente à horizontal, ainda que o fluxo de informações tenha aumentado muito e os mecanismos de controle, sobretudo, os de âmbito federal tenham melhorado, estes esforços foram insuficientes para assegurá-la completamente. A falta de mecanismos capazes de fiscalizar as ações dos governos e governantes como a concentração excessiva de recursos políticos e financeiros estratégicos na mão do Executivo, todavia, comprometem a efetividade da *accountability*. O excesso de recursos financeiros e a capacidade de nomear cargos de confiança – aproximadamente 30.000 cargos no governo federal - permitem ao Executivo certo tipo de “persuasão” sobre o Legislativo, cuja uma de suas funções é a fiscalização do primeiro. A “persuasão” vai de indicações a ministérios, a diretorias de empresas estatais à simples liberação de recursos orçamentários necessários aos projetos dos parlamentares (CINTRA, 2004; ABRAMO, 05).

Os problemas de representação política dizem respeito também à organização do sistema eleitoral e partidário, e ao seu funcionamento. De acordo com Anastasia, Castro e Nunes (2007) e Melo (2007), a atual legislação eleitoral permite que os partidos políticos e seus membros adotem certas práticas que acabam por prejudicar a inteligibilidade do sistema político⁷⁷ e conseqüentemente, afetam a construção de vínculos mais sólidos entre

⁷⁷ O sistema político nacional é complexo e funciona em três níveis distintos, ademais está repleto de partidos e coligações, que não necessariamente respeitam as alianças de âmbito federal, estadual e municipal.

os cidadãos e os partidos. Os autores identificam o excesso de migrações interpartidárias da parte dos deputados federais/ estaduais e as coligações políticas feitas pelos partidos para as eleições proporcionais como práticas que enfraquecem elos mais fortes e a própria representatividade. No primeiro caso, o excesso das migrações no interior do Legislativo faz com que o sistema partidário parlamentar e o sistema partidário eleitoral se afastem. O político eleito inicialmente por uma legenda pode ao longo do seu mandato migrar para outra, para a qual o eleitor não votou. Assim, as migrações permitem que a força de um partido no parlamento não condiga necessariamente com o seu desempenho nas urnas, o que acaba por desrespeitar a vontade do eleitor e enfraquece a representatividade do sistema partidário. Com respeito às coligações em eleições proporcionais, estas possibilitam aos partidos pequenos coligados com legendas maiores competirem como se fossem um só partido e assim, consigam ultrapassar o quociente eleitoral – definido pela divisão do número de votos válidos pelo número de cadeiras oferecidas – e obtenham cadeiras no parlamento⁷⁸. Como os votos são somados para a coligação e as cadeiras distribuídas de acordo com o desempenho individual dos candidatos – e não proporcionalmente à votação obtida por cada um dos partidos coligados - a escolha do eleitor pode contribuir para eleger um representante de um partido diferente daquele em que votou. Esta prática compromete o princípio de representatividade e distancia o sistema partidário parlamentar do sistema partidário eleitoral (KINZO, 2004; ANASTASIA, CASTRO e NUNES, 2007; MELO, 2007).

Outro problema de distorção da representação, diz respeito à representatividade desproporcional da população dos Estados da Federação no Congresso Nacional. Embora a Constituição de 1988 tenha a preocupação de guardar uma relação entre o número de deputados federais eleitos por cada estado com o tamanho da respectiva população, ela ao estabelecer o máximo de 70 deputados federais, e o mínimo de 8, acaba gerando certa desproporcionalidade representativa. Estados mais populosos são sub-representados, por exemplo, nas eleições de 2006 um deputado federal do estado de São Paulo precisou de

⁷⁸ Através das coligações, as legendas menores se aproveitam da força das maiores e conseguem alcançar ou ampliar sua representação no parlamento; por sua vez, os grandes partidos buscam as coligações, pois via estas conquistam acréscimos de tempo de exibição gratuita na TV e no rádio (MELO, 2007).

400.637 votos para se eleger, já o seu equivalente de Roraima precisou de apenas 29.202 votos. Esta desproporcionalidade compromete o princípio da igualdade política, já que o voto conforme a região acaba tendo peso diferente (LIMA JÚNIOR, 1993; NICOLAU, 1996; CINTRA e LACOMBE, 2004; COSTA 2004; ANASTASIA, CASTRO e NUNES, 2007; MELO, 2007).

Contudo, salientar estes pontos não significa desconsiderar os avanços democráticos conquistados do período, mas sim apontar para alguns dos problemas originados, todavia, no processo de transição, e que afetam as instituições de representação do país. Esta breve contextualização buscou elucidar a dinâmica política no qual as instituições do estudo se desenvolveram com objetivo à reflexão da baixa confiança institucional dos cidadãos. A hipótese é que a percepção de que as instituições não agem segundo o seu comportamento esperado e, têm desempenho negativo na tarefa de solucionar os problemas do país, podem estar presentes no imaginário dos cidadãos brasileiros e influir no seu sentimento de baixa confiança institucional. É justamente sobre este ponto que o próximo tópico trata.

2.1 – A baixa confiança institucional no Brasil

Como já foi dito anteriormente, o regime democrático brasileiro pós-85 estabeleceu novas normas e procedimentos de interação política qualitativamente distintos dos do regime anterior. Procedimentos democráticos como eleições livres, transparentes e periódicas; sufrágio universal; acesso a informações políticas; existência de instituições políticas de representação, de controle e de tomada de decisões - conhecidas e reconhecidas como importantes pelo público; garantias normativas às liberdades civis e políticas de participação e contestação, estão relativamente consolidadas e orientam as ações dos atores políticos (MOISÉS, 1995 e 2005; NICOLAU, 1996; ARTURI, 2001; KINZO, 2001 e 2004; MENEGUELLO, 2006).

Apesar dos claros indícios de relativa consolidação de importantes aspectos democráticos, a jovem democracia brasileira, ao longo destes 25 anos, conviveu com graves crises políticas e econômicas e constantes escândalos de corrupção envolvendo parte da elite político-administrativa e instituições representativas. O número de escândalos de corrupção neste período não foi pequeno e destaco brevemente os seguintes: a licitação fraudada da Rodovia Norte-Sul⁷⁹ (1987); o caso *Collorgate*⁸⁰ (1992); os Anões do Orçamento⁸¹ (1993/1994); o caso SIVAM⁸² (1995); o caso da Reeleição⁸³ (1997); os casos da SUDENE⁸⁴ (1999) e da SUDAM⁸⁵ (2001); o caso do Mensalão⁸⁶ (2005) - suposta prática do governo de subornar parlamentares a fim que estes votassem a seu favor; o caso dos Correios⁸⁷ (2005) - o presidente dos Correios favorecia determinadas empresas nos processos de licitação em troca de dinheiro pra campanha política de seu partido; e recentemente em 2006, os escândalos das Sanguessugas⁸⁸ envolvendo políticos na compra de ambulâncias superfaturadas, e dos Dossiês⁸⁹, onde falsos dossiês teriam sido feitos no intuito de prejudicar o desempenho de candidatos que disputavam no momento eleições (SPECK, 1998; RENNÓ, 2007).

No entanto, é necessário fazer certas ponderações a respeito do número de escândalos. Primeiramente, esses não são necessariamente casos confirmados, isto é, casos

⁷⁹ Fonte: Revista Veja - 20/05/87.

⁸⁰ Foi sem dúvida o caso de corrupção política mais marcante do período democrático pós-1985, pois resultou no *impeachment* do então presidente da república Fernando Collor de Mello. Fonte: Revista Veja - 27/05/1992.

⁸¹ Fonte: Site da revista Veja, <http://veja.abril.com.br/idade/corruptao/orcamento/caso.html>

⁸² Fonte: Revista Isto É - Dezembro de 1995.

⁸³ Fonte: Site da revista Veja, <http://veja.abril.com.br/idade/corruptao/reeleicao/caso.html>

⁸⁴ Fonte: Site da Revista Isto É, <http://www.istoe.com.br/reportagens/18735>

[ESQUELETO+MILIONARIO?pathImagens=&path=&actualArea=internalPage](#)

⁸⁵ Idem nota anterior.

⁸⁶ Fonte: Revista Veja - 01/06/2005.

⁸⁷ Idem nota anterior.

⁸⁸ Fonte: Revista Veja - 26/07/2006.

⁸⁹ Fonte: Revista Isto É - 20/09/2006 e 27/09/2006.

devidamente investigados pelas instituições de Justiça, julgados e condenados; segundo, há fatores que podem vir a ampliar ou diminuir o seu número, como: o grau de liberdade dos meios de comunicação, linha editorial dos mesmos e a sensibilidade da sociedade com relação ao tema da corrupção. Neste sentido, tanto a percepção quanto a divulgação dos escândalos de corrupção podem ser influenciados por estes fatores acima mencionados. No caso brasileiro, o tema da corrupção política tem recebido muita atenção indicando uma clara sensibilidade por parte da sociedade, sendo inclusive tema central de campanhas eleitorais – como a eleição para presidente da República de 2006, ocorrida um ano após a emergência dos escândalos de corrupção do Mensalão e dos Correios - e de acalorados debates políticos entre diferentes setores da sociedade (RENNÓ, 2007). Porém, de qualquer maneira o número de escândalos no país é significativo (SPECK, 1998; ANASTASIA e SANTANA, 2008).

Certamente este é um cenário problemático, principalmente em um país com tradição democrática deficitária como a nossa. Porém, a inexistência de quaisquer tentativas de responder a estas crises sobrepondo-se aos limites da ordem constitucional, revelou, claramente, no período recente, uma maior aceitação e consolidação das regras do jogo democrático e do próprio regime (KINZO, 2004; MOISÉS, 2005; ANASTASIA, CASTRO e NUNES, 2007; MELO, 2007). No entanto, as percepções destes problemas do regime são experimentadas de diferentes formas pelos cidadãos na sua relação direta com o regime, e impactam no conjunto de suas atitudes políticas.

Com o intuito de analisar o comportamento político dos cidadãos brasileiros com relação à democracia foram realizadas nacionalmente diferentes pesquisas de opinião pública, de natureza acadêmica, aplicadas nos anos de 1989⁹⁰, 1990⁹¹, 1993⁹², 1997⁹³, 2002⁹⁴ e de 2006⁹⁵.

⁹⁰ A pesquisa *Democratização e Cultura Política* é formada por quatro surveys, realizados em setembro e dezembro de 1989, março de 1990 e março de 1993 através do convênio envolvendo o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Estadual de São Paulo (CEDEC) e o Instituto Datafolha. Foram entrevistadas respectivamente 2.083, 2859, 2480 e 2499 eleitores. A ficha técnica completa das pesquisas de 1989, com título e número, são: Intenção de voto para presidente VI (CULTURA POLÍTICA/ CEDEC I) - DATAFOLHA/ BRASIL89.SET-00186; e, Intenção de voto para presidente XIX (CULTURA POLÍTICA/ CEDEC II-B) - DATAFOLHA/BRASIL89.DEZ-00211. In: *Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública* – CESOP-UNICAMP. Disponível em: <http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/busca/php>.

Os dados provenientes do survey, *A Desconfiança dos Cidadãos nas Instituições Democráticas* (2006), quando comparados com as pesquisas anteriores (1989, 1990, 1993, 1997 e 2002), demonstram que tanto a preferência do cidadão brasileiro pela democracia quanto o seu apoio cresceu. Entretanto, a maioria dos cidadãos brasileiros não está satisfeita com o desempenho do regime e apresenta uma baixa confiança com relação às instituições democráticas, aproximando-o do que Norris (1999) denominou de “*cidadãos críticos*”. De forma ilustrativa, o regime democrático é a forma preferida de governo para 65% dos cidadãos (Gráfico 2.1), este dado é mais alto que os 43,4% da pesquisa de setembro de 1989 e os 57,9% da pesquisa de março de 1993; a democracia é o melhor sistema de governo para 55,2 % dos cidadãos (concordam muito com a frase de que a democracia pode ter problemas, mas é o melhor sistema de governo), seguido por 31,1 % que concordam pouco (Gráfico 2.2).

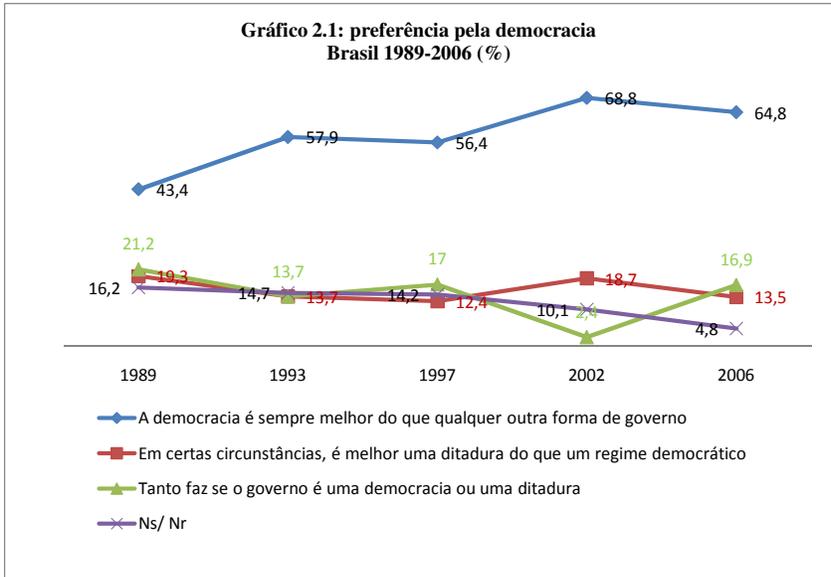
⁹¹ Avaliação Sarney/ Expectativa Collor II (CULTURA POLÍTICA/ CEDEC III) - DATAFOLHA/ BRASIL90.MAR-00219. In: *Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública* – CESOP-UNICAMP. Disponível em: <http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/busca/php>

⁹² Avaliação Itamar Franco (CULTURA POLÍTICA/ CEDEC IV) - DATAFOLHA/ BRASIL93.MAR-00322. In: *Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública* – CESOP-UNICAMP. Disponível em: <http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/busca/php>

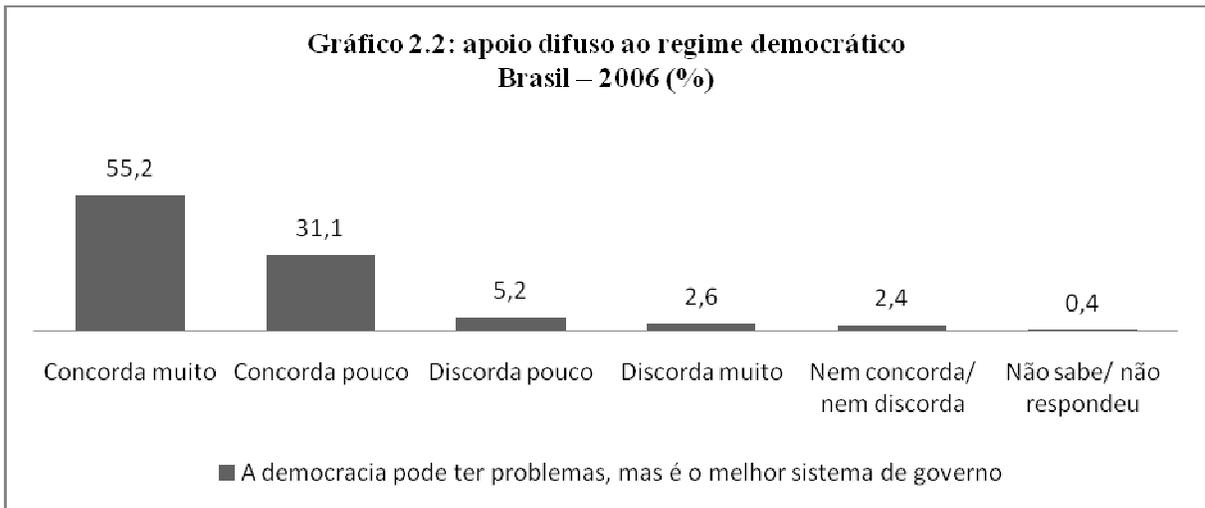
⁹³ A pesquisa *Cultura Política e Cidadania* foi realizada pela Fundação Perseu Abramo em novembro de 1997, ao todo foram entrevistados 4.935 eleitores. A ficha técnica completa é: *Cultura Política e Cidadania I* – Fundação Perseu Abramo/BRASIL97.NOV-01825. In: *Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública* – CESOP-UNICAMP. Disponível em: <http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/busca/php>.

⁹⁴ A pesquisa *Estudo Eleitoral Brasileiro* (Eseb) foi realizado no período pós-eleitoral de 2002, frente a 2513 eleitores. O survey foi desenvolvido pelo Núcleo de Pesquisas Sociais Aplicadas, Informações e Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense (DATAUFF) e o Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade Estadual de Campinas (CESOP). A ficha técnica completa é: *ESEB 2002* - CESOP-FGV/BRASIL02.DEZ-01838. In: *Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública* – CESOP-UNICAMP. Disponível em: <http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/busca/php>

⁹⁵ A pesquisa *A Desconfiança dos Cidadãos nas Instituições Democráticas* foi desenvolvido pelo Projeto Temático com o mesmo nome (processo FAPESP 04/07953-8) e foi aplicado em âmbito nacional em Junho de 2006, frente a 2004 eleitores.

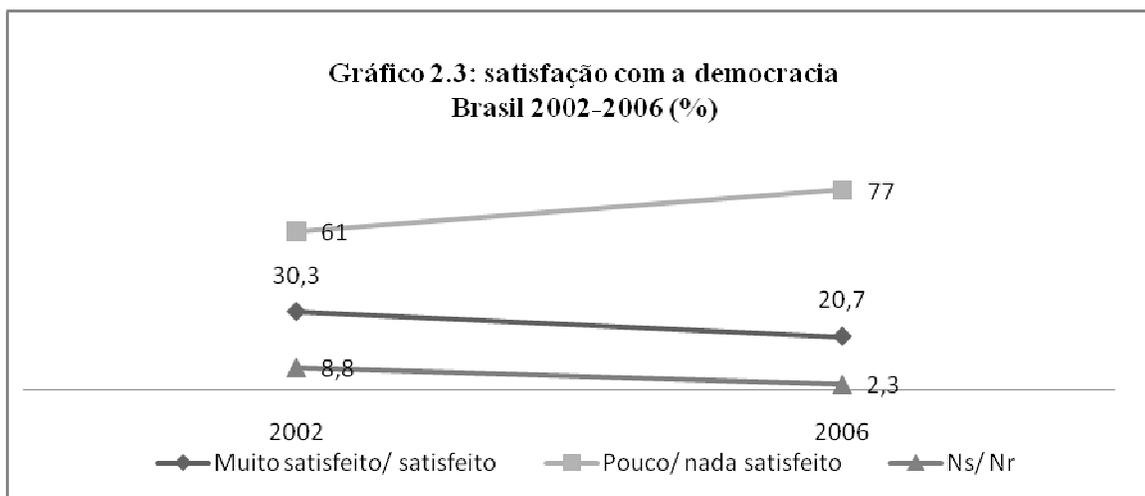


Fontes: Pesquisa *Democratização e Cultura Política*, coordenada por J. A. Moisés/ CEDEC/ DATAFOLHA, 1989 e 1993; Pesquisa *Cultura Política e Cidadania I*, Fundação Perseu Abramo, 1997; Pesquisa Eseb/CESOP/UNICAMP, 2002; e, Pesquisa *A Desconfiança dos Cidadãos nas Instituições Democráticas*, coordenada por J. A. Moisés e R. Meneguello, 2006 (Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP).



Fonte: Pesquisa *A Desconfiança dos Cidadãos nas Instituições Democráticas*, coordenada por J. A. Moisés e R. Meneguello, 2006 (Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP).

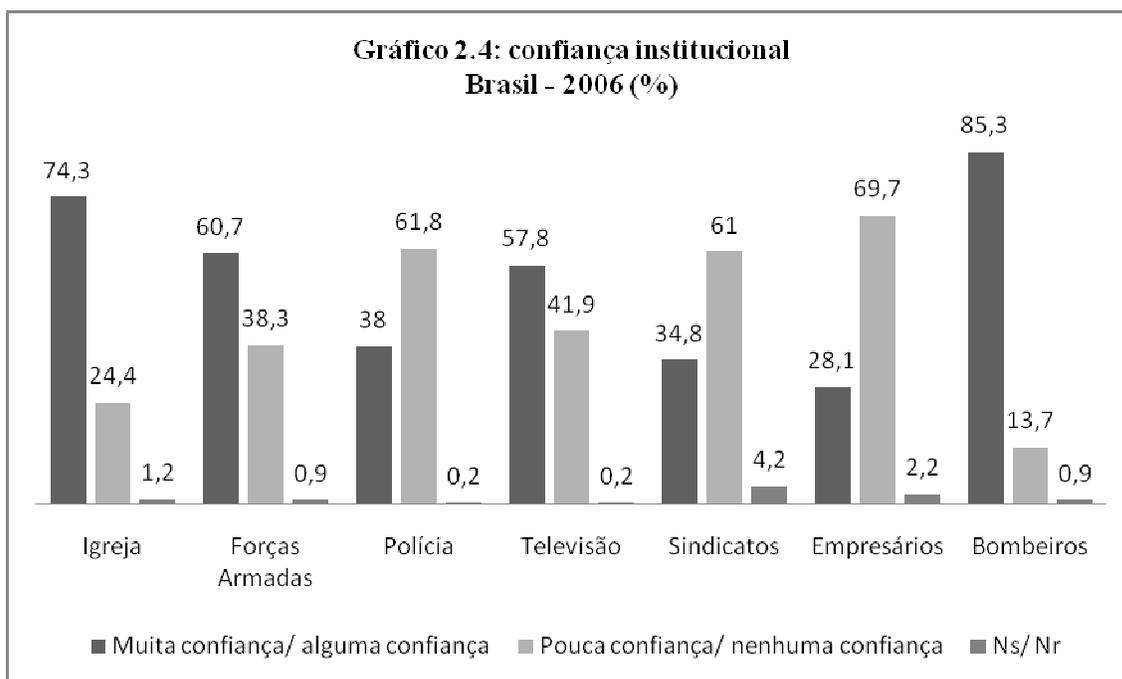
Apesar da expressiva preferência e do apoio difuso ao regime democrático, os dados mostram que os cidadãos estão insatisfeitos com o seu funcionamento, 77% responderam estar pouco e nada satisfeitos (Gráfico 2.3) - de acordo com Easton, este dado é um indicativo de baixo *apoio específico* ao regime. Esse valor é maior que o apresentado anteriormente em 2002, de 61%, e mostra que a insatisfação com o regime no espaço de quatro anos cresceu 16%. Em contrapartida, a satisfação com o regime caiu aproximadamente 10%. Estes dados são muito significativos, pois mostram que o *apoio difuso* dos cidadãos brasileiros à democracia cresceu, enquanto o *apoio específico* ao regime diminuiu, sugerindo que os entrevistados distinguem a dimensão ideal do regime democrático da sua dimensão prática.



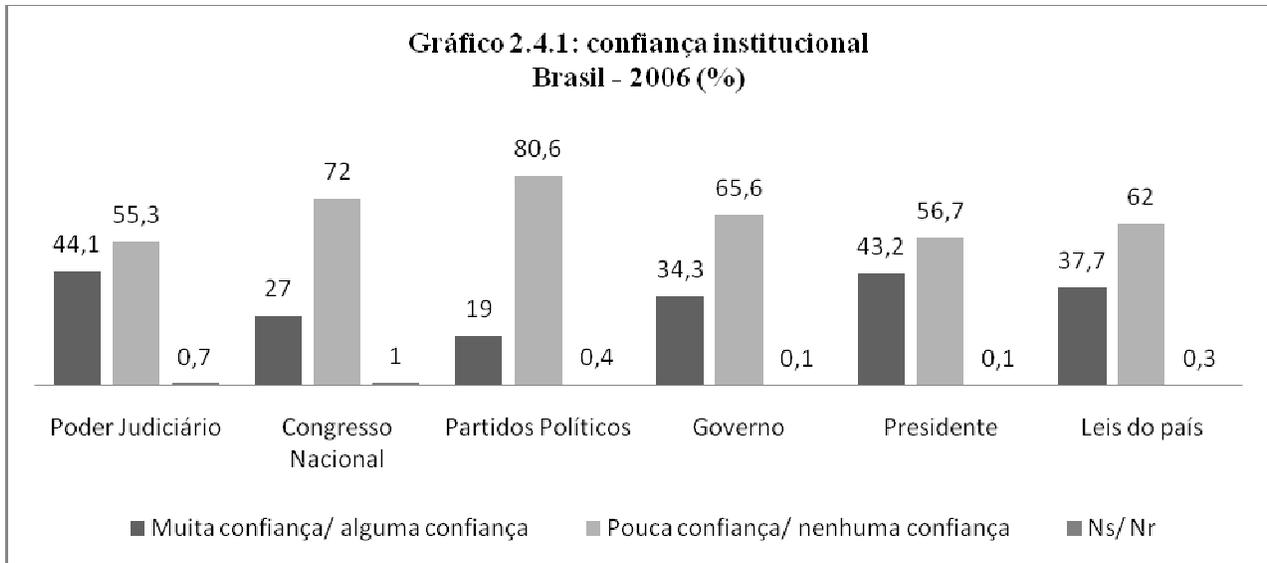
Fonte: Pesquisa Eseb/CESOP/UNICAMP, 2002; e, Pesquisa *A Desconfiança dos Cidadãos nas Instituições Democráticas*, coordenada por J. A. Moisés e R. Meneguello, 2006 (Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP).

Com relação à confiança institucional, com exceção das instituições Bombeiros (85,3%), Igreja (74,3%), Forças Armadas (60,7%) e Televisão (57,8%) predomina um cenário majoritariamente negativo (Gráfico 2.4). As instituições de representação política

como o Congresso Nacional e os partidos políticos são as que foram piores avaliadas, respectivamente 72% e 80,6% dos cidadãos expressam algum grau de baixa confiança nelas (Gráfico 2.4.1); um pouco menos mal avaliadas estão o Poder Judiciário (55,3%), Presidente (56,7%) e o Governo (65,5%). Um dado também relevante são os valores de baixa confiança expressados nas leis do país, 62% dos entrevistados responderam ter “pouca/ nenhuma confiança” nelas. Como apontado no capítulo 1, esta baixa confiança pode comprometer a complacência dos cidadãos em cumprirem uma das dimensões centrais à democracia, o primado da lei, e conseqüentemente prejudicar o bom funcionamento do regime (OFFE, 1999; WARREN, 1999; DIAMOND e MORLINO, 2004; O’DONNELL, 2004a e 2004b).

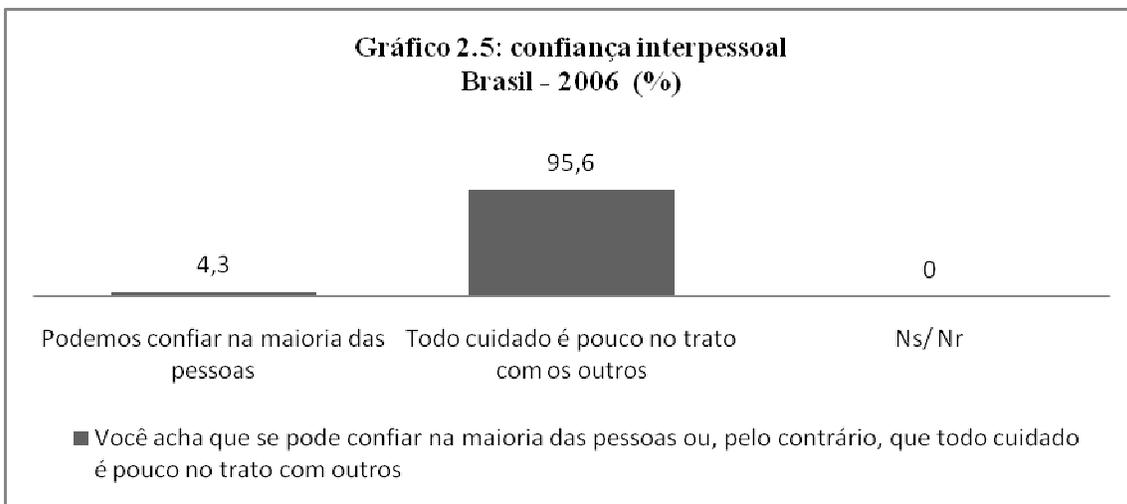


Fonte: Pesquisa *A Desconfiança dos Cidadãos nas Instituições Democráticas*, coordenada por J. A. Moisés e R. Meneguello, 2006 (Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP).



Fonte: Pesquisa *A Desconfiança dos Cidadãos nas Instituições Democráticas*, Moisés e Meneguello, 2006 (Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP).

Os dados sobre a confiança interpessoal também mostram valores baixos (Gráfico 2.5). As opiniões traduzem predominantemente a desconfiança generalizada nas pessoas, em que 95,6% dos entrevistados responderam que “todo cuidado é pouco no trato com os outros”, enquanto apenas 4,3% responderam “podemos confiar na maioria das pessoas”.



Fonte: Pesquisa *A Desconfiança dos Cidadãos nas Instituições Democráticas*, coordenada por J. A. Moisés e R. Meneguello, 2006 (Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP).

Os dados da pesquisa nos permitem dizer que a consistente preferência pelo regime democrático expressada pelos cidadãos brasileiros caminha ao lado de uma ausência de credibilidade nas instituições democráticas, como as análises dos surveys de cultura política de anos anteriores já haviam demonstrado (MOISÉS, 1995). Apesar das diferenças metodológicas entre os surveys analisados, o autor observou que em cada um deles a maioria dos cidadãos apresenta baixos níveis de confiança ao Congresso Nacional e aos partidos políticos.

Este cenário de preferência e apoio ao regime democrático de um lado, e por outro, de uma baixa confiança institucional e insatisfação, não é peculiar ao Brasil, e pode ser visto de forma similar na maioria dos países latino-americanos, e em muito menor escala, nas democracias mais antigas, onde a baixa confiança institucional é vista como uma face crítica ao desempenho dos governos e instituições (INGLEHART, 1999 e 2000; NORRIS, 1999; DELLA PORTA, 2000; LAGOS, 2000; NEWTON e NORRIS, 2000; SELIGSON, 2002; LOPES, 2004; POWER e JAMISON, 2005; MOISÉS e CARNEIRO, 2008). Embora estes déficits de confiança não constituam uma ameaça a sobrevivência do regime democrático brasileiro, tais distorções comprometem a sua qualidade, pois a desconfiança elevada, a suspeição e o descrédito provocam desapego às instituições democráticas, principalmente no caso das de representação política, as com menores níveis de confiança (DELLA PORTA, 2000; NORRIS e NEWTON, 2000; MOISÉS e CARNEIRO, 2008).

Com este cenário em mente, a presente pesquisa analisa a percepção dos cidadãos com relação à corrupção e busca compreender de quais formas ela influencia a confiança institucional. Considerando-se o longo período do escândalo de corrupção do Mensalão - maio de 2005 a outubro de 2006 - e a sua percepção pela maioria dos cidadãos⁹⁶, já que o tema foi largamente explorado pela mídia e campanhas políticas, a pesquisa *A Desconfiança dos Cidadãos nas Instituições Democráticas*, realizada em junho de 2006, é uma fonte importante de dados para explorar a relação entre percepção da corrupção e

⁹⁶ De acordo com a pesquisa Opinião Pública Nacional (Rodada 78) realizada pelo CNT/Sensus nos dias 6 a 8 de setembro de 2005, frente a 2000 pessoas, 80% dos entrevistados responderam “tem acompanhado/ ouviu falar” as denúncias de corrupção do Mensalão (Fonte: site do Fernando Rodrigues <http://www1.uol.com.br/fernandorodrigues/arquivos/pesquisas/vox/index2005.shl>).

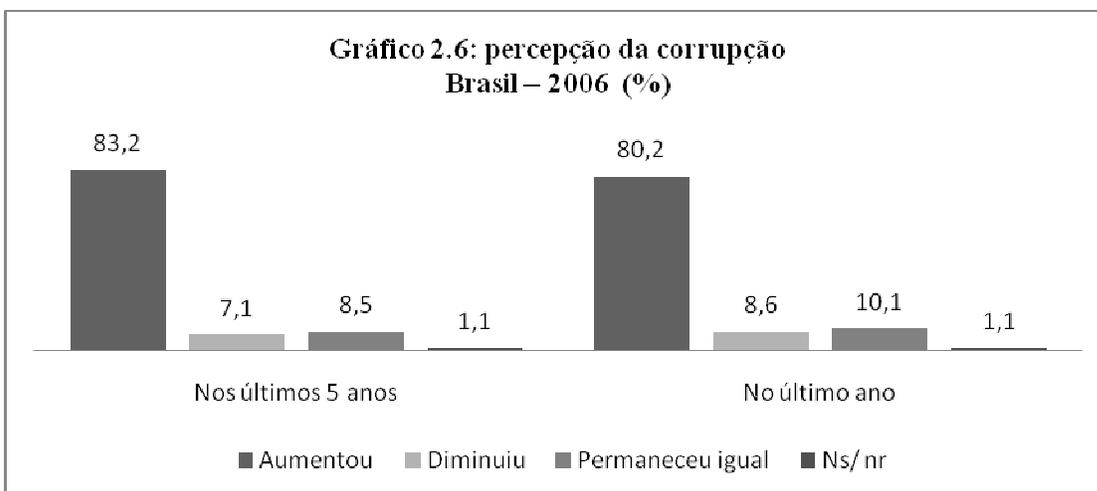
confiança institucional, como também, entre a percepção da corrupção e o apoio ao regime democrático.

2.2 – A percepção da corrupção no Brasil

Dados provenientes da pesquisa nacional de 2006, *A Desconfiança dos Cidadãos nas Instituições Democráticas*, sobre a percepção da corrupção no país, mostram que para 83,2% dos entrevistados a corrupção aumentou nos últimos cinco anos⁹⁷, número próximo aos 80,2% que disseram que ela aumentou no último ano⁹⁸ (Gráfico 2.6). Devido à proximidade destes dois valores, a leitura dos dados permite afirmar que o ano de 2005 foi central para o aumento da percepção da corrupção política, dado que o ano foi marcado pelas denúncias de corrupção do Mensalão e dos Correios, dirigidas a parte da elite político-administrativa do país e amplamente divulgados na mídia.

⁹⁷ É importante lembrar que estes últimos 5 anos se referem aos anos de 2001 à 2005, pois a pesquisa foi realizada em Junho de 2006.

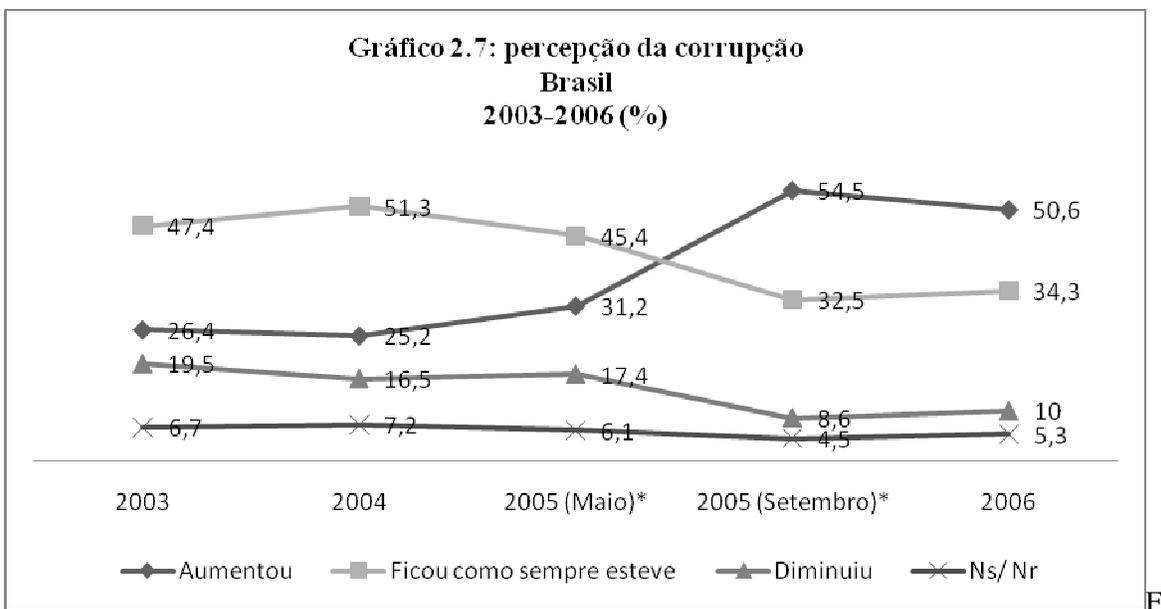
⁹⁸ Este último ano se refere ao ano de 2005, o ano anterior à realização da pesquisa.



Fonte: Pesquisa *A Desconfiança dos Cidadãos nas Instituições Democráticas*, coordenada por J. A. Moisés e R. Meneguello, 2006 (Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP).

De forma semelhante os dados da pesquisa CNT/ Sensus de 2003 a 2006⁹⁹, também apontam para esta direção. Como se pode notar, entre o intervalo de Maio de 2005, quando o Deputado Federal Roberto Jefferson deu início as denúncias do Mensalão, e Setembro de 2005, a percepção que a corrupção aumentou foi de 31,2% (Gráfico 2.7) à 54,5 (%); enquanto a percepção de que esta diminuiu foi de 17,4% para 8,6%.

⁹⁹ Pesquisas de Opinião Pública, rodadas 67, 68, 76, 78 e 81 (Fonte: <http://www1.uol.com.br/fernandorodrigues/arquivos/pesquisas/vox/index2006.shl>).

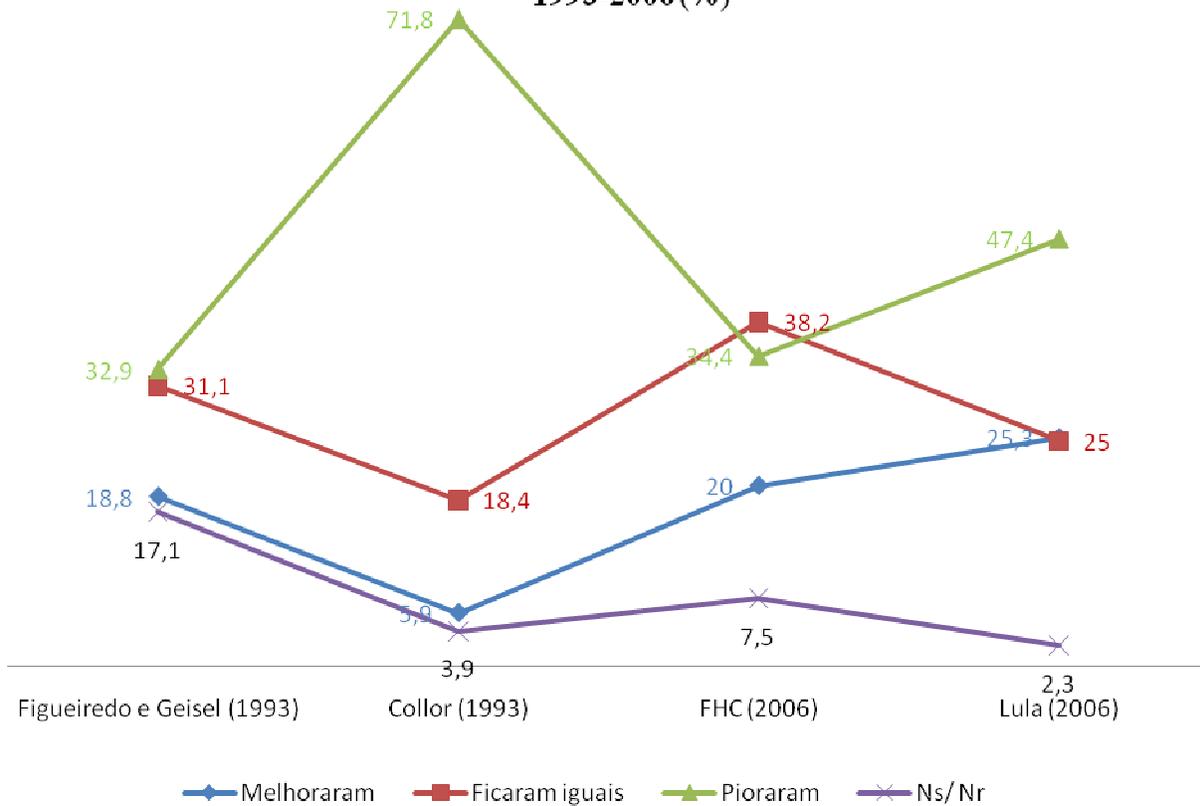


Fonte: Pesquisas CNT/ Sensus 2003- 2006 (rodadas 67, 68, 76, 78 e 81).

Disponível em: <http://www1.uol.com.br/fernandorodrigues/arquivos/pesquisas/vox/index2006.shl>.

De forma parecida, os dados de diferentes séries históricas acerca da percepção da corrupção, promovidas por cientistas políticos - Moisés (1993) e Moisés e Meneguello (2006) –, referentes aos anos de 1993 e 2006, ilustram que a percepção da corrupção aumentou nos anos recentes (Gráfico 2.8). Os ápices da percepção pública da corrupção coincidem com momentos de escândalos de corrupção, amplamente difundidos pelos principais meios de comunicação. Em 2006, durante o governo Lula, a percepção por parte dos cidadãos brasileiros da corrupção aumentou.

**Gráfico 2.8: avaliação da situação da corrupção no Brasil
1993-2006 (%)**



“Falando de corrupção e tráfico de influência, essas coisas melhoraram, pioraram ou ficaram iguais ao que era antes? (A) no governo Figueiredo e Geisel; (B) no governo Fernando Collor; (C) no governo Fernando Henrique Cardoso; (D) no governo Lula”

Fontes: Pesquisa *Democratização e Cultura Política*, coordenada por J. A. Moisés/ CEDEC/ DATAFOLHA, 1993; e, Pesquisa *A Desconfiança dos Cidadãos nas Instituições Democráticas*, coordenada por J. A. Moisés e R. Meneguello, 2006 (Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP).

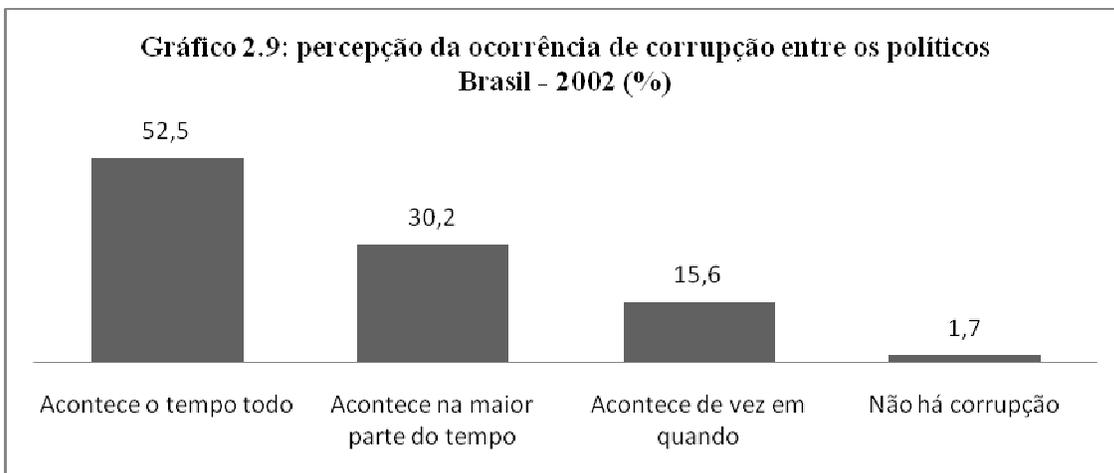
No que se refere à percepção de que a corrupção entre os políticos é comum, de acordo com os dados do Eseb 2002¹⁰⁰, 52,5 % das respostas são que ela acontece o tempo todo e 30,2 %, que ela acontece na maior parte do tempo (Gráfico 2.9). A percepção de que os políticos brasileiros estão envolvidos em atividades corruptas também pode ser vista nos dados da pesquisa “*A Desconfiança dos Cidadãos nas Instituições Democráticas*” de 2006.

¹⁰⁰ A questão trabalhada é a seguinte: “Na sua opinião, no Brasil, a corrupção entre os políticos acontece o tempo todo, acontece na maior parte do tempo, acontece de vez em quando, ou não há corrupção entre os políticos?”

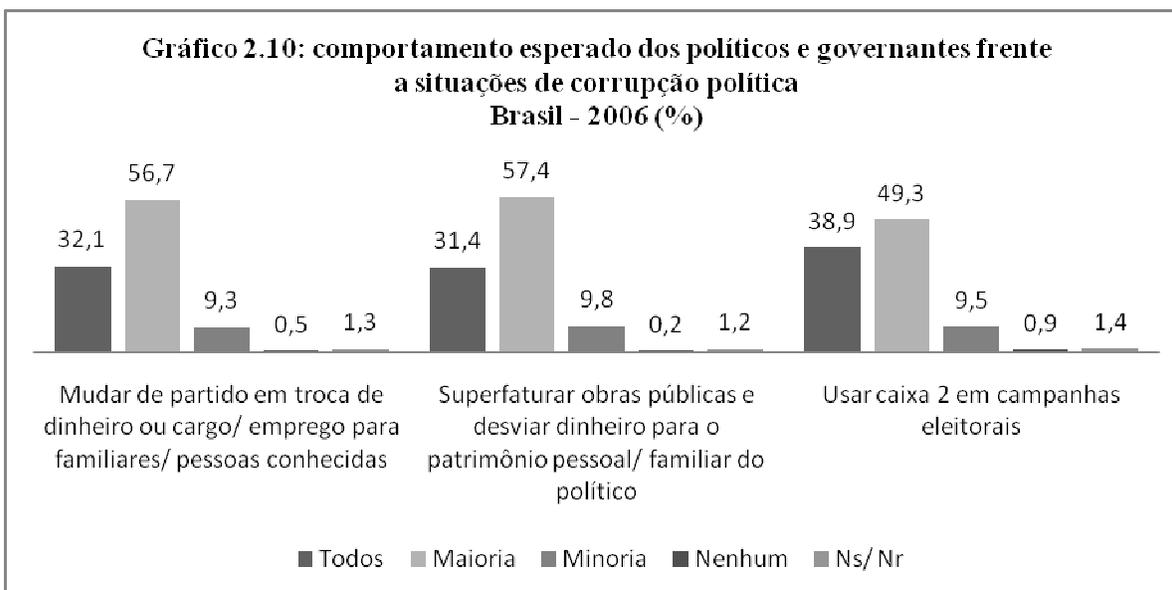
O gráfico 2.10 mostra três situações políticas que envolvem o comportamento dos políticos e governantes com relação (1) à mudança de partidos, (2) à gestão pública e às (3) eleições. As porcentagens observadas deixam clara a percepção negativa e corrupta dos políticos e governantes pela população. Com respeito ao primeiro comportamento, para 32,1% dos entrevistados seria um comportamento de “todos os políticos e governantes” mudar de partido em troca de dinheiro ou cargo/ empregar familiares e pessoas conhecidas¹⁰¹, para 56,7% seria um comportamento da “maioria dos políticos e governantes”; em contrapartida, apenas para 9,3% seria um comportamento da “minoridade dos políticos e governantes” e 0,5% o comportamento de “nenhum político”. Com relação à gestão pública, 31,4% dos entrevistados têm a opinião que superfaturar obras públicas e desviar dinheiro para o patrimônio pessoal ou familiar do político seria um comportamento de “todos os políticos e governantes” e para 57,4% da “maioria” deles. Novamente os valores de respostas positivas, “minoridade” e “nenhum”, foram muito baixos e alcançaram respectivamente 10% e 0,2%. Finalmente, 39% dos entrevistados consideram que “todos os políticos e governantes” fazem uso do caixa 2 em campanhas eleitorais; para 49,3% a “maioria dos políticos e governantes” fazem uso; para 9,5% seria o comportamento da “minoridade” deles e somente para 1% o comportamento de “nenhum” político e governante. Observa-se neste cenário que em nenhuma situação a ausência do comportamento corrupto superou 1%, o que deixa evidente a imagem negativa e corrupta dos políticos e governantes brasileiros pela população¹⁰².

¹⁰¹ A questão é a seguinte: “Em relação aos nossos políticos e governantes, o(a) sr(a) diria que é um comportamento de todos, de uma maioria, de uma minoria, ou de nenhum dos políticos e governantes brasileiros? (1) Mudar de partido em troca de dinheiro ou cargo/ emprego para familiares/ pessoas conhecidas; (2) superfaturar obras públicas e desviar dinheiro para o patrimônio pessoal/ familiar do político; (3) usar caixa 2 em campanhas eleitorais.” (Pesquisa *A Desconfiança dos Cidadãos nas Instituições Democráticas*, coordenada por J. A. Moisés e R. Meneguello, 2006) .

¹⁰² Neste sentido, de acordo com o Eseb 2002, 53% dos entrevistados responderam concordar em algum grau com a afirmação de que todos os políticos roubam, contra 46,5% que discordaram em algum grau. Dos 53% que concordam 35% responderam concordar muito e 18% concordar pouco, já dos 46,5% que discordaram, 26,3% disseram discordar muito e 20,2% discordar pouco.



Fonte: Pesquisa Eseb/CESOP/UNICAMP, 2002 (Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP).

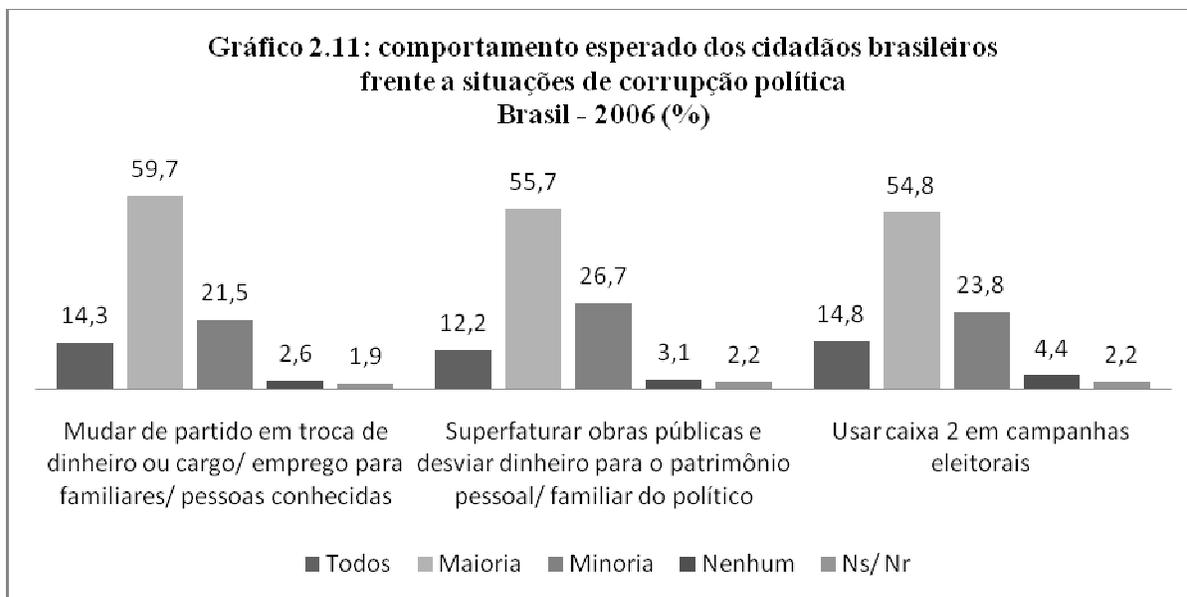


Fonte: Pesquisa *A Desconfiança dos Cidadãos nas Instituições Democráticas*, coordenada por J. A. Moisés e R. Meneguello, 2006 (Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP).

Por sua vez, a percepção da corrupção praticada pelos próprios cidadãos, ao invés dos políticos e governantes, apresentou valores um pouco melhores no sentido de uma avaliação mais positiva das mesmas situações de corrupção política. O gráfico 2.11 mostra

que a porcentagem de respostas¹⁰³ em torno da totalidade dos cidadãos que “mudariam de partido em troca de dinheiro ou cargo/ emprego para familiares/ pessoas conhecidas”, “superfaturariam obras públicas e desviariam dinheiro para patrimônio pessoal/ familiar do político” e “usariam caixa 2 em campanhas eleitorais”, diminuíram para respectivamente 14,3%, 12,2% e 14,8 %; enquanto as repostas a “maioria” se manteve em valores muito próximos aos do gráfico anterior, respectivamente 59,7%, 55,7% e 54,8%. Já as respostas “minorias” e “nenhum” aumentaram em relação à percepção sobre os políticos, respectivamente a primeira subiu para 21,5%, 26,7% e 23,8%, e a segunda, para 2,6%, 3,1% e 4,4%. Novamente, este cenário revela uma percepção negativa com relação aos próprios cidadãos – todavia, não tão baixa como com relação aos políticos -, os entrevistados consideram que a maioria dos cidadãos brasileiros teria comportamentos antidemocráticos e corruptos, o que poderia estar associado ao sentimento de baixa confiança institucional e interpessoal já observado.

¹⁰³ A questão é a seguinte: “Em relação aos brasileiros, se estivesse o lugar de um político, o(a) sr(a) acha que todos os brasileiros, a maioria, a minoria, ou nenhum dos brasileiros faria isso? (1) Mudar de partido em troca de dinheiro ou cargo/ emprego para familiares/ pessoas conhecidas; (2) superfaturar obras públicas e desviar dinheiro para o patrimônio pessoal/ familiar do político; (3) usar caixa 2 em campanhas eleitorais.” (Pesquisa *A Desconfiança dos Cidadãos nas Instituições Democráticas*, coordenada por J. A. Moisés e R. Meneguello, 2006).

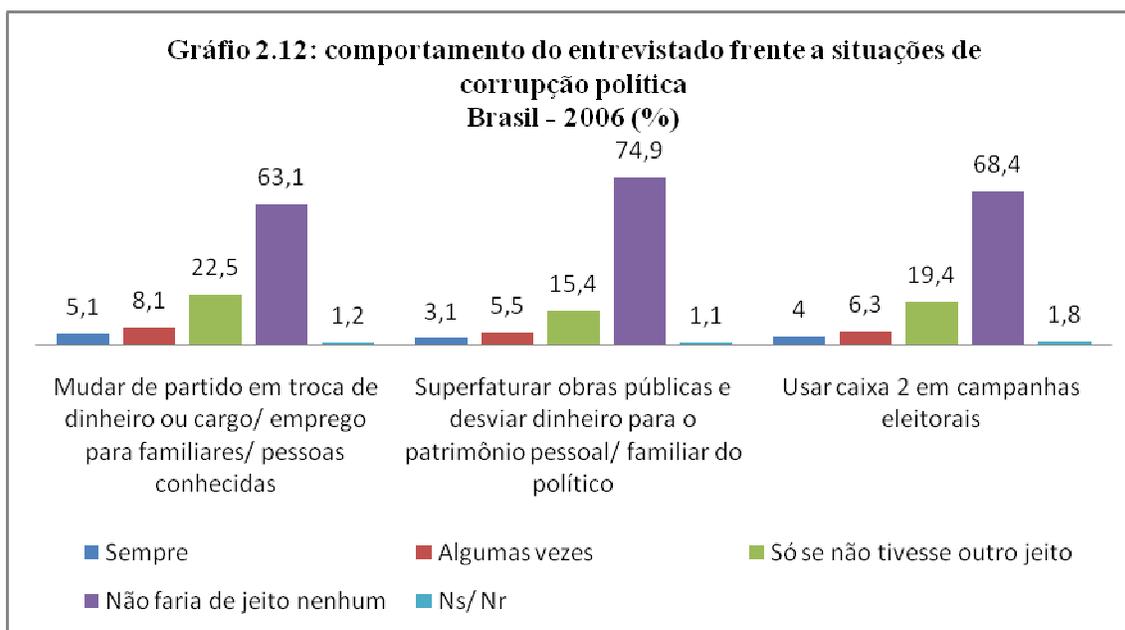


Fonte: Pesquisa *A Desconfiança dos Cidadãos nas Instituições Democráticas*, coordenada por J. A. Moisés e R. Meneguello, 2006 (Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP).

Contudo, os dados mais significativos desta bateria de questões com relação à percepção do comportamento dos políticos, governantes e dos cidadãos brasileiros, são aqueles que se referem ao próprio comportamento do entrevistado. Os gráficos 2.12 e 2.13 apresentam situações hipotéticas de corrupção¹⁰⁴, nas quais o entrevistado tem que escolher entre fazer ou não. As respostas afirmativas são significativamente mais baixas em comparação àquelas dadas ao comportamento esperado dos políticos/ governantes e dos cidadãos brasileiros. Na primeira situação - mudar de partido em troca de dinheiro ou cargo/ emprego para familiares/ pessoas conhecidas - 5,1% dos entrevistados responderam “sempre”, 8,1% “algumas vezes” e 22,5% “só se não tivesse outro jeito”. Na segunda situação – superfaturar obras públicas e desviar dinheiro para o patrimônio pessoal/ familiar do político – os valores foram respectivamente “sempre” 3,1%, “algumas vezes” 5,5% e “só se não tivesse outro jeito” 15,4%; por fim, na terceira situação - usar caixa 2 em campanhas eleitorais – as respostas foram “sempre” 4%, “algumas vezes” 6,3% e “só se

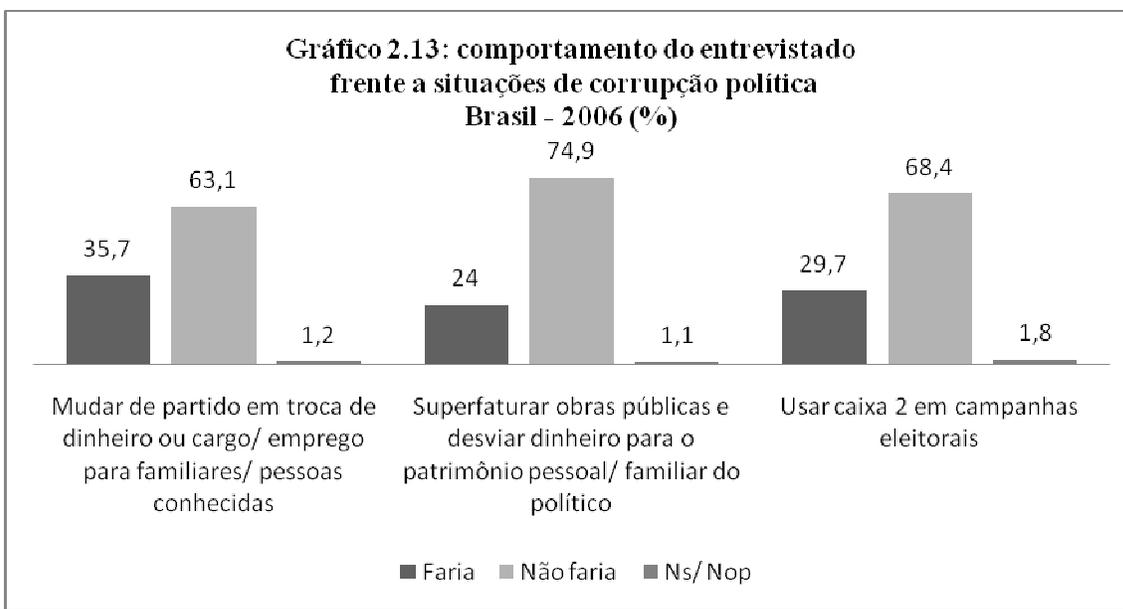
¹⁰⁴ “E se o(a) sr(a) estivesse no lugar de um político, o(a) sr(a) faria isso sempre que tivesse oportunidade, faria algumas vezes outras não, faria só se não tivesse outro jeito, ou não faria de jeito nenhum (1) Mudar de partido em troca de dinheiro ou cargo/ emprego para familiares/ pessoas conhecidas; (2) superfaturar obras públicas e desviar dinheiro para o patrimônio pessoal/ familiar do político; (3) usar caixa 2 em campanhas eleitorais.”

não tivesse outro jeito” 19,4% (Gráfico 2.12). Se analisarmos as respostas de forma dicotômica, separando as respostas no sentido de fazer e não fazer, como Cervellini (2007)¹⁰⁵ faz em relação à mesma questão em outra pesquisa, temos entre 24% a 36% dos entrevistados cometendo práticas corruptas caso estivessem no mesmo lugar de um político, ou seja, entre 1/4 e um 1/3 da amostra são de alguma forma coniventes a estes comportamentos e afirmam que os praticaria. Esse é um dado preocupante.



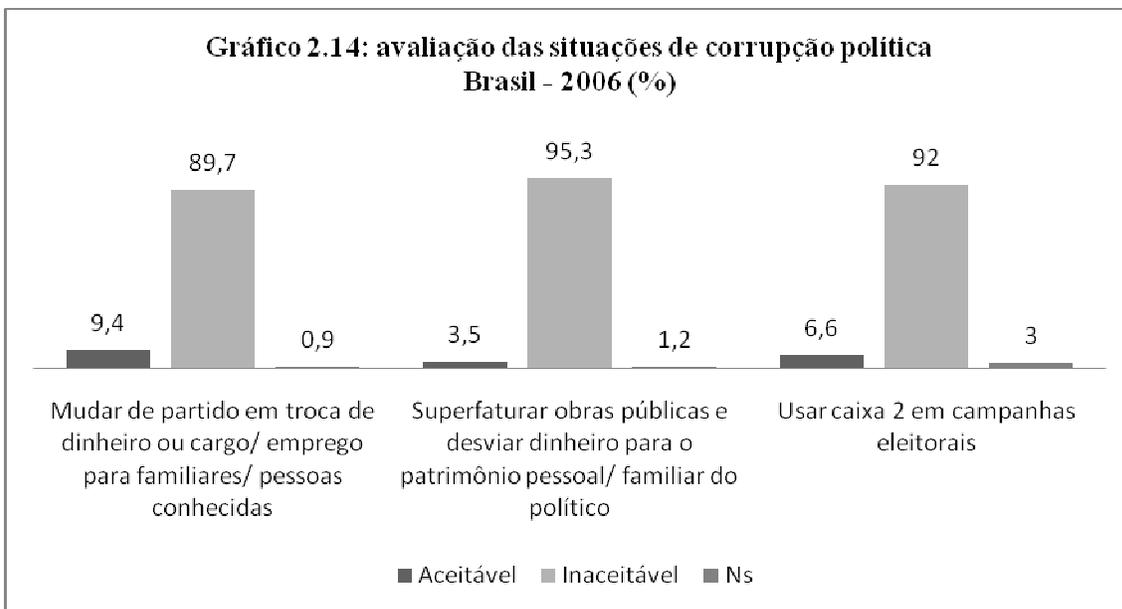
Fonte: Pesquisa *A Desconfiança dos Cidadãos nas Instituições Democráticas*, coordenada por J. A. Moisés e R. Meneguello, 2006 (Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP).

¹⁰⁵ A autora em sua análise utiliza os dados da pesquisa do Ibope sobre corrupção e ética (OPP005), a formulação da questão é igual à utilizada neste estudo, inclusive os resultados são próximos.

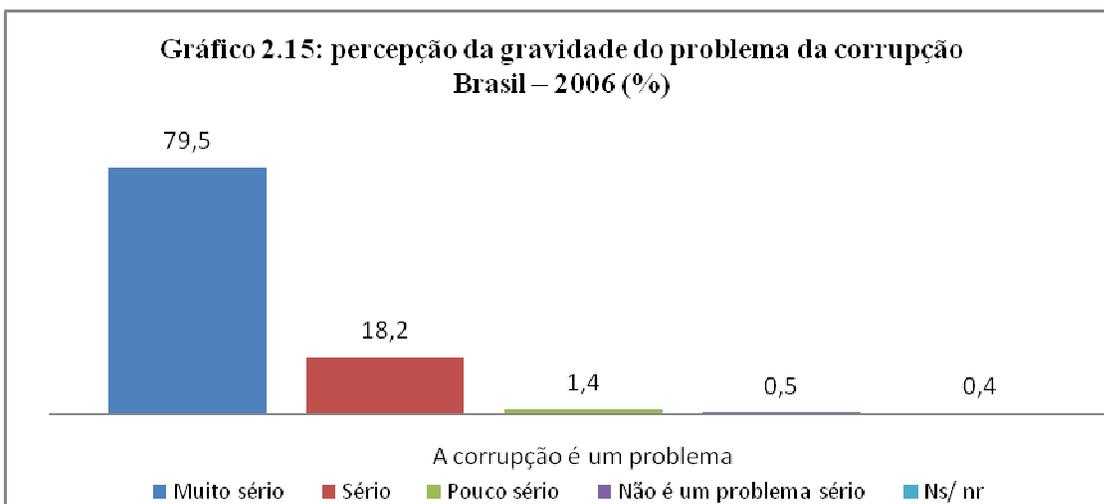


Fonte: Pesquisa *A Desconfiança dos Cidadãos nas Instituições Democráticas*, coordenada por J. A. Moisés e R. Meneguello, 2006 (Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP).

Todavia, estas três formas de comportamento vistas – (1) mudar de partido em troca de dinheiro ou cargo/ emprego para familiares/ pessoas conhecidas; (2) superfaturar obras públicas e desviar dinheiro para o patrimônio pessoal/ familiar do político; e (3) usar caixa 2 em campanhas eleitorais – são consideradas inaceitáveis, respectivamente, para 89,7%, 95,3% e 92% dos cidadãos (Gráfico 2.14). Ademais, 79,5% dos entrevistados avaliam que a corrupção é um problema muito sério, e 18,2% como sério - estes valores dão praticamente quase toda a amostra (Gráfico 2.15). Se por um lado os dados sugerem que a corrupção é vista como um problema muito sério e que estas formas específicas de comportamento são inaceitáveis, por outro lado, mostram que uma parcela dos cidadãos as cometeriam. Isto indica certa conivência dos cidadãos quanto a específicas práticas de corrupção e mereceria mais estudos.



Fonte: Pesquisa *A Desconfiança dos Cidadãos nas Instituições Democráticas*, coordenada por J. A. Moisés e R. Meneguello, 2006 (Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP).



Fonte: Pesquisa *A Desconfiança dos Cidadãos nas Instituições Democráticas*, coordenada por J. A. Moisés e R. Meneguello, 2006 (Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP).

Com relação à percepção do volume de corrupção praticado, de maneira geral, a maioria dos cidadãos brasileiros considera que a corrupção no país aumentou, sobretudo, em relação ao ano de 2005 e a razão para isto seria facilmente explicada pela quantidade de

escândalos de corrupção¹⁰⁶ envolvendo parte da elite política administrativa, difundidos largamente pela mídia e pelas campanhas políticas de 2006 (RENNÓ, 2007). No entanto, os dados sobre a percepção do próprio comportamento, dos “outros” e dos políticos/governantes, mostram diferenças importantes em relação à capacidade crítica do cidadão brasileiro quanto a comportamentos corruptos. A crítica é mais alta com relação à percepção do comportamento dos políticos, e vai diminuindo até chegar à percepção de si mesmo.

Como vimos anteriormente, a prática da corrupção e a conivência são problemas muito graves que afetam a *performance* do regime democrático e vão em direção contrária aos princípios básicos de igualdade que regem os valores democráticos. É neste sentido que a percepção e a tolerância à corrupção impactam sobre a confiança institucional dos cidadãos.

¹⁰⁶ Apenas entre os anos de 2005 e 2006 a mídia divulgou diversos escândalos como: dos Correios, do Mensalão, do Mensalinho, dos Sanguessugas e do Dossiê – a maioria deles e suas fontes já foram citados no trabalho, ver notas 79 e 80.

2.3 - Conclusão do capítulo

A análise preliminar dos dados mostra que embora a maioria dos cidadãos brasileiros esteja insatisfeito com regime e seus representantes, apresente baixa confiança institucional – principalmente às instituições de representação política – e tenha a percepção de que a corrupção aumentou no último ano, ela apóia a democracia como forma ideal de governo. Essa é uma tendência que inclusive cresceu no tempo.

Este cenário sugere por um lado, a emergência de “cidadãos críticos”, ainda que haja uma pequena parcela dos cidadãos que mesmo reconhecendo específicas práticas como atividades de corrupção, respondam que se tivessem oportunidades as cometeriam. Por outro lado, que a percepção dos cidadãos quanto aos problemas da democracia brasileira e suas instituições – como o fenômeno da corrupção -, que acarretam em déficits democráticos e deficiências qualitativas do regime, influi na confiança institucional, mas não afeta o apoio ao regime da mesma maneira, sugerindo que este fenômeno está mais associado a fatores de ordem cultural e não apenas a avaliações de desempenho. No entanto, afirmações mais concisas só podem ser feitas após os testes estatísticos e dos modelos de regressão logística feitos a seguir, no próximo capítulo.

Capítulo 3 – Resultados da pesquisa: análise dos dados sobre a confiança institucional, apoio difuso e percepção da corrupção

O intuito deste capítulo é apresentar as análises dos resultados da pesquisa e assim, compreender melhor o fenômeno da baixa confiança institucional no Brasil. Os dados aqui utilizados e apresentados são provenientes, principalmente, do survey *A desconfiança dos cidadãos nas instituições democráticas*, realizado em Junho de 2006, no qual foram entrevistados 2004 indivíduos em todo o território nacional; outras fontes utilizadas são as pesquisas de opinião pública, já mencionadas anteriormente, referentes aos anos de 1990, 1993, 1997 e 2002.

A hipótese geral desta pesquisa é de que a percepção da corrupção impacta na confiança institucional e conseqüentemente, influencia no apoio à democracia quanto forma ideal de governo. Para tratar dessa hipótese ampla, desenvolvo 5 hipóteses secundárias, que tratam cada uma de aspectos específicos associados a esse fenômeno complexo.

Assim, o capítulo está dividido em sete seções, nas quais de maneira geral, faço uso de freqüências simples, testes estatísticos e apresento três modelos de regressão logística, para em seguida, analisar estes resultados. Nas cinco primeiras seções analiso as hipóteses secundárias e nas duas últimas, a hipótese geral desta pesquisa. A seqüência das seções segue a ordem na qual elas são mostradas. Desta forma: (1) na primeira seção exponho freqüências simples e séries históricas a cerca das atitudes dos brasileiros com relação à democracia, suas normas e procedimentos, a fim de apresentar indicadores que sugerem seu comportamento crítico; (2) na segunda seção apresento freqüências simples a respeito da opinião dos cidadãos com relação à efetividade de algumas dimensões do funcionamento democrático; (3) na terceira seção apresento testes de associação entre variáveis socioeconômicas e demográficas e de confiança institucional, especificamente o Congresso Nacional e os Partidos Políticos, onde procuro verificar se são fenômenos associados; (4) na quarta seção faço testes de associação entre a confiança interpessoal e a confiança institucional afim de verificar se ambas têm relação; (5) na quinta seção faço testes de associação entre variáveis socioeconômicas e demográficas e de percepção da corrupção com o mesmo intuito de verificar sua associação; (6) na sexta seção apresento um modelo

de regressão logística a fim de mostrar os efeitos das variáveis socioeconômicas, demográficas, de experiência institucional, de desempenho governamental e de cultura cívica para a confiança institucional; e por fim, (7) na sétima seção apresento um modelo de regressão logística com o objetivo de mostrar, dessa vez, os efeitos das variáveis socioeconômicas, de experiência institucional, de desempenho governamental e de cultura cívica sobre o apoio à democracia.

As hipóteses mencionadas estão expostas a seguir:

1. A primeira afirma que há no Brasil a emergência de cidadãos críticos, que embora desconfiados e insatisfeitos quanto ao desempenho do regime, apóiam a democracia como forma ideal de governo e a distinguem de seu funcionamento prático.
2. A segunda aponta que os cidadãos brasileiros têm a percepção de que o regime apresenta dificuldades em assegurar as dimensões da qualidade da democracia.
3. A terceira busca comprovar se o fenômeno da confiança institucional está associado a variáveis socioeconômicas e demográficas.
4. A quarta aponta que a confiança institucional é um fenômeno independente da confiança interpessoal, ou seja, ela não é sua consequência.
5. A quinta busca comprovar se o fenômeno da percepção da corrupção está associado a variáveis socioeconômicas e demográficas.
6. O aumento da percepção da corrupção política, envolvendo parcelas da elite-política administrativa nacional, tem impacto negativo na confiança institucional dos cidadãos brasileiros aos partidos políticos e ao Congresso Nacional.
7. A percepção do aumento da corrupção política tem efeito negativo sobre o apoio dos cidadãos ao regime democrático como forma ideal de governo.

3.1 – Análise do comportamento democrático dos cidadãos brasileiros

O objetivo dessa seção é apresentar algumas das atitudes dos cidadãos brasileiros com relação ao regime e às instituições representativas, no sentido de constatar a emergência de “*cidadãos críticos*”. Como discutido no capítulo 1, os baixos níveis de confiança institucional e de satisfação com o desempenho prático do regime democrático não são indicativos de uma crise da democracia, mas sim da existência de cidadãos que avaliam o sistema político de maneira crítica e aderem fortemente aos valores democráticos e ao regime quanto forma ideal de governo (NEWTON, 1999; NORRIS, 1999). São estas características do “*cidadão crítico*” que se busca encontrar nos cidadãos brasileiros. Assim, os dados aqui trabalhados têm o intuito de mensurar a opinião dos cidadãos com respeito: à compreensão que fazem da democracia; ao *apoio difuso*; como avaliam o desempenho do regime e suas instituições democráticas; e finalmente, aos meios políticos para solucionar os problemas do país.

Os dados mostram que o conhecimento acerca dos princípios e procedimentos do regime, como o apoio dos cidadãos à democracia quanto forma ideal de governo aumentou. Porém, os dados também mostram que a avaliação negativa às instituições democráticas, sobretudo, as de representação política subiu ao longo dos anos. Precisamente, esse conjunto de atitudes políticas manifestadas pelos cidadãos brasileiros corresponde ao que a literatura do tema chamou de “*cidadãos críticos*” (NORRIS, 1999).

Os dados analisados mostram que a compreensão, por parte dos cidadãos, à respeito dos ideais e valores associados ao regime democrático cresceu de 1993 para 2006. Ideais como “direito de escolher governos”; “liberdades políticas”; “igualdade social e perante a lei”; “fiscalização dos atos do governo”; “menos corrupção”; “deveres do governo” são associados pela maioria dos respondentes à democracia. Para o conjunto de frases analisadas (Tabela 3.1.1) o percentual de respostas favoráveis “tem muito a ver/ tem a ver” aumentou em todas as situações – em quase todas o percentual de crescimento superou 15%; em contrapartida, as respostas “tem pouco a ver/ nada a ver” embora em alguns casos alcancem a casa dos 24%, no caso de “menos corrupção menos tráfico de influência”,

diminuíram consideravelmente na comparação entre os anos. O percentual de indivíduos que afirmam não saber ou que não respondem também diminuiu significativamente.

**Tabela 3.1.1: compreensão da democracia
Brasil 1993-2006 (%)**

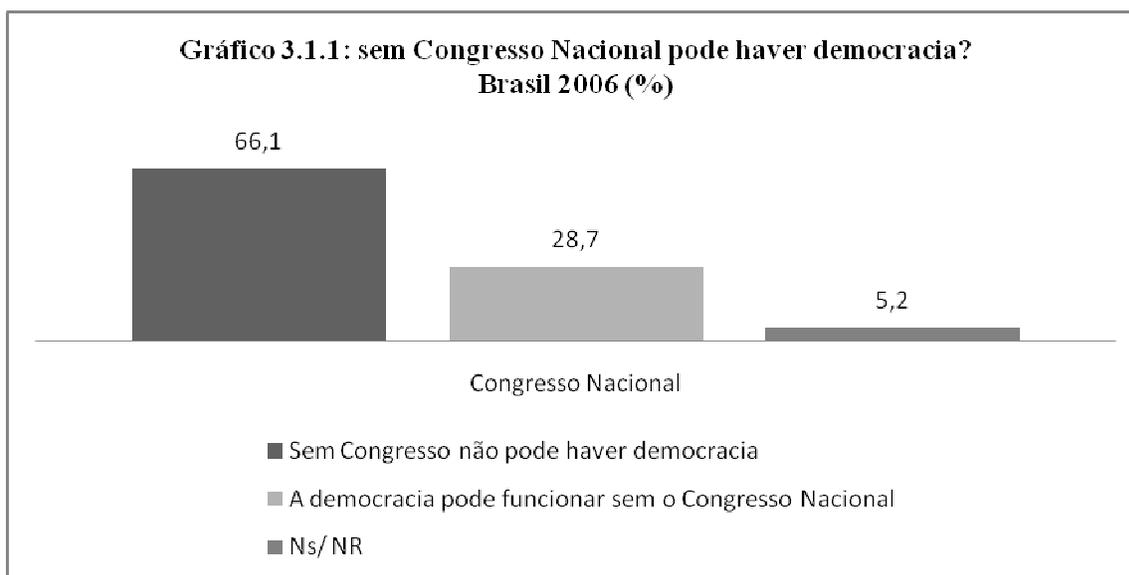
	Tem muito a ver/ tem a ver		Tem pouco a ver/ nada a ver		Ns/Nr	
	1993	2006	1993	2006	1993	2006
Direito de escolher governos através de eleições	78,1	89,5	13,2	8,6	8,7	1,9
Liberdade política de organização, associação e expressão	65,2	83,3	22	13,2	12,8	3,4
Maior igualdade social	54,2	81,5	31,2	15,4	16,6	3
Igualdade de todos perante a lei	59,6	81,6	28	15,4	12,4	3
Fiscalização de atos do Governo	52,3	74	32,5	21	15,2	5
Menos corrupção, menos tráfico de influência	49,5	71,5	35	24,3	15,5	4,2
Dever do Governo de atender necessidades de saúde, emprego e educação	69	88	20,8	9,7	10,2	2,3
Igualdade de direitos para as mulheres	67,6	86,5	22	11	10,4	2,5
Liberdade em questões morais e sexuais	49,6	77,7	35,7	18	14,7	4,3

Nota: “Falando de democracia, você acha que a democracia tem muito a ver, tem a ver, tem pouco a ver ou não tem nada a ver com ...”

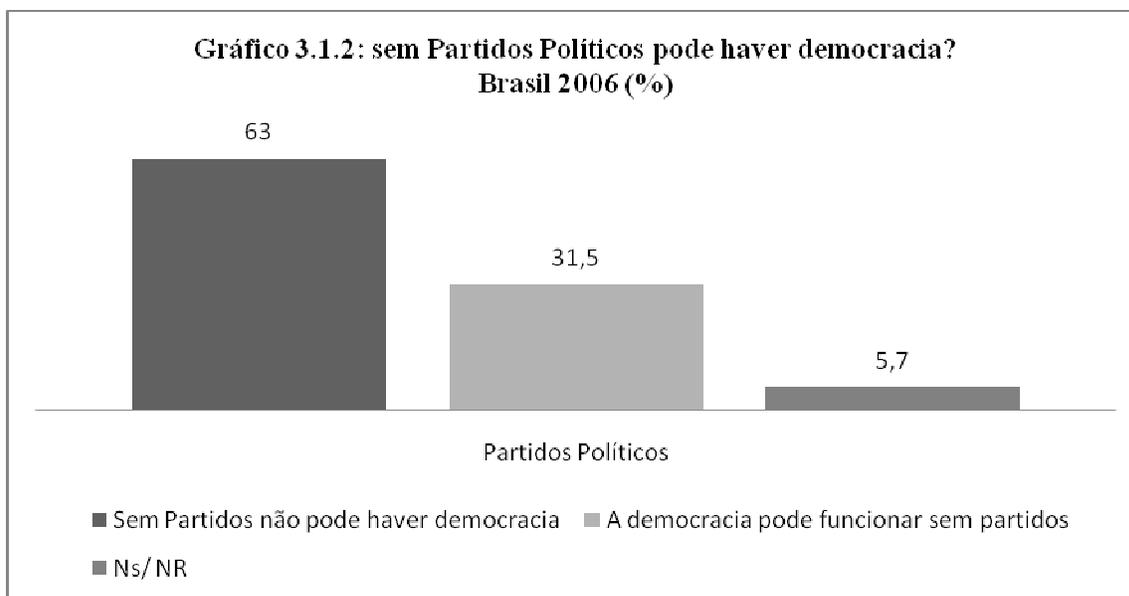
Fonte: Pesquisa *Cultura Política e Democratização*, Moisés, 1993; Pesquisa *A Desconfiança dos Cidadãos nas Instituições Democráticas*, Moisés e Meneguello, 2006.

Com respeito à importância das instituições de representação política para o regime democrático, a maioria dos cidadãos reconhece a sua relevância. Para 66,1% dos respondentes sem o Congresso Nacional não pode haver democracia, contra 28,7% que

consideram que o regime pode funcionar sem esta instituição (Gráfico 3.1.1). Já para 63% sem os partidos políticos não pode haver democracia, enquanto para 31,5%, pode haver sim (Gráfico 3.1.2). Aproximadamente 1/3 da amostra concebe que a democracia pode funcionar sem as instituições de representação política, no entanto, vale ressaltar que estas, como foi visto no capítulo dois, são as instituições com níveis mais baixos de confiança; ainda assim 2/3 reconhecem a sua importância para o regime.



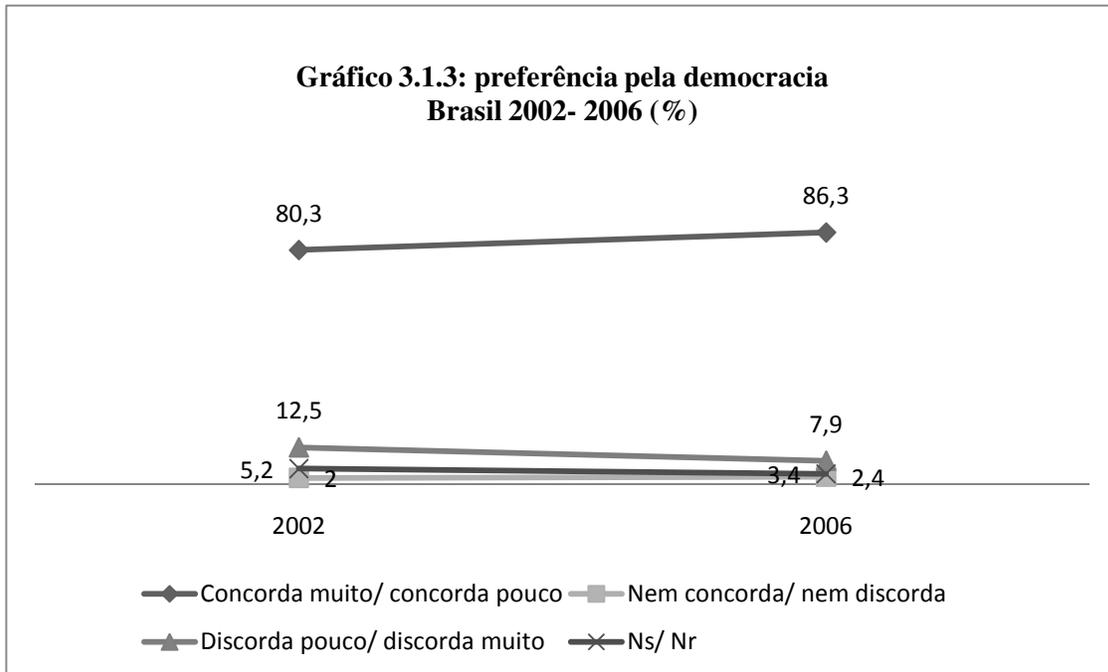
Fonte: Pesquisa *A Desconfiança dos Cidadãos nas Instituições Democráticas*, coordenada por J. A. Moisés e R. Meneguello, 2006 (Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP).



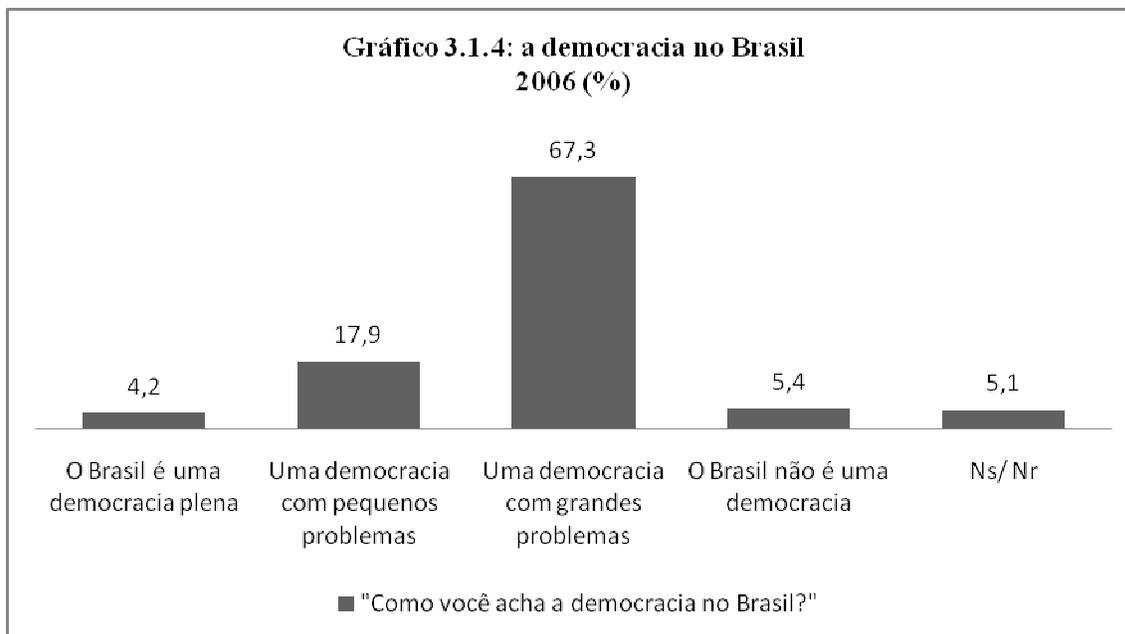
Fonte: Pesquisa *A Desconfiança dos Cidadãos nas Instituições Democráticas*, coordenada por J. A. Moisés e R. Meneguello, 2006 (Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP).

Com relação ao apoio à democracia, os dados mostram que a porcentagem de respostas favoráveis a hipótese de Churchill¹⁰⁷ tem se mantido num patamar elevado e cresceu de 80,3%, em 2002, para 86,3%, em 2006 (Gráfico 3.1.3). Em contrapartida as respostas “discorda pouco/ discorda muito” caíram de 12,5% para 8%. Entretanto, a maioria dos respondentes considera que a democracia brasileira apresenta grandes problemas (Gráfico 3.1.4), 67,3% afirmam que o regime é “uma democracia com grandes problemas” e 5,4% que “o Brasil não é uma democracia”; e na mesma direção, apenas para 4,2% o país é uma democracia plena. Estes resultados reforçam aqueles apresentados no capítulo 2 sobre o apoio à democracia, e mostram que os cidadãos brasileiros apóiam o regime quanto forma ideal - inclusive este apoio cresceu em relação ao ano de 2002, mesmo apesar das crises políticas de 2005 – porém, consideram a democracia brasileira com grandes problemas, o que justificaria as suas insatisfações com o regime.

¹⁰⁷ É conhecida como a hipótese de Churchill a frase: “A democracia pode ter problemas, mas é o melhor sistema de governo”.

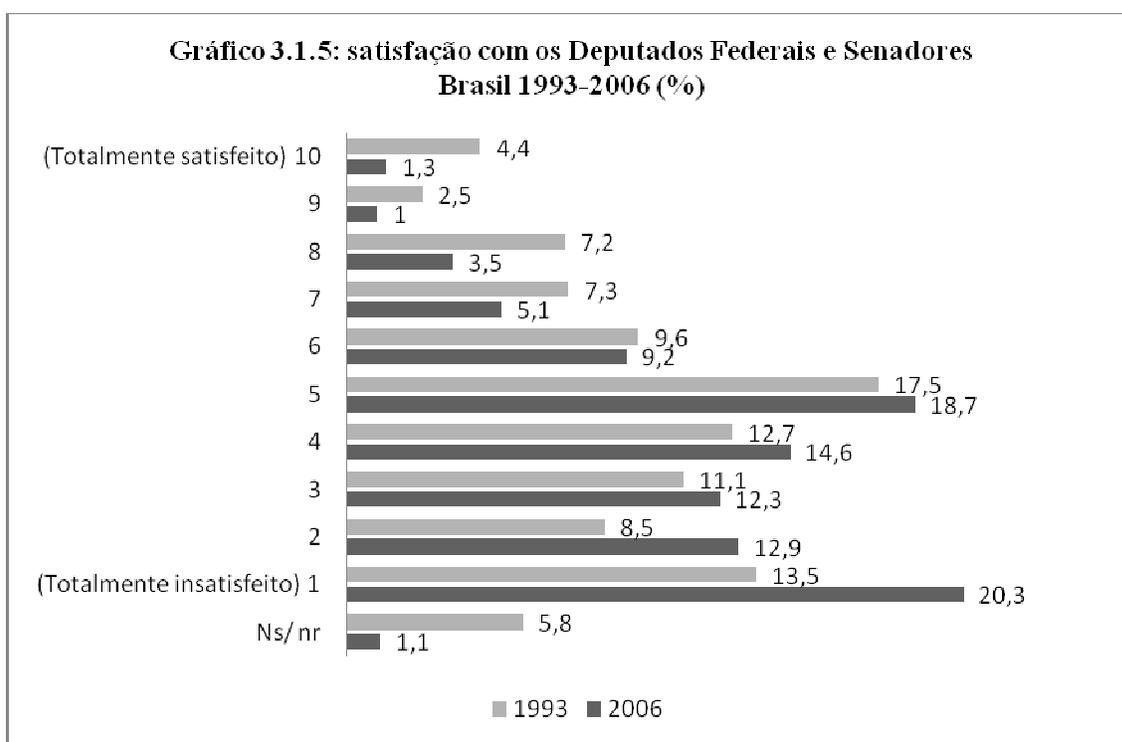


Fonte: Pesquisa Eseb/CESOP/UNICAMP, 2002; e, Pesquisa *A Desconfiança dos Cidadãos nas Instituições Democráticas*, coordenada por J. A. Moisés e R. Meneguello, 2006 (Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP).



Fonte: Pesquisa *A Desconfiança dos Cidadãos nas Instituições Democráticas*, coordenada por J. A. Moisés e R. Meneguello, 2006 (Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP).

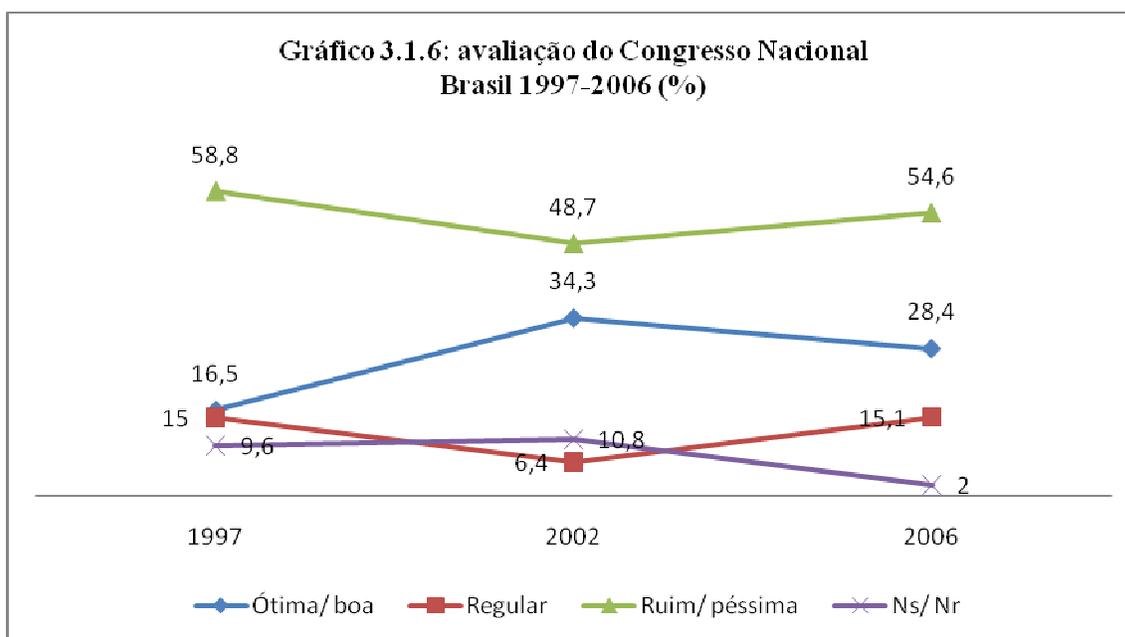
Os dados analisados também permitem avaliar o apoio às instituições democráticas. Juntamente com o aumento nos últimos anos do apoio difuso, cresceu também a insatisfação com o desempenho das instituições do regime. Na escala de 1 a 10 (Gráfico 3.1.5), na qual os valores mais baixos indicam maior insatisfação com a *performance* dos Deputados Federais e Senadores, a mesma cresceu entre os anos de 1993 e 2006. Olhando para os valores mais baixos da escala (valores de 1 a 5) todas as porcentagens aumentaram comparativamente em 2006, sendo que a resposta “totalmente insatisfeito” foi a que mais cresceu, passou de 13,5%, em 1993, para 20,3% em 2006. Já a resposta “totalmente satisfeito”, que sempre teve patamares baixos, caiu de 4,4% para 1,3%, para a mesma direção de queda foram os valores mais altos da escala (valores 6 a 9).



Fonte: Pesquisa *Democratização e Cultura Política*, coordenada por J. A. Moisés/ CEDEC/ DATAFOLHA, 1993; e, Pesquisa *A Desconfiança dos Cidadãos nas Instituições Democráticas*, coordenada por J. A. Moisés e R. Meneguello, 2006 (Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP).

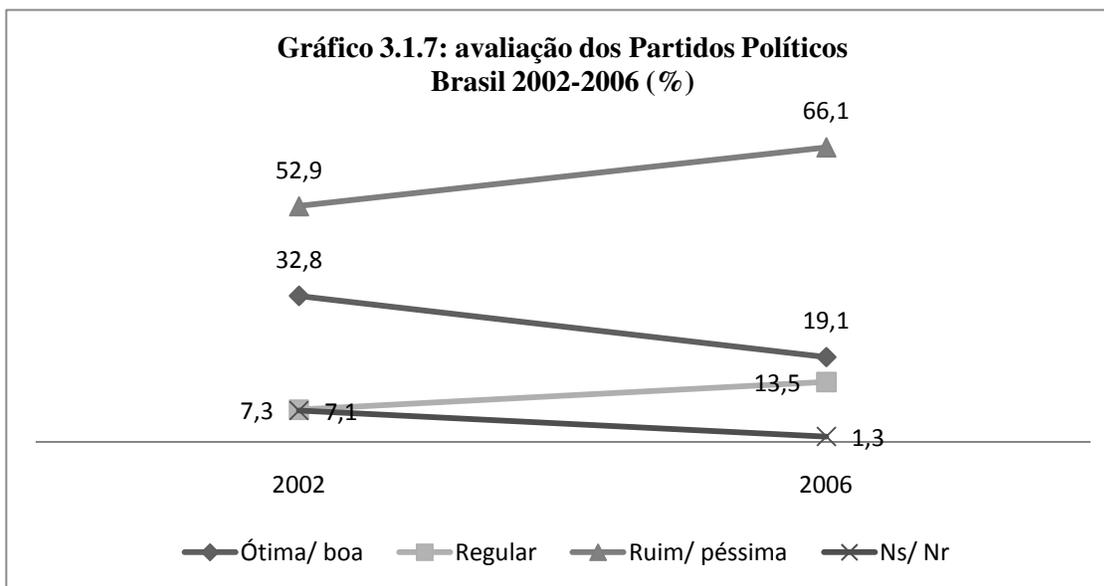
De maneira semelhante, os entrevistados quando perguntados diretamente como avaliam o Congresso Nacional dão majoritariamente uma resposta negativa. Analisando a série histórica de 1997 a 2006 (Gráfico 3.1.6) a avaliação negativa sempre predominou, oscilando para baixo no ano de 2002 e voltando a subir no ano de 2006. Nesse ano em específico, 54,6% dos cidadãos avaliam o trabalho do Congresso Nacional como “ruim/ péssimo” e apenas 28,4% como “ótimo/ bom”, este cenário sugere o impacto do escândalo do Mensalão nas avaliações dos cidadãos sobre o Congresso Nacional, indicando o desgaste da instituição perante a opinião pública no sentido de que o aumento da percepção da corrupção política, por parte dos cidadãos, influi na forma como eles avaliam o desempenho da instituição e de seus respectivos membros.

Em linhas gerais de 1997 para 2006: a avaliação positiva do Congresso Nacional cresceu, foi de 16,5% a 28,4%; a avaliação negativa ficou mais estabilizada, em nove anos foi de 58,8% para 54,6% - porém continua elevada; a avaliação regular ficou estável em 15%. Cabe destacar que a porcentagem de respostas “Não sabe/ não respondeu” diminuiu de 9,6% para 2,0%, apontando que houve uma ampliação da percepção dos cidadãos sobre o funcionamento da instituição.

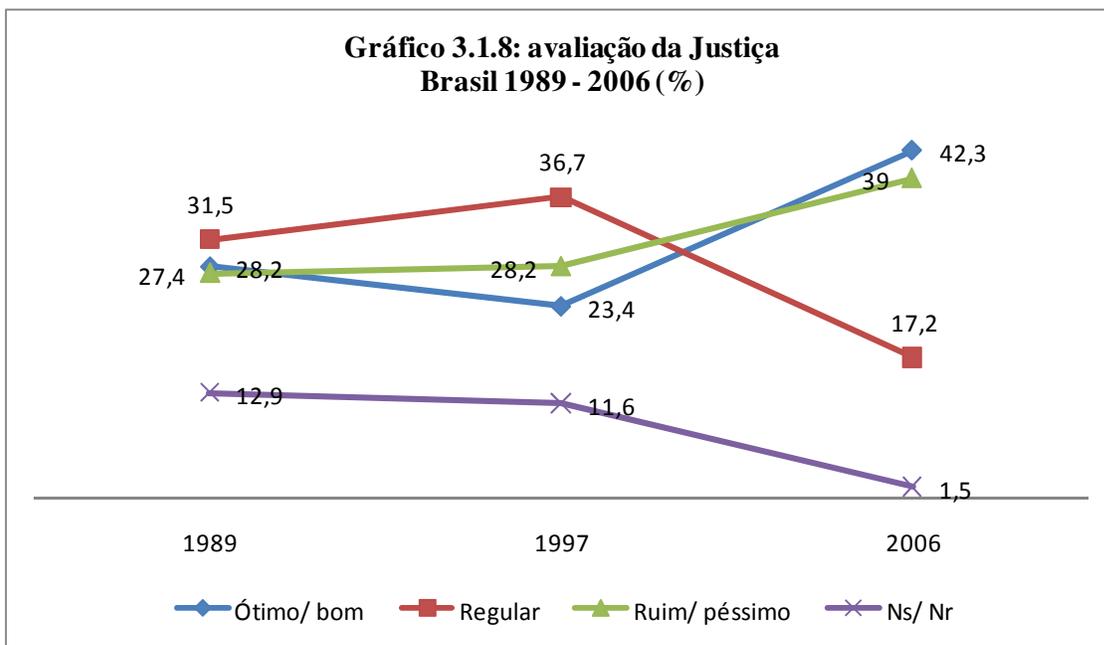


Fonte: Pesquisa *Cultura Política e Cidadania I*, Fundação Perseu Abramo, 1997; Pesquisa Eseb/CESOP/UNICAMP, 2002; e, Pesquisa *A Desconfiança dos Cidadãos nas Instituições Democráticas*, coordenada por J. A. Moisés e R. Meneguello, 2006 (Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP).

Com relação aos partidos políticos, outra importante instituição de representação política, a avaliação negativa por parte dos cidadãos é ainda maior. A análise dos dados relativos aos anos de 2002 e 2006 (Gráfico 3.1.7) mostra que tanto as porcentagens de respostas negativas “ruim/ péssima”, quanto as “regular”, cresceram respectivamente de 53% para 66,1% e de 7,3% para 13,5%, enquanto as avaliações positivas caíram de 32,8% para 19,1%. A interpretação dos dados sugere que durante o período do primeiro mandato do governo Lula houve um aumento das avaliações negativas e uma queda das avaliações positivas. Por sua vez, as avaliações positivas e negativas dos cidadãos com respeito ao desempenho dos juízes, promotores e tribunais de justiça se dividem mais equilibradamente e vem aumentando (Gráfico 3.1.8). Em 1989 a porcentagem de respostas “ótimo/ bom” era de 28,2%, caiu para 23,4% em 1997 e subiu para 42,3% em 2006, enquanto a avaliação negativa “ruim/ péssima” foi de 27,4% para 39%, já as repostas “regular” passaram de 31,5% para 17,2%. Importante também salientar foi a queda do percentual de respostas “Ns/ nr” no período, de 12,9% em 1989, diminuiu para 1,5% em 2006.



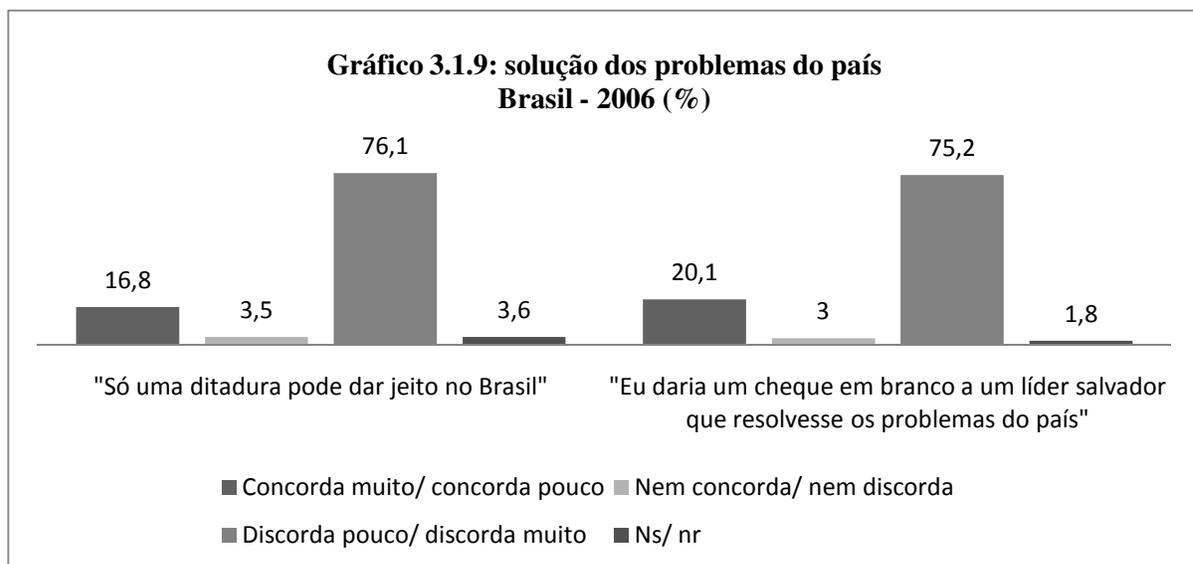
Fonte: Pesquisa Eseb/CESOP/UNICAMP, 2002; e, Pesquisa *A Desconfiança dos Cidadãos nas Instituições Democráticas*, coordenada por J. A. Moisés e R. Meneguello, 2006 (Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP).



Fonte: Pesquisa *Democratização e Cultura Política*, coordenada por J. A. Moisés/ CEDEC/ DATAFOLHA, 1989; Pesquisa *Cultura Política e Cidadania I*, Fundação Perseu Abramo, 1997; e, Pesquisa *A Desconfiança dos Cidadãos nas Instituições Democráticas*, coordenada por J. A. Moisés e R. Meneguello, 2006 (Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP).

A análise das avaliações do Congresso Nacional, dos partidos políticos e do Judiciário permite afirmar que os cidadãos distinguem estas três instituições e as avaliam de forma diferente. A avaliação negativa é maior com relação às instituições de representação política, como os partidos - os mais mal avaliados -, seguidos pelo Congresso Nacional. Vale lembrar, como mostrado no capítulo dois, que estas são precisamente as duas instituições democráticas com os mais baixos níveis de confiança, respectivamente os partidos com 80,6% e o Congresso com 72%, refletindo em parte o fato de que são periodicamente alvo de escândalos e denúncias de corrupção, que desgastam as suas imagens perante a opinião pública. Neste sentido, a fim de verificar se a avaliação negativa das instituições impacta na confiança institucional a seção 3.6 desdobra a análise através de modelos estatísticos de regressão logística.

Com respeito aos meios políticos de como os problemas do país podem ser solucionados, mais de 2/3 dos entrevistados responderam ter preferência por mecanismos democráticos (Gráfico 3.1.9). 76,1% dos entrevistados discordam da afirmação de que “só uma ditadura pode dar jeito no Brasil”, enquanto 16,8% concordam, 3,5% nem concordam nem discordam, e finalmente, 3,6% não sabem ou não responderam. Na mesma direção, 75,2% dos respondentes discordam da afirmação “eu daria um cheque em branco a um líder salvador que resolvesse os problemas do país”, em contrapartida, 20% concordam e 3% nem concordam nem discordam.



Fonte: Pesquisa *A Desconfiança dos Cidadãos nas Instituições Democráticas*, coordenada por J. A. Moisés e R. Meneguello, 2006 (Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP).

Contudo, os resultados apresentados até aqui fortalecem a hipótese da emergência de cidadãos críticos que avaliam as instituições de acordo com o referencial que possuem acerca da sua justificativa ético-normativa e aderem fortemente à democracia e seus princípios, ainda que manifestem insatisfação e baixa confiança institucional. Dessa forma, fenômenos políticos idealmente não esperados – como a corrupção política – favoreceriam a desconfiança, a avaliação negativa e a insatisfação, embora sem comprometer à primeira vista o apoio difuso à democracia. Os dados reforçam pesquisas anteriores feitas por

Newton (1999) e Norris (1999) em democracias consolidadas, e por Moisés (1995 e 2005) no caso do Brasil. Os estudos realizados por Moisés a respeito das opiniões políticas dos cidadãos brasileiros já mostravam que a avaliação negativa das instituições democráticas, principalmente as de representação política, convive com o aumento do apoio à democracia, aos seus princípios e à sua compreensão, mesmo quando o país enfrentou períodos de crises políticas e econômicas.

3.2 – Análise das dimensões da qualidade da democracia

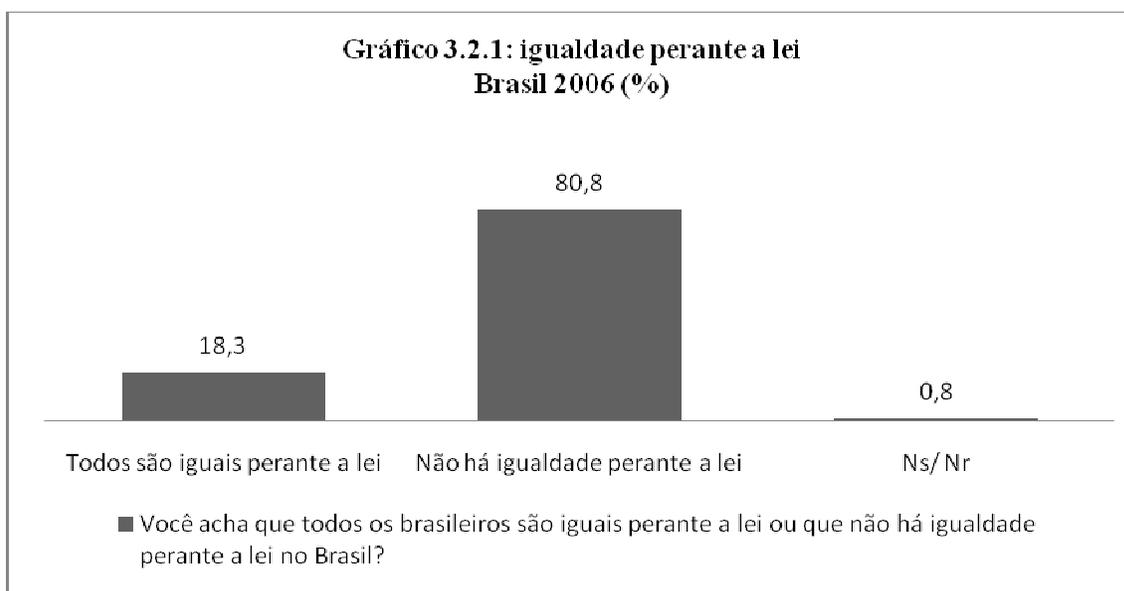
O objetivo desta seção é mostrar a percepção que os cidadãos têm acerca da efetividade de algumas das dimensões da democracia¹⁰⁸. Como foi observado anteriormente, as instituições democráticas têm um importante papel na tarefa de assegurar as dimensões da qualidade da democracia. Assim, a percepção de déficits democráticos com relação a estas dimensões é visto como indicativos de uma *performance* institucional insatisfatória em atender as expectativas dos cidadãos e em garantir seus direitos, influenciando a avaliação negativa e a confiança institucional¹⁰⁹ (NORRIS, 1999; OFFE, 1999; DIAMOND e MORLINO, 2004; O'DONNELL, 2004a).

Os dados analisados se referem às opiniões dos entrevistados com relação à cidadania, ao efetivo exercício do primado da lei, e, à probidade dos procedimentos democráticos. Com respeito à cidadania, a maioria dos entrevistados tem a opinião de que seus direitos são pouco respeitados e assegurados pelas instituições. Conforme os dados, 80,8% dos respondentes consideram que “não há igualdade perante a lei no Brasil” (Gráfico 3.2.1) e para 90,2%, os brasileiros “não têm iguais oportunidades” de acesso a Justiça (Gráfico 3.2.2). É também igualmente alto o percentual dos entrevistados que nunca

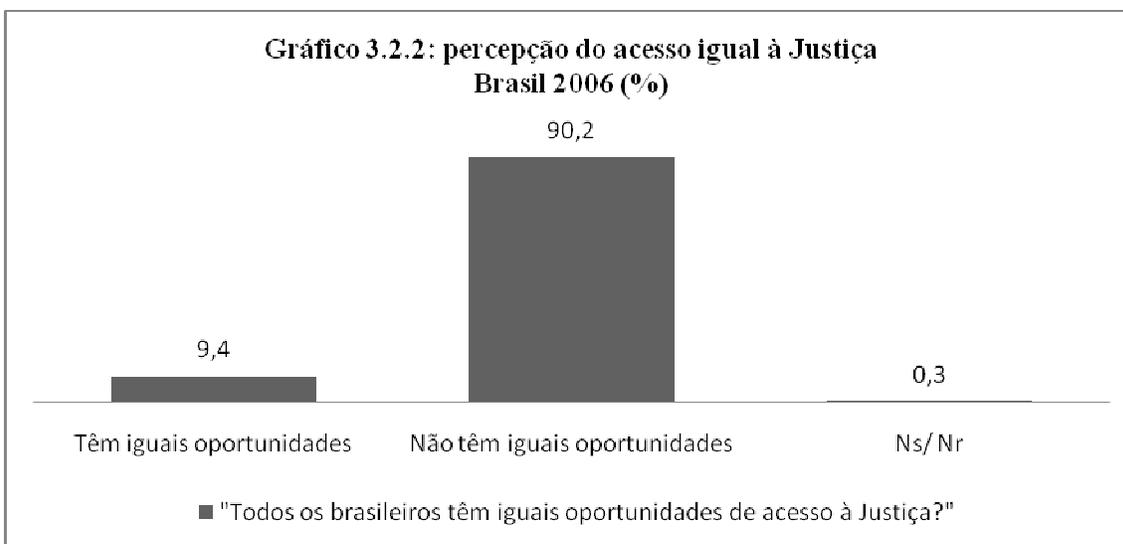
¹⁰⁸ Nem todas as dimensões democráticas puderam ser observadas, pois as pesquisas de opinião pública aqui utilizadas, não as contemplavam inteiramente.

¹⁰⁹ Mais adiante, na seção 3.6 se investigará o impacto destas percepções da efetividade das dimensões da qualidade democrática para a confiança institucional dos cidadãos brasileiros.

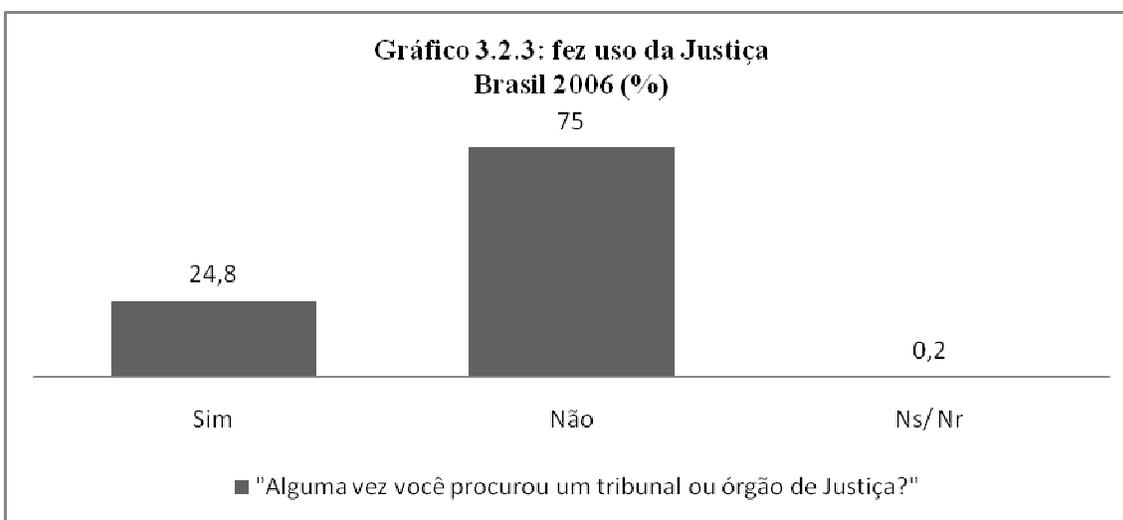
procuraram um tribunal ou órgão de Justiça, especificamente 75%, em contrapartida apenas 24,8% alguma vez fizeram uso (Gráfico 3.2.3). Este último dado chama atenção por dois motivos: o fato da porcentagem dos entrevistados que nunca utilizaram a Justiça ser muito elevada - sabida a importância desta como uma dimensão central ao estado de direito democrático; e, apesar da maioria dos entrevistados nunca ter tido uma relação direta com a Justiça a presença de opiniões negativas sobre ela. Levando em conta os dados anteriores, uma possível resposta está em sugerir que há certo descrédito com a relação à Justiça e que o seu acesso, por diferentes razões, é difícil à maioria da população – inclui nestas dificuldades o conhecimento dos direitos, o custo de um processo e a compreensão dos próprios processos legais.



Fonte: Pesquisa *A Desconfiança dos Cidadãos nas Instituições Democráticas*, coordenada por J. A. Moisés e R. Meneguello, 2006 (Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP).

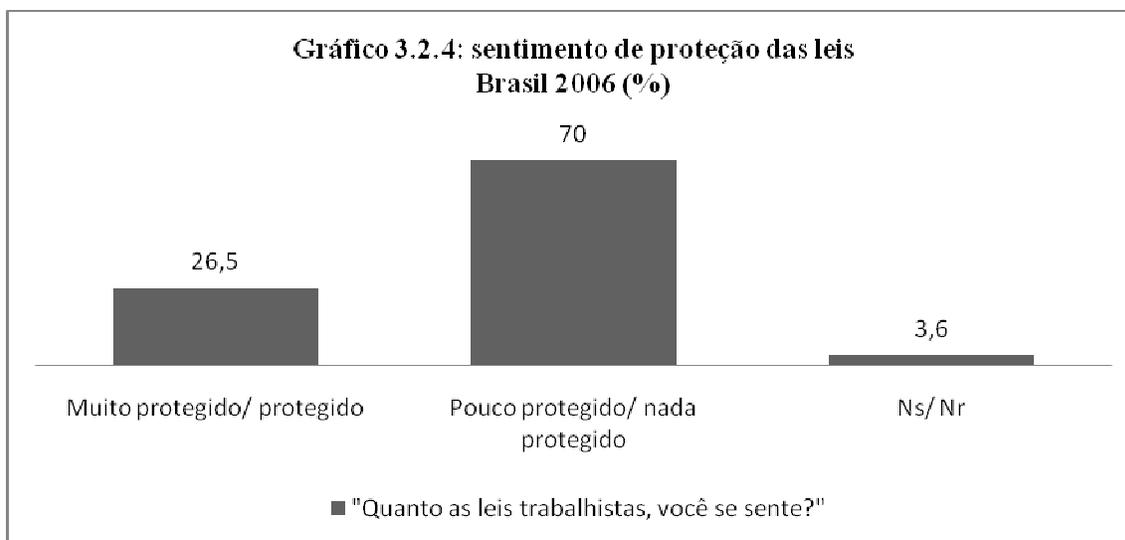


Fonte: Pesquisa *A Desconfiança dos Cidadãos nas Instituições Democráticas*, coordenada por J. A. Moisés e R. Meneguello, 2006 (Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP).

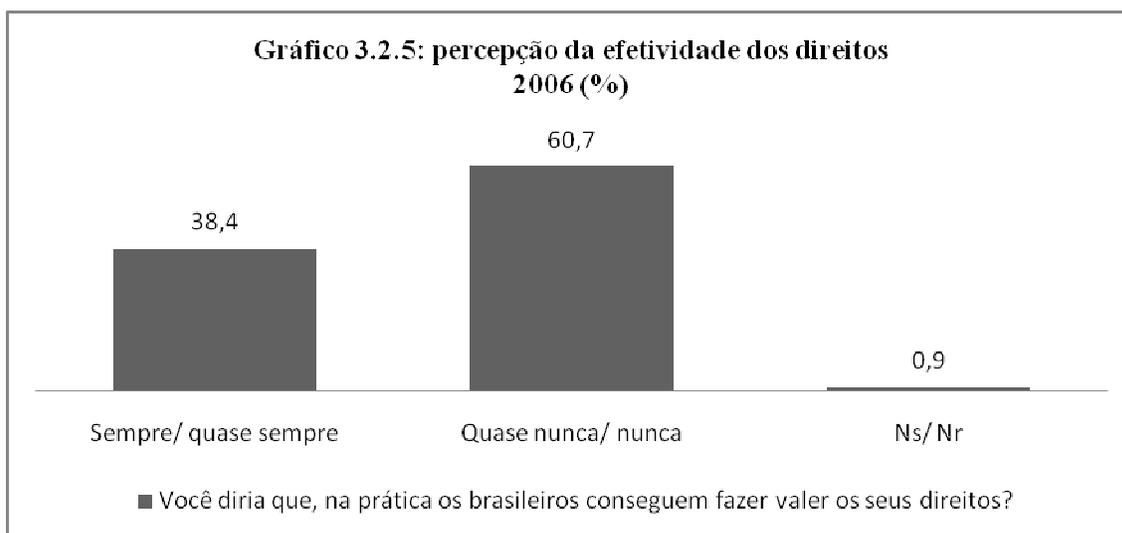


Fonte: Pesquisa *A Desconfiança dos Cidadãos nas Instituições Democráticas*, coordenada por J. A. Moisés e R. Meneguello, 2006 (Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP).

Assim, 70% dos entrevistados responderam que se sentem “pouco protegido/ nada protegido” pelas leis trabalhistas, contra 26,5% que responderam se sentirem protegidos (Gráfico 3.2.4); e 60,7% dos respondentes consideram que os brasileiros “quase nunca/ nunca” conseguem fazer valer seus direitos, enquanto 38,4% opinam que “sempre/ quase sempre” os brasileiros conseguem os fazer valer (Gráfico 3.2.5).



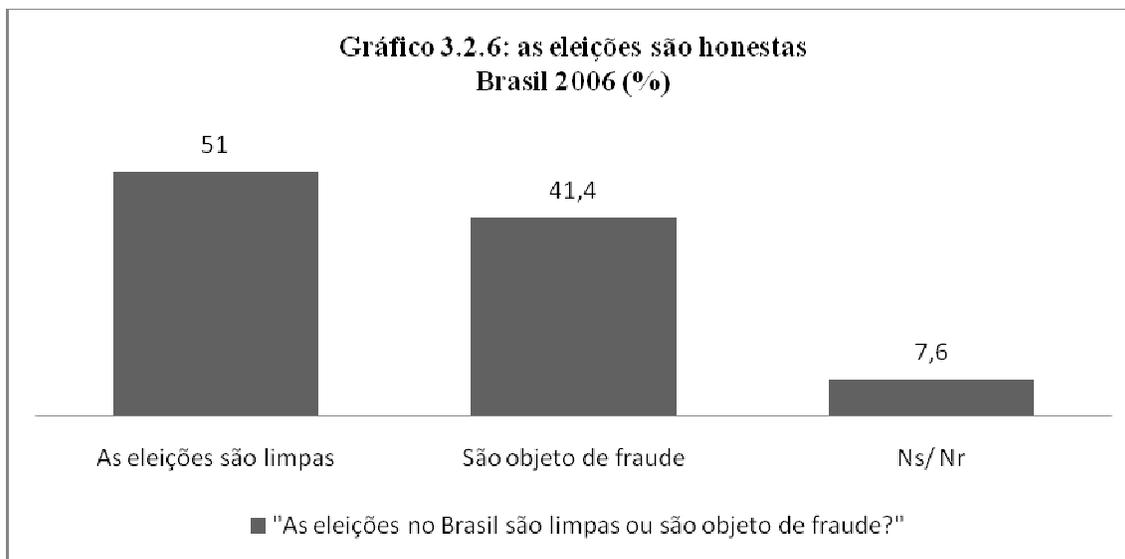
Fonte: Pesquisa *A Desconfiança dos Cidadãos nas Instituições Democráticas*, coordenada por J. A. Moisés e R. Meneguello, 2006 (Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP).



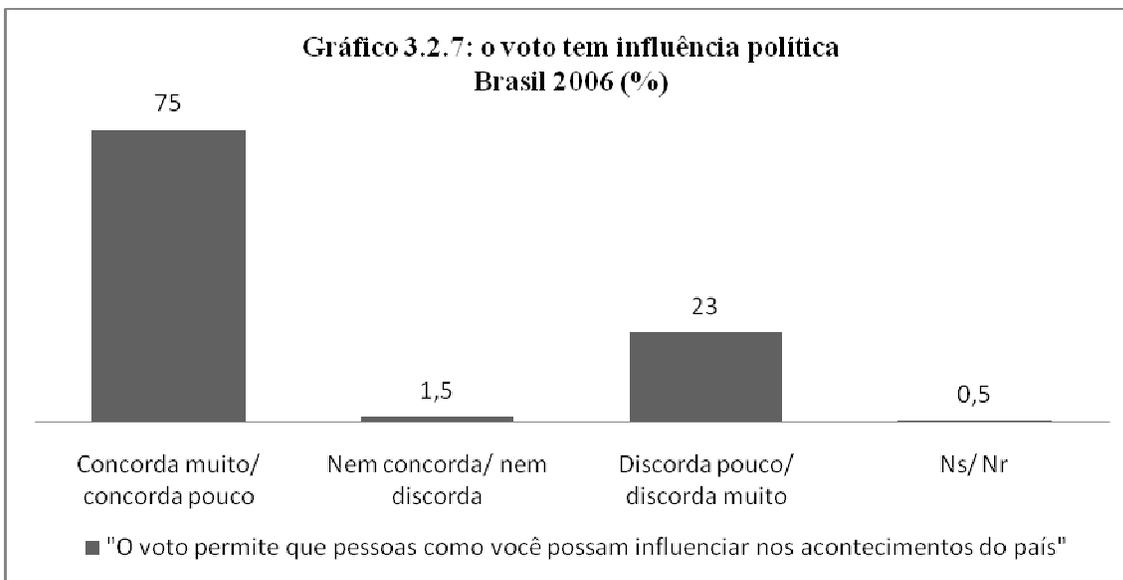
Fonte: Pesquisa *A Desconfiança dos Cidadãos nas Instituições Democráticas*, coordenada por J. A. Moisés e R. Meneguello, 2006 (Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP).

Quanto à opinião dos entrevistados com relação à probidade das eleições - procedimento central à democracia e mecanismo da accountability vertical – elas estão bem divididas, com uma pequena vantagem para a avaliação positiva (Gráfico 3.2.6): 51% dos

entrevistados responderam que “as eleições no Brasil são limpas”, enquanto 41,4% responderam que “as eleições são objeto de fraude”. Com relação à participação política através do voto, as avaliações positivas foram elevadas: 75% dos respondentes concordam com a afirmação de que “o voto permite influenciar nos acontecimentos do país”, e em contrapartida, 23% discordam de alguma maneira (Gráfico 3.2.7).



Fonte: Pesquisa *A Desconfiança dos Cidadãos nas Instituições Democráticas*, coordenada por J. A. Moisés e R. Meneguello, 2006 (Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP).



Fonte: Pesquisa *A Desconfiança dos Cidadãos nas Instituições Democráticas*, coordenada por J. A. Moisés e R. Meneguello, 2006 (Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP).

De maneira geral, a análise dos dados permite dizer que a maioria dos cidadãos brasileiros têm a percepção de que o regime apresenta déficits quanto à algumas específicas dimensões. Precisamente as dimensões da promoção da igualdade, do respeito aos direitos e do primado da lei - que remete ao acesso equitativo à Justiça e à equidade perante a lei – não são percebidas pela maioria dos cidadãos como dimensões asseguradas. A única exceção se refere à dimensão da participação política, através do voto em eleições e a sua eficácia a partir da avaliação de eleições limpas no país. Isto indica que as instituições democráticas para estes cidadãos não funcionam como deveriam, no sentido de atender as suas expectativas e de garantir seus direitos, e sugere que esta percepção pode impactar negativamente à confiança institucional – o que será testado na seção 3.6. Por enquanto, pode-se dizer que os cidadãos através de suas experiências com o regime democrático percebem problemas na efetividade de algumas dimensões da qualidade da democracia brasileira, que deveriam ser garantidas pelo funcionamento das instituições.

3.3 – Relação entre confiança institucional e variáveis socioeconômicas

O intuito dessa terceira seção é explorar os contornos sociais da confiança institucional, isto é, analisar a quais fatores socioeconômicos e demográficos ela está associada. Análise semelhante foi feita por Moisés (1995), no qual o autor observou que as atitudes mais críticas em relação ao funcionamento do sistema político – como a confiança institucional – estão mais associadas e concentradas entre indivíduos de maior renda familiar e grau de escolaridade, e habitantes dos grandes e médios centros urbanos do país. Desta forma, são feitos testes de associações entre as variáveis socioeconômicas¹¹⁰ e demográficas¹¹¹, e a confiança institucional no Congresso Nacional e nos Partidos Políticos. No entanto, é importante ressaltar que os testes de associação¹¹² quando apresentam significância não indicam causalidade, mas sim, que as variáveis estão associadas.

Os dados indicam que as variáveis “Faixa de Renda Mensal Familiar”, “Faixa Etária”, “Grau de Instrução”, “Área” e “Religião” estão associadas à confiança no Congresso Nacional, porém os valores encontrados são muito fracos, em específico, para as três primeiras variáveis, e, fracos para as demais (Tabela 3.3.1 e Tabela 3.3.2). Embora os valores encontrados sejam baixos temos algumas situações interessantes com relação à confiança no Congresso Nacional: (1) os entrevistados com faixas de renda mensal familiar mais altas têm menos confiança nesta instituição; (2) os indivíduos com grau de escolaridade mais elevados têm menos confiança; (3) indivíduos mais velhos têm mais confiança; (4) os entrevistados residentes em capitais têm menos confiança; e, (5) os entrevistados sem religião são menos confiantes no Congresso Nacional. Entretanto, como

¹¹⁰ As variáveis socioeconômicas são: Faixa de Renda Mensal Familiar; Faixa Etária; Grau de Instrução; Sexo; e Religião.

¹¹¹ A variável demográfica é a Área:capital, região metropolitana e interior.

¹¹² Os testes de associação utilizados foram de dois tipos: teste de Kendall's tau-b, no caso das variáveis ordinais – “Faixa de Renda Mensal Familiar”, “Faixa Etária” e “Grau de Instrução”; e, teste de Coeficiente de Contingência, no caso das variáveis nominais – “Sexo”, “Área” e “Religião”. O primeiro teste tem uma escala que vai de -1 a +1, quanto mais perto dos extremos, mais forte é a correlação entre as variáveis, quanto mais próximo de zero mais fraca é a mesma. O segundo teste tem uma escala que vai de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de um melhor a correlação. Em ambos os testes, quando utilizados em pesquisas de ciências sociais, os valores entre 0,10 a 0,15 indicam uma associação fraca, entre 0,15 e 0,20 indicam uma correlação regular e valores superiores a 0,2 indicam uma correlação forte.

os valores de associação variaram entre muito fracos e fracos não se pode dizer que as variáveis socioeconômicas contribuem muito para a compreensão do fenômeno da baixa confiança no Congresso Nacional.

Tabela 3.3.1: Confiança no Congresso Nacional x Variáveis Socioeconômicas		
Teste Kendall's tau-b		
Variáveis socioeconômicas	Sig.	Valor
Faixa de Renda Mensal Familiar	0,000	- 0,070
Faixa Etária	0,000	0,086
Grau de instrução	0,000	- 0,090

Tabela 3.3.2: Confiança no Congresso Nacional x Variáveis Socioeconômicas e demográfica		
Teste Coeficiente de Contingência		
Variáveis socioeconômicas	Sig.	Valor
Sexo	Não significante	-
Religião	0,000	- 0,139
Área	0,000	0,132

Com relação à confiança institucional nos Partidos Políticos os resultados são ainda menos expressivos. Das seis variáveis socioeconômicas e demográficas apenas três apresentaram significância estatística – Faixa Etária, Grau de Instrução e Área - e como nos testes anteriores, os valores de associação se dividiram entre muito fracos e fracos (Tabela 3.3.3 e Tabela 3.3.4). Como na análise anterior, ainda que os valores encontrados sejam baixos os dados permitem considerações interessantes: (1) os indivíduos mais velhos têm

mais confiança nos partidos políticos; (2) os entrevistados com maiores níveis de escolaridade têm menos confiança nos partidos políticos; e, (3) os entrevistados que moram na capital são menos confiantes nos partidos políticos. Novamente, essas variáveis mesmo quando estão associadas à confiança nos partidos políticos apresentam valores muito baixos e assim sugerem que pouco contribuem para a compreensão da confiança institucional.

Tabela 3.3.3: Confiança nos partidos políticos x Variáveis Socioeconômicas		
Teste Kendall's tau-b		
Variáveis socioeconômicas	Sig.	Valor
Faixa de Renda Mensal Familiar	Não significativa	-
Faixa Etária	0,001	0,061
Grau de instrução	0,001	- 0,070

Tabela 3.3.4: Confiança nos partidos políticos x Variáveis Socioeconômicas e demográfica		
Teste Coeficiente de Contingência		
Variáveis socioeconômicas	Sig.	Valor
Sexo	Não significativa	-
Religião	Não significativa	-
Área	0,000	0,110

Os testes de associação mostram que em ambas as situações as variáveis de Faixa Etária, Grau de Instrução e Área se mostraram associadas com a confiança institucional – Congresso Nacional e partidos políticos -, porém os valores foram muito baixos. O dado interessante é que as duas últimas variáveis também apresentaram associação no estudo de Moisés (1995), mesmo apesar das diferenças metodológicas entre os dois estudos; no entanto, os valores apresentados no último foram muito mais altos. Essas variáveis são

novamente testadas na seção 3.6, dessa vez numa análise de regressão logística a fim de compreender melhor o fenômeno da baixa confiança institucional no país.

3.4 - Relação entre confiança institucional e confiança interpessoal

Esta quarta seção apresenta os resultados de testes de associação entre a confiança interpessoal e a confiança institucional no Congresso Nacional e nos Partidos Políticos. O intuito é verificar se ambos os tipos de confiança estão associados no sentido com o qual Putnam (1996) afirma. Isto é, de acordo com o autor a confiança institucional é consequência do desenvolvimento da confiança interpessoal e, portanto, é dependente da última. Desta forma, a confiança institucional estaria associada principalmente aos fatores sociais e culturais já que estes influenciam diretamente a confiança interpessoal. Ao contrário, autores como Dalton (1999), Newton (1999) e Mishler e Rose (2001) afirmam que ambos os tipos de confiança são fenômenos independentes e estão associados a diferentes fatores. Para estes autores a confiança institucional está relacionada, sobretudo a fatores de ordem política, como o desempenho das instituições.

Os resultados dos testes mostram que, embora os dois tipos de confiança estejam associados e indiquem relação de dependência, os valores encontrados são muito fracos (Tabela 3.4.1). Com relação à confiança no Congresso Nacional, o valor obtido foi 0,083 e para a confiança nos partidos políticos o valor foi 0,118, ou seja, os entrevistados com baixa confiança interpessoal têm menos confiança nas instituições analisadas. Embora se possa fazer essa leitura, os baixos valores de associação obtidos caminham mais em direção dos estudos de Dalton (1999), Newton (1999) e Mishler e Rose (2001), que apontam a pouca associação entre os dois tipos de confiança e causas distintas, do que para as conclusões de Putnam (1996). Essas variáveis são novamente testadas na seção 3.6, através da análise de regressão logística.

Tabela 3.4.1: Confiança institucional x Confiança interpessoal		
Teste Coeficiente de Contingência		
	Sig.	Valor
Confiança no Congresso Nacional	0,003	0,083
Confiança nos partidos políticos	0,000	0,118

3.5 – Relação entre percepção da corrupção e variáveis socioeconômicas

Nesta quinta seção exploro as bases sociais da percepção da corrupção através de testes de associação entre a percepção e as variáveis socioeconômicas e demográficas.

Os dados dos testes de associação mostram que apenas as variáveis “Faixa de renda mensal familiar”, “Grau de instrução” e “Área” estão associadas à percepção da corrupção (Tabela 3.5.1 e Tabela 3.5.2). Embora tenham apresentado significância estatística, o grau de associação foi muito baixo, respectivamente os valores foram: 0,075; 0,094; e 0,098. Isto significa que: os entrevistados pertencentes às faixas de renda mensal familiar mais altas apresentam níveis de percepção de corrupção mais elevados; os entrevistados com graus de escolaridade mais altos apresentam maior percepção de que a corrupção aumentou; e, os entrevistados residentes em capitais têm a percepção de que a corrupção cresceu. Com relação às demais variáveis - “Faixa etária”, “Sexo” e “Religião” – todas se mostraram totalmente independentes à percepção da corrupção, pois não apresentaram significância estatística.

Todavia, os dados de maneira geral são parecidos com os resultados apresentados na seção 3.3 – relação entre confiança institucional e variáveis socioeconômicas – e apontam que os indivíduos pertencentes a faixas de renda mais alta, com maior escolaridade e residentes em capitais têm mais baixa confiança institucional e maior percepção da

corrupção. Isto sugere que os fenômenos da confiança institucional e da percepção da corrupção podem estar relacionados, porém para reforçar tal afirmação desenvolvo nas duas próximas seções modelos de regressão logística.

Tabela 3.5.1: Percepção da corrupção x Variáveis Socioeconômicas		
Teste Kendall's tau-b		
Variáveis socioeconômicas	Sig.	Valor
Faixa de Renda Mensal Familiar	0,000	0,075
Faixa Etária	Não significativa	-
Grau de instrução	0,000	0,094

Tabela 3.5.2: Percepção da corrupção x Variáveis socioeconômicas e demográfica		
Teste Coeficiente de Contingência		
Variáveis socioeconômicas	Sig.	Valor
Sexo	Não significativa	-
Religião	Não significativa	-
Área	0,013	0,098

3.6 – Análise de regressão logística da confiança institucional: dados com respeito ao Congresso Nacional e aos partidos políticos

Essa seção analisa a hipótese central deste trabalho de que a percepção da corrupção, por parte dos cidadãos, impacta negativamente na confiança institucional e no apoio à democracia como forma ideal de governo. Para essa análise foram desenvolvidos dois modelos de regressão logística¹¹³, um para cada variável dependente: a confiança no Congresso Nacional e confiança nos partidos políticos. Os modelos de regressão logística são constituídos por variáveis independentes usualmente mencionadas na literatura do tema, como as socioeconômicas e demográficas, de experiência institucional, de desempenho governamental e de cultura cívica. Como visto anteriormente, distintos autores compreendem o fenômeno da confiança institucional como um fenômeno relacional, fruto das avaliações, informações, conhecimentos, preferências, percepções e experiências concretas dos cidadãos com as instituições e o regime (MILLER e LISTHAUG, 1999; NEWTON, 1999; NORRIS, 1999; OFFE, 1999; WARREN, 1999; DELLA PORTA, 2000; MISHLER e ROSE, 2001; MOISÉS, 1995; MOISÉS e CARNEIRO, 2008).

Os tipos de variáveis e a descrição de cada uma delas são explicitados na tabela abaixo. Todas as questões são extraídas do survey de pesquisa *A desconfiança dos cidadãos nas instituições democráticas*.

Tabela 3.6.1: variáveis utilizadas nos modelos de regressão logística - confiança no Congresso Nacional e partidos políticos

Tipo de variáveis	Descrição das variáveis
Variáveis socioeconômicas e demográficas	Faixa de Renda Mensal Familiar (Até R\$ 520,00; De R\$520,01 a R\$ 780,00; De R\$ 780,01 a R\$ 1.300,00; De R\$ 1.300,01 a R\$ 2.600,00; Mais de R\$ 2.600,01)
	Faixa Etária (De 16 a 24 anos; De 25 a 34 anos; De

¹¹³ A escolha pela regressão logística se deveu por esta ser a mais apropriada no trabalho com uma variável dependente dicotômica (alta confiança; baixa confiança) e diferentes variáveis categóricas.

Variáveis socioeconômicas e demográficas	35 a 44 anos; De 45 a 59 anos; 60 ou mais)
	Grau de Instrução (Fundamental; Médio; Superior)
	Sexo (Masculino; Feminino)
	Religião (Católica; Protestante; Outras; Não tem religião)
	Área (Capital; Região Metropolitana; Interior)
Efeito esperado: os fatores sociais impactam na baixa confiança institucional dos cidadãos brasileiros. No sentido que indivíduos com níveis de renda e escolaridade mais altos, sem religião, residentes em capitais e mais jovens têm menos confiança no Congresso Nacional e nos partidos políticos.	
Variáveis que mensuram a experiência institucional	Percepção da corrupção (Diminuiu; Permaneceu igual; Aumentou)
	Avaliação do Congresso Nacional (Ótima/ boa; Regular; Ruim/ Péssima)
	Avaliação da Justiça (Ótima/ boa; Regular; Ruim/ Péssima)
	Satisfação com a democracia brasileira (Muito satisfeito/satisfeito; Pouco/ nada satisfeito)
	O Estado gasta bem o dinheiro dos impostos (Sim; Não)
	Comportamento corrupto dos políticos (Todos/ maioria; Minoria/ nenhum)
	Igualdade perante a lei (Todos são iguais perante a lei; Não há igualdade perante a lei)
	Sentimento de proteção pelas leis (Muito protegido/ protegido; Pouco/ nada protegido)
Efetividade dos direitos (Sempre/ quase sempre; Quase nunca/ nunca)	
Efeito esperado: as experiências e opiniões negativas dos cidadãos com relação às instituições democráticas e ao comportamento de seus membros impactam na confiança institucional, diminuindo-a.	
Variáveis que mensuram o desempenho governamental	Situação econômica pessoal e familiar (Muito boa/ boa; Regular; Ruim/ muito ruim)
	Auto-percepção da renda (É suficiente; Não é suficiente)
	Avaliação do governo Lula (Muito bom/ bom; Regular; Ruim/ péssimo)
	Avaliação da situação econômica no governo Lula (Melhorou; Ficou igual; Piorou)
	Situação dos direitos humanos no governo Lula

	(Melhorou; Ficou igual; Piorou)
	Avaliação da situação política (Muito boa/ boa; Regular; Ruim/ muito ruim)
	Corrupção no governo Lula em relação ao anterior (Melhorou; Ficou igual; Piorou)
Efeito esperado: as avaliações negativas com relação à situação econômica e à distintos campos de ação do governo Lula impactam na baixa confiança institucional dos cidadãos brasileiros.	
Variáveis que mensuram a cultura cívica	Orgulho de ser brasileiro (Muito orgulhoso/ orgulhoso; Pouco/ nada orgulhoso)
	Democracia como melhor forma de governo (Concorda muito/ concorda pouco; Discorda pouco/ discorda muito)
	Confiança Interpessoal (Pode-se confiar na maioria das pessoas; Todo cuidado é pouco no trato com os outros)
	Percepção da necessidade dos Deputados Federais e Senadores (Sim; Não)
	Atenção as informações políticas (Muita/ alguma; Pouca/ nenhuma)
	Participação em associações (Sim; Não)
	Interesse por política (Muito interessado/ interessado; Pouco/ nada interessado)
	Votaria se não fosse obrigatório (Sim; Não)
Efeito esperado: a baixa presença de valores de cultura cívica favoráveis à democracia impacta negativamente na confiança institucional.	

Análise dos resultados

Nesse contexto, os resultados do modelo confirmam a hipótese principal do estudo de que a percepção da corrupção impacta negativamente na confiança institucional ao Congresso Nacional. Os entrevistados que consideram que a corrupção aumentou têm mais

125,6%¹¹⁴ de probabilidade de apresentar baixa confiança no Congresso Nacional do que aqueles que acham que a corrupção diminuiu (Tabela 3.6.2). No entanto, a variável mais forte do modelo é outra variável de experiência institucional, a da “Avaliação do Congresso Nacional”. Os cidadãos que avaliam o desempenho da instituição como “ruim/ péssima” têm 364,1% mais probabilidade de apresentar baixa confiança no Congresso Nacional do que aqueles que a avaliam como “ótima/ boa”; todavia, os que a avaliam como “regular” têm 158,2% mais probabilidade de apresentar baixa confiança do que os que avaliam positivamente. Das demais variáveis da experiência institucional apenas mais duas têm significância estatística: “Avaliação da Justiça” e “Sentimento de proteção pelas leis”. Embora seus valores sejam mais baixos eles direcionam para a confirmação da hipótese de que experiências e opiniões negativas com relação ao funcionamento das instituições favorecem a baixa confiança institucional. Os entrevistados que avaliam a atuação da Justiça brasileira como “ruim/ péssima” tem 81,6% mais probabilidade de apresentar baixa confiança do que aqueles que a avaliam como “ótima/ boa”. De forma semelhante, os entrevistados que responderam se sentem “pouco/ nada protegido” pelas leis trabalhistas têm 61% mais probabilidade de apresentar baixa confiança no Congresso Nacional do que aqueles que responderam se sentem “muito protegido/ protegido”.

Outro grupo de variáveis com valores significantes é o da cultura cívica, precisamente, as variáveis “Confiança interpessoal”, “Participação em associações” e “Percepção da necessidade dos Deputados Federais e Senadores” tiveram significância estatística; porém apenas as duas primeiras tiveram valores mais expressivos. Os entrevistados que responderam “todo cuidado é pouco no trato com os outros” têm 167% mais probabilidade de apresentar baixa confiança do que aqueles que responderam “pode-se confiar na maioria das pessoas”. Com relação à variável de “Participação em associações”, ocorreu um resultado inesperado, os entrevistados que responderam participar de associações de amigos de bairro ou clube esportivo têm respectivamente 88,4% e 126,3% mais probabilidade de apresentarem baixa confiança no Congresso Nacional do que aqueles que não são associados. Outros tipos de associação - como às associações de defesa do consumidor, do meio ambiente e de voluntariado; partidos políticos; sindicatos; centros

¹¹⁴ Este valor é obtido pela equação $(Exp(B) - 1)100$. O valor obtido indica a possibilidade de uma das categorias de respostas ocorrer em comparação com as demais, dentro da mesma variável.

acadêmicos; grupos religiosos e de assistência social; e, conselhos de saúde, educação, etc - não apresentaram significância estatística, ou seja, o fato de estar ou não associado nada influi na baixa confiança institucional dos cidadãos brasileiros com relação ao Congresso Nacional. Por fim, aqueles que responderam que “os Deputados Federais e os Senadores não são necessários para o desenvolvimento do país”, têm 60% mais probabilidade de apresentar baixa confiança no Congresso Nacional do que aqueles que responderam ser necessário.

Por sua vez, o bloco das variáveis do desempenho governamental, apenas a “Situação econômica pessoal e familiar” e “Situação dos direitos humanos no governo Lula” mostram significância estatística. Os entrevistados que responderam que a situação econômica pessoal e familiar como sendo “muito boa/ boa” têm 101% mais probabilidade de apresentar baixa confiança do que aqueles que responderam “ruim/ muito ruim” – ao contrário do que a hipótese secundária supunha. Por outro lado, os cidadãos que consideram que a corrupção “ficou igual” foram os únicos a ter 64,3% mais probabilidade de apresentar baixa confiança. De maneira geral, as variáveis deste bloco tiveram menor peso que as vistas acima, ficando na frente apenas das variáveis socioeconômicas e demográfica, cuja nenhuma apresentou significância estatística, o que sugere que este tipo de variáveis pouco ajudam a compreender o fenômeno da baixa confiança institucional e confirmam as análises preliminares da seção 3.1.

Não obstante, o modelo apresenta 32% de variância explicada (R^2 Negelkel), mesmo apesar do grande número de variáveis utilizadas sem significância estatística. No entanto, elas foram mantidas, pois têm a sua relevância na análise geral (Tabela 3.6.2). O fato delas não terem significância permite apontar que específicas variáveis relevantes em estudos internacionais não têm, no caso brasileiro, o mesmo peso e relevância para a compreensão da baixa confiança institucional. São exemplos as variáveis de satisfação com a democracia, de avaliação da situação econômica do país, as socioeconômicas e demográfica.

Tabela 3.6.2 – Modelo de Regressão Logística: confiança no Congresso Nacional

Variáveis socioeconômicas e demográficas	B	SE	DF	Sig.	Exp (B)
Mais de R\$ 2.600,00 (categoria de referência)			4	,641	
Até R\$ 520,00	,128	,351	1	,716	1,136
De R\$520,01 a R\$ 780,00	-,056	,353	1	,875	,946
De R\$ 780,01 a R\$ 1.300,00	,261	,343	1	,447	1,298
De R\$ 1.300,01 a R\$ 2.600,00	,190	,352	1	,591	1,209
60 anos ou mais (categoria de referência)			4	,191	
16-24 anos	,442	,276	1	,110	1,556
25-34 anos	,504	,260	1	,053	1,655
35-44 anos	,353	,258	1	,171	1,424
45-59 anos	,088	,251	1	,726	1,092
Ensino Superior (categoria de referência)			2	,630	
Ensino Fundamental	-,261	,281	1	,354	,770
Ensino Médio	-,158	,274	1	,564	,854
Sem religião (categoria de referência)			3	,675	
Católica	-,260	,312	1	,405	,771
Protestante	-,078	,342	1	,819	,925
Outras religiões	-,174	,466	1	,709	,841
Homem	,099	,150	1	,509	1,104
Capital (categoria de referência)			2	,516	
Região metropolitana	-,280	,245	1	,253	,756
Interior	-,133	,185	1	,471	,875
Variáveis de experiência institucional					
A corrupção diminuiu no último ano			2	,007	
A corrupção permaneceu igual no último ano	-,049	,228	1	,829	,952
A corrupção aumentou no último ano	,814	,263	1	,002*	2,256
Avaliação do Congresso Nacional (Ótima/ boa)			2	,000	
Avaliação do Congresso Nacional (Regular)	,948	,212	1	,000*	2,582
Avaliação do Congresso Nacional (Ruim/ péssima)	1,535	,165	1	,000*	4,641
Avaliação da Justiça (Ótima/ boa)			2	,000	
Avaliação da Justiça (Regular)	,847	,224	1	,000*	2,332

Avaliação da Justiça (Ruim/ Péssima)	,596	,168	1	,000*	1,816
Satisfação com a democracia brasileira (Pouco/ nada satisfeito)	,252	,177	1	,156	1,286
O Estado gasta bem o dinheiro dos impostos (Não)	,248	,262	1	,344	1,282
Comportamento corrupto dos políticos mudar de partido em troca de dinheiro (Minoria/ nenhum)	-,389	,257	1	,130	,678
Comportamento corrupto dos políticos: superfaturar obras públicas (Minoria/ nenhum)	-,451	,257	1	,079	,637
Comportamento corrupto dos políticos: usar caixa 2 (Minoria/ nenhum)	,159	,254	1	,531	1,173
Igualdade perante a lei (Não há igualdade perante a lei)	,179	,181	1	,324	1,196
Sentimento de proteção pelas leis (Pouco/ nada protegido)	,475	,158	1	,003*	1,609
Efetividade dos direitos (Quase nunca/ nunca)	,096	,149	1	,519	1,101
Variáveis de desempenho governamental					
Situação econômica pessoal e familiar (Ruim/ muito ruim)			2	,002	
Situação econômica pessoal e familiar (Muito boa/ boa)	,698	,196	1	,000*	2,009
Situação econômica pessoal e familiar (Regular)	,533	,220	1	,016*	1,704
Auto-percepção da renda (Não é suficiente)	,167	,164	1	,309	1,181
Avaliação do governo Lula (Muito bom/ bom)			2	,346	
Avaliação do governo Lula (Regular)	-,228	,217	1	,293	,796
Avaliação do governo Lula (Ruim/ péssimo)	,121	,228	1	,595	1,129
Avaliação da situação econômica no governo Lula (Melhorou)			2	,320	
Avaliação da situação econômica no governo Lula (Ficou igual)	,098	,196	1	,618	1,103
Avaliação da situação econômica no governo Lula (Piorou)	,396	,265	1	,135	1,486
Situação dos direitos humanos no governo Lula (Melhorou)			2	,019*	
Situação dos direitos humanos no governo Lula (Ficou igual)	,496	,184	1	,007*	1,643
Situação dos direitos humanos no governo Lula (Piorou)	,051	,269	1	,849	1,053
Avaliação da situação política (Muito boa/ boa)			2	,365	
Avaliação da situação política (Regular)	-,291	,238	1	,221	,747
Avaliação da situação política (Ruim/ muito ruim)	-,001	,192	1	,994	,999
Corrupção no governo Lula em relação ao anterior (Melhorou)			2	,104	
Corrupção no governo Lula em relação ao anterior (Ficou igual)	,332	,199	1	,095	1,394
Corrupção no governo Lula em relação ao anterior (Piorou)	-,102	,182	1	,573	,903
Variáveis de cultura cívica					

Orgulho de ser brasileiro (Pouco/ nada orgulhoso)	,390	,241	1	,105	1,477
Democracia como melhor forma de governo (Discorda pouco/ discorda muito)	-,001	,276	1	,997	,999
Confiança Interpessoal (Todo cuidado é pouco no trato com os outros)	,982	,315	1	,002*	2,669
Percepção da necessidade dos Deputados Federais e Senadores (Não)	,470	,174	1	,007*	1,600
Atenção as informações políticas TV (Pouca/ nenhuma)	,049	,182	1	,787	1,051
Atenção as informações políticas rádio (Pouca/ nenhuma)	,094	,225	1	,676	1,099
Associação de moradores/ amigos de bairro (Sim)	,633	,276	1	,022*	1,884
Associação de defesa do consumidor (Sim)	,183	,480	1	,703	1,201
Associação à partidos políticos (Sim)	,314	,574	1	,584	1,369
Associação de grupo de defesa do meio ambiente (Sim)	-,192	,453	1	,671	,825
Associação à clubes esportivos (Sim)	,817	,285	1	,004*	2,263
Associação à sindicatos (Sim)	,314	,346	1	,364	1,369
Associação à Grêmio, centro acadêmico (Sim)	-,529	,382	1	,166	,589
Associação à Grupo religioso (Sim)	-,158	,178	1	,372	,854
Associação de assistência social (Sim)	-,470	,383	1	,220	,625
Associação de voluntariado (Sim)	,155	,371	1	,676	1,168
Associação à Centro cultural (Sim)	-,460	,450	1	,307	,631
Associação à Conselhos de saúde, educação, etc (Sim)	-,051	,431	1	,905	,950
Interesse por política (Pouco/ nada interessado)	,177	,180	1	,327	1,193
Votaria se não fosse obrigatório (Não)	-,008	,151	1	,959	,992

N = 1452; Model $X^2 = 355,783$; sig. 0,05*; R^2 Negelkel = 0,318

Feitas as análises sobre os resultados do modelo de regressão logística da confiança no Congresso Nacional, passo a discorrer a respeito do segundo modelo, o da confiança nos partidos políticos.

Basicamente são utilizados os mesmos blocos de variáveis independentes do modelo anterior – socioeconômicas e demográficas, de experiência institucional, de desempenho governamental e de cultura cívica -, houve apenas pequenas modificações no interior destes. No total acrescentaram-se mais duas variáveis: uma de cultura política “Proximidade aos partidos políticos” (Muito próximo/ próximo; Pouco/ não é próximo a

nenhum); e, uma de experiência institucional “Quem os partidos políticos mais representam” (O conjunto da população; Os próprios políticos; Os eleitores e grupos que apóiam os partidos). Ainda, substitui-se a variável de experiência institucional “Avaliação do Congresso Nacional” pela “Avaliação dos partidos políticos”, e a variável de cultura cívica “Percepção da necessidade dos Deputados Federais e Senadores” pela “Percepção da necessidade dos partidos políticos”; quanto às hipóteses houve apenas a mudança da confiança ao Congresso Nacional, para a confiança nos partidos políticos como variável dependente.

Análise dos resultados

De maneira geral, com algumas poucas diferenças importantes, os resultados do modelo de regressão logística da confiança aos partidos políticos (Tabela 3.6.3) se aproximam ao do modelo anterior, precisamente, quanto às variáveis que apresentaram significância e a força destas.

Novamente uma variável de experiência institucional, desta vez relativa à avaliação do desempenho dos partidos políticos, foi a mais relevante, seguida por uma de desempenho governamental – “Avaliação da situação econômica pessoal e familiar” – e por outra de cultura cívica – “Orgulho de ser brasileiro”. Com relação à primeira, os entrevistados que avaliam a *performance* dos partidos políticos como “ruim/ péssima” têm 273,6% mais probabilidade de apresentar baixa confiança nos partidos políticos do que aqueles que têm uma boa avaliação (Ótima/ boa). Outras variáveis de experiência institucional que apresentaram significância, porém com valores mais baixos, foram: “Sentimento de proteção pelas leis” e “Avaliação da Justiça”. Os cidadãos com a impressão de que as leis não o protegem, têm 86,5% mais probabilidade de apresentar baixa confiança nos partidos políticos do que aqueles que se sentem protegidos. Por sua vez, os

entrevistados que avaliam negativamente a Justiça - “ruim/ péssima” – têm 53,7% mais probabilidade de apresentar baixa confiança institucional nos partidos políticos que aqueles que tem uma avaliação positiva - “ótima/ boa”. Entretanto, a variável da percepção da corrupção, que no modelo anterior se mostrou muito relevante, desta vez não chegou a apresentar significância estatística.

Entre as variáveis de cultura cívica as que apresentaram significância foram: “Orgulho de ser brasileiro”, “Percepção da necessidade dos partidos políticos”, “Interesse por política” e “Participação em associações” - diferentemente do modelo anterior, a confiança interpessoal não se mostrou significativa. Com relação à primeira variável, os respondentes que disseram ser menos orgulhosos (pouco/ nada orgulhoso) têm 121% mais probabilidade de apresentar baixa confiança nos partidos políticos do que os cidadãos mais orgulhosos (muito orgulhoso/ orgulhoso). No segundo caso, os entrevistados que responderam que os “partidos políticos não são necessários para o país” têm 77,2% mais probabilidade de apresentar baixa confiança, do que aqueles que consideram estas instituições necessárias. No terceiro, os entrevistados que se disseram “pouco/ nada interessado” pela política têm 61,7% mais de probabilidade de apresentar baixa confiança do que os responderam serem “muito interessado/ interessado”. No último caso, a variável de “Participação em associações” apenas um tipo de associação mostrou significância. Os cidadãos que responderam participar de Centros Culturais têm respectivamente 72,1% menos probabilidade de apresentar baixa confiança nos partidos políticos do que aqueles que não são associados. Mesmo associações mais politizadas como os partidos políticos, sindicatos e centros acadêmicos não apresentaram significância estatística, o que sugere que as associações não são tão importantes assim para a formação da confiança interpessoal e conseqüentemente, da confiança institucional, contrariando os pressupostos de Putnam (1996) – de que indivíduos que se dispõem voluntariamente a associar em torno de interesses e preferências em comum apresentam maiores níveis de confiança interpessoal, que por sua vez, resulta em mais confiança institucional.

Como ocorreu no modelo anterior, apenas duas variáveis de desempenho governamental apresentaram significância, mais uma vez foram as de “Situação econômica pessoal e familiar” e de “Situação dos direitos humanos no governo Lula”. Os cidadãos que

responderam como “muito boa/ boa” a sua situação econômica pessoal e familiar têm 126,2% mais probabilidade de apresentar baixa confiança nos partidos políticos do que aqueles que consideram como “ruim/ muito ruim” – o que contradiz o efeito esperado. Por outro lado, os entrevistados que consideram que a corrupção “ficou igual” têm 91,3% mais probabilidade de apresentar baixa confiança nos partidos políticos, do que aqueles que acham que as coisas melhoraram. Por fim, mais uma vez nenhuma das variáveis socioeconômicas e demográficas apresentou significância estatística, deixando claro que estas pouco ajudam a compreender o fenômeno da baixa confiança institucional.

Novamente, como ocorreu no modelo de regressão logística anterior, muitas variáveis utilizadas não alcançaram significância estatística, porém, elas foram mantidas pelo mesmo motivo já explicitado acima (Tabela 3.6.3). Todavia, apesar do número pequeno de variáveis com significância estatística o modelo apresentou 31% de variância explicada (R^2 Nagelkerke), valor próximo do obtido anteriormente.

Tabela 3.6.3 – Modelo de Regressão Logística: confiança nos partidos políticos

Variáveis socioeconômicas e demográficas	B	SE	DF	Sig.	Exp (B)
Mais de R\$ 2.600,00 (categoria de referência)			4	,916	
Até R\$ 520,00	,241	,391	1	,537	1,273
De R\$520,01 a R\$ 780,00	,045	,397	1	,910	1,046
De R\$ 780,01 a R\$ 1.300,00	,095	,382	1	,804	1,099
De R\$ 1.300,01 a R\$ 2.600,00	,094	,393	1	,810	1,099
60 anos ou mais			4	,095	
16-24 anos	,452	,315	1	,152	1,571
25-34 anos	,426	,290	1	,142	1,531
35-44 anos	,140	,285	1	,623	1,150
45-59 anos	-,167	,275	1	,544	,846
Ensino Superior (categoria de referência)			2	,398	
Ensino Fundamental	-,335	,315	1	,288	,715
Ensino Médio	-,090	,310	1	,772	,914
Sem religião (categoria de referência)			3	,519	

Católica	-,053	,352	1	,880	,948
Protestante	,191	,388	1	,623	1,211
Outras religiões	-,361	,507	1	,476	,697
Homem	-,236	,171	1	,167	,790
Capital			2	,540	
Região metropolitana	-,306	,278	1	,270	,736
Interior	-,150	,213	1	,480	,860
Variáveis de experiência institucional					
A corrupção diminuiu no último ano			2	,418	
A corrupção permaneceu igual no último ano	,044	,263	1	,869	1,045
A corrupção aumentou no último ano	,380	,288	1	,187	1,463
Avaliação dos partidos políticos (Ótima/ boa)			2	,000	
Avaliação dos partidos políticos (Regular)	,487	,255	1	,056	1,627
Avaliação dos partidos políticos (Ruim/ péssima)	1,318	,195	1	,000*	3,736
Avaliação da Justiça (Ótima/ boa)			2	,000*	
Avaliação da Justiça (Regular)	1,151	,274	1	,000*	3,162
Avaliação da Justiça (Ruim/ Péssima)	,430	,190	1	,024*	1,537
Satisfação com a democracia brasileira (Pouco/ nada satisfeito)	,289	,197	1	,143	1,335
O Estado gasta bem o dinheiro dos impostos (Não)	,564	,278	1	,043*	1,758
Comportamento corrupto dos políticos: mudar de partidos em troca de dinheiro (Minoria/ nenhum)	-,385	,282	1	,171	,680
Comportamento corrupto dos políticos: superfaturar obras públicas (Minoria/ nenhum)	-,294	,285	1	,303	,746
Comportamento corrupto dos políticos: usar caixa 2 (Minoria/ nenhum)	-,097	,279	1	,728	,907
Quem os partidos políticos mais representam (O conjunto da população)			2	,427	
Quem os partidos políticos mais representam (Os próprios políticos)	,207	,244	1	,395	1,230
Quem os partidos políticos mais representam (Os eleitores e grupos que apóiam os partidos)	,372	,285	1	,193	1,450
Igualdade perante a lei (Não há igualdade perante a lei)	,009	,206	1	,964	1,009
Sentimento de proteção pelas leis (Pouco/ nada protegido)	,623	,175	1	,000*	1,865
Efetividade dos direitos (Quase nunca/ nunca)	,159	,170	1	,352	1,172
Variáveis de desempenho governamental					

Situação econômica pessoal e familiar (Ruim/ muito ruim)			2	,001	
Situação econômica pessoal e familiar (Muito boa/ boa)	,816	,222	1	,000*	2,262
Situação econômica pessoal e familiar (Regular)	,406	,246	1	,099	1,500
Auto-percepção da renda (Não é suficiente)	,305	,187	1	,102	1,356
Avaliação do governo Lula (Muito bom/ bom)			2	,237	
Avaliação do governo Lula (Regular)	-,429	,253	1	,090	,651
Avaliação do governo Lula (Ruim/ péssimo)	-,198	,267	1	,458	,820
Avaliação da situação econômica no governo Lula (Melhorou)			2	,920	
Avaliação da situação econômica no governo Lula (Ficou igual)	-,094	,232	1	,685	,910
Avaliação da situação econômica no governo Lula (Piorou)	-,069	,300	1	,819	,934
Situação dos direitos humanos no governo Lula (Melhorou)			2	,011	
Situação dos direitos humanos no governo Lula (Ficou igual)	,649	,218	1	,003*	1,913
Situação dos direitos humanos no governo Lula (Piorou)	,174	,294	1	,554	1,190
Avaliação da situação política (Muito boa/ boa)			2	,465	
Avaliação da situação política (Regular)	-,325	,270	1	,229	,723
Avaliação da situação política (Ruim/ muito ruim)	-,079	,221	1	,720	,924
Corrupção no governo Lula em relação ao anterior (Melhorou)			2	,629	
Corrupção no governo Lula em relação ao anterior (Ficou igual)	,223	,237	1	,346	1,250
Corrupção no governo Lula em relação ao anterior (Piorou)	,079	,222	1	,720	1,083
Variáveis de cultura cívica					
Orgulho de ser brasileiro (Pouco/ nada orgulhoso)	,793	,305	1	,009*	2,210
Democracia como melhor forma de governo (Discorda pouco/ discorda muito)	,444	,374	1	,235	1,559
Confiança Interpessoal (Todo cuidado é pouco no trato com os outros)	,584	,354	1	,099	1,792
Percepção da necessidade dos partidos políticos (Não)	,572	,217	1	,009*	1,772
Atenção as informações políticas TV (Pouca/ nenhuma)	,122	,203	1	,548	1,129
Atenção as informações políticas rádio (Pouca/ nenhuma)	-,197	,252	1	,435	,821
Associação de moradores/ amigos de bairro (Sim)	,247	,304	1	,416	1,281
Associação de defesa do consumidor (Sim)	1,006	,619	1	,104	2,733
Associação à partidos políticos (Sim)	,313	,621	1	,614	1,368
Associação de grupo de defesa do meio ambiente (Sim)	-,092	,504	1	,855	,912
Associação à clubes esportivos (Sim)	,183	,309	1	,554	1,201

Associação à sindicatos (Sim)	,576	,413	1	,163	1,780
Associação à Grêmio, centro acadêmico (Sim)	-,230	,433	1	,594	,794
Associação à Grupo religioso (Sim)	,244	,204	1	,231	1,276
Associação de assistência social (Sim)	-,676	,425	1	,112	,509
Associação de voluntariado (Sim)	,380	,415	1	,360	1,462
Associação à Centro cultural (Sim)	-1,275	,465	1	,006*	,279
Associação à Conselhos de saúde, educação, etc (Sim)	,271	,511	1	,596	1,311
Interesse por política (Pouco/ nada interessado)	,480	,195	1	,014*	1,617
Proximidade aos partidos políticos (Pouco/ não é próximo)	,148	,311	1	,634	1,160
Votaria se não fosse obrigatório (Não)	,089	,173	1	,608	1,093

N = 1442; Model X² = 305,966 ; sig. 0,05*; R Nagelkel = 0,311

De maneira geral, os resultados dos modelos de regressão logística apontam que o fenômeno da baixa confiança nas instituições de representação política está associado principalmente a fatores de experiência institucional e de cultura cívica. Precisamente, estes dois tipos de variáveis apresentaram mais variáveis significantes e com peso maior. As variáveis de experiência institucional que apresentaram significância nos dois modelos foram as de “avaliação do desempenho da instituição” em questão – Congresso Nacional ou partidos políticos -, de “avaliação da Justiça” e de “sentimento de proteção pelas leis”. Os resultados confirmam a hipótese de que avaliações negativas quanto ao desempenho das instituições favorecem a baixa confiança institucional dos cidadãos - ainda que nem todas as variáveis utilizadas tenham apresentado significância.

Por sua vez, a única variável significativa de cultura cívica em ambos os modelos foi a de “percepção da necessidade da instituição” – Congresso Nacional ou partidos políticos. No caso, embora nem todas as variáveis deste tipo tenham apresentado significância, os resultados reforçam a hipótese de que a baixa presença de valores de cultura cívica favoráveis a democracia impacta negativamente na confiança institucional. Com relação as variáveis de desempenho governamental apenas a variável de “situação econômica pessoal e familiar” teve significância. Porém esta teve um resultado inesperado, ao contrário do que previa a hipótese, ou seja, especificamente os entrevistados que têm uma percepção positiva de sua situação econômica têm menos confiança.

Outras variáveis como da “percepção da corrupção” (variável de experiência institucional), da “confiança interpessoal” e do “orgulho nacional” (ambas de cultura cívica) apresentaram significância estatística em um dos dois modelos - as duas primeiras no modelo referente ao Congresso Nacional, e a última no modelo da confiança nos partidos políticos. O aumento da percepção da corrupção, por parte dos cidadãos, se mostrou associada à baixa confiança no Congresso Nacional, como Della Porta (2000) afirma. No entanto, diferentemente do que a autora concluiu o aumento da percepção não teve influência na baixa confiança nos partidos políticos. Outro estudo que se comprovou em parte diz respeito ao de Putnam (1996), a confiança interpessoal apresentou impacto na confiança institucional, em específico no caso do Congresso Nacional.

Contudo, a análise dos dados reforçam a afirmação de Newton (1999), de que fatores políticos têm mais peso para a compreensão da confiança institucional do que fatores econômicos e sociais; como também, as conclusões de Norris (1999), Offe (1999) e Moisés e Carneiro (2008), de que a maneira como os cidadãos avaliam às instituições influencia a confiança nas mesmas. Vale lembrar que esta avaliação vai além dos critérios exclusivamente econômicos, materiais e abrange critérios que avaliam também a conduta ética, o tratamento universal, justo, imparcial e respeitoso que as instituições oferecem. Assim os cidadãos brasileiros que avaliam negativamente o Congresso Nacional, os partidos políticos e a Justiça – instituições centrais ao regime democrático - têm mais probabilidade de apresentar baixa confiança nas duas primeiras.

3.7 – Análise de regressão logística do apoio à democracia

Na sétima e última seção apresento os resultados da análise de regressão logística referente ao apoio à democracia quanto forma ideal de governo. O objetivo principal foi testar a segunda parte da hipótese central deste trabalho, isto é, de que a percepção da corrupção por parte dos cidadãos, impacta negativamente no apoio à democracia, como sugerem principalmente Della Porta (2000) e Seligson (2001 e 2002). Da mesma forma que

no modelo anterior, o modelo do apoio utiliza as variáveis socioeconômicas e demográficas, de experiência institucional, de desempenho governamental, de cultura cívica e de confiança institucional, usualmente mencionadas na literatura do tema. Como visto anteriormente, o apoio à democracia é um fenômeno multidimensional que está diretamente associado às experiências dos cidadãos com o regime. As multi-dimensões do fenômeno são: (1) apoio à comunidade política; (2) apoio aos princípios do regime democrático; (3) apoio ao desempenho específico do regime; (4) confiança às instituições democráticas; e, (5) apoio aos governos e atores políticos específicos (NEWTON, 1999; NORRIS, 1999; MOISÉS, 1995; POWER e JAMISON, 2005; MOISÉS e CARNEIRO, 2008).

Os tipos de variáveis e a descrição de cada uma delas é explicitada na tabela abaixo. Todas as questões foram extraídas do survey de pesquisa *A desconfiança dos cidadãos nas instituições democráticas*.

Tabela 3.7.1: variáveis utilizadas no modelo de regressão logística - apoio à democracia

Tipo de variáveis	Descrição das variáveis
Variáveis socioeconômicas e demográficas	Faixa de Renda Mensal Familiar (Até R\$ 520,00; De R\$520,01 a R\$ 780,00; De R\$ 780,01 a R\$ 1.300,00; De R\$ 1.300,01 a R\$ 2.600,00; Mais de R\$ 2.600,01)
	Faixa Etária (De 16 a 24 anos; De 25 a 34 anos; De 35 a 44 anos; De 45 a 59 anos; 60 ou mais)
	Grau de Instrução (Fundamental; Médio; Superior)
	Sexo (Masculino; Feminino)
	Religião (Católica; Protestante; Outras; Não tem religião)
Efeito esperado: os fatores sociais impactam na baixa confiança institucional dos cidadãos brasileiros. Indivíduos com níveis de renda e escolaridade mais altos, sem religião, residentes em capitais e mais jovens apóiam mais à democracia.	Área (Capital; Região Metropolitana; Interior)
	Percepção da corrupção (Diminuiu; Permaneceu)

Variáveis que mensuram a experiência institucional	igual; Aumentou)
	Avaliação da Justiça (Ótima/ boa; Regular; Ruim/ Péssima)
	Avaliação do Congresso Nacional (Ótima/ boa; Regular; Ruim/ Péssima)
	Avaliação dos partidos políticos (Ótima/ boa; Regular; Ruim/ Péssima)
	Avaliação do Governo (Ótima/ boa; Regular; Ruim/ Péssima)
	Satisfação com a democracia brasileira (Muito satisfeito/satisfeito; Pouco/ nada satisfeito)
	O Estado gasta bem o dinheiro dos impostos (Sim; Não)
	Comportamento corrupto dos políticos (Todos/ maioria; Minoria/ nenhum)
	Igualdade perante a lei (Todos são iguais perante a lei; Não há igualdade perante a lei)
	Sentimento de proteção pelas leis (Muito protegido/ protegido; Pouco/ nada protegido)
Efetividade dos direitos (Sempre/ quase sempre; Quase nunca/ nunca)	
Efeito esperado: as experiências e opiniões negativas dos cidadãos com relação à democracia, às instituições e ao comportamento de seus membros impactam no apoio ao regime, diminuindo-a.	
Variáveis que mensuram o desempenho governamental	Situação econômica pessoal e familiar (Muito boa/ boa; Regular; Ruim/ muito ruim)
	Situação econômica do país (Muito boa/ boa; Regular; Ruim/ muito ruim)
	Avaliação do governo Lula (Muito bom/ bom; Regular; Ruim/ péssimo)
	Avaliação da situação econômica no governo Lula (Melhorou; Ficou igual; Piorou)
	Avaliação da situação política (Muito boa/ boa; Regular; Ruim/ muito ruim)
Efeito esperado: as avaliações negativas com relação à situação econômica e à distintos campos de ação do governo Lula impactam negativamente no apoio à democracia.	
	Orgulho de ser brasileiro (Muito orgulhoso/ orgulhoso; Pouco/ nada orgulhoso)
	Democracia como melhor forma de governo (Concorda muito/ concorda pouco; Nem concorda/

Variáveis que mensuram a cultura cívica	nem discorda; Discorda pouco/ discorda muito)
	Confiança Interpessoal (Pode-se confiar na maioria das pessoas; Todo cuidado é pouco no trato com os outros)
	Percepção da necessidade dos Deputados Federais e Senadores (Sim; Não)
	Percepção da necessidade dos partidos políticos (Sim; Não)
	Percepção da necessidade do Judiciário (Sim; Não)
	Atenção as informações políticas (Muita/ alguma; Pouca/ nenhuma)
	Interesse por política (Muito interessado/ interessado; Pouco/ nada interessado)
	Influência do voto (A maneira como as pessoas votam pode fazer com que as coisas sejam diferentes; Não importa como as pessoas votam, não fará com que as coisas sejam diferentes)
Votaria se não fosse obrigatório (Sim; Não)	
Efeito esperado: a baixa presença de valores de cultura cívica favoráveis à democracia impacta negativamente no apoio à democracia.	
Variáveis que mensuram a confiança institucional	Confiança no Judiciário (Muita/ alguma confiança; Pouca/ nenhuma confiança)
	Confiança no Congresso Nacional (Muita/ alguma confiança; Pouca/ nenhuma confiança)
	Confiança nos partidos políticos (Muita/ alguma confiança; Pouca/ nenhuma confiança)
	Confiança no Governo (Muita/ alguma confiança; Pouca/ nenhuma confiança)
Efeito esperado: a baixa confiança institucional em importantes instituições do Estado impacta negativamente no apoio à democracia.	
Voto	Voto nas eleições de 2002 (Lula; Serra; Nulo/ branco)
Efeito esperado: os “perdedores” das eleições de 2002 apóiam menos à democracia do que os “vencedores”.	

Análise dos resultados

De maneira geral, os resultados do modelo confirmam a hipótese desta pesquisa quanto à questão do apoio à democracia. A percepção de que a corrupção aumentou, como também, a baixa confiança institucional – especificamente ao governo – e a avaliação negativa com relação ao desempenho do Judiciário traz conseqüências negativas ao apoio. No entanto, nem todas as variáveis de confiança institucional utilizadas apresentaram significância estatística.

Como ocorreu nos modelos anteriores, as variáveis de experiência institucional e de cultura cívica apresentaram maior força, principalmente a primeira (Tabela 3.7.2). Os entrevistados que consideram que “todos/ maioria” dos políticos superfaturam obras públicas e desviam dinheiro para benefício próprio têm 452% mais probabilidade de não apoiar a democracia quanto forma ideal de governo, do que aqueles que responderam “minorias/ nenhum”. Por sua vez, os entrevistados que responderam que a corrupção “aumentou muito ou pouco” têm 122,1% mais probabilidade de não apoiar a democracia do que aqueles que responderam que ela “diminuiu pouco ou muito”. A última variável de experiência institucional significativa foi a da “Avaliação da Justiça”, precisamente, os respondentes que afirmaram como “ruim/ péssima” o desempenho da Justiça têm 151,3% mais probabilidade de não apoiarem a democracia do que aqueles que a avaliam positivamente (“ótima/ boa”). Outro dado interessante foi que a variável “satisfação com a democracia brasileira” não apresentou significância estatística, o que sugere, como Meneguello (2007), de que o apoio à democracia quanto forma ideal de governo não está associado a satisfação com o desempenho do regime¹¹⁵, e que são portanto, dimensões independentes.

Do grupo das variáveis de cultura cívica, as que apresentaram significância estatística foram: “Influência do voto”, “Percepção da necessidade dos partidos políticos”, “Atenção as informações políticas” e “Democracia como forma de governo”. Com relação

¹¹⁵ Considero relevante ressaltar que a satisfação com o desempenho da democracia brasileira não equivale dizer satisfação com o desempenho das instituições democráticas, pois além da diferença conceitual, os dados apontam que os cidadãos apresentam distintas opiniões com relação a estas duas variáveis.

à primeira destas, os cidadãos que responderam que “Não importa como as pessoas votam, não fará com que as coisas sejam diferentes” têm 133,5% mais probabilidade de não apoiar a democracia do que aqueles que responderam “A maneira como as pessoas votam pode fazer com que as coisas sejam diferentes”. De forma semelhante, os cidadãos que não consideram os partidos políticos importantes para o desenvolvimento do país têm 126,6% mais probabilidade de não apoiar a democracia, do que aqueles que acham importante. Já os respondentes que prestam pouca atenção nas notícias políticas dadas no rádio, têm 173,6% mais probabilidade de não apoiar à democracia do que aqueles que prestam atenção. Por fim, o dado mais expressivo diz respeito à variável da preferência da democracia como forma de governo, os entrevistados que consideram que “em certas circunstâncias a ditadura é a melhor forma de governo” têm 254,1% mais probabilidade de não apoiar a democracia do que aqueles que consideram a democracia melhor; enquanto os que responderam “tanto faz” têm mais 294,6%.

Em contrapartida, nenhuma das variáveis socioeconômicas, demográfica e de desempenho governamental apresentaram significância, ou seja, não exercem efeito sobre o fenômeno do apoio difuso à democracia. As variáveis de confiança institucional também se mostraram pouco significativas, com exceção da “confiança ao governo”. Os entrevistados com baixa confiança institucional no governo têm 118,7% mais probabilidade de não apoiar a democracia do que aqueles com alta confiança, os dados em parte reforçam os resultados obtidos por Moisés e Carneiro (2008), apesar das diferenças metodológicas entre as pesquisas. Por fim, a variável “Voto em 2002” se mostrou significativa e acompanhando Norris (1999), em estudo semelhante, indica que os “perdedores” das eleições têm 136% mais probabilidade de não apoiar a democracia do que os “vencedores”.

Contudo, como nos modelos a respeito da confiança institucional vistos acima, as variáveis de experiência institucional e de cultura cívica se mostraram mais significativas e mais fortes que as demais. Isto sugere que certos valores e preferências políticas dos cidadãos, como também, específicas experiências dos mesmos com o regime democrático impactam no apoio difuso. Todavia, como ocorrido nos modelos anteriores, poucas variáveis apresentaram significância estatística (tabela 3.7.2), no entanto, o modelo apresentou 33% de variância explicada (R^2 Negelkel). O motivo delas permanecerem no

modelo final se deve à sua relevância apresentada em estudos sobre o tema. Porém, no presente estudo, algumas delas não tiveram a mesma importância como são os casos das variáveis de satisfação com o desempenho da democracia e do governo, da avaliação da situação econômica do país, das socioeconômicas e demográfica.

Tabela 3.7.2 – Modelo de Regressão Logística: apoio à democracia

Variáveis socioeconômicas e demográficas	B	SE	DF	Sig.	Exp (B)
Mais de R\$ 2.600,00			4	,246	
Até R\$ 520,00	-,285	,367	1	,438	,752
De R\$520,01 a R\$ 780,00	-,322	,328	1	,326	,725
De R\$ 780,01 a R\$ 1.300,00	-,481	,435	1	,269	,618
De R\$ 1.300,01 a R\$ 2.600,00	,648	,524	1	,216	1,911
60 anos ou mais			4	,887	
16-24 anos	-,217	,577	1	,707	,805
25-34 anos	-,067	,515	1	,896	,935
35-44 anos	-,359	,524	1	,493	,698
45-59 anos	-,027	,513	1	,958	,973
Ensino Superior			2	,487	
Ensino Fundamental	,416	,490	1	,396	1,516
Ensino Médio	,085	,493	1	,863	1,089
Sem religião			3	,386	
Católica	-,600	,438	1	,170	,549
Protestante	-,850	,497	1	,087	,428
Outras religiões	-,390	,674	1	,563	,677
Homem	,338	,251	1	,177	1,402
Capital			2	,722	
Região metropolitana	,304	,390	1	,437	1,355
Interior	,179	,305	1	,557	1,196
Variáveis de experiência institucional					
A corrupção diminuiu no último ano			2	,069	
A corrupção permaneceu igual no último ano	,677	,426	1	,113	1,967

A corrupção aumentou no último ano	,798	,407	1	,049*	2,221
Avaliação da Justiça (Ótima/ boa)			2	,001*	
Avaliação da Justiça (Regular)	-,647	,471	1	,170	,524
Avaliação da Justiça (Ruim/ Péssima)	,922	,329	1	,005*	2,513
Avaliação do Congresso Nacional (Ótima/ boa)			2	,907	
Avaliação do Congresso Nacional (Regular)	,050	,558	1	,929	1,051
Avaliação do Congresso Nacional (Ruim/ Péssima)	-,137	,415	1	,742	,872
Avaliação dos partidos políticos (Ótima/ boa)			2	,179	
Avaliação dos partidos políticos (Regular)	,786	,625	1	,209	2,194
Avaliação dos partidos políticos (Ruim/ péssima)	-,138	,471	1	,769	,871
Avaliação do Governo (Ótima/ boa)			2	,294	
Avaliação do Governo (Regular)	,178	,445	1	,690	1,194
Avaliação do Governo (Ruim/ Péssima)	-,429	,355	1	,227	,651
Satisfação com a democracia brasileira (Pouco/ nada satisfeito)	,409	,428	1	,339	1,506
Comportamento corrupto dos políticos: mudar de partido em troca de dinheiro (Todos/ maioria)	-,904	,511	1	,077	,405
Comportamento corrupto dos políticos: superfaturar obras públicas (Todos/ maioria)	1,708	,741	1	,021*	5,519
Comportamento corrupto dos políticos: usar caixa 2 (Minoria/ nenhum)	,255	,585	1	,662	1,291
Igualdade perante a lei (Não há igualdade perante a lei)	-,184	,344	1	,593	,832
Sentimento de proteção pelas leis (Pouco/ nada protegido)	-,046	,322	1	,887	,955
Efetividade dos direitos (Quase nunca/ nunca)	-,512	,267	1	,055	,599
Variáveis de desempenho governamental					
Situação econômica pessoal e familiar (Ruim/ muito ruim)			2	,276	
Situação econômica pessoal e familiar (Muito boa/ boa)	,055	,315	1	,860	1,057
Situação econômica pessoal e familiar (Regular)	-,512	,394	1	,194	,599
Situação econômica do país (Muito boa/ boa)			2	,169	
Situação econômica do país (Regular)	,777	,450	1	,084	2,175
Situação econômica do país (Ruim/ muito ruim)	,518	,352	1	,141	1,678
Avaliação do governo Lula (Muito bom/ bom)			2	,446	
Avaliação do governo Lula (Regular)	,311	,384	1	,419	1,364
Avaliação do governo Lula (Ruim/ péssimo)	,488	,388	1	,209	1,629
Avaliação da situação econômica no governo Lula (Melhorou)			2	,254	

Avaliação da situação econômica no governo Lula (Ficou igual)	,421	,322	1	,191	1,523
Avaliação da situação econômica no governo Lula (Piorou)	-,030	,434	1	,944	,970
Avaliação da situação política (Muito boa/ boa)			2	,436	
Avaliação da situação política (Regular)	-,186	,549	1	,734	,830
Avaliação da situação política (Ruim/ muito ruim)	,334	,384	1	,385	1,397
Variáveis de cultura cívica					
Orgulho de ser brasileiro (Pouco/ nada orgulhoso)	-,421	,343	1	,219	,656
A Democracia é sempre melhor forma de governo			2	,000*	
Em certas circunstâncias é melhor uma ditadura	1,264	,312	1	,000*	3,541
Tanto faz se o governo é democracia ou uma ditadura	1,373	,306	1	,000*	3,946
Confiança Interpessoal (Todo cuidado é pouco no trato com os outros)	,428	,808	1	,597	1,533
Percepção da necessidade dos Deputados Federais e Senadores (Não)	,818	,368	1	,026*	2,266
Percepção da necessidade dos partidos políticos (Não)	-,016	,373	1	,966	,984
Percepção da necessidade do Judiciário (Não)	,442	,381	1	,246	1,555
Atenção as informações políticas TV (Pouca/ nenhuma)	,012	,327	1	,971	1,012
Atenção as informações políticas rádio (Pouca/ nenhuma)	1,007	,495	1	,042*	2,736
Interesse por política (Pouco/ nada interessado)	,300	,382	1	,432	1,349
Influência do Voto (Não importa como as pessoas votam, não fará com que as coisas sejam diferentes)	,848	,262	1	,001*	2,335
Votaria se não fosse obrigatório (Não)	,475	,285	1	,095	1,608
Variáveis de confiança institucional					
Confiança no Judiciário (Pouca/ nenhuma confiança)	-,290	,311	1	,351	,748
Confiança no Congresso Nacional (Pouca/ nenhuma confiança)	-,457	,441	1	,300	,633
Confiança nos partidos políticos (Pouca/ nenhuma confiança)	,184	,501	1	,714	1,201
Confiança no Governo (Pouca/ nenhuma confiança)	,783	,380	1	,040*	2,187
Voto em 2002 (Lula)			2	,010	
Voto em 2002 (Serra)	-,503	,334	1	,133	,605
Voto em 2002 (Nulo/ branco)	,859	,404	1	,034*	2,360

N = 1294; Model $X^2 = 197,266$; sig. 0,05 R Negelkel = 0,332

Considerações Finais

A presente pesquisa mostrou que o uso das variáveis adotadas pelas teorias da cultura política e do neo-institucionalismo são importantes para uma compreensão mais ampla dos fenômenos da confiança institucional e do apoio difuso, e que elas podem se complementar. Como observado anteriormente por Moisés (2008), os resultados do trabalho reforçam a idéia de que as tanto as orientações valorativas quanto as pragmáticas influenciam as atitudes políticas dos cidadãos com relação ao regime, em específico à confiança institucional e ao apoio à democracia.

As análises deste trabalho sugerem que o fenômeno da confiança nas instituições de representação política aqui estudadas, está associado principalmente às variáveis de experiência institucional – de avaliação da performance e do comportamento ético das instituições – e de cultura cívica - de preferências políticas -, e menos as variáveis de desempenho governamental. Entretanto, conforme a instituição analisada, nem todas as variáveis que apresentaram significância no modelo da confiança no Congresso Nacional, foram significativas no segundo modelo da confiança nos partidos políticos, e vice-versa. Especificamente, isto ocorreu com a variável da percepção da corrupção política e da confiança interpessoal.

De modo geral, os resultados da pesquisa obtidos reforçam estudos feitos em outros países e no Brasil, por Moisés e Carneiro (2008), de que instituições bem avaliadas quanto ao seu desempenho e à sua conduta ética, que correspondem às expectativas dos cidadãos e que são capazes de sinalizar imparcialidade, probidade, respeito aos direitos e eficiência recebem mais confiança (DALTON, 1999; NEWTON, 1999; NORRIS, 1999; OFFE, 1999). Como foi visto no presente trabalho, a maioria dos cidadãos brasileiros tem a percepção que muitas das dimensões da qualidade da democracia não são efetivadas pelas instituições democráticas, que deveriam assegurá-las. Esses déficits democráticos, experimentados pelos cidadãos, além de sinalizarem problemas na qualidade da democracia brasileira, influem na avaliação negativa das instituições e contribuem para a baixa confiança institucional.

Assim, os cidadãos que avaliam negativamente o funcionamento das instituições têm mais probabilidades de apresentar baixa confiança institucional do que aqueles que têm uma avaliação positiva. O mesmo efeito ocorre com os cidadãos que se sentem desprotegidos pelas leis, em comparação com aqueles que se sentem protegidos. No caso da confiança no Congresso Nacional, os resultados também mostraram que os cidadãos que têm a percepção de que a corrupção aumentou – um claro sinal de mau funcionamento da instituição – apresentaram mais probabilidade de ter baixa confiança institucional, como foi apontado nos estudos feitos por Della Porta (2000) e Zéphyr (2008). Este dado confirma em parte a principal hipótese desta pesquisa, de que a percepção do aumento da corrupção influi negativamente na confiança institucional, porém, isto não se confirmou no caso do modelo da confiança nos partidos políticos.

Os resultados também mostram que determinadas preferências dos cidadãos, como confiança interpessoal, orgulho nacional, interesse por política e relevância das instituições, têm impactos na baixa confiança institucional. A confiança interpessoal se mostrou relevante na confiança no Congresso Nacional, os entrevistados com valores de confiança interpessoal baixos têm mais probabilidade de apresentar baixa confiança institucional do que aqueles com níveis mais altos, como sugere Putnam (1996). No entanto, isso não significa dizer que a última é consequência da confiança interpessoal, mas sim que ambas estão relacionadas. Já as variáveis de orgulho nacional e de interesse por política se mostraram significantes somente na confiança nos partidos políticos – menos orgulhosos e menos interessados apresentam mais baixa confiança do que os seus opostos -, de maneira semelhante aos resultados da pesquisa de Moisés e Carneiro (2008). Por fim, os cidadãos que não reconhecem a necessidade das instituições de representação política têm mais probabilidade de apresentar baixa confiança institucional do que aqueles que reconhecem, isso foi observado nos dois modelos.

Em síntese, as análises da presente pesquisa sugerem que a confiança nas instituições de representação política aqui analisadas, está associada às experiências – diretas e indiretas - dos cidadãos com elas e às suas preferências políticas. Avaliações negativas com relação ao desempenho das instituições e percepções da má conduta das mesmas – exemplificado nas denúncias de corrupção que saem anualmente - influem na

baixa confiança institucional. Este quadro somado aos déficits democráticos, e aos esforços muitas vezes insuficientes dos governos em solucionar estes problemas, marcam a experiência dos cidadãos brasileiros com o funcionamento do regime democrático, e explica, em certa medida, a baixa confiança nas instituições do regime. Todavia, apesar dos baixos níveis de confiança institucional expressados pelos cidadãos brasileiros os dados da pesquisa sugerem que este fenômeno não é indício de uma crise da democracia, mas sim da emergência de *cidadãos críticos*; tal qual como apontam os estudos de Newton (1999), Norris (1999). Como foi visto, tanto o apoio difuso à democracia como a melhor compreensão dos princípios do regime cresceu nos últimos anos, em contrapartida, preferências por lideranças políticas anti-democráticas – líder que resolva os problemas do país/ líder salvador – se mantém em patamares baixos. Isto sinaliza que conforme a experiência democrática avança no tempo e o regime se consolida, cresce a sua preferência entre o público brasileiro, ainda que este esteja insatisfeito e apresente baixa confiança nas principais instituições do regime. No entanto, o risco deste comportamento à democracia está no crescimento da desvalorização das instituições e da ausência de credibilidade nas mesmas, o que comprometem a própria representatividade e a qualidade do regime.

Com relação a segunda parte da nossa hipótese principal, de que a percepção da corrupção tem impacto no apoio a democracia quanto forma ideal de governo, ela também se confirmou. Os dados da pesquisa mostram que de maneira geral, os tipos de variáveis de cultura cívica e de experiência institucional foram novamente os mais relevantes - embora as variáveis específicas de cada tipo não tenham sido necessariamente as mesmas que obtiveram significância nos modelos da confiança.

Diferentemente do fenômeno da confiança, os dados da pesquisa sobre o apoio a democracia mostrou que as variáveis de avaliação do desempenho das instituições não foram tão importantes, com exceção da avaliação à Justiça. O mesmo vale para as variáveis de confiança, somente a confiança no governo se mostrou significativa. As variáveis mais significativas de experiência institucional foram as referentes à percepção da corrupção e do comportamento corrupto dos políticos, já as variáveis de cultura cívica relacionadas as preferências políticas dos cidadãos, como a preferência por regime político, se mostraram mais relevantes. Isto sugere que os aspectos associados ao apoio à democracia quanto

forma ideal de governo são distintos daqueles que estão associados à avaliação do desempenho das instituições – Congresso Nacional e partidos políticos - e a sua confiança. Essa conclusão vai na mesma direção do estudo de Meneguello (2007), a respeito da adesão democrática no país, apesar das diferenças metodológicas entre os dois estudos.

As análises da pesquisa também reforçam, em grande medida, as conclusões dos estudos de Della Porta (2000), Seligson (2001 e 2002) e Zéphyr (2008), isto é, de que a percepção da corrupção – ou a experiência com corrupção no caso dos dois últimos autores - impacta negativamente no apoio à democracia. Como foi visto, os entrevistados cuja a percepção da corrupção aumentou têm mais probabilidade de não apoiar a democracia do que aqueles que consideram que ela diminuiu. Todavia, ainda que a percepção não condiga com casos concretos, ficou claro que ela tem um importante impacto político na forma como os cidadãos pensam e agem com relação ao regime e suas instituições.

Contudo, apesar das crises econômicas e das sucessivas crises políticas provocadas, em parte, por denúncias de corrupção envolvendo membros da elite político-administrativa do país, que ocupam importantes cargos no Congresso Nacional e nos partidos políticos, a democracia brasileira, nos últimos 25 anos, tem passado por um processo de consolidação e crescente apoio popular. A maioria dos cidadãos brasileiros apesar de terem a percepção de que corrupção política aumentou, estarem insatisfeitos, desconfiarem das instituições democráticas – sobretudo das representativas – e avaliarem negativamente o desempenho das mesmas e do regime, apóiam à democracia como forma ideal de governo – como foi visto, este apoio inclusive cresceu nos últimos anos. Este cenário mostra a situação paradoxal que a democracia brasileira se encontra e atenta para o processo de deslegitimação do Congresso Nacional e dos partidos políticos.

Bibliografia

ABRAMO, Claudio W. 2005. Percepções pantanosas: a dificuldade de medir a corrupção. *Novos Estudos*, CEBRAP, nº73.

ABRANCHES, Sérgio. 1988. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. *Dados*. Rio de Janeiro, 31 (1).

ANASTASIA, Fátima; CASTRO, Mônica Mata Machado de; NUNES, Felipe. 2007. De lá pra cá: as condições e as instituições da democracia depois de 1988. In: MELO, Carlos Ranulfo; SÁEZ, Manuel Alcántara (Org.), *A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21*. Belo-Horizonte: Editora UFMG.

ANASTASIA, Fátima; SANTANA, Luciana. 2008. Sistema político. In: AVRITZER, Leonardo; BIGNOTTO, Newton; GUIMARÃES, Juarez; STARLING, Heloisa Maria (Org.), *Corrupção: ensaios e críticas*. Belo-Horizonte: Editora UFMG.

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. 1963. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press.

ARTURI, Carlos S. 2001. O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro. *Revista de sociologia e política*, Curitiba, nº17.

AVRITZER, Leonardo. 2008. Índices de percepção da corrupção. In: AVRITZER, Leonardo; BIGNOTTO, Newton; GUIMARÃES, Juarez; STARLING, Heloisa Maria (Org.), *Corrupção: ensaios e críticas*. Belo-Horizonte: Editora UFMG.

BEETHAM, David. 2004. Freedom as the foundation. The quality of democracy. *Journal of democracy*, v. 15, nº 4.

BOBBIO, Norberto. 1986. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. 2007. *Constituição da República Federativa do Brasil 1988*. Brasília: Centro de documentação e informação, 25ª Edição.

CARVALHO, José Murillo de. 2006. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

CERVellini, Silvia. 2007. Opinião pública, corrupção e ética: perspectivas latino-americanas. *Primeiro congresso latino-americano da WAPOR*, Opinión pública, conflicto social y orden político, Uruguay.

CINTRA, Antônio. 2004. O sistema de governo no Brasil. In: AVELAR, Lucia e CINTRA, Antonio O. (orgs). *O sistema político brasileiro: uma introdução*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer e Editora Unesp.

CINTRA, Antônio; LACOMBE, Marcelo B. 2004. A Câmara dos Deputados na Nova Republica: a visão da ciência política. In: AVELAR, Lucia e CINTRA, Antonio O. (orgs). *O sistema político brasileiro: uma introdução*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer e Editora Unesp.

COSTA, Valeriano. 2004. Federalismo: as relações intergovernamentais. In: AVELAR, Lucia e CINTRA, Antonio O. (orgs). *O sistema político brasileiro: uma introdução*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer e Editora Unesp.

CRUZ e MARTINS. 1983. De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da “abertura”. In: ALMEIDA, Maria Hermínia T. de; SORJ, Bernardo (orgs). *Sociedade e política no Brasil pós-1964*. São Paulo, Editora Brasiliense.

DAHL, Robert. 1997. *Poliarquia*. São Paulo: Edusp.

DALTON, Russell J. 1999. Political Support in Advanced Industrial Democracies. In: NORRIS, Pippa. *Critical citizens*. Oxford: Oxford University Press.

DELLA PORTA, Donnatella; MÉNY, Yves. 1997. *Democracy and corruption in Europe*. Pinter, London.

DELLA PORTA, Donnatella, VANNUCCI, Alberto. 1999. *Corrupt Exchanges: actors, resources, and mechanisms of political corruption*. Aldine de Gruyter, New York.

DELLA PORTA, Donnatella. 2000. Social capital, beliefs in government, and political corruption. In: PHARR, Susan J.; PUTNAM, Robert D. (eds), *Disaffected Democracies: What’s Troubling the Trilateral Countries?* Princeton: Princeton University Press.

DOGAN, Mattei. 2005. Erosion of confidence in third European democracies. In: *Political mistrust and discrediting of politicians*. Boston, Brill Leiden.

EASTON, David. 1965. *A systems analysis of political life*. New York: John Wiley and Sons.

ECKSTEIN, Harry. 1988. A culturalist theory of political change. *American Political Science Review*, v. 82, n° 4.

HALL, Peter; TAYLOR, Rosemary. 2003. As três versões do neo-institucionalismo. *Lua Nova*, n°58.

HARDIN, R. 1999. Do we want trust in government? In: WARREN, Mark (ed) *Democracy and trust*. Cambridge, Cambridge University Press.

HUNTINGTON, Samuel. 1994. *A Terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo, Ática.

INGLEHART, Ronald. 1988. The renaissance of Political Culture. *American Political Science Review*, v. 82, n° 4.

_____. 1993. Democratização em Perspectiva Global. *Opinião Pública*, v.1 n° 1.

_____. 1999. Trust, well-being and democracy. In: WARREN, Mark (ed) *Democracy and trust*. Cambridge, Cambridge University Press.

_____. 2000. Cultura e democracia. In: HUNTINGTON, Samuel (org) *A cultura importa*. Rio de Janeiro, editora Record.

JUNIOR, Olavo B. Lima. 1993. *Democracia e instituições políticas no Brasil dos anos 80*. São Paulo, Editora Loyola.

KINZO, Maria D'Alva. 2001. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. *São Paulo em perspectiva*, v. 15, n°4.

_____. 2004. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n° 54.

_____. 2005. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n° 57.

LAGOS, Marta. 2000. A máscara sorridente da América Latina. *Opinião Pública*, v. 6 n°1.

LAMOUNIER, Bolívar. 1999. Brazil: inequality against democracy. In: DIAMOND, Larry; HARTLYN, Jonathan; LINZ, Juan; LIPSET, Seymour. *Democracy in developing countries*. Lynne Rienner Publishers, London.

LANE, Ruth. 1992. Political culture: residual category or general theory? *Comparative Political Studies*, v. 25, n° 2.

LIMONGI, Fernando. 2006. A democracia no Brasil: presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. *Novos Estudos*, CEBRAP, n° 76.

LOPES, Denise N. 2004. Para pensar a Confiança e a Cultura Política na América Latina. *Opinião Pública*, v. 10, n°1.

MANIN, Bernard. 2006. *Los principios del gobierno representativo*. Madrid, Alianza.

MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan. 1999. *Democracy, accountability and representation*. Cambridge, Cambridge University Press.

MARSHALL, Thomas H. 1967. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro, Zahar.

MELO, Carlos Ranulfo. 2007. Nem tanto ao mar, nem tanto a terra: elementos para uma análise do sistema partidário brasileiro. In: MELO, Carlos Ranulfo; SÁEZ, Manuel Alcántara (Org.), *A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21*. Belo-Horizonte: Editora UFMG.

MENEGUELLO, Rachel. 1998. La transición democrática brasileña. In: BIELOUN, Silvia Dutrénit. *Huellas de las transiciones políticas: partidos y elecciones en América Latina*. Instituto Mora.

_____. 1999. Governo Sarney: dilemas e virtudes de uma transição negociada. *Secuencia*, n°44, mayo-agosto.

_____. 2006. Aspects of democratic performance: democratic adherence and regime evaluation in Brazil, 2002. *International Review of sociology*, v. 16, n° 3.

_____. 2007. Bases da adesão democrática: Brasil, 2002-2006. *Workshop on democracy and citizen distrust of public institutions: Brazil in comparative perspective*, Centre for Brazilian Studies, University of Oxford.

MILLER, A.H.; LISTHAUG, O. 1999. Political performance and institutional trust. In: NORRIS, Pippa. *Critical citizens*. Oxford: Oxford University Press.

MISHLER, William; ROSE, Richard. 2001. What are the origins of political trust? Testing institutional and cultural theories in post-communist societies. *Comparative political studies*, v. 34, n°1.

MOISÉS, José Álvaro. 1995. *Os Brasileiros e a Democracia*. São Paulo, Ática.

_____. 2005. A desconfiança nas instituições democráticas. *Revista Opinião Pública*, v. 11, n°1.

_____, 2008. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n° 66.

_____; CARNEIRO, Gabriela P. 2008. Democracia, desconfiança política e insatisfação com regime: o caso do Brasil. *Revista Opinião Pública*, v. 14, n°1.

MORLINO, Leonardo; DIAMOND, Larry. 2004. The quality of democracy: an overview. *Journal of democracy*, v. 15, n° 4.

MULLER, Edward N. e SELIGSON, Mitchell A. 1994. Civic culture and democracy: the question of causal relationship. *American Political Science Review*, v. 88, n° 3.

NEWTON, Kenneth. 1999. Social and political trust in established democracies. In: NORRIS, Pippa. *Critical citizens*. Oxford: Oxford University Press.

NICOLAU, Jairo. 1996. *Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-94)*. Rio de Janeiro, FGV.

NORRIS, Pippa. 1999. Institutional explanations for political support. In: NORRIS, Pippa. *Critical citizens*. Oxford: Oxford University Press.

NORRIS, Pippa; NEWTON, Kenneth. 2000. Confidence in public institutions: faith, culture, or performance? In: PHARR, Susan J.; PUTNAM, Robert D. (eds), *Disaffected Democracies: What's Troubling the Trilateral Countries?* Princeton: Princeton University Press.

O'DONELL, G. 1989. Transições, continuidades e alguns paradoxos. In: REIS, Fabio W. & O'DONELL, Guillermo. *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo, Vértice.

_____. 1998. Accountability horizontal e novas poliarquias. *Lua Nova*, São Paulo, n° 44.

_____. 1999. Teoria democrática e política comparada. *Dados*. Rio de Janeiro, v. 42, n°4.

_____. 2004a. Why the rule of law matters. *Journal of democracy*, v. 15, N° 4.

O'DONNELL, Guillermo; CULLELL, Jorge Vargas; IAZZENTTA, Osvaldo M. 2004b. *The quality of democracy*. Indiana, University of Notre Dame Press.

OFFE, Claus. 1999. How can we trust our fellow citizens? In: WARREN, Mark E. (ed.), *Democracy and Trust*. Cambridge: Cambridge University Press.

- PATEMAN, Carole. 1992. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- PHARR, Susan J. 2000. Officials' misconduct and public distrust: Japan and the trilateral democracies. In: PHARR, Susan J.; PUTNAM, Robert D. (eds), *Disaffected Democracies: What's Troubling the Trilateral Countries?* Princeton: Princeton University Press.
- PERUZZOTTI, Enrique. 2008. Accountability. In: AVRITZER, Leonardo; BIGNOTTO, Newton; GUIMARÃES, Juarez; STARLING, Heloisa Maria (Org.), *Corrupção: ensaios e críticas*. Belo-Horizonte, UFMG.
- POWER, Timothy J.; GONZALES, Júlio. 2003. Cultura política, capital social e percepções sobre corrupção: uma investigação quantitativa em nível mundial. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n° 21.
- _____; JAMISON, Giselle D. 2005. Desconfiança política na América Latina. *Revista Opinião Pública*, Campinas, v. 11, n° 1.
- PUTNAM, Robert. 1996. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro, FGV.
- RENNÓ, Lucio. 1998. *Teoria da Cultura Política: Vícios e Virtudes*. BIB, n° 45.
- _____. 2007. Escândalo e voto: as eleições presidenciais brasileiras de 2006. *Revista Opinião Pública*, v. 13, n°2.
- SCHUMPETER, Joseph. 1984. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- SELIGSON, Mitchell. 2001. *Transparency and Anti-Corruption Activities in Colombia: a Survey of citizen experiences*. Casals&Associates, Pittsburgh.
- _____. 2002. The impact of corruption on regime legitimacy: a comparative study of four Latin American countries. *Journal of politics*. Columbia, v. 64, n° 2.
- SOUZA, Maria C.C de. 1990. *Estado e partidos políticos no Brasil*. Alfa-Omega, São Paulo.
- SPECK, Bruno W. 1998. Fraude e corrupção como desafios para as democracias contemporâneas. In: *A democracia como projeto para o século XXI*, Fundação Konrad Adenauer, São Paulo, n° 17.
- _____. 2000. Mensurando a Corrupção: uma revisão de dados provenientes de pesquisas empíricas. In: *Os custos da corrupção*, Fundação Konrad Adenauer, São Paulo, n°10.
- SZTOMPKA, Piotr. 1999. *Trust: sociological theory*. Cambridge: Cambridge University Press.
- WARREN, Mark. 1999. Democratic theory and trust. In: WARREN, Mark (ed) *Democracy and trust*. Cambridge, Cambridge University Press.
- WARREN, Mark E. 2004. What does corruption mean in a democracy? *American Journal of Political Science*, v.48, n° 2.

WEFFORT, Francisco. 1992. *Novas democracias. Que democracias? Lua Nova*, São Paulo, n° 27.

ZÉPHYR, Dominique. 2008. Corruption and its impact on latin american democratic stability. In: *Challenges to democracy in latin America and the Caribbean: evidence from the americasbarometer 2006-2007*, Vanderbilt University Press.

**Anexo 1 - Cruzamentos e medidas de associação entre as variáveis analisadas
(Pesquisa: A Desconfiança dos cidadãos nas instituições democráticas 2006)**

Tabela 3.3.1: Cruzamento Confiança no Congresso Nacional x Faixa de Renda Mensal Familiar

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error ^a	Approx. T ^b	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Contingency Coefficient	,117			,013
Ordinal by Ordinal	Kendall's tau-b	-,070	,020	-3,533	,000
N of Valid Cases		1820			

a. Not assuming the null hypothesis.

b. Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Crosstab

		FAIXA DE RENDA MENSAL FAMILIAR					Total
		Até R\$ 520,00	De R\$ 520,01 até R\$ 780,00	De R\$ 780,01 até R\$ 1. 300,00	De R\$ 1. 300,01 até R\$ 2. 600,00	Mais de R\$ 2. 600,01	
Nenhuma confiança	Count	162	93	136	74	28	493
	% within CONF.4. NO CONGRESSO NACIONAL;	32,9%	18,9%	27,6%	15,0%	5,7%	100,0%
	% within FAIXA DE RENDA MENSAL FAMILIAR	24,2%	25,5%	31,2%	28,9%	29,5%	27,1%
	% of Total	8,9%	5,1%	7,5%	4,1%	1,5%	27,1%
Pouca confiança	Count	301	163	199	124	42	829
	% within CONF.4. NO CONGRESSO NACIONAL;	36,3%	19,7%	24,0%	15,0%	5,1%	100,0%
	% within FAIXA DE RENDA MENSAL FAMILIAR	45,0%	44,8%	45,6%	48,4%	44,2%	45,5%
	% of Total	16,5%	9,0%	10,9%	6,8%	2,3%	45,5%
Alguma confiança	Count	165	84	91	51	24	415
	% within CONF.4. NO CONGRESSO NACIONAL;	39,8%	20,2%	21,9%	12,3%	5,8%	100,0%
	% within FAIXA DE RENDA MENSAL FAMILIAR	24,7%	23,1%	20,9%	19,9%	25,3%	22,8%
	% of Total	9,1%	4,6%	5,0%	2,8%	1,3%	22,8%
Muita confiança	Count	41	24	10	7	1	83
	% within CONF.4. NO CONGRESSO NACIONAL;	49,4%	28,9%	12,0%	8,4%	1,2%	100,0%
	% within FAIXA DE RENDA MENSAL FAMILIAR	6,1%	6,6%	2,3%	2,7%	1,1%	4,6%
	% of Total	2,3%	1,3%	,5%	,4%	,1%	4,6%
Total	Count	669	364	436	256	95	1820
	% within CONF.4. NO CONGRESSO NACIONAL;	36,8%	20,0%	24,0%	14,1%	5,2%	100,0%
	% within FAIXA DE RENDA MENSAL FAMILIAR	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% of Total	36,8%	20,0%	24,0%	14,1%	5,2%	100,0%

Tabela 3.3.1: Cruzamento Confiança no Congresso Nacional X Faixa Etária

Symmetric Measures

	Value	Asymp. Std. Error ^a	Approx. T ^b	Approx. Sig.
Nominal by Nominal Contingency Coefficient	,152			,000
Ordinal by Ordinal Kendall's tau-b	,086	,019	4,521	,000
N of Valid Cases	1983			

a. Not assuming the null hypothesis.

b. Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Crosstab

		FAIXA ETÁRIA					Total
		De 16 a 24 anos	De 25 a 34 anos	De 35 a 44 anos	De 45 a 59 anos	De 60 anos ou mais	
Nenhuma confiança	Count	110	149	114	107	50	530
	% within CONF.4. NO CONGRESSO NACIONAL;	20,8%	28,1%	21,5%	20,2%	9,4%	100,0%
	% within FAIXA ETÁRIA	27,2%	30,7%	27,8%	25,4%	19,2%	26,7%
	% of Total	5,5%	7,5%	5,7%	5,4%	2,5%	26,7%
Pouca confiança	Count	193	242	185	181	110	911
	% within CONF.4. NO CONGRESSO NACIONAL;	21,2%	26,6%	20,3%	19,9%	12,1%	100,0%
	% within FAIXA ETÁRIA	47,7%	49,8%	45,1%	43,0%	42,1%	45,9%
	% of Total	9,7%	12,2%	9,3%	9,1%	5,5%	45,9%
Alguma confiança	Count	83	82	97	111	76	449
	% within CONF.4. NO CONGRESSO NACIONAL;	18,5%	18,3%	21,6%	24,7%	16,9%	100,0%
	% within FAIXA ETÁRIA	20,5%	16,9%	23,7%	26,4%	29,1%	22,6%
	% of Total	4,2%	4,1%	4,9%	5,6%	3,8%	22,6%
Muita confiança	Count	19	13	14	22	25	93
	% within CONF.4. NO CONGRESSO NACIONAL;	20,4%	14,0%	15,1%	23,7%	26,9%	100,0%
	% within FAIXA ETÁRIA	4,7%	2,7%	3,4%	5,2%	9,6%	4,7%
	% of Total	1,0%	,7%	,7%	1,1%	1,3%	4,7%
Total	Count	405	486	410	421	261	1983
	% within CONF.4. NO CONGRESSO NACIONAL;	20,4%	24,5%	20,7%	21,2%	13,2%	100,0%
	% within FAIXA ETÁRIA	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% of Total	20,4%	24,5%	20,7%	21,2%	13,2%	100,0%

Tabela 3.3.1: Cruzamento Confiança no Congresso Nacional x Grau de instrução

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error ^a	Approx. T ^b	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Contingency Coefficient	,114			,000
Ordinal by Ordinal	Kendall's tau-b	-,090	,020	-4,527	,000
N of Valid Cases		1983			

a. Not assuming the null hypothesis.

b. Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Crosstab

		Grau de Instrução			Total
		Fundamental	Médio	Superior	
Nenhuma confiança	Count	296	166	68	530
	% within CONF.4. NO CONGRESSO NACIONAL;	55,8%	31,3%	12,8%	100,0%
	% within Grau de Instrução	24,6%	29,0%	32,7%	26,7%
	% of Total	14,9%	8,4%	3,4%	26,7%
Pouca confiança	Count	537	276	98	911
	% within CONF.4. NO CONGRESSO NACIONAL;	58,9%	30,3%	10,8%	100,0%
	% within Grau de Instrução	44,7%	48,2%	47,1%	45,9%
	% of Total	27,1%	13,9%	4,9%	45,9%
Alguma confiança	Count	298	110	41	449
	% within CONF.4. NO CONGRESSO NACIONAL;	66,4%	24,5%	9,1%	100,0%
	% within Grau de Instrução	24,8%	19,2%	19,7%	22,6%
	% of Total	15,0%	5,5%	2,1%	22,6%
Muita confiança	Count	71	21	1	93
	% within CONF.4. NO CONGRESSO NACIONAL;	76,3%	22,6%	1,1%	100,0%
	% within Grau de Instrução	5,9%	3,7%	,5%	4,7%
	% of Total	3,6%	1,1%	,1%	4,7%
Total	Count	1202	573	208	1983
	% within CONF.4. NO CONGRESSO NACIONAL;	60,6%	28,9%	10,5%	100,0%
	% within Grau de Instrução	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% of Total	60,6%	28,9%	10,5%	100,0%

Tabela 3.3.1: Cruzamento Confiança no Congresso Nacional x Sexo

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error ^a	Approx. T ^b	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Contingency Coefficient	,034			,516
Ordinal by Ordinal	Kendall's tau-b	,011	,021	,525	,600
N of Valid Cases		1983			

a. Not assuming the null hypothesis.

b. Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Crosstab

		SEXO		Total
		Masculino	Feminino	
Nenhuma confiança	Count	262	268	530
	% within CONF.4. NO CONGRESSO NACIONAL;	49,4%	50,6%	100,0%
	% within SEXO	27,2%	26,3%	26,7%
	% of Total	13,2%	13,5%	26,7%
Pouca confiança	Count	445	466	911
	% within CONF.4. NO CONGRESSO NACIONAL;	48,8%	51,2%	100,0%
	% within SEXO	46,2%	45,7%	45,9%
	% of Total	22,4%	23,5%	45,9%
Alguma confiança	Count	207	242	449
	% within CONF.4. NO CONGRESSO NACIONAL;	46,1%	53,9%	100,0%
	% within SEXO	21,5%	23,7%	22,6%
	% of Total	10,4%	12,2%	22,6%
Muita confiança	Count	50	43	93
	% within CONF.4. NO CONGRESSO NACIONAL;	53,8%	46,2%	100,0%
	% within SEXO	5,2%	4,2%	4,7%
	% of Total	2,5%	2,2%	4,7%
Total	Count	964	1019	1983
	% within CONF.4. NO CONGRESSO NACIONAL;	48,6%	51,4%	100,0%
	% within SEXO	100,0%	100,0%	100,0%
	% of Total	48,6%	51,4%	100,0%

Tabela 3.3.1: Cruzamento Confiança nos Congresso Nacional x Religião

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error ^a	Approx. T ^b	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Contingency Coefficient	,139			,000
Ordinal by Ordinal	Kendall's tau-b	-,058	,021	-2,770	,006
N of Valid Cases		1971			

a. Not assuming the null hypothesis.

b. Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Crosstab

		SE.2 Agora vou ler uma lista de religiões para que Você indique qual delas é a sua?				Total
		Católica	Protestante	Outros	Não tem religião	
Nenhuma confiança	Count	324	109	32	58	523
	% within CONF.4. NO CONGRESSO NACIONAL;	62,0%	20,8%	6,1%	11,1%	100,0%
	% within SE.2	24,5%	24,9%	43,8%	42,6%	26,5%
	% of Total	16,4%	5,5%	1,6%	2,9%	26,5%
Pouca confiança	Count	631	202	22	52	907
	% within CONF.4. NO CONGRESSO NACIONAL;	69,6%	22,3%	2,4%	5,7%	100,0%
	% within SE.2	47,7%	46,1%	30,1%	38,2%	46,0%
	% of Total	32,0%	10,2%	1,1%	2,6%	46,0%
Alguma confiança	Count	306	103	19	20	448
	% within CONF.4. NO CONGRESSO NACIONAL;	68,3%	23,0%	4,2%	4,5%	100,0%
	% within SE.2	23,1%	23,5%	26,0%	14,7%	22,7%
	% of Total	15,5%	5,2%	1,0%	1,0%	22,7%
Muita confiança	Count	63	24	0	6	93
	% within CONF.4. NO CONGRESSO NACIONAL;	67,7%	25,8%	,0%	6,5%	100,0%
	% within SE.2	4,8%	5,5%	,0%	4,4%	4,7%
	% of Total	3,2%	1,2%	,0%	,3%	4,7%
Total	Count	1324	438	73	136	1971
	% within CONF.4. NO CONGRESSO NACIONAL;	67,2%	22,2%	3,7%	6,9%	100,0%
	% within SE.2	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% of Total	67,2%	22,2%	3,7%	6,9%	100,0%

Tabela 3.3.2: Cruzamento Confiança no Congresso Nacional x Área

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error ^a	Approx. T ^b	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Contingency Coefficient	,132			,000
Ordinal by Ordinal	Kendall's tau-b	,112	,020	5,609	,000
N of Valid Cases		1983			

a. Not assuming the null hypothesis.

b. Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Crosstab

		area			Total
		CAPITAL	RM	INTERIOR	
Nenhuma confiança	Count	163	81	286	530
	% within CONF.4. NO CONGRESSO NACIONAL;	30,8%	15,3%	54,0%	100,0%
	% within area	34,3%	30,8%	23,0%	26,7%
	% of Total	8,2%	4,1%	14,4%	26,7%
Pouca confiança	Count	219	108	584	911
	% within CONF.4. NO CONGRESSO NACIONAL;	24,0%	11,9%	64,1%	100,0%
	% within area	46,1%	41,1%	46,9%	45,9%
	% of Total	11,0%	5,4%	29,5%	45,9%
Alguma confiança	Count	78	64	307	449
	% within CONF.4. NO CONGRESSO NACIONAL;	17,4%	14,3%	68,4%	100,0%
	% within area	16,4%	24,3%	24,7%	22,6%
	% of Total	3,9%	3,2%	15,5%	22,6%
Muita confiança	Count	15	10	68	93
	% within CONF.4. NO CONGRESSO NACIONAL;	16,1%	10,8%	73,1%	100,0%
	% within area	3,2%	3,8%	5,5%	4,7%
	% of Total	,8%	,5%	3,4%	4,7%
Total	Count	475	263	1245	1983
	% within CONF.4. NO CONGRESSO NACIONAL;	24,0%	13,3%	62,8%	100,0%
	% within area	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% of Total	24,0%	13,3%	62,8%	100,0%

Tabela 3.3.3: Cruzamento Confiança nos Partidos Políticos x Faixa de Renda Mensal Familiar

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error ^a	Approx. T ^b	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Contingency Coefficient	,120			,008
Ordinal by Ordinal	Kendall's tau-b	-,028	,020	-1,409	,159
N of Valid Cases		1831			

a. Not assuming the null hypothesis.

b. Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Crosstab

		FAIXA DE RENDA MENSAL FAMILIAR					Total
		Até R\$ 520,00	De R\$ 520,01 até R\$ 780,00	De R\$ 780,01 até R\$ 1.300,00	De R\$ 1.300,01 até R\$ 2.600,00	Mais de R\$ 2.600,01	
Nenhuma confiança	Count	241	140	177	87	35	680
	% within CONF.4. NOS PARTIDOS POLÍTICOS;	35,4%	20,6%	26,0%	12,8%	5,1%	100,0%
	% within FAIXA DE RENDA MENSAL FAMILIAR	35,6%	38,6%	40,2%	34,0%	36,8%	37,1%
	% of Total	13,2%	7,6%	9,7%	4,8%	1,9%	37,1%
Pouca confiança	Count	291	154	187	128	43	803
	% within CONF.4. NOS PARTIDOS POLÍTICOS;	36,2%	19,2%	23,3%	15,9%	5,4%	100,0%
	% within FAIXA DE RENDA MENSAL FAMILIAR	43,0%	42,4%	42,5%	50,0%	45,3%	43,9%
	% of Total	15,9%	8,4%	10,2%	7,0%	2,3%	43,9%
Alguma confiança	Count	128	54	75	39	16	312
	% within CONF.4. NOS PARTIDOS POLÍTICOS;	41,0%	17,3%	24,0%	12,5%	5,1%	100,0%
	% within FAIXA DE RENDA MENSAL FAMILIAR	18,9%	14,9%	17,0%	15,2%	16,8%	17,0%
	% of Total	7,0%	2,9%	4,1%	2,1%	,9%	17,0%
Muita confiança	Count	17	15	1	2	1	36
	% within CONF.4. NOS PARTIDOS POLÍTICOS;	47,2%	41,7%	2,8%	5,6%	2,8%	100,0%
	% within FAIXA DE RENDA MENSAL FAMILIAR	2,5%	4,1%	,2%	,8%	1,1%	2,0%
	% of Total	,9%	,8%	,1%	,1%	,1%	2,0%
Total	Count	677	363	440	256	95	1831
	% within CONF.4. NOS PARTIDOS POLÍTICOS;	37,0%	19,8%	24,0%	14,0%	5,2%	100,0%
	% within FAIXA DE RENDA MENSAL FAMILIAR	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% of Total	37,0%	19,8%	24,0%	14,0%	5,2%	100,0%

Tabela 3.3.3: Cruzamento Confiança nos Partidos Políticos X Faixa Etária

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error ^a	Approx. T ^b	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Contingency Coefficient	,155			,000
Ordinal by Ordinal	Kendall's tau-b	,061	,019	3,250	,001
N of Valid Cases		1995			

a. Not assuming the null hypothesis.

b. Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Crosstab

		FAIXA ETÁRIA					Total
		De 16 a 24 anos	De 25 a 34 anos	De 35 a 44 anos	De 45 a 59 anos	De 60 anos ou mais	
Nenhuma confiança	Count	144	197	161	158	74	734
	% within CONF.4. NOS PARTIDOS POLÍTICOS;	19,6%	26,8%	21,9%	21,5%	10,1%	100,0%
	% within FAIXA ETÁRIA	35,4%	40,5%	39,1%	37,2%	28,0%	36,8%
	% of Total	7,2%	9,9%	8,1%	7,9%	3,7%	36,8%
Pouca confiança	Count	195	228	167	170	122	882
	% within CONF.4. NOS PARTIDOS POLÍTICOS;	22,1%	25,9%	18,9%	19,3%	13,8%	100,0%
	% within FAIXA ETÁRIA	47,9%	46,8%	40,5%	40,0%	46,2%	44,2%
	% of Total	9,8%	11,4%	8,4%	8,5%	6,1%	44,2%
Alguma confiança	Count	61	58	76	90	53	338
	% within CONF.4. NOS PARTIDOS POLÍTICOS;	18,0%	17,2%	22,5%	26,6%	15,7%	100,0%
	% within FAIXA ETÁRIA	15,0%	11,9%	18,4%	21,2%	20,1%	16,9%
	% of Total	3,1%	2,9%	3,8%	4,5%	2,7%	16,9%
Muita confiança	Count	7	4	8	7	15	41
	% within CONF.4. NOS PARTIDOS POLÍTICOS;	17,1%	9,8%	19,5%	17,1%	36,6%	100,0%
	% within FAIXA ETÁRIA	1,7%	,8%	1,9%	1,6%	5,7%	2,1%
	% of Total	,4%	,2%	,4%	,4%	,8%	2,1%
Total	Count	407	487	412	425	264	1995
	% within CONF.4. NOS PARTIDOS POLÍTICOS;	20,4%	24,4%	20,7%	21,3%	13,2%	100,0%
	% within FAIXA ETÁRIA	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% of Total	20,4%	24,4%	20,7%	21,3%	13,2%	100,0%

Tabela 3.3.3: Cruzamento Confiança nos Partidos Políticos x Grau de instrução

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error ^a	Approx. T ^b	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Contingency Coefficient	,099			,003
Ordinal by Ordinal	Kendall's tau-b	-,070	,020	-3,462	,001
N of Valid Cases		1995			

a. Not assuming the null hypothesis.

b. Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Crosstab

		Grau de Instrução			Total
		Fundamental	Médio	Superior	
Nenhuma confiança	Count	423	224	87	734
	% within CONF.4. NOS PARTIDOS POLÍTICOS;	57,6%	30,5%	11,9%	100,0%
	% within Grau de Instrução	34,8%	39,1%	41,8%	36,8%
	% of Total	21,2%	11,2%	4,4%	36,8%
Pouca confiança	Count	530	263	89	882
	% within CONF.4. NOS PARTIDOS POLÍTICOS;	60,1%	29,8%	10,1%	100,0%
	% within Grau de Instrução	43,7%	45,9%	42,8%	44,2%
	% of Total	26,6%	13,2%	4,5%	44,2%
Alguma confiança	Count	226	81	31	338
	% within CONF.4. NOS PARTIDOS POLÍTICOS;	66,9%	24,0%	9,2%	100,0%
	% within Grau de Instrução	18,6%	14,1%	14,9%	16,9%
	% of Total	11,3%	4,1%	1,6%	16,9%
Muita confiança	Count	35	5	1	41
	% within CONF.4. NOS PARTIDOS POLÍTICOS;	85,4%	12,2%	2,4%	100,0%
	% within Grau de Instrução	2,9%	,9%	,5%	2,1%
	% of Total	1,8%	,3%	,1%	2,1%
Total	Count	1214	573	208	1995
	% within CONF.4. NOS PARTIDOS POLÍTICOS;	60,9%	28,7%	10,4%	100,0%
	% within Grau de Instrução	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% of Total	60,9%	28,7%	10,4%	100,0%

Tabela 3.3.3: Cruzamento Confiança nos Partidos Políticos x Sexo

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error ^a	Approx. T ^b	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Contingency Coefficient	,027			,702
Ordinal by Ordinal	Kendall's tau-b	-,011	,021	-,528	,598
N of Valid Cases		1995			

a. Not assuming the null hypothesis.

b. Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Crosstab

		SEXO		Total
		Masculino	Feminino	
Nenhuma confiança	Count	346	388	734
	% within CONF.4. NOS PARTIDOS POLÍTICOS;	47,1%	52,9%	100,0%
	% within SEXO	35,8%	37,7%	36,8%
	% of Total	17,3%	19,4%	36,8%
Pouca confiança	Count	439	443	882
	% within CONF.4. NOS PARTIDOS POLÍTICOS;	49,8%	50,2%	100,0%
	% within SEXO	45,4%	43,1%	44,2%
	% of Total	22,0%	22,2%	44,2%
Alguma confiança	Count	160	178	338
	% within CONF.4. NOS PARTIDOS POLÍTICOS;	47,3%	52,7%	100,0%
	% within SEXO	16,6%	17,3%	16,9%
	% of Total	8,0%	8,9%	16,9%
Muita confiança	Count	21	20	41
	% within CONF.4. NOS PARTIDOS POLÍTICOS;	51,2%	48,8%	100,0%
	% within SEXO	2,2%	1,9%	2,1%
	% of Total	1,1%	1,0%	2,1%
Total	Count	966	1029	1995
	% within CONF.4. NOS PARTIDOS POLÍTICOS;	48,4%	51,6%	100,0%
	% within SEXO	100,0%	100,0%	100,0%
	% of Total	48,4%	51,6%	100,0%

Tabela 3.3.3: Cruzamento Confiança nos Partidos Políticos x Religião

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error ^a	Approx. T ^b	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Contingency Coefficient	,083			,133
Ordinal by Ordinal	Kendall's tau-b	-,047	,020	-2,284	,022
N of Valid Cases		1983			

a. Not assuming the null hypothesis.

b. Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Crosstab

		SE.2 Agora vou ler uma lista de religiões para que Você indique qual delas é a sua?				Total
		Católica	Protestante	Outros	Não tem religião	
Nenhuma confiança	Count	469	166	32	62	729
	% within CONF.4. NOS PARTIDOS POLÍTICOS;	64,3%	22,8%	4,4%	8,5%	100,0%
	% within SE.2	35,3%	37,5%	43,8%	45,3%	36,8%
	% of Total	23,7%	8,4%	1,6%	3,1%	36,8%
Pouca confiança	Count	597	199	26	55	877
	% within CONF.4. NOS PARTIDOS POLÍTICOS;	68,1%	22,7%	3,0%	6,3%	100,0%
	% within SE.2	44,9%	44,9%	35,6%	40,1%	44,2%
	% of Total	30,1%	10,0%	1,3%	2,8%	44,2%
Alguma confiança	Count	238	65	15	18	336
	% within CONF.4. NOS PARTIDOS POLÍTICOS;	70,8%	19,3%	4,5%	5,4%	100,0%
	% within SE.2	17,9%	14,7%	20,5%	13,1%	16,9%
	% of Total	12,0%	3,3%	,8%	,9%	16,9%
Muita confiança	Count	26	13	0	2	41
	% within CONF.4. NOS PARTIDOS POLÍTICOS;	63,4%	31,7%	,0%	4,9%	100,0%
	% within SE.2	2,0%	2,9%	,0%	1,5%	2,1%
	% of Total	1,3%	,7%	,0%	,1%	2,1%
Total	Count	1330	443	73	137	1983
	% within CONF.4. NOS PARTIDOS POLÍTICOS;	67,1%	22,3%	3,7%	6,9%	100,0%
	% within SE.2	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% of Total	67,1%	22,3%	3,7%	6,9%	100,0%

Tabela 3.3.4: Cruzamento Confiança nos Partidos Políticos x Área

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error ^a	Approx. T ^b	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Contingency Coefficient	,110			,000
Ordinal by Ordinal	Kendall's tau-b	,090	,020	4,505	,000
N of Valid Cases		1995			

a. Not assuming the null hypothesis.

b. Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Crosstab

		area			Total
		CAPITAL	RM	INTERIOR	
Nenhuma confiança	Count	206	106	422	734
	% within CONF.4. NOS PARTIDOS POLÍTICOS;	28,1%	14,4%	57,5%	100,0%
	% within area	43,2%	40,2%	33,7%	36,8%
	% of Total	10,3%	5,3%	21,2%	36,8%
Pouca confiança	Count	206	107	569	882
	% within CONF.4. NOS PARTIDOS POLÍTICOS;	23,4%	12,1%	64,5%	100,0%
	% within area	43,2%	40,5%	45,4%	44,2%
	% of Total	10,3%	5,4%	28,5%	44,2%
Alguma confiança	Count	61	48	229	338
	% within CONF.4. NOS PARTIDOS POLÍTICOS;	18,0%	14,2%	67,8%	100,0%
	% within area	12,8%	18,2%	18,3%	16,9%
	% of Total	3,1%	2,4%	11,5%	16,9%
Muita confiança	Count	4	3	34	41
	% within CONF.4. NOS PARTIDOS POLÍTICOS;	9,8%	7,3%	82,9%	100,0%
	% within area	,8%	1,1%	2,7%	2,1%
	% of Total	,2%	,2%	1,7%	2,1%
Total	Count	477	264	1254	1995
	% within CONF.4. NOS PARTIDOS POLÍTICOS;	23,9%	13,2%	62,9%	100,0%
	% within area	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% of Total	23,9%	13,2%	62,9%	100,0%

**Tabela 3.4.1: Cruzamento Confiança Institucional no Congresso Nacional X
Confiança Interpessoal**

Symmetric Measures

		Value	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Contingency Coefficient	,083	,003
N of Valid Cases		1981	

- a. Not assuming the null hypothesis.
- b. Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

		CONF.1. Você acha que se pode confiar na maioria das pessoas ou, pelo contrário, que todo cuidado é pouco no trato com os outros?		
		Podemos confiar na maioria das pessoas	Todo cuidado é pouco no trato com os outros	Total
Muita confiança	Count	10	83	93
	% within CONF.4. NO CONGRESSO NACIONAL	10,8%	89,2%	100,0%
	% within CONF.1.	11,6%	4,4%	4,7%
	% of Total	,5%	4,2%	4,7%
Alguma confiança	Count	25	423	448
	% within CONF.4. NO CONGRESSO NACIONAL	5,6%	94,4%	100,0%
	% within CONF.1.	29,1%	22,3%	22,6%
	% of Total	1,3%	21,4%	22,6%
Pouca confiança	Count	35	876	911
	% within CONF.4. NO CONGRESSO NACIONAL	3,8%	96,2%	100,0%
	% within CONF.1.	40,7%	46,2%	46,0%
	% of Total	1,8%	44,2%	46,0%
Nenhuma confiança	Count	16	513	529
	% within CONF.4. NO CONGRESSO NACIONAL	3,0%	97,0%	100,0%
	% within CONF.1.	18,6%	27,1%	26,7%
	% of Total	,8%	25,9%	26,7%
Total	Count	86	1895	1981
	% within CONF.4. NO CONGRESSO NACIONAL	4,3%	95,7%	100,0%
	% within CONF.1.	100,0%	100,0%	100,0%
	% of Total	4,3%	95,7%	100,0%

Tabela 3.4.1: Cruzamento Confiança Institucional nos Partidos Políticos X Confiança Interpessoal

Symmetric Measures

		Value	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Contingency Coefficient	,118	,000
N of Valid Cases		1993	

- a. Not assuming the null hypothesis.
- b. Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

		CONF.1. Você acha que se pode confiar na maioria das pessoas ou, pelo contrário, que todo cuidado é pouco no trato com os outros?		
		Podemos confiar na maioria das pessoas	Todo cuidado é pouco no trato com os outros	Total
Muita confiança	Count	8	33	41
	% within CONF.4. NOS PARTIDOS POLÍTICOS	19,5%	80,5%	100,0%
	% within CONF.1.	9,2%	1,7%	2,1%
	% of Total	,4%	1,7%	2,1%
Alguma confiança	Count	17	320	337
	% within CONF.4. NOS PARTIDOS POLÍTICOS	5,0%	95,0%	100,0%
	% within CONF.1.	19,5%	16,8%	16,9%
	% of Total	,9%	16,1%	16,9%
Pouca confiança	Count	42	840	882
	% within CONF.4. NOS PARTIDOS POLÍTICOS	4,8%	95,2%	100,0%
	% within CONF.1.	48,3%	44,1%	44,3%
	% of Total	2,1%	42,1%	44,3%
Nenhuma confiança	Count	20	713	733
	% within CONF.4. NOS PARTIDOS POLÍTICOS	2,7%	97,3%	100,0%
	% within CONF.1.	23,0%	37,4%	36,8%
	% of Total	1,0%	35,8%	36,8%
Total	Count	87	1906	1993
	% within CONF.4. NOS PARTIDOS POLÍTICOS	4,4%	95,6%	100,0%
	% within CONF.1.	100,0%	100,0%	100,0%
	% of Total	4,4%	95,6%	100,0%

Tabela 3.5.1: Cruzamento percepção da corrupção X faixa de renda mensal familiar

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error ^a	Approx. T ^b	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Contingency Coefficient	,109			,141
Ordinal by Ordinal	Kendall's tau-b	,075	,020	3,790	,000
N of Valid Cases		1821			

a. Not assuming the null hypothesis.

b. Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Crosstab

		FAIXA DE RENDA MENSAL FAMILIAR					Total
		Até R\$ 520,00	De R\$ 520,01 até R\$ 780,00	De R\$ 780,01 até R\$ 1.300,00	De R\$ 1.300,01 até R\$ 2.600,00	Mais de R\$ 2.600,01	
Diminuiu muito	Count	3	1	3	2	0	9
	% within CORRUP.2.	33,3%	11,1%	33,3%	22,2%	,0%	100,0%
	% within FAIXA DE RENDA MENSAL FAMILIAR	,4%	,3%	,7%	,8%	,0%	,5%
	% of Total	,2%	,1%	,2%	,1%	,0%	,5%
Diminuiu pouco	Count	68	36	32	12	4	152
	% within CORRUP.2.	44,7%	23,7%	21,1%	7,9%	2,6%	100,0%
	% within FAIXA DE RENDA MENSAL FAMILIAR	10,1%	9,9%	7,3%	4,7%	4,3%	8,3%
	% of Total	3,7%	2,0%	1,8%	,7%	,2%	8,3%
Permaneceu igual	Count	80	37	41	25	12	195
	% within CORRUP.2.	41,0%	19,0%	21,0%	12,8%	6,2%	100,0%
	% within FAIXA DE RENDA MENSAL FAMILIAR	11,9%	10,2%	9,3%	9,8%	12,9%	10,7%
	% of Total	4,4%	2,0%	2,3%	1,4%	,7%	10,7%
Aumentou pouco	Count	147	82	86	47	16	378
	% within CORRUP.2.	38,9%	21,7%	22,8%	12,4%	4,2%	100,0%
	% within FAIXA DE RENDA MENSAL FAMILIAR	21,9%	22,7%	19,5%	18,5%	17,2%	20,8%
	% of Total	8,1%	4,5%	4,7%	2,6%	,9%	20,8%
Aumentou muito	Count	374	206	278	168	61	1087
	% within CORRUP.2.	34,4%	19,0%	25,6%	15,5%	5,6%	100,0%
	% within FAIXA DE RENDA MENSAL FAMILIAR	55,7%	56,9%	63,2%	66,1%	65,6%	59,7%
	% of Total	20,5%	11,3%	15,3%	9,2%	3,3%	59,7%
Total	Count	672	362	440	254	93	1821
	% within CORRUP.2.	36,9%	19,9%	24,2%	13,9%	5,1%	100,0%
	% within FAIXA DE RENDA MENSAL FAMILIAR	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% of Total	36,9%	19,9%	24,2%	13,9%	5,1%	100,0%

Tabela 3.5.1: Cruzamento percepção da corrupção X faixa etária

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error ^a	Approx. T ^b	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Contingency Coefficient	,098			,261
Ordinal by Ordinal	Kendall's tau-b	,001	,019	,043	,965
N of Valid Cases		1982			

a. Not assuming the null hypothesis.

b. Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Crosstab

		FAIXA ETÁRIA					Total
		De 16 a 24 anos	De 25 a 34 anos	De 35 a 44 anos	De 45 a 59 anos	De 60 anos ou mais	
Diminuiu muito	Count	1	2	1	3	3	10
	% within CORRUP.2	10,0%	20,0%	10,0%	30,0%	30,0%	100,0%
	% within FAIXA ETÁRIA	,2%	,4%	,2%	,7%	1,1%	,5%
	% of Total	,1%	,1%	,1%	,2%	,2%	,5%
Diminuiu pouco	Count	36	42	36	30	19	163
	% within CORRUP.2	22,1%	25,8%	22,1%	18,4%	11,7%	100,0%
	% within FAIXA ETÁRIA	8,9%	8,6%	8,8%	7,1%	7,3%	8,2%
	% of Total	1,8%	2,1%	1,8%	1,5%	1,0%	8,2%
Permaneceu igual	Count	39	44	39	48	33	203
	% within CORRUP.2	19,2%	21,7%	19,2%	23,6%	16,3%	100,0%
	% within FAIXA ETÁRIA	9,6%	9,0%	9,6%	11,4%	12,6%	10,2%
	% of Total	2,0%	2,2%	2,0%	2,4%	1,7%	10,2%
Aumentou pouco	Count	96	102	84	69	65	416
	% within CORRUP.2	23,1%	24,5%	20,2%	16,6%	15,6%	100,0%
	% within FAIXA ETÁRIA	23,7%	20,9%	20,6%	16,4%	24,9%	21,0%
	% of Total	4,8%	5,1%	4,2%	3,5%	3,3%	21,0%
Aumentou muito	Count	233	297	248	271	141	1190
	% within CORRUP.2	19,6%	25,0%	20,8%	22,8%	11,8%	100,0%
	% within FAIXA ETÁRIA	57,5%	61,0%	60,8%	64,4%	54,0%	60,0%
	% of Total	11,8%	15,0%	12,5%	13,7%	7,1%	60,0%
Total	Count	405	487	408	421	261	1982
	% within CORRUP.2	20,4%	24,6%	20,6%	21,2%	13,2%	100,0%
	% within FAIXA ETÁRIA	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% of Total	20,4%	24,6%	20,6%	21,2%	13,2%	100,0%

Tabela 3.5.1: Cruzamento percepção da corrupção X grau de instrução

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error ^a	Approx. T ^b	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Contingency Coefficient	,120			,000
Ordinal by Ordinal	Kendall's tau-b	,094	,020	4,782	,000
N of Valid Cases		1982			

a. Not assuming the null hypothesis.

b. Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Crosstab

		Grau de Instrução			Total
		Fundamental	Médio	Superior	
Diminuiu muito	Count	8	1	1	10
	% within CORRUP.2.	80,0%	10,0%	10,0%	100,0%
	% within Grau de Instrução	,7%	,2%	,5%	,5%
	% of Total	,4%	,1%	,1%	,5%
Diminuiu pouco	Count	118	41	4	163
	% within CORRUP.2.	72,4%	25,2%	2,5%	100,0%
	% within Grau de Instrução	9,8%	7,2%	1,9%	8,2%
	% of Total	6,0%	2,1%	,2%	8,2%
Permaneceu igual	Count	127	60	16	203
	% within CORRUP.2.	62,6%	29,6%	7,9%	100,0%
	% within Grau de Instrução	10,6%	10,5%	7,7%	10,2%
	% of Total	6,4%	3,0%	,8%	10,2%
Aumentou pouco	Count	270	108	38	416
	% within CORRUP.2.	64,9%	26,0%	9,1%	100,0%
	% within Grau de Instrução	22,4%	18,9%	18,4%	21,0%
	% of Total	13,6%	5,4%	1,9%	21,0%
Aumentou muito	Count	680	362	148	1190
	% within CORRUP.2.	57,1%	30,4%	12,4%	100,0%
	% within Grau de Instrução	56,5%	63,3%	71,5%	60,0%
	% of Total	34,3%	18,3%	7,5%	60,0%
Total	Count	1203	572	207	1982
	% within CORRUP.2.	60,7%	28,9%	10,4%	100,0%
	% within Grau de Instrução	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% of Total	60,7%	28,9%	10,4%	100,0%

Tabela 3.5.1: Cruzamento percepção da corrupção X sexo

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error ^a	Approx. T ^b	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Contingency Coefficient	,039			,564
Ordinal by Ordinal	Kendall's tau-b	,036	,021	1,688	,091
N of Valid Cases		1982			

a. Not assuming the null hypothesis.

b. Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Crosstab

		SEXO		Total
		Masculino	Feminino	
Diminuiu muito	Count	5	5	10
	% within CORRUP.2.	50,0%	50,0%	100,0%
	% within SEXO	,5%	,5%	,5%
	% of Total	,3%	,3%	,5%
Diminuiu pouco	Count	86	77	163
	% within CORRUP.2.	52,8%	47,2%	100,0%
	% within SEXO	8,9%	7,5%	8,2%
	% of Total	4,3%	3,9%	8,2%
Permaneceu igual	Count	104	99	203
	% within CORRUP.2.	51,2%	48,8%	100,0%
	% within SEXO	10,8%	9,7%	10,2%
	% of Total	5,2%	5,0%	10,2%
Aumentou pouco	Count	206	210	416
	% within CORRUP.2.	49,5%	50,5%	100,0%
	% within SEXO	21,4%	20,6%	21,0%
	% of Total	10,4%	10,6%	21,0%
Aumentou muito	Count	560	630	1190
	% within CORRUP.2.	47,1%	52,9%	100,0%
	% within SEXO	58,3%	61,7%	60,0%
	% of Total	28,3%	31,8%	60,0%
Total	Count	961	1021	1982
	% within CORRUP.2.	48,5%	51,5%	100,0%
	% within SEXO	100,0%	100,0%	100,0%
	% of Total	48,5%	51,5%	100,0%

Tabela 3.5.1: Cruzamento percepção da corrupção X religião

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error ^a	Approx. T ^b	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Contingency Coefficient	,076			,496
Ordinal by Ordinal	Kendall's tau-b	,045	,020	2,240	,025
N of Valid Cases		1970			

a. Not assuming the null hypothesis.

b. Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Crosstab

		SE.2 Agora vou ler uma lista de religiões para que Você indique qual delas é a sua?				Total
		Católica	Protestante	Outros	Não tem religião	
Diminuiu muito	Count	7	3	0	0	10
	% within CORRUP.2.	70,0%	30,0%	,0%	,0%	100,0%
	% within SE.2	,5%	,7%	,0%	,0%	,5%
	% of Total	,4%	,2%	,0%	,0%	,5%
Diminuiu pouco	Count	121	31	3	8	163
	% within CORRUP.2.	74,2%	19,0%	1,8%	4,9%	100,0%
	% within SE.2	9,2%	7,0%	4,2%	5,8%	8,3%
	% of Total	6,1%	1,6%	,2%	,4%	8,3%
Permaneceu igual	Count	138	44	7	14	203
	% within CORRUP.2.	68,0%	21,7%	3,4%	6,9%	100,0%
	% within SE.2	10,4%	10,0%	9,7%	10,2%	10,3%
	% of Total	7,0%	2,2%	,4%	,7%	10,3%
Aumentou pouco	Count	280	91	9	30	410
	% within CORRUP.2.	68,3%	22,2%	2,2%	7,3%	100,0%
	% within SE.2	21,2%	20,7%	12,5%	21,9%	20,8%
	% of Total	14,2%	4,6%	,5%	1,5%	20,8%
Aumentou muito	Count	775	271	53	85	1184
	% within CORRUP.2.	65,5%	22,9%	4,5%	7,2%	100,0%
	% within SE.2	58,7%	61,6%	73,6%	62,0%	60,1%
	% of Total	39,3%	13,8%	2,7%	4,3%	60,1%
Total	Count	1321	440	72	137	1970
	% within CORRUP.2.	67,1%	22,3%	3,7%	7,0%	100,0%
	% within SE.2	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% of Total	67,1%	22,3%	3,7%	7,0%	100,0%

Tabela 3.5.2: Cruzamento percepção da corrupção X área

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error ^a	Approx. T ^b	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Contingency Coefficient	,098			,013
Ordinal by Ordinal	Kendall's tau-b	-,062	,020	-3,158	,002
N of Valid Cases		1982			

a. Not assuming the null hypothesis.

b. Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Crosstab

		area			Total
		CAPITAL	RM	INTERIOR	
Diminuiu muito	Count	2	2	6	10
	% within CORRUP.2.	20,0%	20,0%	60,0%	100,0%
	% within area	,4%	,8%	,5%	,5%
	% of Total	,1%	,1%	,3%	,5%
Diminuiu pouco	Count	20	23	120	163
	% within CORRUP.2.	12,3%	14,1%	73,6%	100,0%
	% within area	4,2%	8,8%	9,7%	8,2%
	% of Total	1,0%	1,2%	6,1%	8,2%
Permaneceu igual	Count	44	27	132	203
	% within CORRUP.2.	21,7%	13,3%	65,0%	100,0%
	% within area	9,2%	10,4%	10,6%	10,2%
	% of Total	2,2%	1,4%	6,7%	10,2%
Aumentou pouco	Count	95	61	260	416
	% within CORRUP.2.	22,8%	14,7%	62,5%	100,0%
	% within area	19,8%	23,5%	20,9%	21,0%
	% of Total	4,8%	3,1%	13,1%	21,0%
Aumentou muito	Count	318	147	725	1190
	% within CORRUP.2.	26,7%	12,4%	60,9%	100,0%
	% within area	66,4%	56,5%	58,3%	60,0%
	% of Total	16,0%	7,4%	36,6%	60,0%
Total	Count	479	260	1243	1982
	% within CORRUP.2.	24,2%	13,1%	62,7%	100,0%
	% within area	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% of Total	24,2%	13,1%	62,7%	100,0%

Anexo 2 – Questões utilizadas da pesquisa A Desconfiança dos cidadãos nas instituições democráticas 2006

“Sexo”

“Qual sua idade?”

“Qual sua instrução?”

“Você poderia me dizer qual é aproximadamente a renda mensal do seu domicílio, isto é, a soma da renda mensal de todos os membros do seu domicílio?”

“Qual delas é a sua religião?”

“Em qual município você vota?”

“Você tem orgulho de ser brasileiro(a)?”

“A Constituição brasileira estabelece que todos os brasileiros são iguais perante a lei. Você acha que todos são iguais perante a lei ou que não há igualdade perante a lei no Brasil?”

“Pensando em como funcionam as coisas no Brasil, você diria que, na prática, os brasileiros conseguem fazer valer os seus direitos sempre, quase sempre, quase nunca ou nunca?”

“E quanto as leis trabalhistas, você se sente muito protegido, protegido, pouco protegido ou nada protegido?”

“Você diria que está muito satisfeito, satisfeito, pouco satisfeito ou nada satisfeito com o funcionamento da democracia no Brasil?”

“Vou ler uma afirmação e quero que você me diga se concorda ou discorda: a democracia pode ter problemas, mas é a melhor forma de governo”

“Gostaria que você me dissesse com qual dessas três afirmações você concorda mais: a democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo; em certas circunstâncias, é melhor uma ditadura do que um regime democrático; tanto faz se o governo é uma democracia ou uma ditadura.”

“Você acha que a democracia tem muito a ver, tem a ver, tem pouco a ver ou não tem nada a ver com: (A) direito de escolher o governo através de eleições; (B) liberdades políticas para organizar sindicatos, movimentos, poder expressar-se; (C) maior igualdade social; (D) igualdade de todos perante a lei; (E) fiscalização de atos do governo pelo Congresso de deputados e senadores; (F) menos corrupção, menos tráfico de influência; (G) dever do governo de atender necessidades de saúde, emprego e educação; (H) fiscalização dos atos do governo pelos tribunais de justiça e pelo Ministério Público; (I) igualdade de

direitos para as mulheres; (J) liberdade em questões morais e sexuais; (K) a existência de diversos partidos políticos”

“Como você acha a democracia no Brasil? uma democracia plena, uma democracia com pequenos problemas, uma democracia com grandes problemas, ou o Brasil não é uma democracia?”

“Tem gente que acha que sem partidos políticos não pode haver democracia, outras pessoas acham que a democracia pode funcionar sem partidos políticos. O que você acha?”

“O Congresso Nacional é formado por deputados federais e senadores eleitos pelo povo. Tem gente que acha que sem congresso nacional não pode ter democracia, enquanto outras pessoas acham que a democracia pode funcionar sem Congresso Nacional. O que você acha?”

“Gostaria que você dissesse se concorda ou discorda de cada uma das frases que vou ler: (A) eu daria um cheque em branco a um líder salvador que resolvesse os problemas do país; (B) só uma ditadura poder dar jeito no Brasil”

“Na semana passada, você diria que prestou muita atenção, alguma atenção, pouca atenção, ou nenhuma atenção: (A) nas notícias que deram na televisão sobre política; (B) nas notícias políticas no rádio”

“Você acha que se pode confiar na maioria das pessoas ou, pelo contrário, que todo cuidado é pouco no trato com os outros?”

“Você diria que tem muita confiança, alguma confiança, pouca confiança ou nenhuma na Igreja; nas Forças Armadas; no Poder Judiciário; na polícia; no Congresso Nacional; nos Partidos Políticos; na televisão; nos sindicatos; nos empresários; no Governo; no Presidente; nos bombeiros; nas leis do país?”

“Quero que você diga quais órgãos públicos tem que ter para o país ir para frente? (A) os partidos políticos; (B) os deputados e senadores; (C) os tribunais de justiça”

“Alguma vez você procurou um tribunal ou órgão de Justiça?”

“Tem gente que acha que todos os brasileiros têm iguais oportunidades de acesso à justiça. Outros acham que nem todos os brasileiros têm iguais oportunidades de acesso à justiça. O que você acha?”

“Pensando na atuação da Justiça no Brasil, você diria que, de modo geral, os juízes, promotores e tribunais têm tido um desempenho ótimo, bom, ruim, ou péssimo?”

“A respeito dos impostos que os brasileiros pagam ao governo, você acha que o dinheiro dos impostos é bem gasto pelo Estado?”

“Dos deputados e senadores eleitos em 2002, você diria que está totalmente satisfeito ou totalmente insatisfeito com o trabalho deles no Congresso Nacional (há uma escala de 1, totalmente insatisfeito, a 10, totalmente satisfeito)”

“Você diria que os senadores e deputados federais que estão atualmente no Congresso estão tendo um desempenho ótimo, bom, ruim ou péssimo?”

“Você acha que o Brasil precisa do Congresso Nacional, isto é, da Câmara de Deputados e do Senado, ou nós poderíamos passar bem sem ele?”

“Gostaria que você avaliasse a atuação de cada uma das seguintes instituições: o Poder Judiciário; o Congresso Nacional; os Partidos Políticos; o Governo”

“Você participa ou não participa de: (A) associações de moradores ou sociedade de amigos de bairro; (B) associação de defesa do consumidor; (C) partido político; (D) grupo de defesa do meio ambiente; (E) clube esportivo; (F) sindicato; (G) grêmio, centro acadêmico ou união de estudantes; (H) grupo religioso; (I) grupo ou associação de assistência social; (J) associação de voluntariado; (K) centro cultural; (L) conselhos de saúde”

“E quanto ao seu interesse por política, você diria que é muito interessado, interessado, pouco interessado ou nada interessado?”

“Como você avalia a situação política do Brasil hoje?”

“Falando dos partidos políticos brasileiros. Como você se sente com relação a eles? Muito próximo, próximo, pouco próximo ou não é próximo de nenhum partido?”

“Na sua opinião os partidos representam mais: o conjunto da população; os próprios políticos; ou, os eleitores e grupos que o apóiam os partidos.”

“Na sua opinião, os partidos políticos são indispensáveis à democracia; só servem para dividir as pessoas; ou só existem apenas para utilizar dinheiro público.”

“Você acha que a maneira como as pessoas votam pode fazer com que as coisas sejam diferentes, ou não importa com as pessoas votam, não fará com que as coisas sejam diferentes?”

“Você acredita que as eleições no Brasil são limpas ou são objeto de fraude?”

“Se o voto não fosse obrigatório, você votaria nas próximas eleições para presidente da república?”

“Em quem você votou na última eleição presidencial de 2002?”

“Na sua opinião, o presidente Lula está fazendo um governo muito bom, bom, ruim ou muito ruim?”

“E quanto à situação econômica do Brasil no governo Lula, você diria que a situação, melhorou, piorou ou ficou igual ao que era antes?”

“E no governo Lula, você diria que a situação dos direitos humanos melhorou, piorou ou ficou igual ao que era antes?”

“E no governo Lula, falando de corrupção e tráfico de influência, as coisas melhoraram, pioraram ou ficaram iguais ao que era antes?”

“Como você avalia a situação econômica do país hoje?”

“A sua situação econômica atual e a da sua família é muito boa, boa, ruim ou muito ruim?”

“O salário que você ganha e o total de rendimentos de sua família lhe permite cobrir satisfatoriamente suas necessidades?”

“Falando de corrupção no Brasil, ela aumentou muito, aumentou pouco, diminuiu pouco ou diminuiu muitos nos últimos 5 anos?”

“E no último ano, a corrupção aumentou muito, aumentou pouco, diminuiu pouco ou diminuiu muitos?”

“Você diria que a corrupção é um problema muito sério, sério, pouco sério ou não é um problema sério?”

“Em relação aos nossos políticos e governantes, o (a) sr(a) diria que é um comportamento de todos, de uma maioria, de uma minoria, ou de nenhum dos políticos e governantes brasileiros: (A) mudar de partido em troca de dinheiro ou cargo/emprego para familiares/pessoas conhecidas; (B) superfaturar obras públicas e desviar o dinheiro para o patrimônio pessoal/familiar do político; (C) usar “caixa 2” em campanhas eleitorais?”

“E, em relação aos brasileiros, se estivesse no lugar de um político, o (a) sr(a) acha que todos os brasileiros, a maioria, a minoria, ou nenhum dos brasileiros faria isso: (A) mudar de partido em troca de dinheiro ou cargo/emprego para familiares/pessoas conhecidas; (B) superfaturar obras públicas e desviar o dinheiro para o patrimônio pessoal/familiar do político; (C) usar “caixa 2” em campanhas eleitorais?”

“E se o(a) sr(a) estivesse no lugar de um políticos, o(a) sr(a) faria isso sempre que tivesse oportunidades, faria algumas vezes outras não, faria só se não tivesse outro jeito, ou não faria de jeito nenhum: (A) mudar de partido em troca de dinheiro ou cargo/emprego para familiares/pessoas conhecidas; (B) superfaturar obras públicas e desviar o dinheiro para o patrimônio pessoal/familiar do político; (C) usar “caixa 2” em campanhas eleitorais?”

“E o(a) sr(a) classificaria isso como “leve”, “médio”, ou “grave”: mudar de partido em troca de dinheiro ou cargo/emprego para familiares/pessoas conhecidas? superfaturar obras públicas e desviar o dinheiro para o patrimônio pessoal/familiar do político? usar “caixa 2” em campanhas eleitorais?”

“E, na sua opinião, é algo aceitável ou inaceitável: mudar de partido em troca de dinheiro ou cargo/emprego para familiares/pessoas conhecidas? superfaturar obras públicas e desviar o dinheiro para o patrimônio pessoal/familiar do político? usar “caixa 2” em campanhas eleitorais?”